



ATLAS
SOCIOECONÔMICO
RIO GRANDE DO SUL

2º EDIÇÃO

ANUÁRIO SOCIOECONÔMICO RIO GRANDE DO SUL



2º EDIÇÃO

Referência de apoio ao desenvolvimento

É com grande satisfação que a Agência Gaúcha de Fomento participa desta nova edição do Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul. Importante ferramenta de consulta e referência, a publicação traça um amplo perfil do Rio Grande baseado em dados e indicadores da matriz produtiva gaúcha, bem como de aspectos sociais e geográficos. Esses dados estão formatados e apresentados dentro de um singular projeto gráfico, que se traduz em informação qualificada, seja através de seus textos, tabelas ou mapas.

A Agência Gaúcha de Fomento, inaugurada em 4 de julho de 2002, tem como objetivo, entre outras ações, apoiar com financiamentos de longo prazo os empreendimentos de micro, pequeno e médio portes, do campo e da cidade, que gerem trabalho, renda, desenvolvimento e cidadania. Associando a oferta de crédito com programas de governo, as ações da Instituição contemplam desde iniciativas econômicas ligadas à agricultura familiar, inovações tecnológicas, setores de serviços, indústria, cooperativas de trabalhadores até obras de infra-estrutura social voltadas às populações mais carentes junto aos municípios gaúchos. A Agência Gaúcha de Fomento se constitui como um agente indutor do desenvolvimento do Rio Grande e da solidificação do Sistema Financeiro Público Estadual, instrumento fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e economicamente justo do nosso Estado.

Com esta nova edição do Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul, temos a convicção de que as inúmeras instituições, cujas ações contribuem para o desenvolvimento de nossa terra, e que, portanto, se baseiam no conhecimento da realidade, como prefeituras, universidades, Conselhos de Desenvolvimento, entre outros, contarão com um importante, amplo e completo quadro de apoio às suas atividades.

Agência Gaúcha de Fomento

Um Atlas para pensar e entender o Rio Grande

Para pensar e implementar um projeto de desenvolvimento que incorpore o aspecto regional é preciso que se apreenda com a maior precisão possível as várias dimensões da realidade de cada especificidade social, cultural e geográfica do Estado. Aliás, compreender essas singularidades é um pressuposto fundamental para um planejamento que tenha como objetivos a redução das desigualdades sociais e regionais e a indução de um processo de desenvolvimento democrático e descentralizado.

Nesta gestão, o Governo do Estado tem buscado ampliar a participação da sociedade em todos os aspectos da vida política. Por isso, assume como desafio a democratização de todas as informações disponíveis acerca da realidade de nosso Estado. A publicação desta nova versão do Atlas Socioeconômico do Estado do Rio Grande do Sul dá continuidade e amplifica a iniciativa do governo anterior, incorporando, neste volume, todas as novas informações que incluem dimensões regionais e novos indicadores sociais.

Seu objetivo é fornecer informações especializadas sobre a realidade gaúcha, estabelecendo comparações entre as regiões, com os demais estados brasileiros e alguns países. Estas informações serão um importante subsídio para os processos de formulação de políticas públicas por parte dos órgãos de governo nas três esferas, assim como disponibilizarão uma importante base de dados e análises para as instituições públicas e privadas. Neste sentido é uma importante contribuição do Governo Estadual para envolver a sociedade civil no debate sobre o desenvolvimento.

O Atlas tem ainda, como objetivo, incorporar as discussões e o acúmulo produzido pelos diversos agentes sobre o desenvolvimento regional. Os representantes do Orçamento Participativo, as Universidades Comunitárias, os Conselhos Regionais de Desenvolvimento, todos os nossos interlocutores neste trabalho de quatro anos terão no Atlas uma importante referência para a continuidade do seu trabalho. Teremos com o Atlas um importante instrumento para a integração entre os órgãos governamentais e as 22 regiões do Estado.

Esperamos que esta publicação cumpra plenamente os seus objetivos e contribua para a qualificação da discussão sobre os rumos do Rio Grande. Finalmente, queremos dedicar esta obra a todos aqueles que lutam por um desenvolvimento mais justo e igualitário em todas as regiões e localidades de nosso Estado e fazem de seu cotidiano um compromisso permanente com o povo gaúcho.

Secretaria da Coordenação e Planejamento do Rio Grande do Sul



FONTE : www.ingesat.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	7
INFRA-ESTRUTURA	13
MEIO AMBIENTE	21
POPULAÇÃO	31
INDICADORES SOCIAIS	47
ECONOMIA	69
ANEXOS	105

Este Atlas foi projetado a partir da base cartográfica digital 1:1.000.000 e impresso em diversas escalas (Rio Grande do Sul 1:5.000.000, 1:6.500.000, 1:8.500.000, 1:15.000.000 e Brasil 1:85.000.000), em Projeção Policônica. Na cartografia digital foi utilizado o software ESRI - ArcGis 8.1.

Foram utilizados diversos níveis de agrupamento das informações geográficas. Devido a disponibilidade de dados, o mais empregado foi a base municipal com 467 municípios (1995), sendo também utilizadas as bases de 333 municípios (1991), 427 municípios (1992) e de 497 municípios (1996). A divisão regional utilizada foi a dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (COREDEs), que divide o Estado em 22 regiões. Na área da saúde alguns dados foram trabalhados por Coordenadorias Regionais de Saúde e Macrorregiões de Saúde.

Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Atlas Socioeconômico: Estado do Rio Grande do Sul / Rio Grande do Sul. Secretaria da Coordenação e Planejamento. Porto Alegre: SCP, 2002. 2. ed. rev. ampl.

112p.: mapas; gráficos

1. Infra-estrutura (Economia) – Rio Grande do Sul. 2. Rio Grande do Sul – População. 3 Rio Grande do Sul – Condições Sociais. 4. Rio Grande do Sul – Economia III)

CDU 911.3:338.1(816.5)

CIP Janira Lopes CRB 10/420

APRESENTAÇÃO

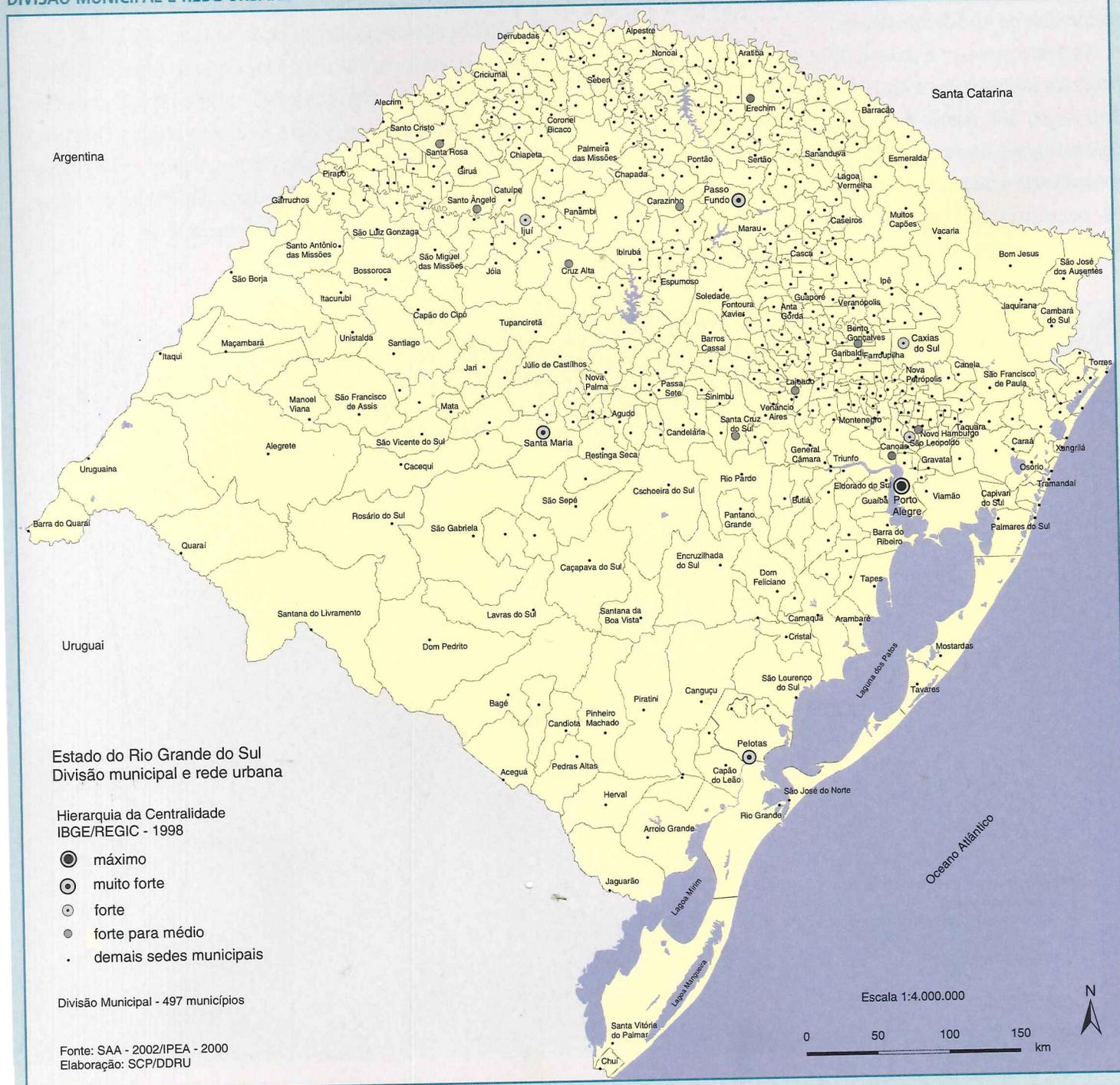
O Rio Grande do Sul está localizado no extremo meridional do Brasil, apresentando uma população de 10.187.798 habitantes, 6% do total da população brasileira, e uma área de 282.062 km², que corresponde a 3,32% do território brasileiro.

Apresenta um quadro diferenciado quanto aos indicadores sociais, no comparativo com os demais estados na federação, destacando-se a menor mortalidade infantil do país - 15 por mil, a maior expectativa de vida - 72 anos - e uma taxa de alfabetização superior a 92%, que associados, colocam o Estado em um patamar privilegiado em termos de qualidade de vida no país.

A sua produção econômica também se destaca, com cerca de 8% do Produto Interno Bruto nacional, colocando o Estado em 4º lugar, e com um PIB per capita em torno de 9 mil reais.

Possui uma grande diversidade cultural e de paisagens. Em sua formação étnica destaca-se a presença de descendentes de povos indígenas, negros e europeus. O relevo apresenta altitudes que variam até 1.398 m, o clima subtropical caracteriza-se pelas baixas temperaturas e a vegetação é diversificada com importantes áreas remanescentes da Mata Atlântica e a existência de campos, que caracterizam a Campanha Gaúcha e as terras altas do Planalto Meridional.

DIVISÃO MUNICIPAL E REDE URBANA



A ocupação do território gaúcho ocorreu em várias etapas. As reduções jesuíticas, fundadas a partir de 1626, foram os primeiros núcleos estáveis no espaço rio-grandense. Por volta de 1640 os jesuítas abandonaram a área e passaram para a outra margem do rio Uruguai. Cerca de 40 anos depois, começaram a retornar organizando a estrutura comunitária dos Sete Povos das Missões. Estes se tornaram centros econômicos importantes, dedicando-se à produção de erva-mate, à extração de couro e à atividades criatórias.

No século XVIII, a estratégia adotada pela Coroa Portuguesa para garantir a posse e defesa das terras localizadas ao sul de sua colônia foi a instalação de acampamentos militares e a construção de fortes e presídios, bem como a distribuição de sesmarias a pessoas de prestígio e/ou militares.

Até a metade do século XIX, desenvolveu-se no Rio Grande do Sul uma pecuária voltada à produção de charque, ciclo responsável pela prosperidade do sul e de suas cidades.

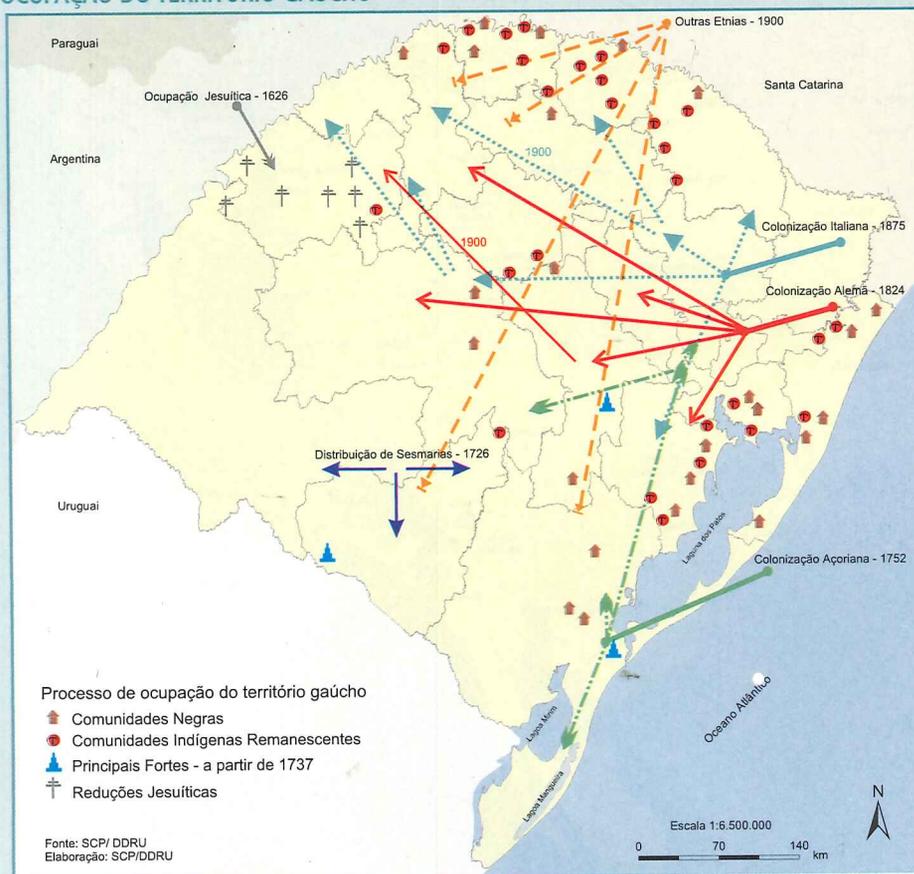
Os açorianos vieram a partir de 1752, fixando-se em Rio Grande, Mostardas, São José do Norte, Taquari, Santo Amaro (próximo a Rio Pardo), Porto Alegre, Santo Antônio da Patrulha, Cachoeira do Sul e Conceição do Arroio (Osório). Receberam terras para desenvolver atividades agrícolas, principalmente a produção de trigo, e dessa forma abastecer a Colônia. Essa ocupação originou "pequenas propriedades rurais", e também criou a base para o surgimento de inúmeros núcleos urbanos nestes locais.

Durante todo o século XIX o Rio Grande do Sul foi influenciado pelo processo de assentamento da imigração européia, inicialmente alemã (1824), e posteriormente italiana (1875), localizadas principalmente na região nordeste do Estado. Como resultado esta área tornou-se mais dinâmica, embora a pecuária continuasse sendo um forte setor econômico e político. A diversificação industrial e a crescente urbanização do eixo Porto Alegre - Caxias do Sul, tornou esta região diferente da área de agricultura diversificada do norte do Rio Grande do Sul, tornando-a mais atrativa aos empreendedores.

O norte do Estado foi povoado basicamente através da expansão das áreas coloniais alemãs e italianas, e da chegada de novos grupos étnicos. A produção diversificada das pequenas propriedades criou uma distribuição de renda menos concentrada resultando uma rede urbana formada por pequenos núcleos próximos entre si.

A ocupação do território rio-grandense explica, em parte, as diferenças de distribuição da população no Estado. No Sul ela está predominantemente nas cidades de porte médio, refletindo a atividade extensiva das grandes propriedades que criaram espaços rarefeitos. Nas regiões de pequena propriedade, em especial no Norte do Estado, o parcelamento da terra gerou uma estrutura político-administrativa mais pulverizada. Esta distribuição fundiária resulta em maior densidade demográfica no Norte em contraposição ao Sul.

OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO



O PROCESSO DE DIVISÃO DO TERRITÓRIO GAÚCHO INICIOU EM 1809, QUANDO FORAM INSTALADOS OS QUATRO PRIMEIROS MUNICÍPIOS

A formação dos municípios no Rio Grande do Sul está intimamente ligada à história da sua ocupação. A partir das sesmarias e dos núcleos açorianos o Rio Grande do Sul inaugurou o processo de divisão do seu território em áreas administrativas.

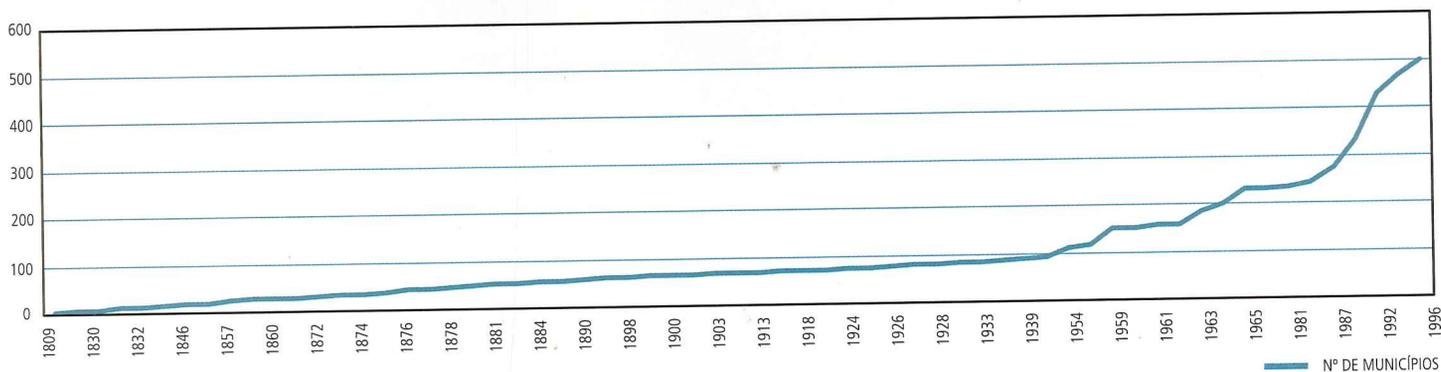
A primeira foi no ano de 1809, separando a então Província de São Pedro em quatro áreas: Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio das Patrulha. Desde então a divisão foi se intensificando chegando aos atuais 497 municípios.

Inicialmente o Sul do estado, mais densamente ocupado, apresentou um maior "retalhamento", isto é, seus municípios se comparados aos situados na porção Norte apresentavam áreas menores. Até 1850 o norte era praticamente composto por apenas três municípios: São Borja, Cruz Alta e Santo Antônio da Patrulha, enquanto que o sul e a região próxima à cidade de Porto Alegre já contavam com dezoito.

Essa tendência se manteve até a segunda metade do século XIX, quando o norte também começou a sofrer um processo de fracionamento. A economia provincial, baseada na pecuária, já se encontrava em processo de estagnação e a vinda de imigrantes estrangeiros para povoar e colonizar as áreas ainda "virgens" já era uma realidade.

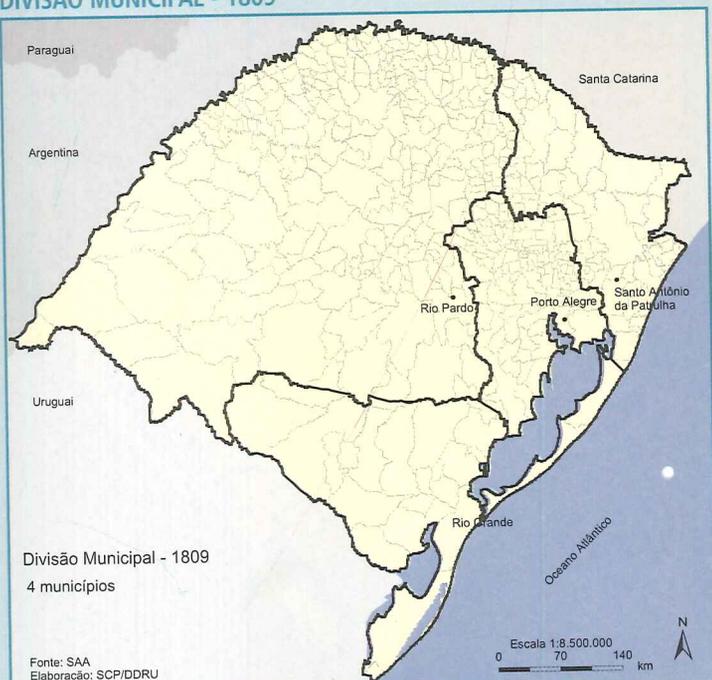
Os imigrantes estabeleceram-se em pequenas propriedades no vale dos rios Taquari, Sinos e Caí. Dedicaram-se primeiramente à agricultura de subsistência e através da comercialização do excedente da produção geraram capital e, com isso, proporcionaram o surgimento do comércio e da indústria. O desenvolvimento destes setores fez surgir uma região bastante dinâmica, onde ocorreu a formação de novos e inúmeros núcleos.

EVOLUÇÃO DA DIVISÃO MUNICIPAL NO RIO GRANDE DO SUL - 1809 A 1996



FONTE: IBGE/SAA

DIVISÃO MUNICIPAL - 1809



DIVISÃO MUNICIPAL - 1850



Posteriormente, o crescimento populacional e o fracionamento excessivo das colônias, somada à chegada de novos grupos étnicos, resultou na expansão das áreas coloniais para o norte do Estado. O sul do Estado, em 1900, possuía 23 municípios e somente 59 anos depois teria sua próxima emancipação, enquanto que o norte, neste mesmo período, passou de 41 para 128 municípios.

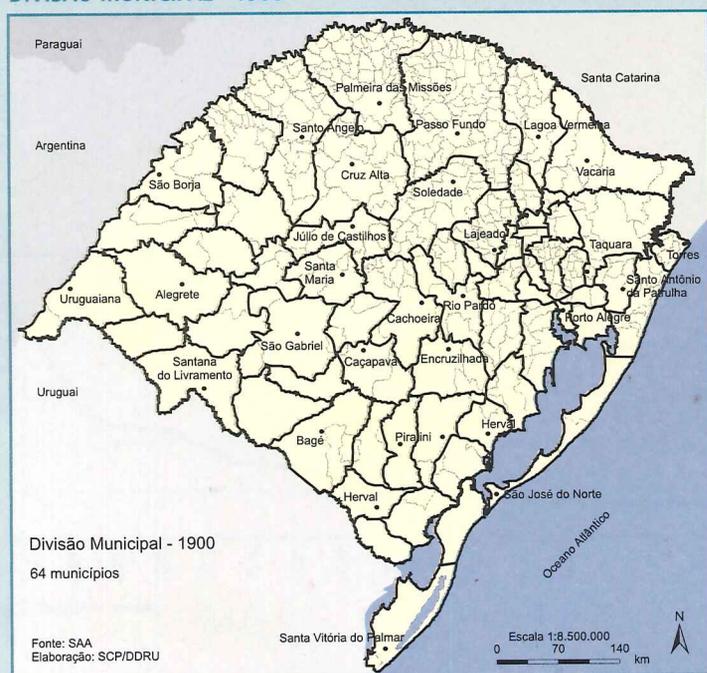
Até 1966, o Estado criou mais 80 municípios, ficando com 232, número que não se alterou, por força de lei federal, até o início dos

anos 80. Durante esta década surgiram mais 100 municípios, 11 em 1982, 29 em 1987 e 60 em 1988.

Finalmente, na década de 90, mais 164 municípios foram criados, 94 em 1992, 40 em 1995 e 30 em 1996, somando então, os atuais 497.

Novamente a maioria destas novas sedes encontrava-se no norte do Estado, na região do Planalto, ficando o sul praticamente com mesma configuração do início do século XX.

DIVISÃO MUNICIPAL - 1900



POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL

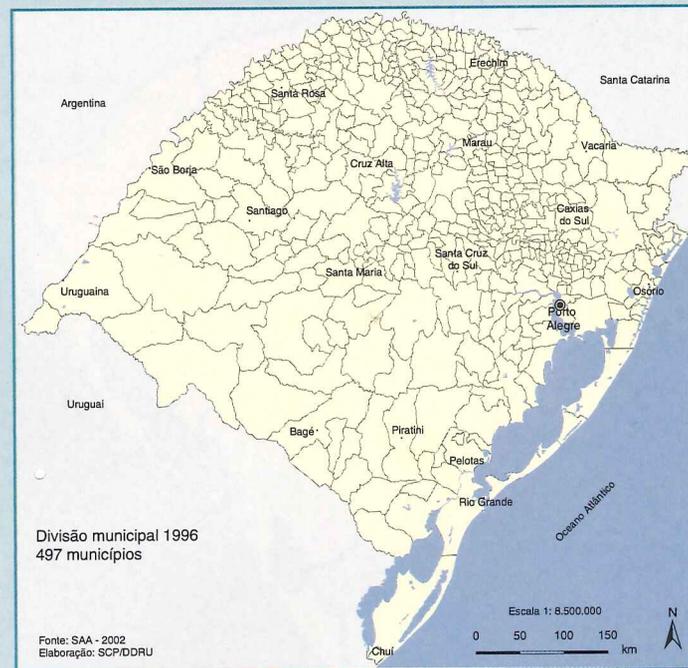
Ano	População (hab)
1872	434.813
1890	897.455
1900	1.149.070
1920	2.182.713
1940	3.320.689
1950	4.164.821
1960	5.448.823
1970	6.664.841
1980	7.773.849
1991	9.138.670
2000	10.187.798

Fonte: IBGE - Censo Demográfico

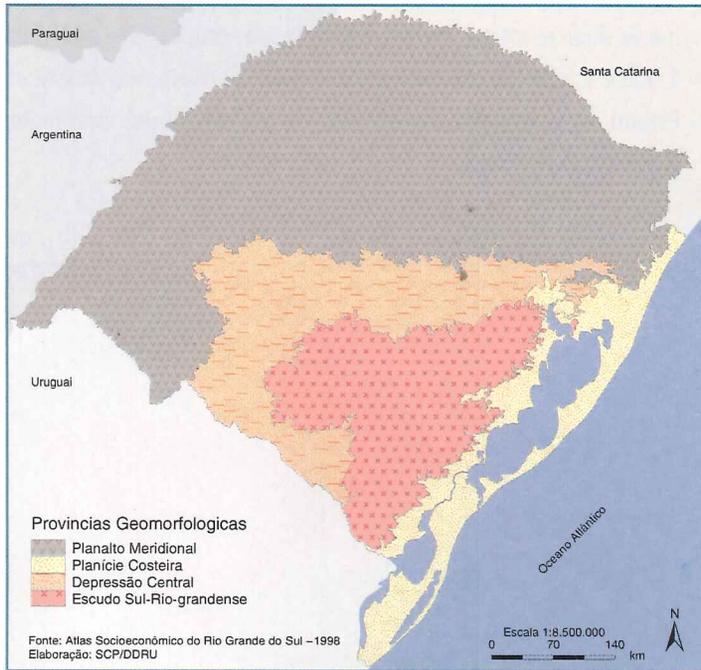
DIVISÃO MUNICIPAL - 1959



DIVISÃO MUNICIPAL - 1996



PROVÍNCIAS GEOMORFOLÓGICAS



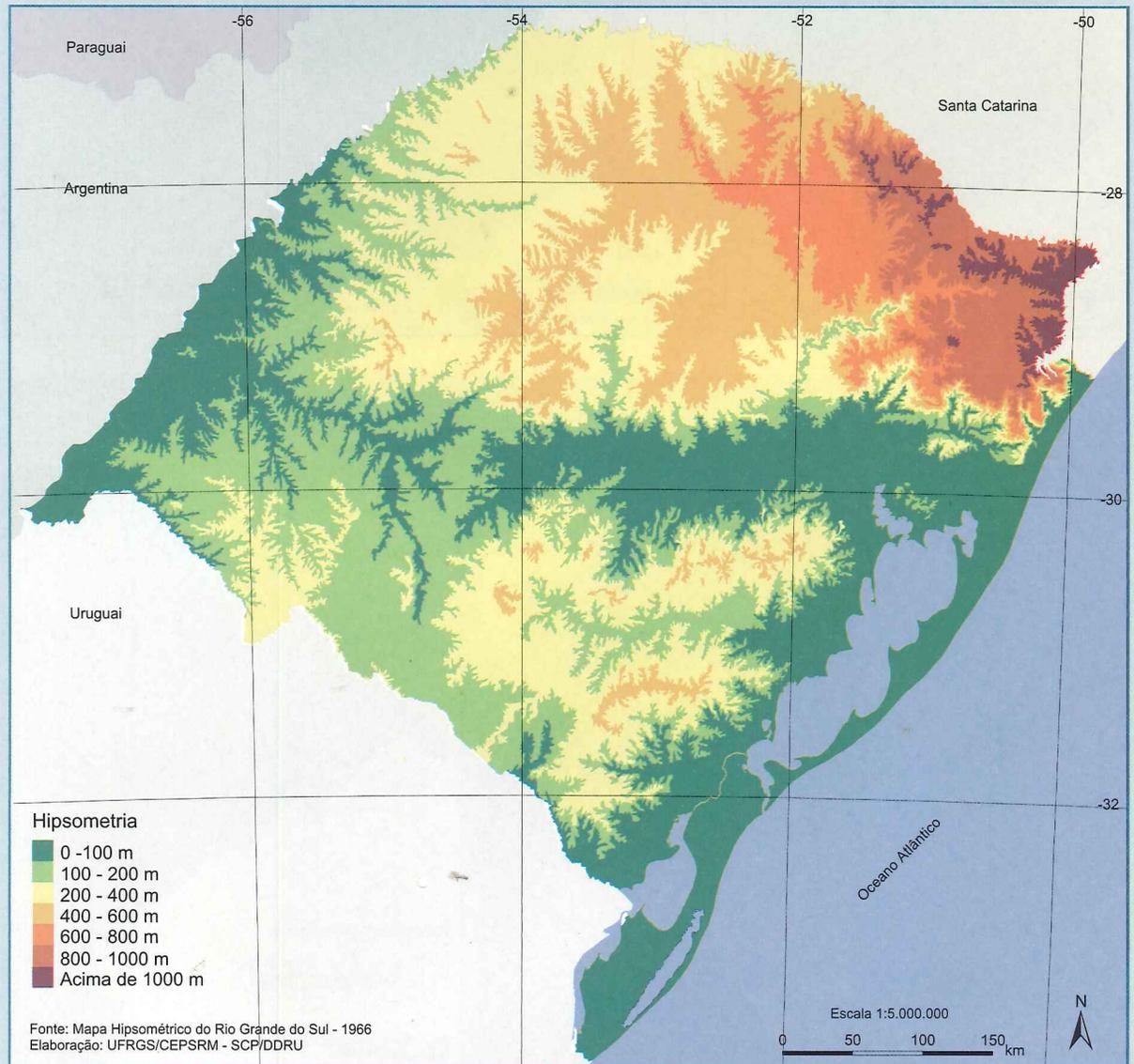
Ao norte situa-se o Planalto Meridional, formado por rochas basálticas decorrentes de um grande derrame de lavas, ocorrido na era Mesosóica. A nordeste do Estado encontram-se as terras mais altas deste planalto, que alcançam até 1.398m. Suas bordas correspondem à chamada Serra Geral.

Ao centro do Estado está a Depressão Central que é formada de rochas sedimentares dando origem a um extenso corredor que liga o oeste ao leste, através de terrenos de baixa altitude.

Ao sul localiza-se o Escudo Sul-Rio-grandense, onde situam-se rochas ígneas do período Pré-Cambriano e, por isto mesmo, muito desgastadas pela erosão. Sua altitude não ultrapassa os 600m.

A Planície Costeira teve sua formação do período Quaternário da era Cenozóica, a mais recente da formação da terra. Corresponde a uma faixa arenosa de 622km, com grande ocorrência de lagoas e lagoas, entre as quais destacam-se a Laguna dos Patos e Mirim. O processo de formação desta região tem caráter evolutivo, estando em constante mutação com deposição de sedimentos, como decorrência da sedimentação marinha e flúvio-lacustre.

HIPSOMETRIA



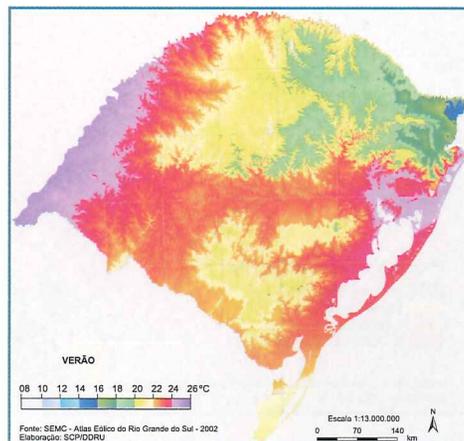
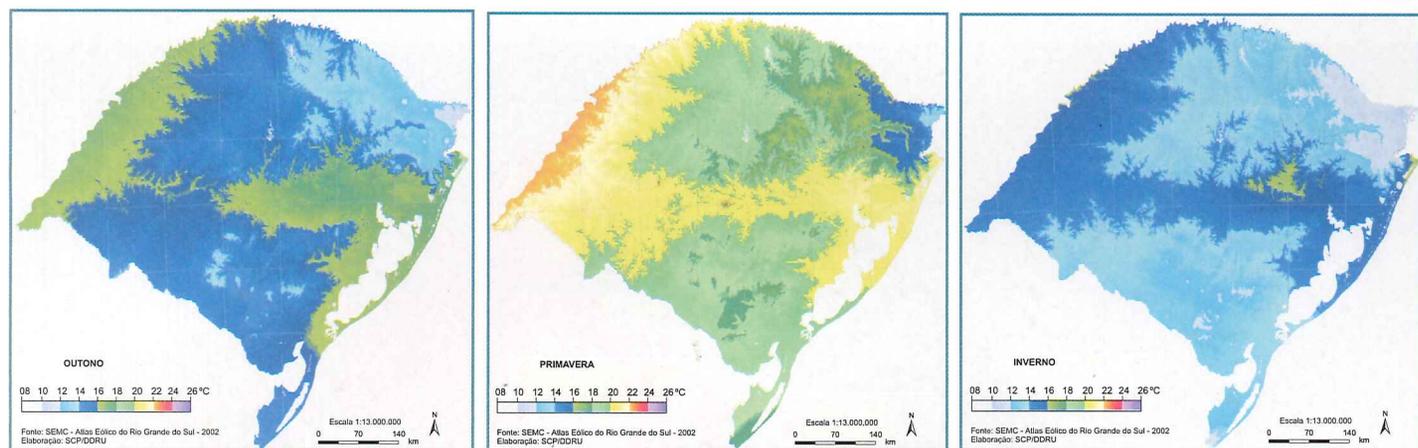
O clima do Rio Grande do Sul é temperado do tipo subtropical, classificado como mesotérmico úmido. Devido à sua posição geográfica, entre os paralelos 27°03'42" e 33°45'09" latitude sul, e 49°42'41" e 57°40'57" longitude oeste, apresenta grandes diferenças em relação ao Brasil. A latitude reforça as influências das massas de ar oriundas da região polar e da área tropical continental e Atlântica. A movimentação e os encontros destas massas definem muitas de nossas características climáticas.

As temperaturas apresentam grande variação sazonal, com verões quentes e invernos bastante rigorosos, com a ocorrência de geada e precipitação eventual de neve. As temperaturas médias variam entre 15 e 18°C, com mínimas de até -10°C e máximas de 40°C.

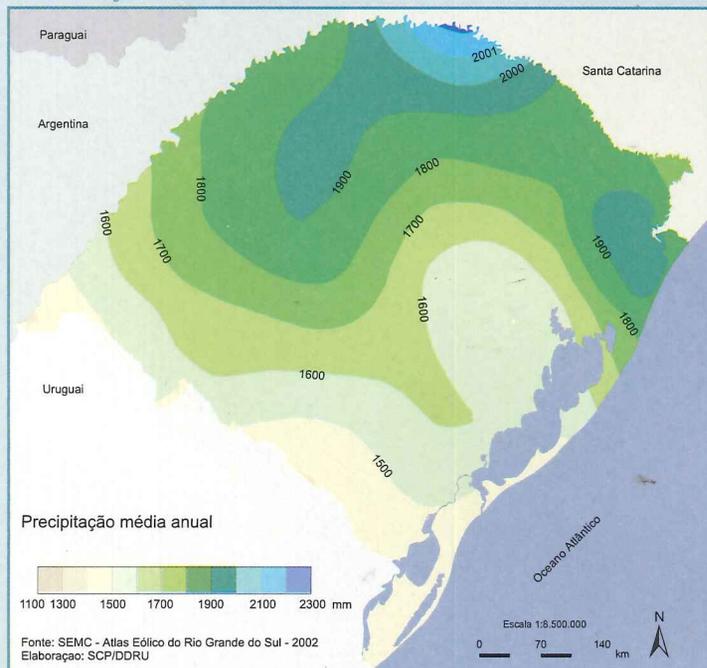
Com relação às precipitações, o Estado apresenta uma distribuição relativamente equilibrada das chuvas ao longo de todo o ano, em decorrência das massas de ar oceânicas que penetram no Estado.

O volume de chuvas no entanto é diferenciado. Ao sul a precipitação média situa-se entre 1.299 e 1.500mm e, ao norte a média está entre 1.500 e 1.800mm, com intensidade maior de chuvas à nordeste do Estado, especialmente na encosta do planalto, local com maior precipitação no Estado.

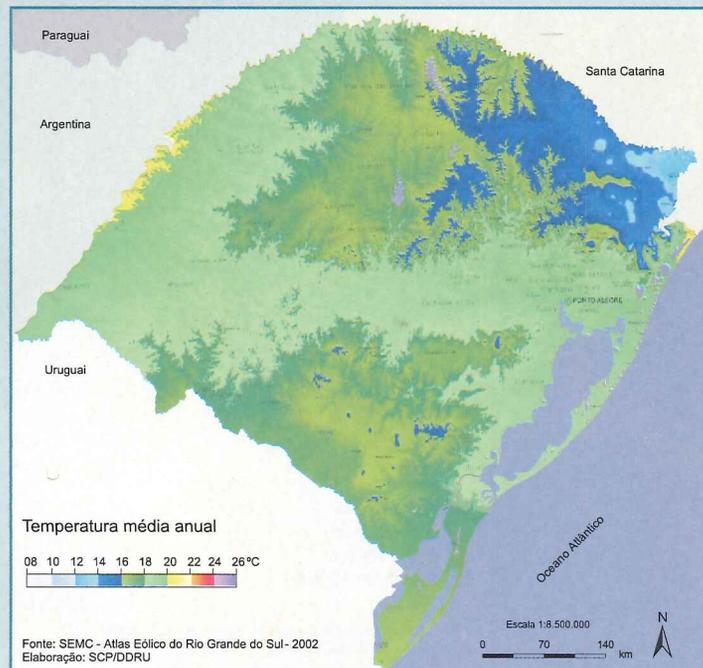
VARIAÇÃO SAZONAL DA TEMPERATURA

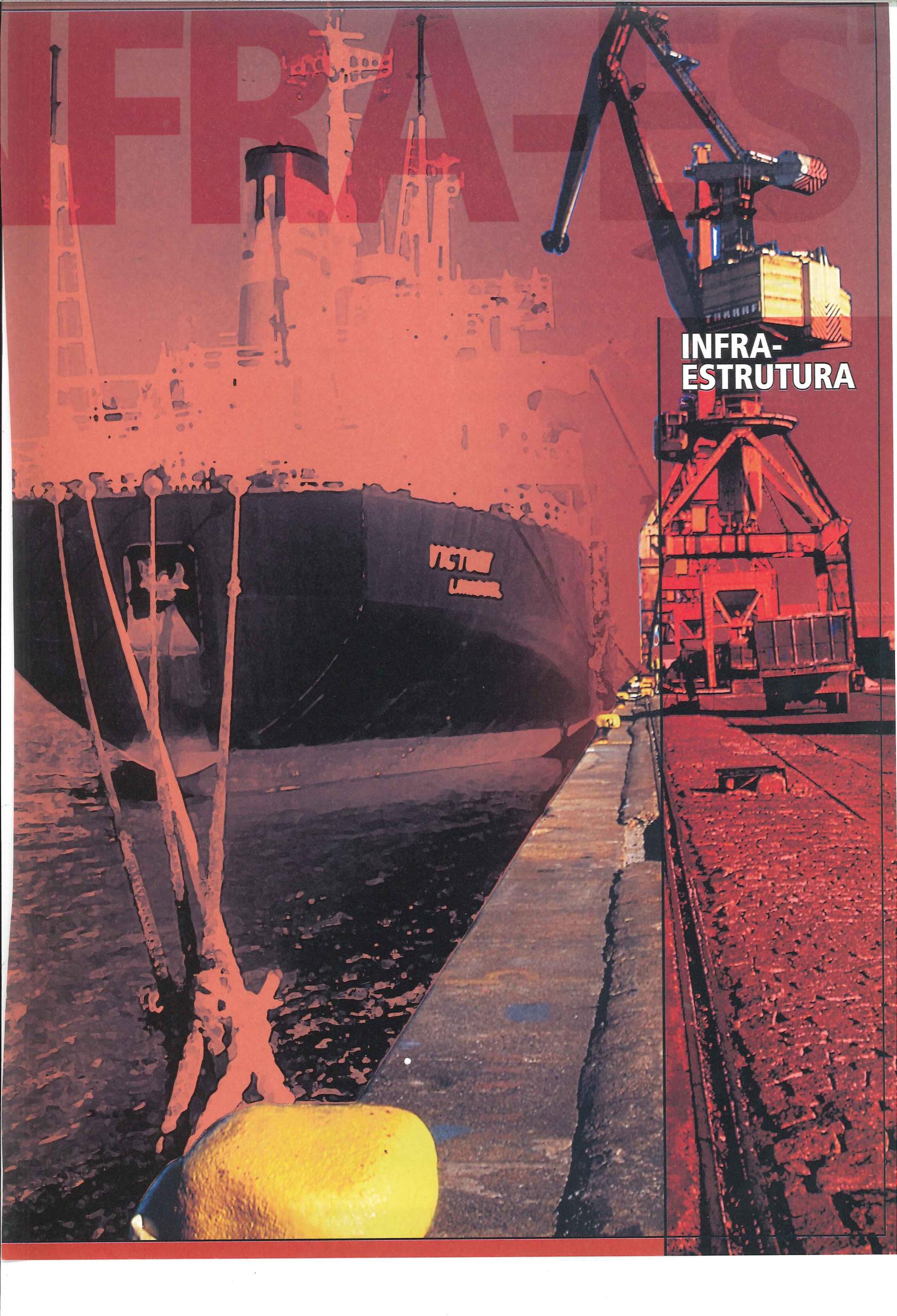


PRECIPITAÇÃO MÉDIA ANUAL



TEMPERATURA MÉDIA ANUAL





**INFRA-
ESTRUTURA**

VICTORY
LONDON

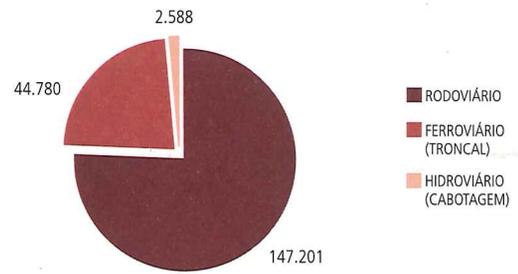


O Rio Grande do Sul, a exemplo do Brasil, possui uma matriz de transportes baseada no transporte rodoviário. A malha rodoviária pavimentada é de 11.124,59 km, sendo que destes, 6.039,21 km correspondem a rodovias estaduais e 5.085,38 km a federais. Possui também 4.846,75 km de estradas não pavimentadas, em sua maior parte, estaduais.

A movimentação de passageiros e cargas faz-se predominantemente por rodovias, que interligam as várias regiões do Estado, bem como aos outros estados brasileiros e aos países do MERCOSUL. Devido à sua localização estratégica, passa pelo Estado boa parte das transações comerciais entre o Brasil e o bloco de países do MERCOSUL, principalmente a Argentina. Com isso, rodovias como a BR 101 e BR 290, entre outras, enfrentam um tráfego pesado de cargas movimentadas entre estes dois países.

A tradição exportadora de grande parte da agricultura e indústria gaúchas também contribuiu para definir a conformação da rede das principais estradas pavimentadas, ligando vários pontos do Estado à capital e ao porto de Rio Grande.

MATRIZ DE TRANSPORTES NO RIO GRANDE DO SUL - 2000
VOLUME TRANSPORTADO EM 1.000 TONELADAS



Fonte: Secretaria dos Transportes - 2002

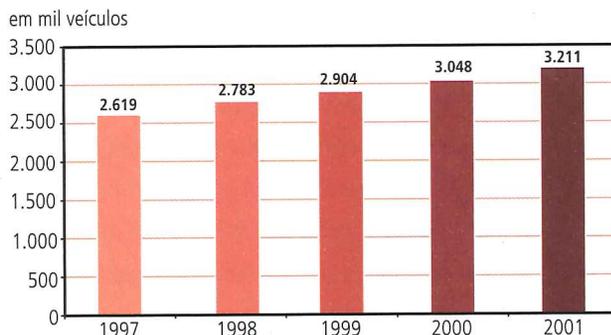
PRINCIPAIS EIXOS RODOVIÁRIOS



O transporte ferroviário é atualmente pouco utilizado no Estado. O Rio Grande do Sul possui hoje uma malha de 850 km de ferrovias, utilizada exclusivamente para o transporte de cargas, cujo eixo principal é Porto Alegre – Cacequi e Cacequi – Rio Grande. Atualmente estão sendo efetuados estudos preliminares e de pré-viabilidade técnica e econômica do trecho General Luz – Pelotas: partindo de Guaíba em direção a Pelotas, o trecho totaliza uma extensão de 253,3 km e sua construção tem como objetivo diminuir o tráfego na BR 116 e o custo de transporte até o Porto de Rio Grande.

No que diz respeito à circulação de veículos, observa-se que o número de veículos registrados vêm crescendo ano a ano (em torno de 5% por ano), exigindo maiores investimentos em infra-estrutura de estradas e de tráfego urbano.

EVOLUÇÃO DA FROTA GAÚCHA DE VEÍCULOS - 1997 A 2001

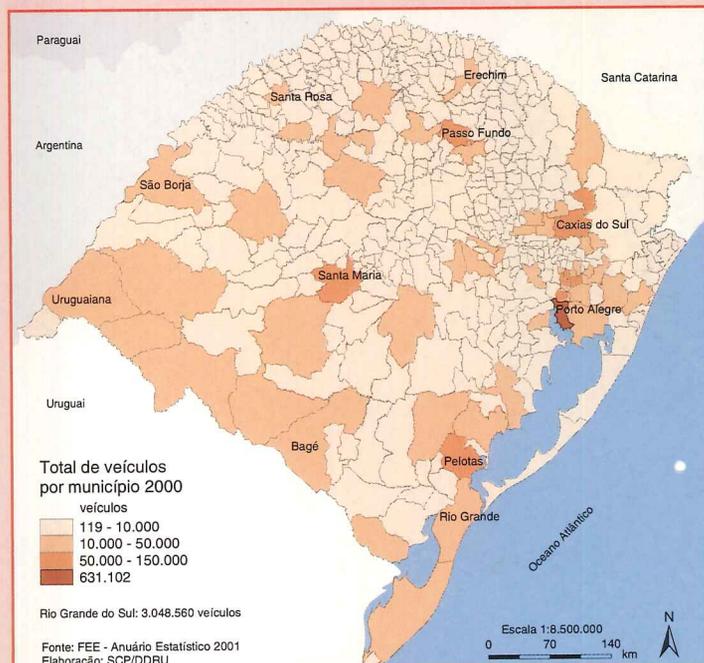


Fonte: DETRAN - 2002

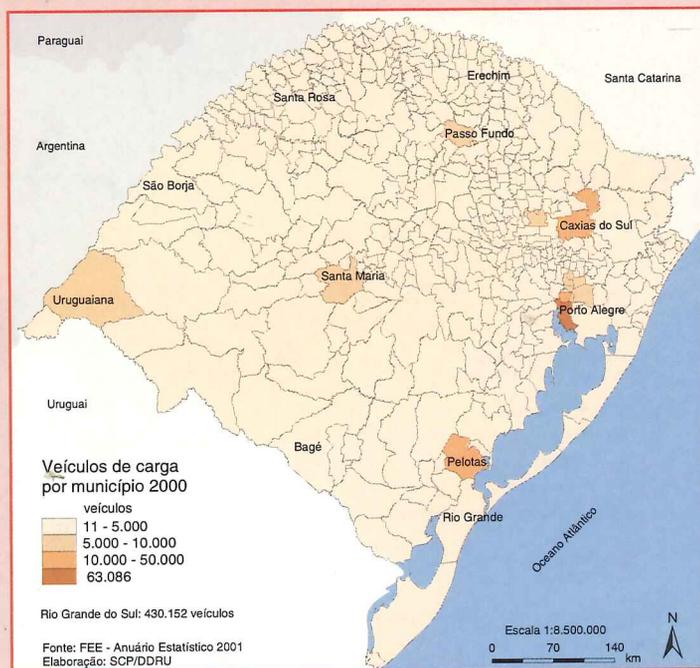
ESTRUTURA FERROVIÁRIA



TOTAL DE VEÍCULOS



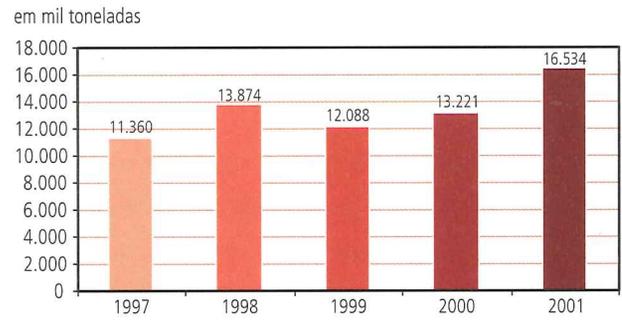
TOTAL DE VEÍCULOS DE CARGA



No transporte hidroviário, o Porto de Rio Grande é referência para os países do MERCOSUL, fazendo com que parte do sistema rodoviário e ferroviário gaúcho tenha a região como ponto de entroncamento. O Porto de Rio Grande é um dos mais importantes do país, movimentando cargas em containers e granéis líquidos, entre outros, com volume geral de cargas que, em 2001, chegou a 16,5 milhões de toneladas. As hidrovias da Laguna dos Patos e Mirim e os portos interiorizados complementam o sistema hidroviário, destacando-se o Porto de Porto Alegre.

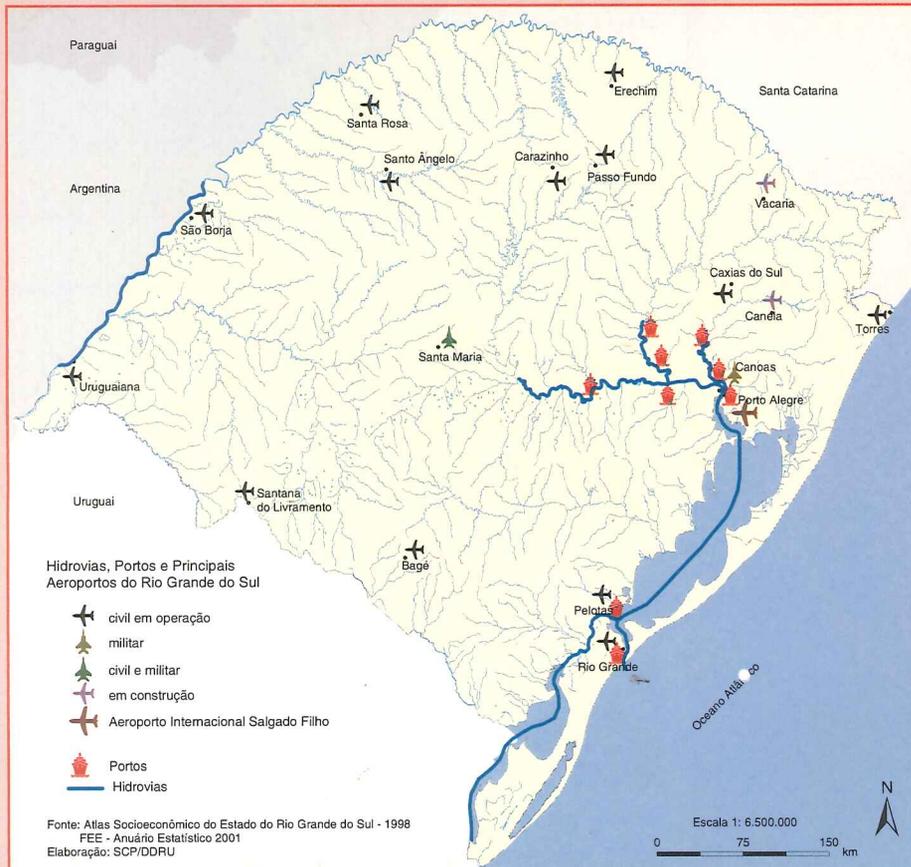
O Aeroporto Internacional Salgado Filho, localizado em Porto Alegre é o principal aeroporto do Estado. Sua movimentação média é de 2,8 milhões de passageiros/ano, envolvendo uma movimentação de 64 mil aeronaves/ano. A movimentação de cargas atinge 47 milhões de kg/ano. O novo terminal de passageiros, concluído em setembro de 2001, tem capacidade para atender uma demanda de até 4 milhões de passageiros/ano, podendo receber até 28 aeronaves de grande porte, simultaneamente.

MOVIMENTAÇÃO GERAL DE CARGAS DO PORTO DE RIO GRANDE 1997 A 2000



Fonte: SUPRG - 2002

HIDROVIAS, PORTOS E PRINCIPAIS AEROPORTOS



A ENTRADA EM OPERAÇÃO DE NOVAS USINAS HIDRELÉTRICAS E TERMELÉTRICAS VEM AMPLIANDO A CAPACIDADE DE GERAÇÃO DE ENERGIA NO ESTADO

A capacidade instalada de geração de energia elétrica do Estado ampliou-se a partir do ano de 1999, passando de 1.893,8MW para 2.540,4MW em 2000.

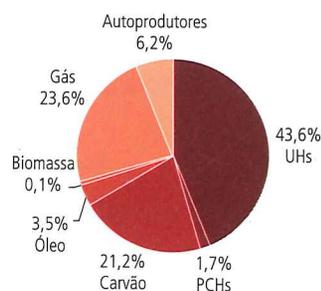
Em 2000, dos 2.540,4MW, 45,3% eram gerados por Usinas Hidrelétricas com capacidade maior que 30MW e Pequenas Centrais Hidrelétricas com capacidade menor que 30MW; 54,7% eram gerados por usinas termoeletricas a gás natural, carvão, óleo e por autoprodutores, indicando uma tendência de diversificação da matriz energética do Estado.

A consolidação desta tendência de diversificação também inclui projetos de aproveitamento de energia eólica e solar, além da ampliação da utilização de gás natural e de biomassa como fonte de energia, assegurando assim melhorias na relação entre produção, importação e consumo no Estado.

Além disso, com a entrada em operação das Usinas Hidrelétricas de

Dona Francisca, Itá, Machadinho após o ano de 2000, houve um acréscimo de cerca de 2.715MW ao sistema, permitindo a ampliação dos níveis de consumo não só no Estado como também no país através da operação do sistema interligado de geração e distribuição.

POTÊNCIA INSTALADA POR TIPO DE UNIDADE DE GERAÇÃO EM 2000*



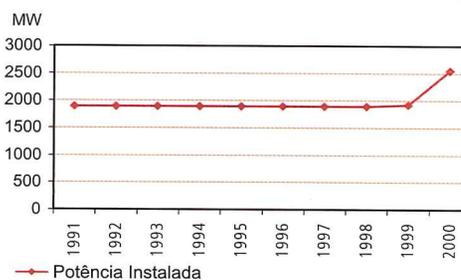
Fonte: SEMC - 2002
* Sem a participação das UHS Dona Francisca, Itá e Machadinho

POTÊNCIA INSTALADA NO RIO GRANDE DO SUL EM 2000 - USINAS MAIORES QUE 30MW

Tipo de Geração	Usina	Potência
Hídrica	Itaúba	500
Hídrica	Jacuí	180
Hídrica	Passo Real	158
Hídrica	Canastra	44
Hídrica	Passo Fundo	226
Térmica a carvão	Presidente Médici	446
Térmica a carvão	Charqueadas	72
Térmica a óleo	Oswaldo Aranha	66
Térmica a Gás Natural	Uruguaiana	600

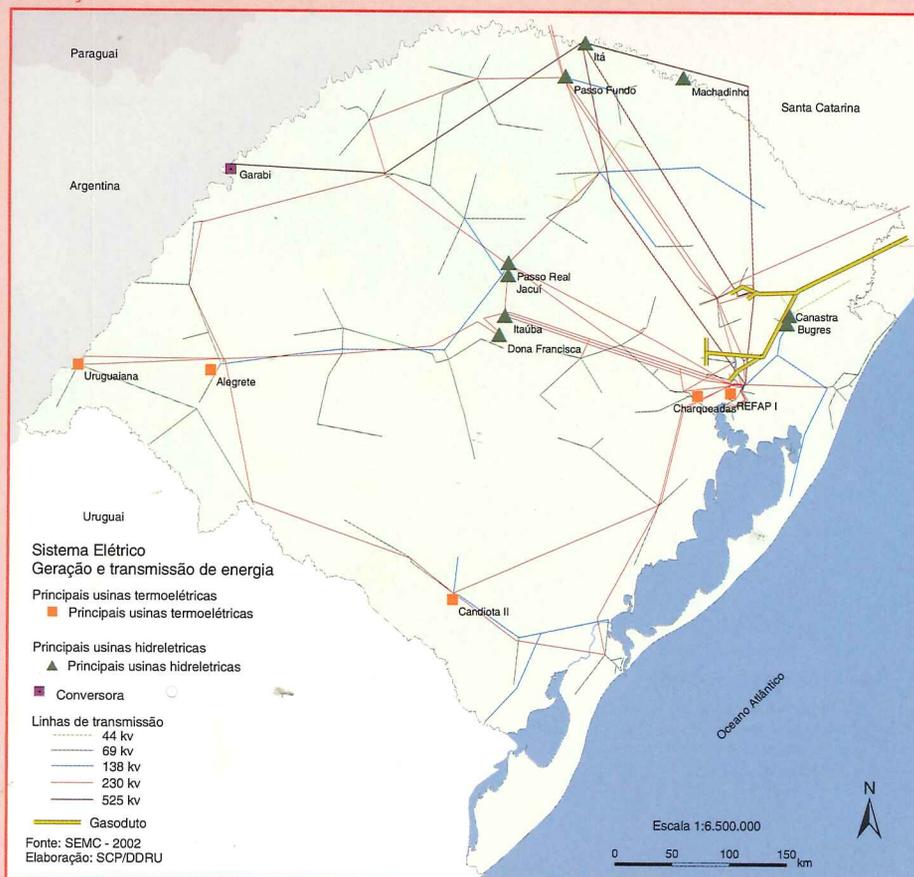
Fonte: SEMC - 2002

EVOLUÇÃO DA POTÊNCIA INSTALADA* - 1991 A 2000 (MW)



Fonte: SEMC - 2002
* Sem a participação das UHS Dona Francisca, Itá e Machadinho

GERAÇÃO E TRANSMISSÃO DE ENERGIA

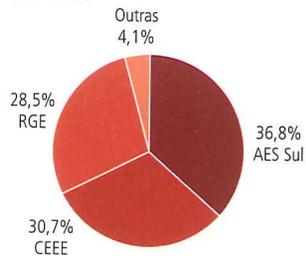


O sistema de transmissão de energia elétrica do Estado faz parte do sistema interligado brasileiro, estando também conectado ao sistema argentino e uruguaio por meio das estações conversoras de frequência alternada 50-60Hz de Garabí e Uruguaiana e de Rivera-Santana do Livramento.

A operação da rede básica de transmissão de energia elétrica no Rio Grande do Sul é realizada na sua maior parte pela Companhia Estadual de Energia Elétrica – CEEE e conta com 39 subestações com potência instalada de 5.850,76MVA.

A empresa mantém também as instalações de conexão interligadas às usinas geradoras do Estado e às de fora deste aos pontos de suprimento e centros de consumo atendidos pelas concessionárias de distribuição.

DISTRIBUIÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR CONCESSIONÁRIA EM 2000



Fonte: SEMC - 2002

As instalações de conexão que complementam o sistema da rede básica são compostas por 11 subestações com uma potência instalada de 613,61MVA .

A partir de 1997, a distribuição de energia no Estado passou a ser feita por 3 grandes concessionárias em três grandes áreas: Norte-Nordeste – RGE; Sul-Sudeste - CEEE e Centro-Oeste - AES SUL. Alguns municípios, no entanto, contam com serviços prestados por cooperativas de eletrificação e pequenas concessionárias independentes.

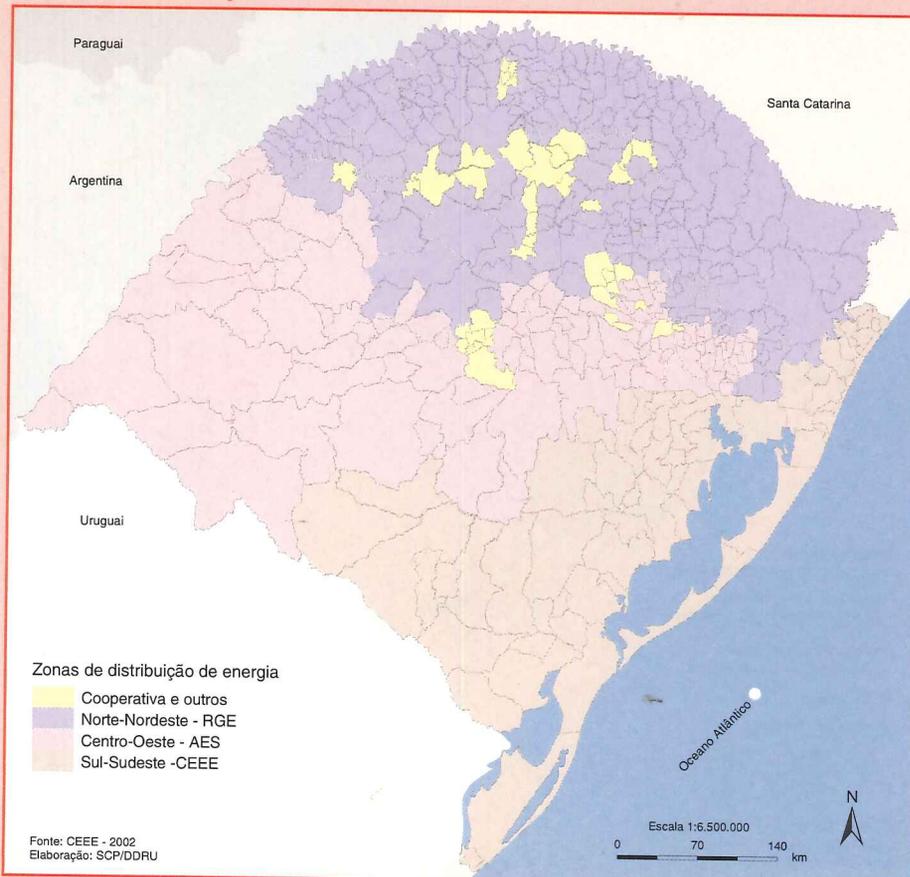
O setor elétrico do Rio Grande do Sul é composto atualmente por duas empresas de geração de energia: a CGTEE - Companhia de Geração Térmica de Energia Elétrica e a GERASUL – Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A. O Sistema conta também com 8 concessionárias e 16 permissionárias de distribuição (cooperativas regionais ou locais de eletrificação).

LINHAS DE TRANSMISSÃO DE ENERGIA ELÉTRICA

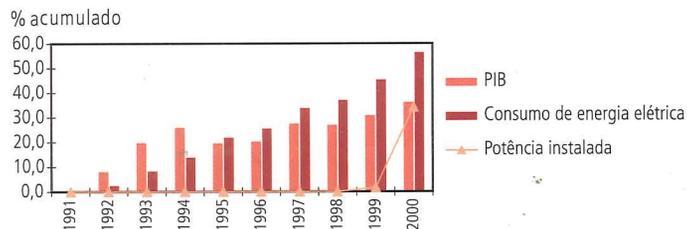
Rede básica em 525kV e 230kV	6.400Km
Rede de subtransmissão em 138kV, 69kV e 44kV	5.200Km
Rede de alimentadores em 23,1kV e 13,8kV	100.000Km

Fonte: Rio Grande do Sul Atlas Eólico - 2002

ZONAS DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

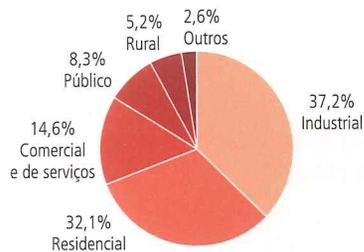


EVOLUÇÃO DO PIB, CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA E POTÊNCIA INSTALADA NO PERÍODO 1999 A 2000



Fonte: SEMEC, 2002

PERCENTUAL DE CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SETOR DA ECONOMIA EM 2000



Fonte: SEMEC, 2002

O aumento do PIB no Estado tem sido acompanhado pelo aumento dos níveis de consumo de energia elétrica nos últimos anos.

O consumo de energia elétrica no Rio Grande do Sul no período de 1991 a 2000 apresentou um crescimento acumulado de 56,5%, enquanto o aumento do potencial instalado foi de 34,1%, ocorrendo a partir de 1998 com a implementação de obras de ampliação do sistema de geração e de transmissão.

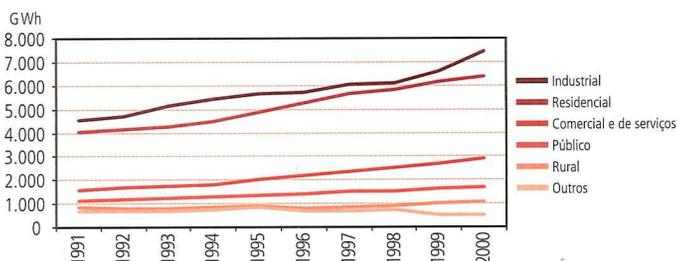
Quanto ao perfil do consumo de energia elétrica no Estado por setor da economia no mesmo período, destacam-se o consumo industrial e o consumo residencial.

A partir do ano de 2000 iniciou-se no Rio Grande do Sul a utilização de fontes alternativas de geração de energia elétrica como a solar, eólica e hidráulica na forma de microcentrais. Essas ações visaram o fornecimento de energia elétrica para iluminação, bombeamento de água e refrigeração para comunidades isoladas em áreas rurais.

Além disso, o Estado já conta com usinas termelétricas à biomassa e várias outras unidades em estudo, aproveitando os resíduos de madeira e casca de arroz.

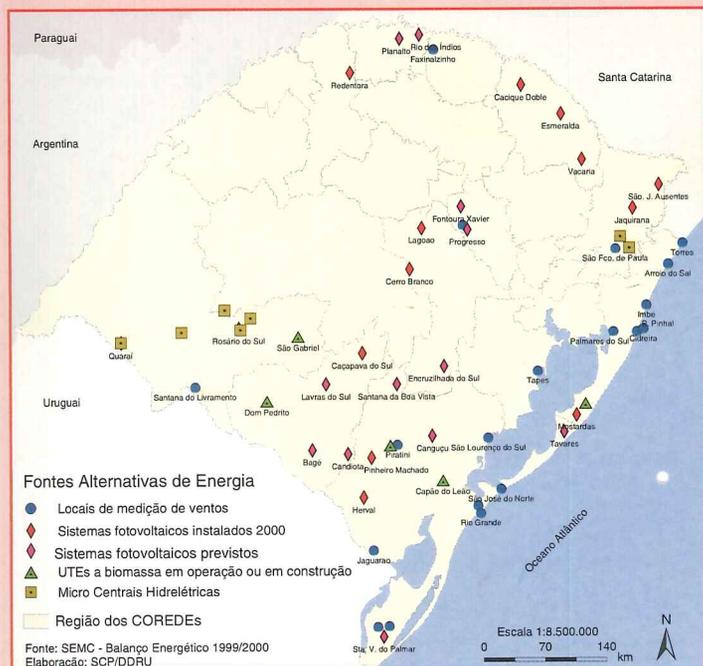
O aproveitamento desses materiais, além de auxiliar na resolução de problemas ambientais, permite também, no caso da casca de arroz, por exemplo, a geração de subproduto na forma de sílica que é reutilizada como matéria-prima para a fabricação de componentes eletrônicos, cerâmicas e vidro.

EVOLUÇÃO DO CONSUMO DE ENERGIA ELÉTRICA POR SETOR DA ECONOMIA NO PERÍODO 1991 A 2000

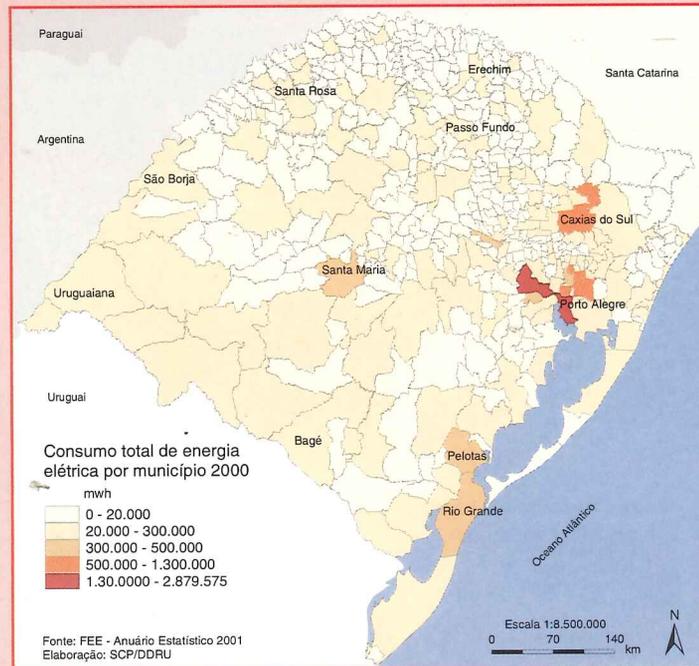


Fonte: SEMEC, 2002

FONTES ALTERNATIVAS DE ENERGIA



CONSUMO DE ENERGIA



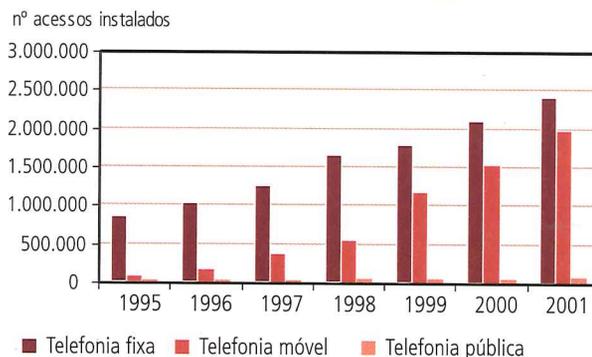
O sistema de telecomunicações do Estado encontra-se em expansão tanto na área de telefonia fixa e pública quanto na área de telefonia móvel.

A telefonia móvel celular teve início no Rio Grande do Sul em 1992 com apenas 600 acessos e com 2 empresas prestadoras de serviço. Já em 2001, o Estado contava com 1.989.500 acessos, apresentando uma densidade de 19,4 acessos/100hab.

A rede de fibra ótica em implantação deverá atender cerca de 200 sedes municipais em conexão com os demais municípios do Estado, formando assim uma rede integrada dos serviços de telecomunicações que permitirá a transmissão de dados e sinais de TV, telefonia móvel, multimídia, etc.

O Estado possui também veículos de comunicação com um expressivo número de jornais com circulação diária - 5 somente na capital, 334 emissoras de rádio e 24 emissoras de TV.

EVOLUÇÃO DOS SERVIÇOS DE TELEFONIA NO RS



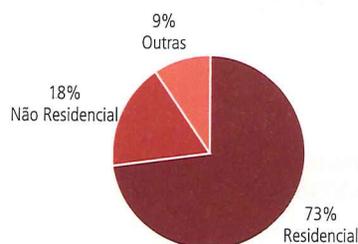
Fonte: ANATEL - 2002

TELEFONIA NO RIO GRANDE DO SUL - 2001

Acessos convencionais instalados	2.411.600
Acessos convencionais instalados/100hab	23,5
Acessos celulares em serviço	1.989.500
Acessos celulares em serviço/100hab	19,4
Acessos públicos instalados	59.800
Acessos públicos instalados/1000hab	5,8

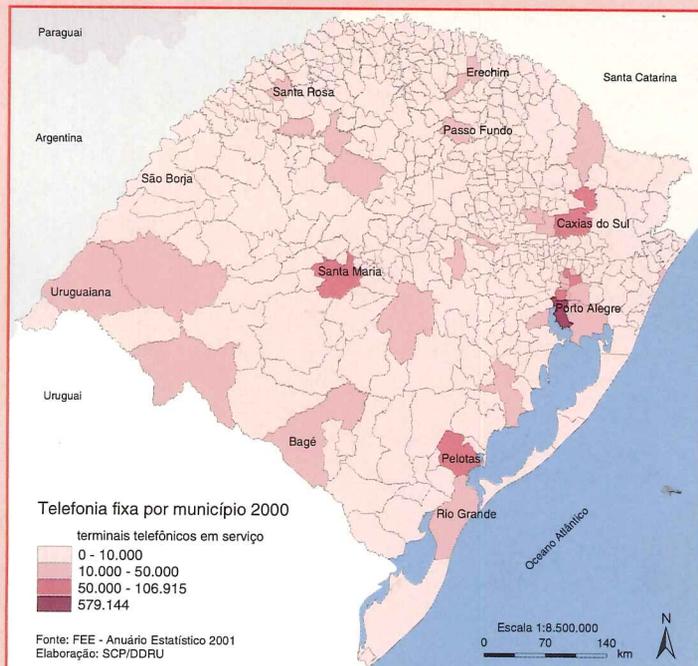
Fonte: ANATEL - 2002

PROPORÇÃO DE NÚMERO DE LINHAS TELEFÔNICAS EM OPERAÇÃO POR TIPO DE SERVIÇO EM 2001

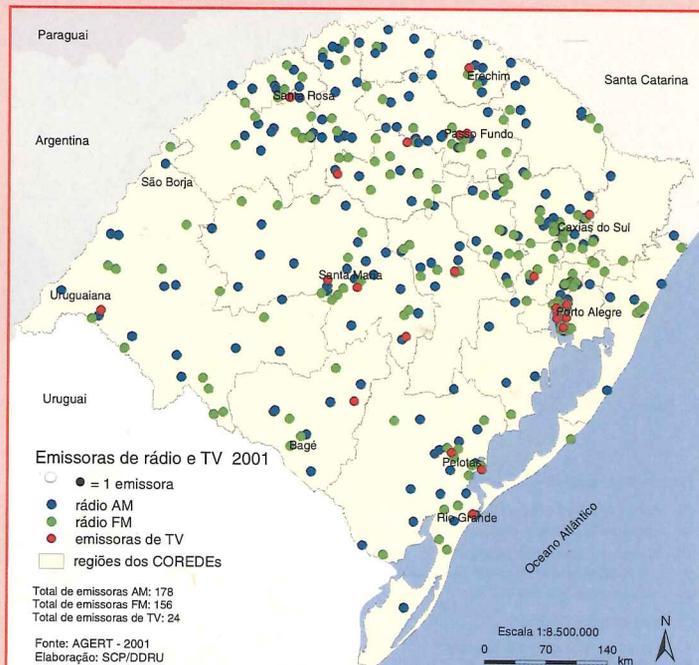


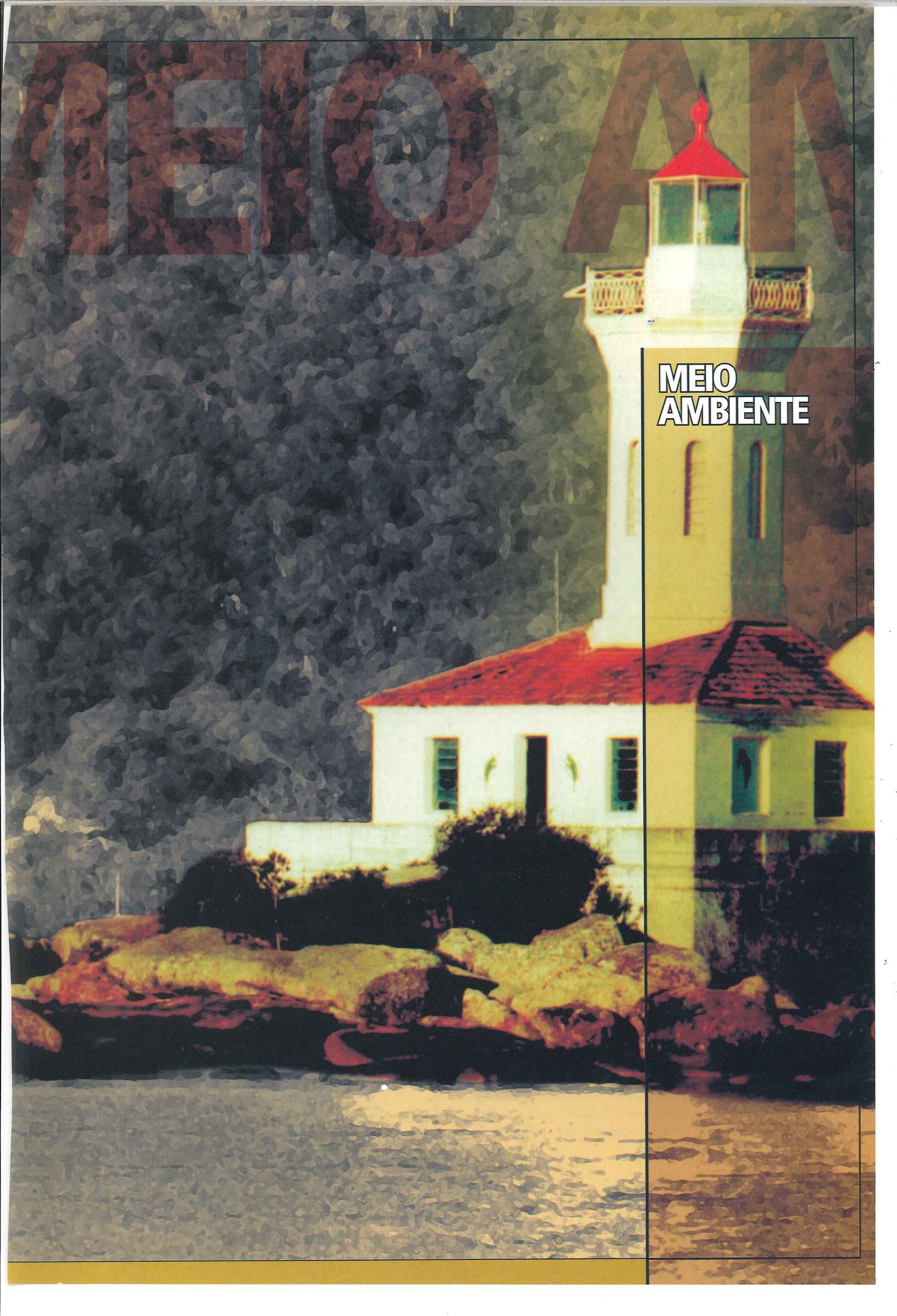
Fonte: Brasil Telecom - 2002

TELEFONIA FIXA



EMISSORAS DE RÁDIO E TV





MEIO AMBIENTE

**MEIO
AMBIENTE**

A tomada de imagens da Terra a partir de satélites tem permitido a obtenção de produtos de ampla aplicação para estudos nas áreas agrícola, urbana, climática, ambiental, etc. possibilitando também o monitoramento de inúmeros fenômenos ao longo do tempo.

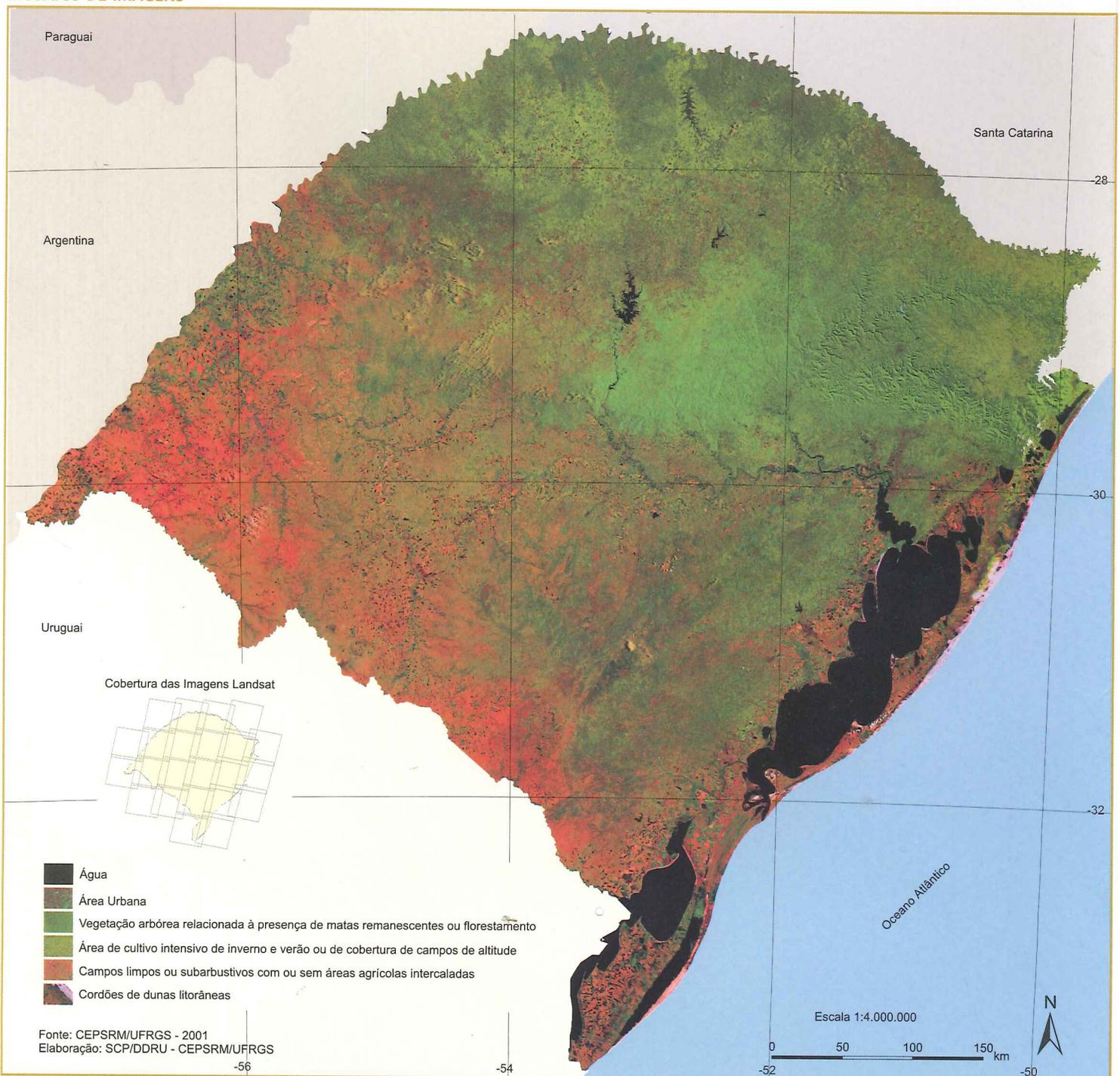
O Centro Estadual de Pesquisas em Sensoriamento Remoto e Meteorologia elaborou um Mosaico de Imagens do Rio Grande do Sul em escala 1:1.000.000, onde foram utilizadas 22 imagens LANDSAT TM 5 e 7 de 185km² em todas as bandas espectrais, que proporcionaram a cobertura total do território do Estado com resolução final de 240X240m.

A utilização de imagens de mesmo período do ano (verão 1999/2000) possibilitou a melhor definição da cobertura vegetal, pois tendem

a expressar os dados em condições aproximadas de umidade do solo, estágio de desenvolvimento da vegetação e transparência atmosférica.

O Mosaico de Imagens é apresentado numa composição falsa cor, utilizando 3 bandas espectrais (3,4 e 5) onde as tonalidades mais próximas do verde representam a vegetação arbórea relacionada à presença de matas remanescentes ou de florestamento (pinus, eucalipto e acácia); as tonalidades mais próximas do amarelo/verde claro representam as áreas de cultivo intensivo de inverno e verão (soja, milho e trigo, principalmente) ou de cobertura de campos de altitude; as tonalidades mais próximas do laranja correspondem à cobertura vegetal predominantemente de campos limpos ou subarbusivos com ou sem áreas agrícolas intercaladas, onde se destacam especialmente as áreas de cultivo de arroz.

MOSAICO DE IMAGENS



Fonte: CEPSRM/UFRGS - 2001
Elaboração: SCP/DDRU - CEPSRM/UFRGS

O mapa do Macrozoneamento ambiental do Rio Grande do Sul foi elaborado com o objetivo de expressar os principais padrões de uso e ocupação do solo, de cobertura vegetal e de relevo. Foram utilizados como base de informações o Mosaico de Imagens do Rio Grande do Sul (Bandas 3, 4 e 5), uma composição de imagens do Satélite NOAA de novembro e dezembro de 1999 e fevereiro de 2000 com informações de máximo índice mensal de vegetação; o mapa geomorfológico do Projeto RADAMBRASIL e o Mapa Altimétrico do Rio Grande do Sul. O cruzamento resultou na definição de 5 macrozonas.

1. Planalto: constituído predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens; campos subarbustivos; florestas de encosta; florestas do Alto Uruguai; zona agrícola de uso intensivo de verão e

inverno e zona agrícola de uso intensivo de verão.

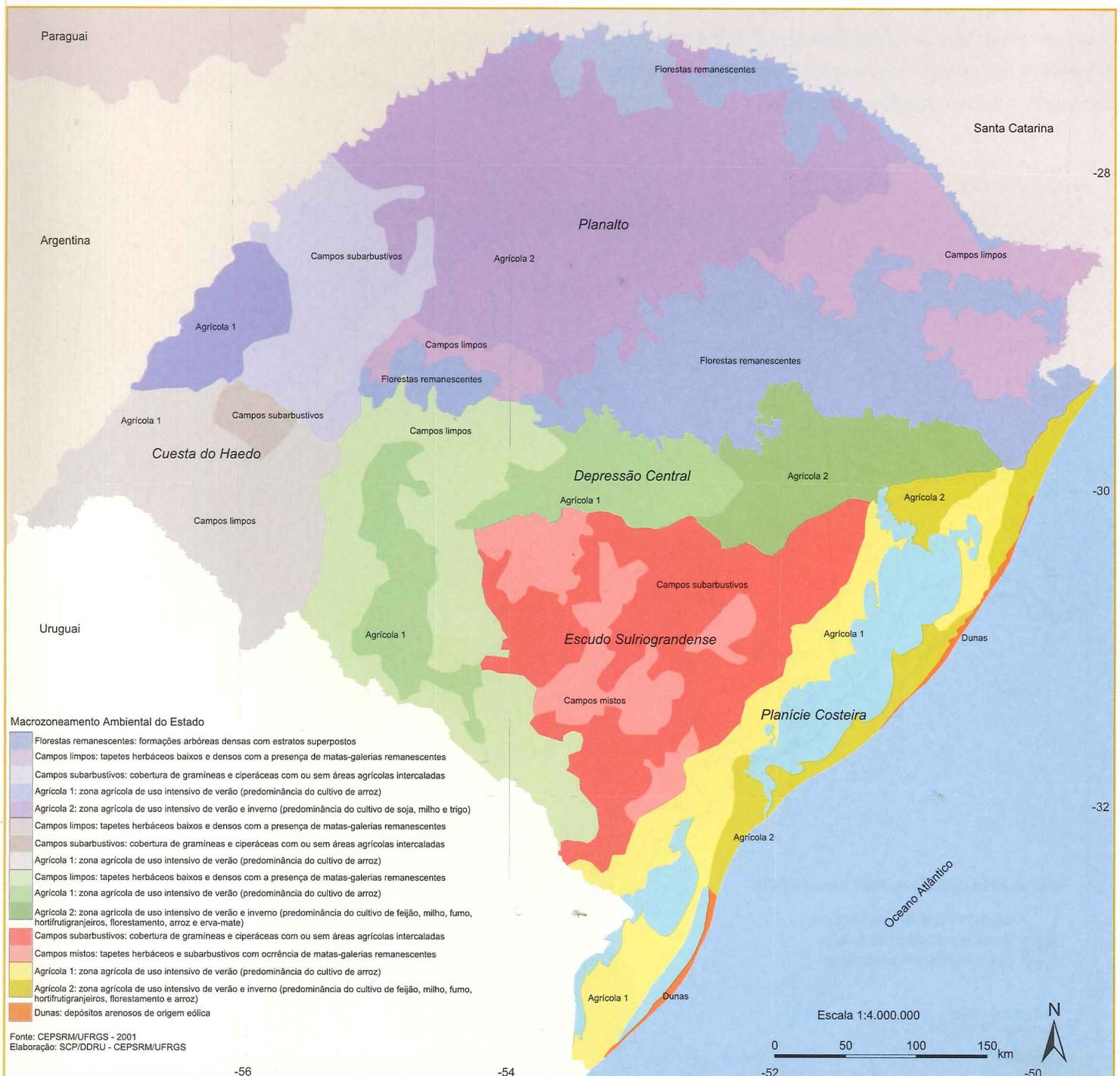
2. Cuesta do Haedo: constituído predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens; campos subarbustivos e zona agrícola de uso intensivo de verão.

3. Depressão Central: constituído predominantemente de áreas de campos limpos e pastagens; zona agrícola de uso intensivo de verão e zona agrícola de culturas diversificadas.

4. Escudo Sul-Rio-grandense: áreas de campos subarbustivos e de campos mistos com ocorrência de matas-galerias e de encostas.

5. Planície Costeira: áreas de depósitos arenosos e cordões de dunas; lagoas e lagunas; zona agrícola de uso intensivo de verão e zona agrícola de culturas diversificadas.

MACROZONEAMENTO AMBIENTAL



O território do RS é formado por 3 grandes bacias hidrográficas: a Bacia do Uruguai, a qual faz parte da Bacia do Rio da Prata e abrange cerca de 57% da área total do Estado; a bacia do Guaíba com 30% do total e a Bacia Litorânea com 13% do total.

O uso do solo da primeira está vinculado principalmente às atividades agropecuárias e agroindustriais.

A segunda apresenta áreas de grande concentração industrial e urbana, sendo a mais densamente povoada do Estado, além de sediar atividades diversificadas incluindo indústria, agropecuária e agroindústria, entre outras.

A terceira apresenta usos do solo predominantemente vinculados às atividades agropecuárias, agroindustriais e industriais.

No Rio Grande do Sul a gestão dos recursos hídricos vem alcançando importantes avanços com a instalação dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas cujo trabalho visa definir instrumentos de planejamento e gestão dos recursos hídricos, promovendo a sua recuperação e conservação.

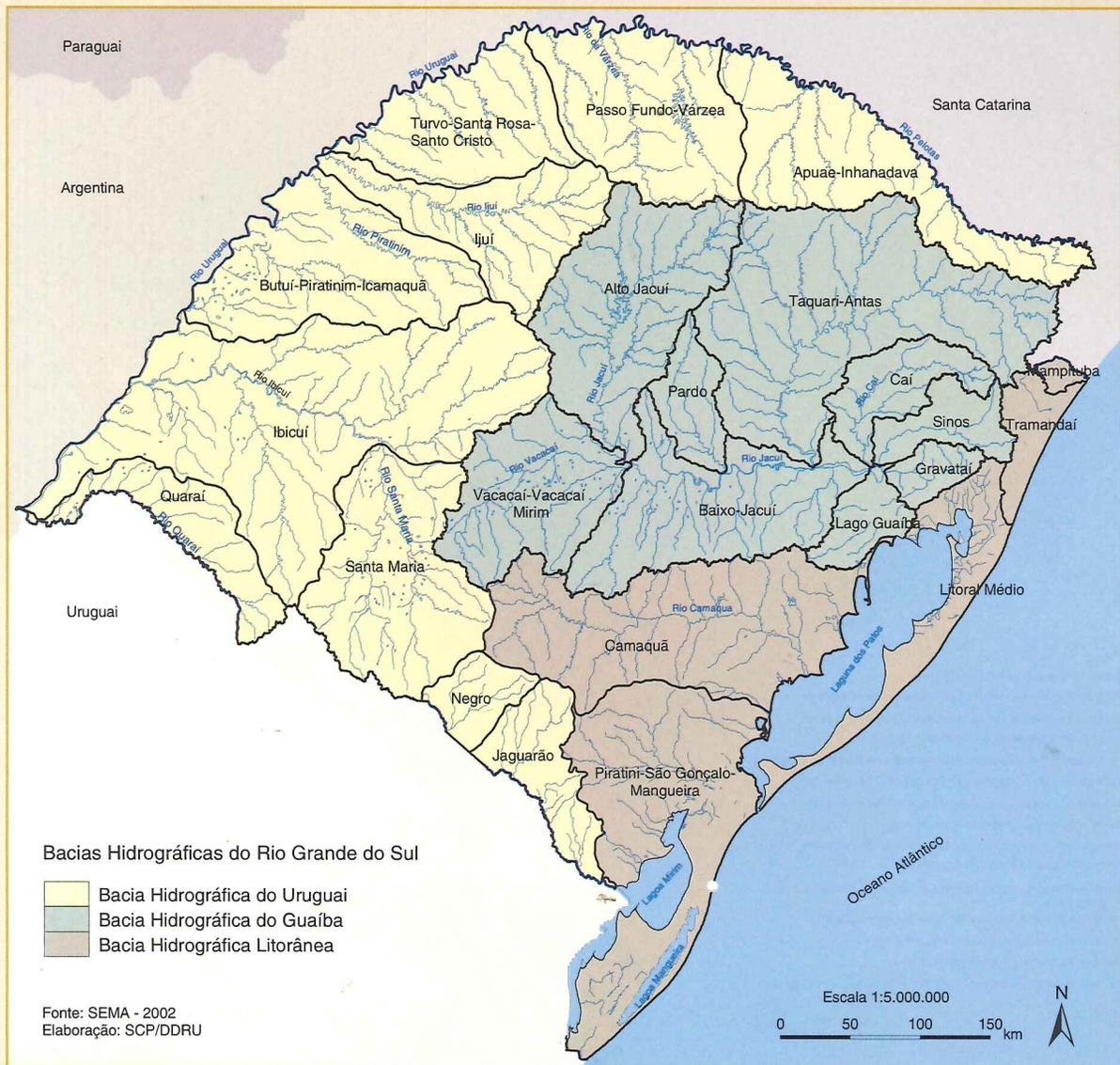
Das 23 sub-bacias do Estado, 16 já contam com Comitês instalados e operantes, 4 apresentam comissões provisórias e 4 são bacias compartilhadas que necessitam tratamento especial.

COMITÊS DE BACIAS HIDROGRÁFICAS

Comitês Instalados	Comissões Provisórias	Bacias compartilhadas
Alto Jacuí	Butuí-Piratinim-Icamaguã	Quaraí
Apuaê-Inhandava	Passo Fundo-Várzea	Negro
Baixo Jacuí	Mirim-São Gonçalo	Jaguarão
Cai	Litoral Médio	Mampituba
Camaquã		
Gravataí		
Ibicuí-Ijuí		
Lago Guaíba		
Pardo		
Santa Maria		
Sinos		
Taquari-Antas		
Tramandaí		
Turvo-Santa Rosa-Santo Cristo		
Vacacaí-Vacacaí Mirim		

Fonte: FEPAM

BACIAS E SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS



A UTILIZAÇÃO DA UNIDADE TERRITORIAL BACIA HIDROGRÁFICA NA IDENTIFICAÇÃO DE PROBLEMAS AMBIENTAIS COLABORA PARA DEFINIÇÃO DE AÇÕES DE RECUPERAÇÃO E PRESERVAÇÃO

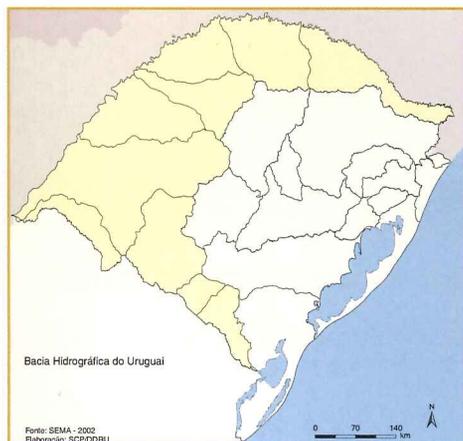
Muitos são os problemas ambientais no Rio Grande do Sul, resultantes na sua maioria, das formas de apropriação e uso que a sociedade faz dos chamados recursos naturais.

Alguns desses problemas são facilmente identificáveis por abranger grandes extensões territoriais ou por influir diretamente nas condições de qualidade de vida de um grande número de habitantes em diferentes

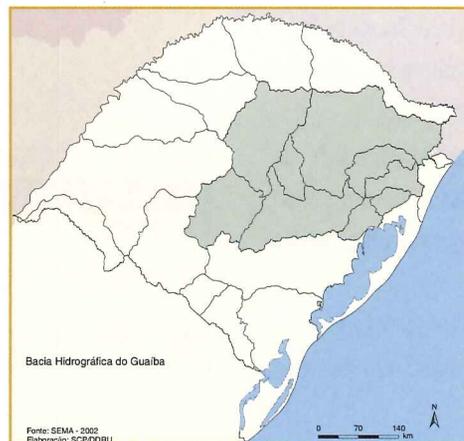
locais do Estado do Rio Grande do Sul.

O reconhecimento de sua ocorrência é fundamental para a definição de ações e políticas públicas e para o envolvimento maior da sociedade civil. No mesmo sentido, a identificação destes fenômenos utilizando a unidade territorial da bacia hidrográfica auxilia na compreensão da dinâmica ambiental a que estes estão diretamente relacionados.

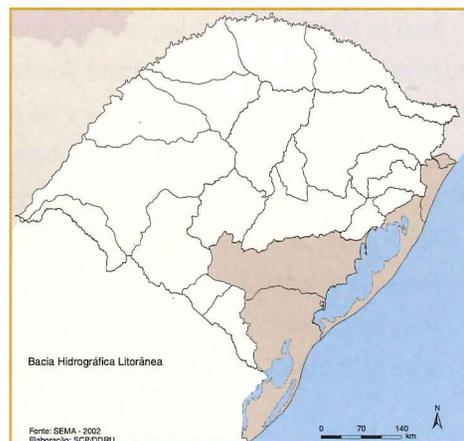
BACIA HIDROGRÁFICA DO URUGUAI



BACIA HIDROGRÁFICA DO GUAÍBA



BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA



PRINCIPAIS PROBLEMAS AMBIENTAIS

BACIA HIDROGRÁFICA DO URUGUAI	BACIA HIDROGRÁFICA DO GUAÍBA	BACIA HIDROGRÁFICA LITORÂNEA
Despejo de efluentes domésticos sem tratamento nos cursos d'água	Despejo de efluentes domésticos sem tratamento nos cursos d'água	Despejo de efluentes domésticos sem tratamento nos corpos d'água afetando inclusive as condições de balneabilidade do mar e lagoas costeiras
Despejo de efluentes agroindustriais nos cursos d'água, originadas principalmente das suinocultura e avicultura	Despejo de efluentes industriais e agroindustriais nos cursos d'água	Despejo de efluentes industriais e agroindustriais nos principalmente cursos d'água
Manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos e industriais, principalmente em relação a disposição final	Poluição do ar por fontes fixas e por veículos resultantes da alta concentração industrial e urbana	Poluição do ar por fontes fixas
Drenagem de áreas de banhados e de cursos d'água pela lavoura irrigada, prejudicando outros usos	Produção de grandes volumes de resíduos sólidos urbanos e industriais e manejo inadequado, principalmente em relação a disposição final	Manejo inadequado de resíduos sólidos urbanos e industriais, principalmente em relação a disposição final
Desmatamentos, remoção de camadas de solo, desagregação de material rochoso e alteração características físicas e químicas do solo e da água por atividades mineradoras	Ocupação urbana em áreas de risco	Expansão de monocultivos florestais
Exploração indiscriminada de água de subsolo	Desmatamentos, alteração de cursos d'água, remoção de camadas de solo e desagregação de material rochoso por atividades mineradoras	Desmatamentos, alteração de cursos d'água, remoção de camadas de solo e desagregação de material rochoso por atividades mineradoras
Erosão e compactação do solo agrícola pela ausência de utilização de práticas de conservação	Erosão do solo agrícola pela ausência de utilização de práticas de conservação	Alteração da morfologia litorânea por práticas de eliminação de dunas móveis e fixas pela ocupação urbana ou atividade mineradora de areia
Assoreamento dos cursos d'água	Assoreamento dos cursos d'água	Desmatamento de áreas remanescentes de mata nativa, principalmente ao longo dos cursos d'água
Contaminação do solo e da água por agrotóxicos e insumos químicos	Contaminação do solo e da água por agrotóxicos e insumos químicos	Drenagem de áreas de banhados e de cursos d'água pela lavoura irrigada, prejudicando outros usos
Desmatamento de áreas remanescentes de mata nativa, principalmente ao longo dos cursos d'água	Enchentes periódicas	Contaminação do solo e da água por agrotóxicos e insumos químicos
Processo intenso de arenização		Enchentes e estiagens periódicas
Enchentes e estiagens periódicas	Transporte de cargas perigosas	Transporte de cargas perigosas

Fonte: DDRU/SCP

O meio ambiente no Brasil é visto atualmente não como restrição ao desenvolvimento, mas como fator de oportunidade para promoção de usos sustentáveis que podem conjugar crescimento econômico, geração de emprego e renda, melhoria da qualidade de vida e proteção dos recursos naturais.

Entre as unidades da federação, o Estado do Rio Grande do Sul é considerado pioneiro no trato de questões ambientais desde os anos 50 e instrumento de referência, tanto no que se relaciona à criação de áreas de proteção e conservação, ações de recuperação ambiental, organização de movimentos de defesa do meio ambiente como na institucionalização de políticas públicas a ele relacionados.

Como resultado, o Estado apresenta hoje grande variedade de unidades de conservação (UCs) e de áreas protegidas, na sua grande maioria criadas entre os anos 70 e 80, abrangendo uma ampla variedade de ecossistemas.

O Estado conta com 11 Unidades de Conservação federais e aproximadamente 27 estaduais, incluindo áreas criadas por decretos

estaduais e ainda não implementadas. Existem ainda cerca de 19 UCs Municipais, incluindo áreas de usos múltiplos como parques urbanos e 3 UCs particulares.

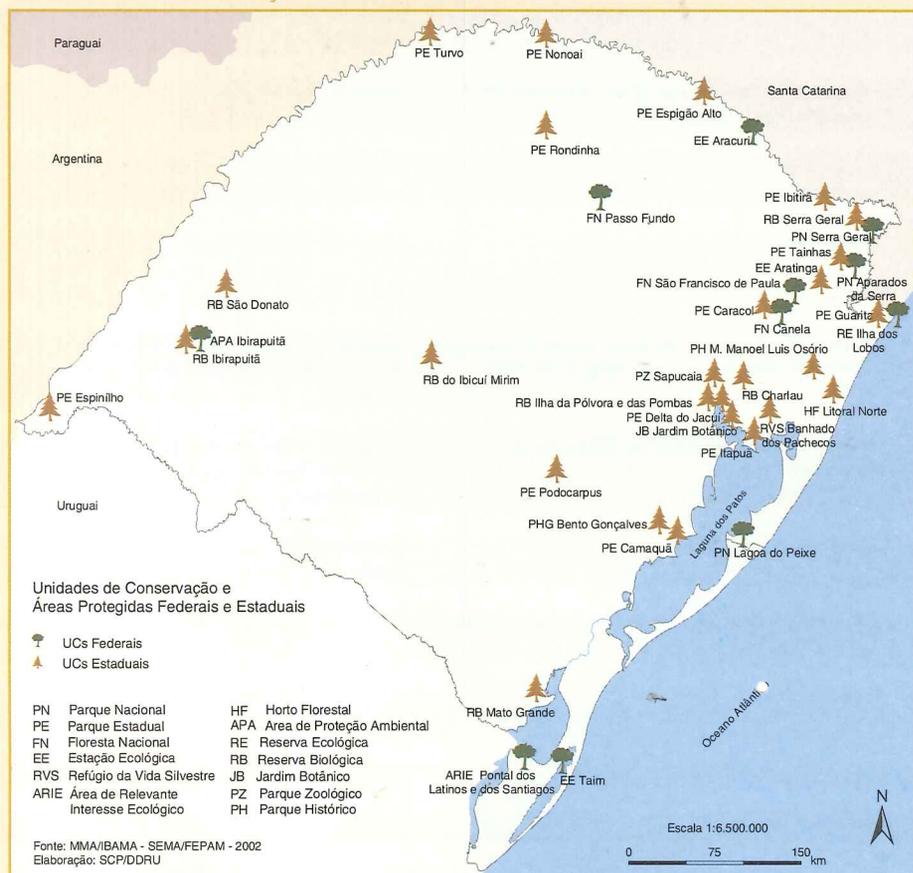
No total, o Estado apresenta cerca de 60 UCs, abrangendo aproximadamente 531.509,14ha, o que corresponde a 18,8% do seu território.

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL

Tipos	Nº	Área (ha)
Federais	11	418.916,76
Estaduais	27	102.667,04
Municipais	19	9.571,34
Particulares	3	354,00
TOTAL	60	531.509,14

Fonte: MMA/IBAMA; FEPAM; Fabricio Filho, João Alberto e outros

UNIDADES DE CONSERVAÇÃO E ÁREAS PROTEGIDAS



A ÁREA DE COBERTURA FLORESTAL DO ESTADO TEM APRESENTADO UM AUMENTO SIGNIFICATIVO NAS ÚLTIMAS DUAS DÉCADAS, PASSANDO DE 5,6% EM 1983 PARA 17,5% EM 2001

De acordo com o Inventário Florestal Contínuo do Rio Grande do Sul realizado em 2001 pela Universidade Federal de Santa Maria, houve um grande aumento das áreas florestadas no Estado, resultado principalmente do abandono de áreas rurais, maior rigor na aplicação da legislação ambiental e avanço da educação ambiental de modo geral.

Dos 17,5% de florestas nativas remanescentes no Estado, 13,5% são de florestas naturais em estágio avançado e médio de regeneração e 4,0% são de florestas naturais em estágio inicial de regeneração.

Além disso, em 1992 a UNESCO declarou as áreas remanescentes de Mata Atlântica, que abrangem cerca de 29.000.000ha do território nacional e 434.193ha no território estadual, como Reserva da Biosfera, reconhecendo a situação desta floresta tropical como a mais ameaçada do planeta.

O Estado conta ainda com áreas de reservas indígenas, as quais também contribuem para a preservação de importantes ecossistemas. Ao todo são 21 áreas criadas e delimitadas, ocupando cerca de 90.032ha que abrigam aproximadamente 12.033 habitantes dos grupos indígenas Mbyá Guarani e Kaingang. Outras 6 áreas estão em processo de estudo e delimitação pelo INCRA.

EVOLUÇÃO DA COBERTURA FLORESTAL

Ano	Área (ha)	% Área do RS
1940	9.898.536	35,1
1959	2.700.501	9,6
1983	1.585.874	5,6
2001	4.955.629	17,5

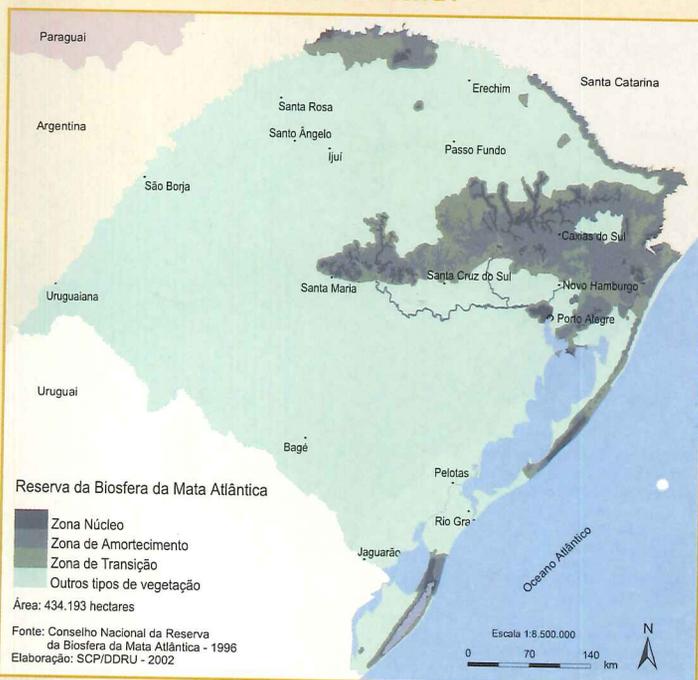
FONTE: FEPAM

ÁREAS E POPULAÇÃO NO RS POR GRUPOS INDÍGENAS

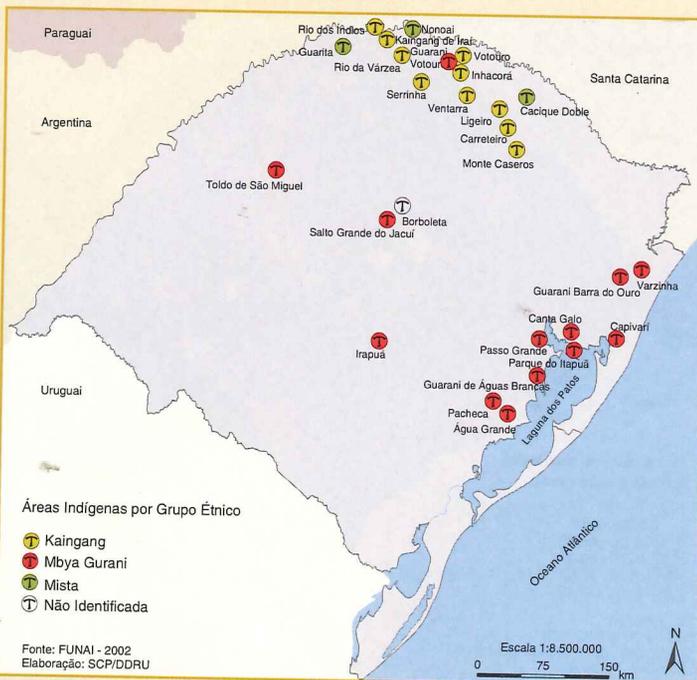
Grupos	Nº	População	Superfícies (ha)
Kaingang	10	3.674	41.215
Mbyá Guarani	13	266	6.076
Mistas	3	8.093	42.741
Não Identificada	1		
TOTAL	27	12.033	90.032

FONTE: FUNAI

RESERVA DA BIOSFERA DA MATA ATLÂNTICA



ÁREAS INDÍGENAS POR GRUPO ÉTNICO



Os temas abastecimento de água, esgoto domiciliar e coleta de lixo são importantes indicadores de condições ambientais e de qualidade de vida da população de uma região.

De acordo com os dados do Censo 2000, no Brasil, dos 44.795.101 domicílios, 34.859.339 encontram-se ligados a rede geral de abastecimento de água¹, alcançando um percentual de 77,82%.

Entre os estados brasileiros estes percentuais variam entre 30,75% e 93,50%, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os 10 que apresentam os maiores índices de atendimento deste serviço.

No Rio Grande do Sul, dos 3.042.039 domicílios, 2.423.264 encontram-se ligados a rede geral, o que corresponde a 79,66%, taxa de atendimento superior a brasileira.

Entre os 467 municípios do Rio Grande do Sul, 103 apresentam percentuais de atendimento igual ou superior a do Estado, podendo atingir

até 98,13% de atendimento deste serviço como é o caso do município de Porto Alegre.

No Brasil, do total de domicílios, 91,72% possuem banheiro ou sanitário² e destes, 67,80% encontram-se ligados à rede geral de esgoto ou pluvial ou fossa séptica.

Entre os estados brasileiros estes percentuais variam entre 18,87% e 90,35%, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os 6 estados que apresentam as maiores taxas.

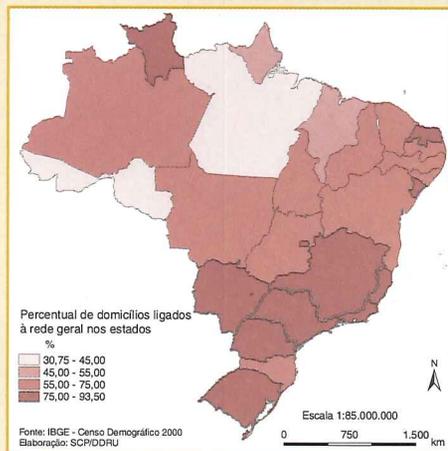
No Rio Grande do Sul, do total de domicílios, 97,56% possuem banheiro ou sanitário e destes, 70,09% encontram-se ligados à rede geral ou fossa séptica, apresentando, portanto, taxas superiores às brasileiras.

Entre os 467 municípios do Estado, 111 apresentam percentuais de atendimento igual ou superior ao do Estado, podendo atingir até 98,83%, como é o caso do município de Dois Irmãos.

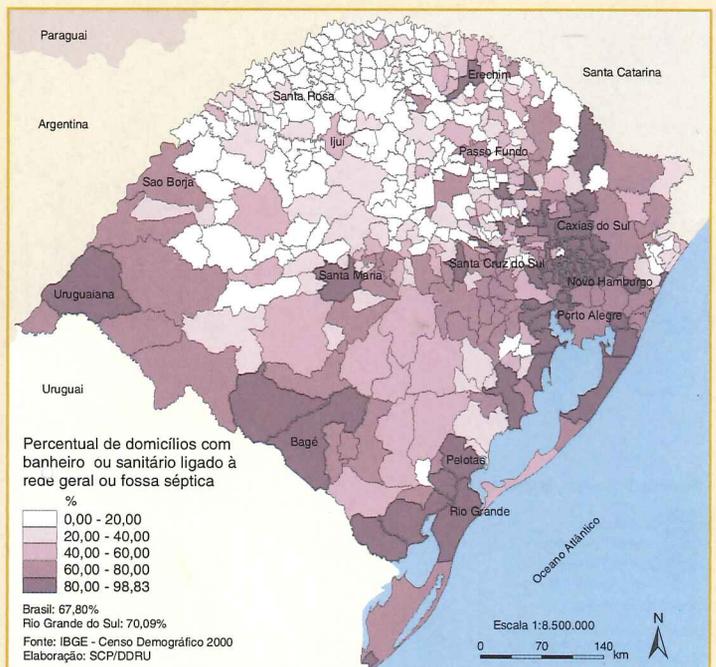
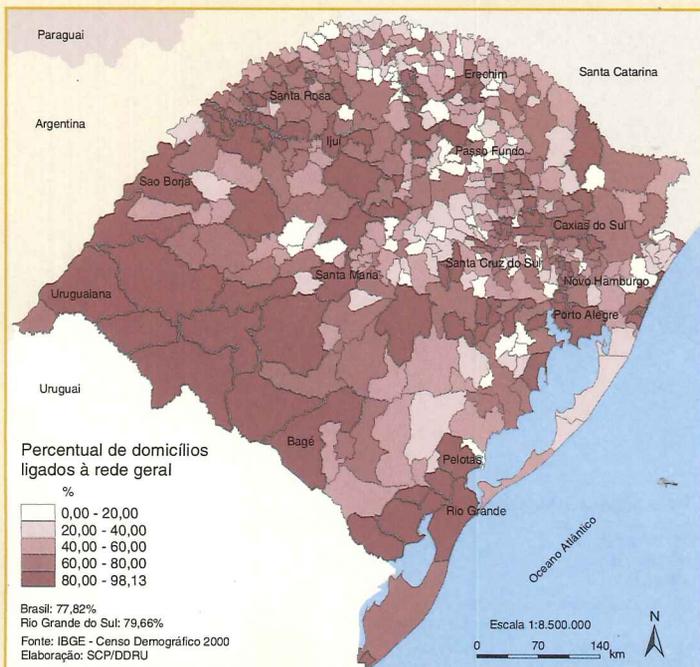
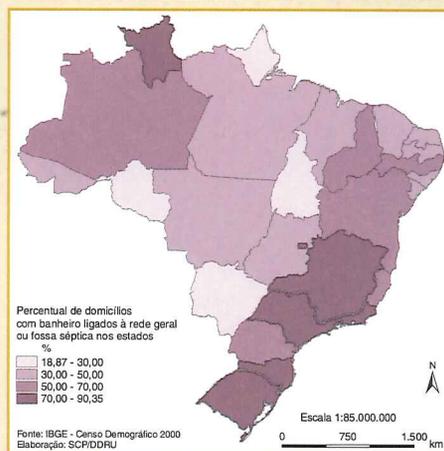
1 Os dados do Censo se referem ao número de domicílios particulares permanentes por formas de abastecimento de água: domicílios ligados à rede geral; com poço ou nascente na propriedade e outras formas de abastecimento.

2 Os dados do Censo se referem a número de domicílios particulares permanentes por existência de banheiro ou sanitário e tipo de esgotamento: rede geral de esgoto ou pluvial; fossa séptica; fossa rudimentar; vala; rio, lago ou mar ou outro tipo de escoadouro.

DOMICÍLIOS LIGADOS À REDE GERAL DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA



DOMICÍLIOS COM BANHEIRO OU SANITÁRIO LIGADO À REDE GERAL OU FOSSA SÉPTICA



O RIO GRANDE DO SUL ESTÁ ENTRE OS 7 ESTADOS BRASILEIROS QUE APRESENTAM AS MAIS ELEVADAS TAXAS DE ATENDIMENTO DO SERVIÇO DE COLETA DE LIXO

De acordo com os dados do Censo 2000, no Brasil, dos 44.795.101 domicílios, 35.393.331 contam com sistema de coleta de lixo³, alcançando um percentual de 79,01%.

Entre os estados brasileiros estes percentuais variam entre 34,32% e 96,14%, sendo que o Rio Grande do Sul está entre os 7 estados que apresentam as maiores taxas de atendimento deste serviço.

No Rio Grande do Sul, dos 3.042.039 domicílios, 2.558.120 contam com sistema de coleta de lixo, correspondendo a 84,09%, taxa de atendimento superior a brasileira.

Entre os 467 municípios do Estado, 91 apresentam percentuais de atendimento igual ou superior ao do Estado, podendo atingir até 99,38% de atendimento deste serviço, como é o caso do município de Porto Alegre.

Desde 1999, estão sendo realizadas no Estado importantes obras de expansão e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e

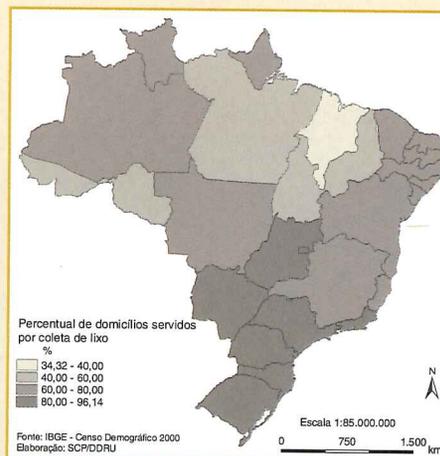
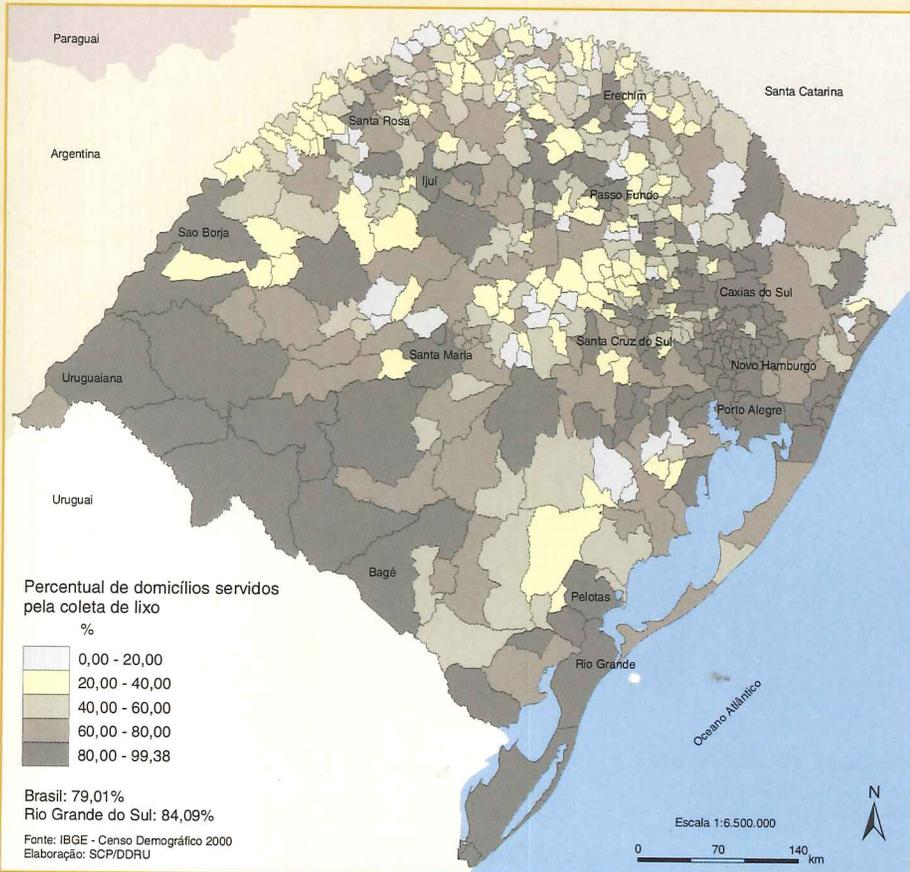
de esgotamento sanitário, bem como obras e projetos de tratamento e disposição final de resíduos sólidos em vários municípios do Estado através da Secretaria Estadual de Obras Públicas e Saneamento e da Companhia Riograndense de Saneamento.

Esta Secretaria tem incentivado a construção de redes e unidades de coleta e tratamento de esgoto cloacal e pluvial através de convênio com municípios e consórcios de municípios. Vem promovendo ainda a implantação de sistemas simplificados de água, esgoto, coleta e tratamento de lixo e aterro sanitário para municípios com população inferior a 75.000 habitantes.

A CORSAN vem ampliando a rede de distribuição de água; construindo adutoras de água bruta, aumentando a capacidade de captação e de produção de água tratada. Também vem ampliando a rede de coleta de esgotos e de estações de tratamento em vários pontos do Estado.

3 Os dados do Censo se referem a número de domicílios particulares permanentes por destino do lixo: coletado por serviço de limpeza ou caçamba de serviço de limpeza; queimado na propriedade; enterrado na propriedade; jogado em terreno baldio ou logradouro; jogado em rio, lago ou mar ou outro destino.

DOMICÍLIOS SERVIDOS POR COLETA DE LIXO



Como destaque na institucionalização de políticas públicas mais recentes, tem-se a organização do Sistema Estadual de Proteção Ambiental com a criação do Conselho Estadual do Meio Ambiente (CONSEMA) em dezembro de 1994 que congrega o Sistema Estadual de Unidades de Conservação e o Sistema Estadual de Recursos Hídricos; a criação da Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) em agosto de 1999; a aprovação do Código Estadual do Meio Ambiente em 2000 e a organização dos Comitês de Gerenciamento de Bacias Hidrográficas, entre outras.

Além disso, existem importantes projetos e programas em execução que visam a recuperação e proteção ambiental no Estado, destacando entre eles o Programa de Gestão Ambiental Compartilhada da SEMA que destina-se a capacitação dos municípios para o tratamento de questões ambientais e o Programa Pró-Guaíba, que visa a recuperação ambiental da Bacia do Guaíba e conta com financiamento internacional do BID.

O Programa para o Desenvolvimento Racional, Recuperação e

Gerenciamento Ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba ou Pró-Guaíba abrange cerca de 251 municípios em 1/3 da área do Estado onde vive aproximadamente 2/3 da população total.

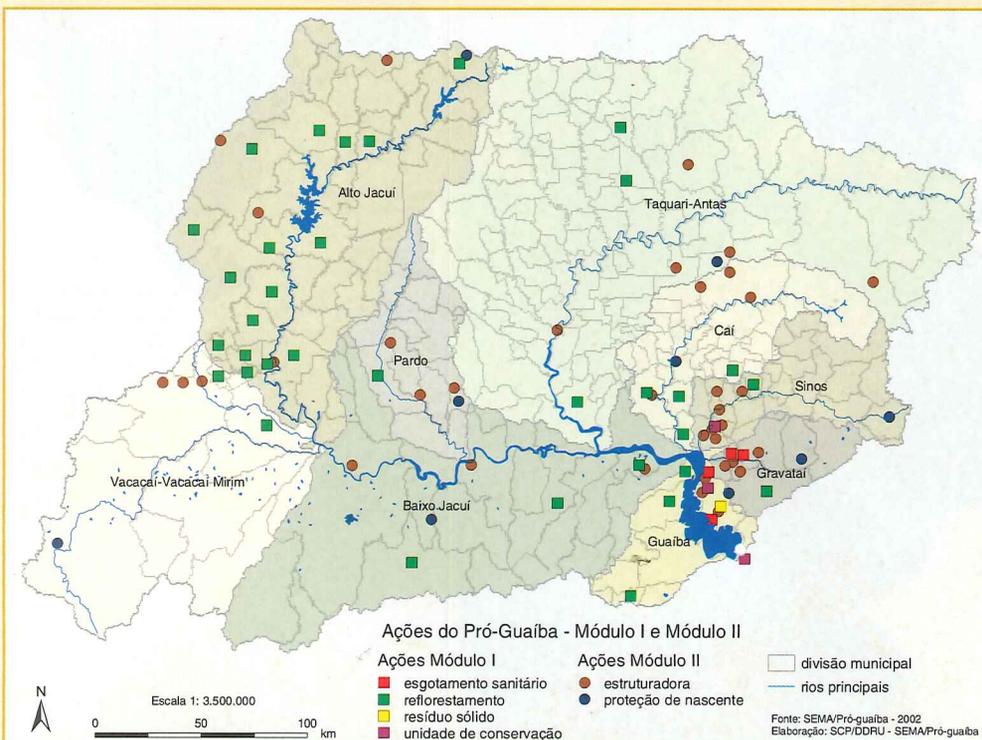
É um programa articulador e indutor de ações que apontam para um modelo de desenvolvimento ecologicamente sustentável e socialmente justo.

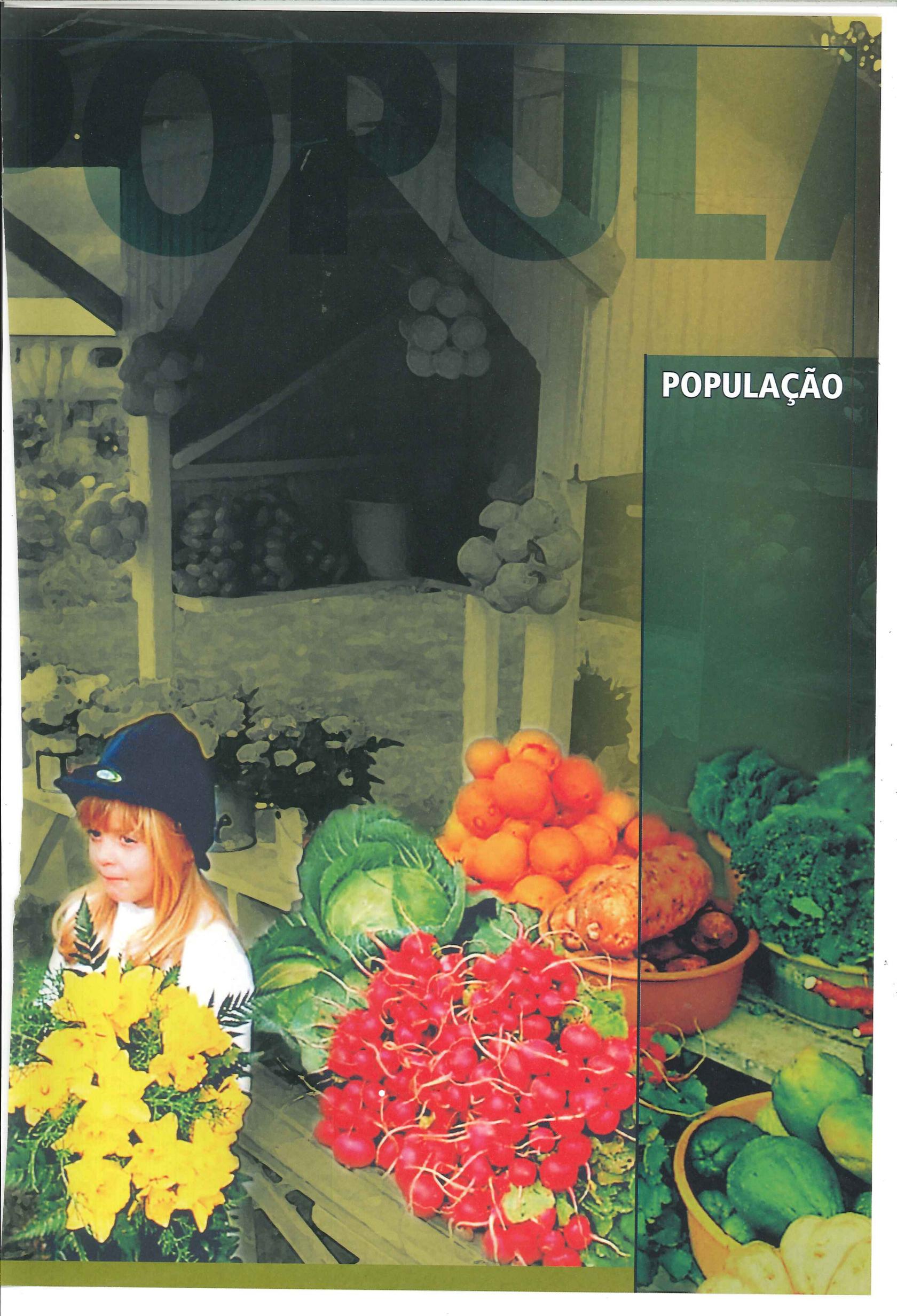
As ações desenvolvidas no módulo I do programa já beneficiaram mais de 1.500.000 pessoas e vem se ampliando desde o início do módulo II que deverá se estender até 2006.

Um processo inédito de planejamento participativo está sendo adotado para este módulo com o intuito de definir o Plano Diretor da Região Hidrográfica do Guaíba, que deverá orientar as ações para os próximos vinte anos, adquirindo um caráter sistêmico a fim de evitar ações isoladas.

Os grupos de trabalho contam com técnicos de instituições públicas e privadas, representantes dos Comitês de Bacia, representantes de ONGs, Conselhos Regionais de Desenvolvimento e de Orçamento Participativo.

PROGRAMA PRÓ-GUAÍBA



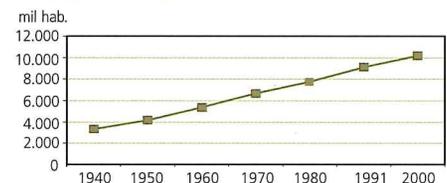


POPULAÇÃO

O RIO GRANDE DO SUL É O QUINTO ESTADO BRASILEIRO EM POPULAÇÃO.

O Rio Grande do Sul, conforme Censo do IBGE em 2000, totalizou 10.187.798 habitantes, tendo duplicado sua população em relação a 1960. Ocupa o quinto lugar entre os Estados brasileiros e vem mantendo esta posição desde 1940, à exceção de 1970, quando o Paraná ocupou o 5º e o Rio Grande do Sul o 6º lugar devido principalmente à intensa emigração de gaúchos para outros estados nessa década.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - 1940 A 2000



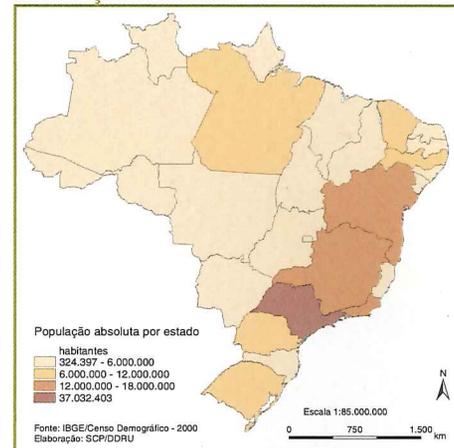
Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

ESTADOS BRASILEIROS MAIS POPULOSOS - 1940 A 2000

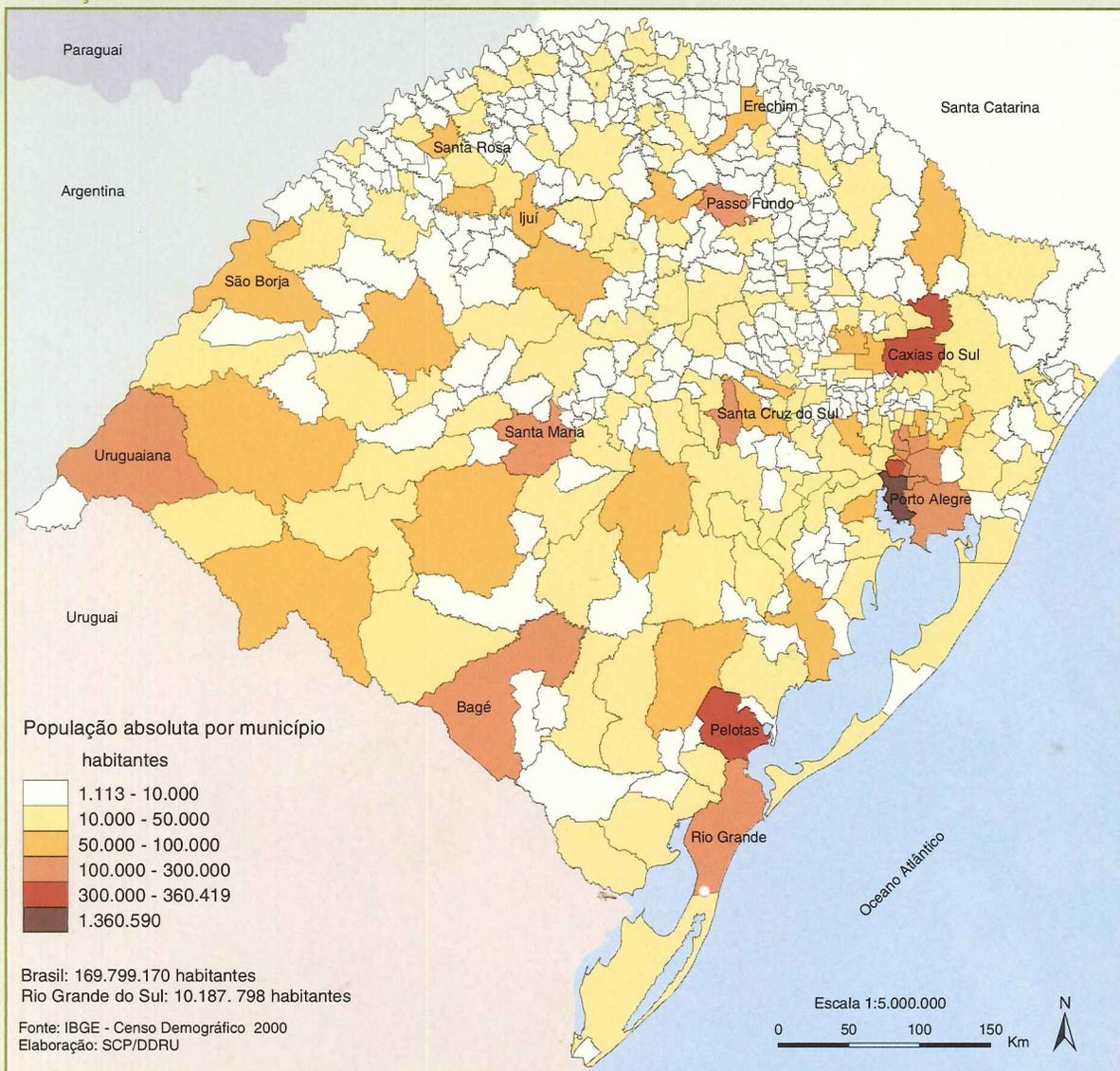
Estados	Anos						
	1940	1950	1960	1970	1980	1991	2000
Brasil	41.236.315	51.944.397	70.992.343	94.508.583	121.150.573	146.917.459	169.799.170
São Paulo	7.180.316	9.134.423	12.974.699	17.958.693	25.375.199	31.546.473	37.032.403
Minas Gerais	6.763.368	7.782.188	9.960.040	11.645.095	13.651.852	15.731.961	17.891.494
Rio de Janeiro	3.611.998	4.674.645	6.709.891	9.110.324	11.489.797	12.783.761	14.391.282
Bahia	3.918.112	4.834.575	5.990.605	7.583.140	9.597.393	11.855.157	13.070.250
Rio Grande do Sul	3.320.689	4.164.821	5.448.823	6.755.458	7.942.722	9.135.479	10.187.798
Paraná	1.236.276	2.115.547	4.296.375	6.997.682	7.749.752	8.443.299	9.563.458
Pernambuco	2.688.240	3.395.766	4.138.289	5.253.901	6.244.275	7.122.548	7.918.344
Ceará	2.091.032	2.695.450	3.337.856	4.491.590	5.380.432	6.362.620	7.430.661
Pará	944.644	1.123.273	1.550.935	2.197.072	3.507.312	5.181.570	6.192.307
Maranhão	1.235.169	1.583.248	2.492.139	3.037.135	4.097.231	4.929.029	5.651.47

FONTE: IBGE - Censo Demográfico, 2000.

POPULAÇÃO ABSOLUTA



POPULAÇÃO ABSOLUTA



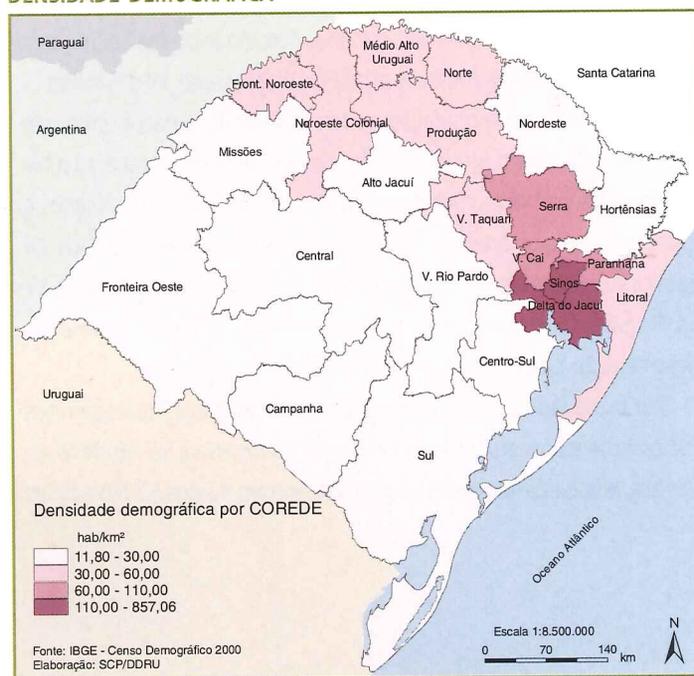
Em 2001, com a instalação dos 30 novos municípios criados em 1996, o Estado passou a contar com 497 unidades administrativas municipais. Destas, 334 estão na faixa de menos de 10 mil habitantes, o que corresponde a 67% do total, quase duplicando em relação a 1980. A população neste grupo de municípios, no entanto, teve apenas um pequeno acréscimo, passando de 12% para 13%, no mesmo período.

GRUPO DE MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL POR NÚMERO DE HABITANTES - 1980 A 2000

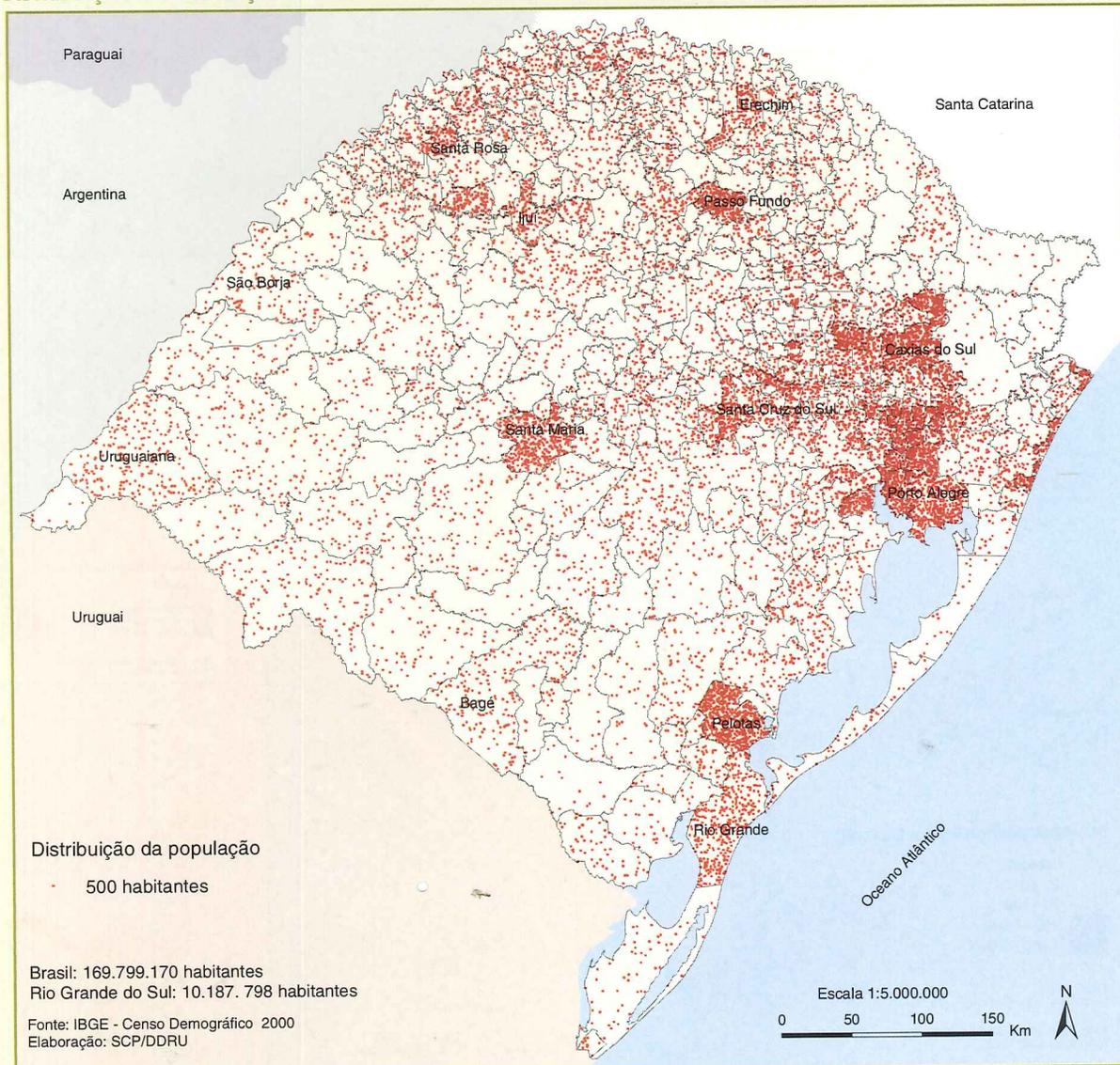
Classes	1980		1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População	Municípios	População
Total do Estado	333	7.773.837	333	9.138.670	497	10.187.798
menos de 10 mil hab	170	961.611	163	903.319	334	1.378.519
10 a 50 mil hab	128	2.504.888	131	2.693.504	121	2.472.546
50 a 100 mil hab	24	1.600.786	23	1.555.047	25	1.730.444
mais de 100 mil hab	11	2.706.552	16	3.986.800	17	4.606.289

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA



DISTRIBUIÇÃO DA POPULAÇÃO



Quanto à densidade demográfica verifica-se que o Rio Grande do Sul, com 36 hab/km², apresenta a menor densidade da região Sul, cuja média é de 43,5 hab/km², bem acima da brasileira de 19,9 hab/km².

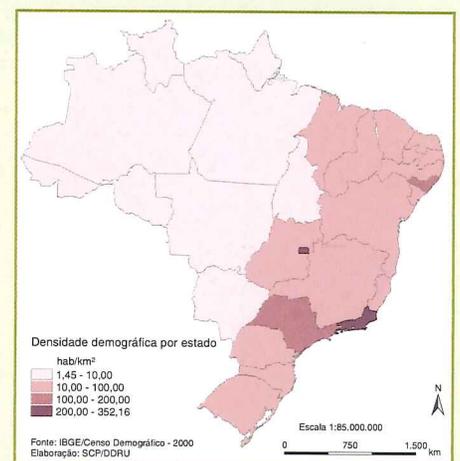
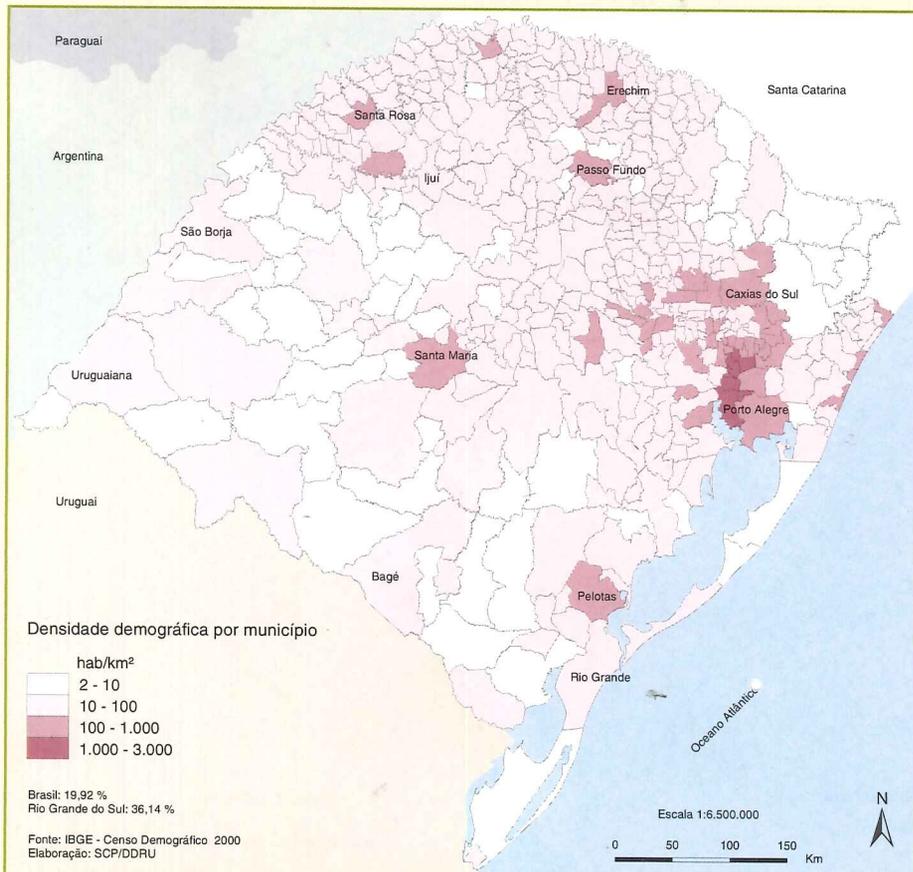
A distribuição da população no território gaúcho não é uniforme. O eixo que liga Porto Alegre a Caxias do Sul constitui-se na área mais densamente povoada, concentrando grande número de municípios e formando a maior área de continuidade urbana do Estado. Dos 24 municípios com mais de 200 hab/km², 19 fazem parte deste eixo; 17 na Região Metropolitana de Porto Alegre - RMPA e dois na Aglomeração Urbana do Nordeste - AUNE.

Por outro lado existem áreas pouco povoadas que correspondem principalmente às regiões Fronteira Oeste, Campanha, Sul, Hortênsias, Central, Missões e Nordeste, onde se encontram 42 dos 57 municípios

que apresentam densidades inferiores a 10 hab/km². Nestas regiões e especialmente no Sul do Estado, os centros urbanos mais importantes concentram a população regional e estão relativamente isolados. Aí predominam as grandes propriedades que constituem a base para o povoamento rarefeito destas regiões, que se caracterizam pelos vazios demográficos.

No Norte do Estado as regiões Fronteira Noroeste, Produção, Norte, Médio Alto Uruguai e Noroeste Colonial apresentam densidades superiores ou bem próximas à média estadual. Estas regiões com predominância da pequena propriedade passaram por processos emancipatórios recentes que ocasionaram uma base territorial intensamente fragmentada com uma rede urbana formada de núcleos de pequeno contingente populacional.

DENSIDADE DEMOGRÁFICA



O Rio Grande do Sul, acompanhando a tendência brasileira, apresentou um crescimento do número de habitantes urbanos, a partir da década de 1950, quando a taxa de urbanização do Estado era de 31,14%. Desde então, de forma progressiva, a população gaúcha vem se concentrando nas cidades, tendo o Estado atingido em 2000 uma taxa de urbanização de 81,6%.

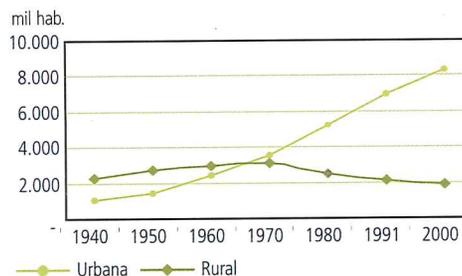
A população urbana do Estado ultrapassou a rural na década de 60, mantendo a partir daí um crescimento constante. Em números absolutos, a população rural começa a decrescer na década de 70, permanecendo em queda até 2000, quando atinge 1.874.899 habitantes. Em 1991 atinge número inferior ao de 1940.

Observando-se a urbanização dos municípios com menos de 10 mil habitantes, verifica-se que 126 possuem taxa inferior a 50%, com população predominantemente rural. Deste grupo 47 municípios apresentam valor inferior a 20%, e apenas 19 tem população urbana superior a 70%, com destaque para os municípios de Minas do Leão

com 95,72%, Cidreira com 95,81%, Balneário Pinhal com 95,54% e Xangri-lá com 93,01%. Nova Ramada, com 2.723 habitantes, na região Noroeste Colonial, é o único município gaúcho que não possui população urbana por ter sua origem em um assentamento rural emancipado em 1995.

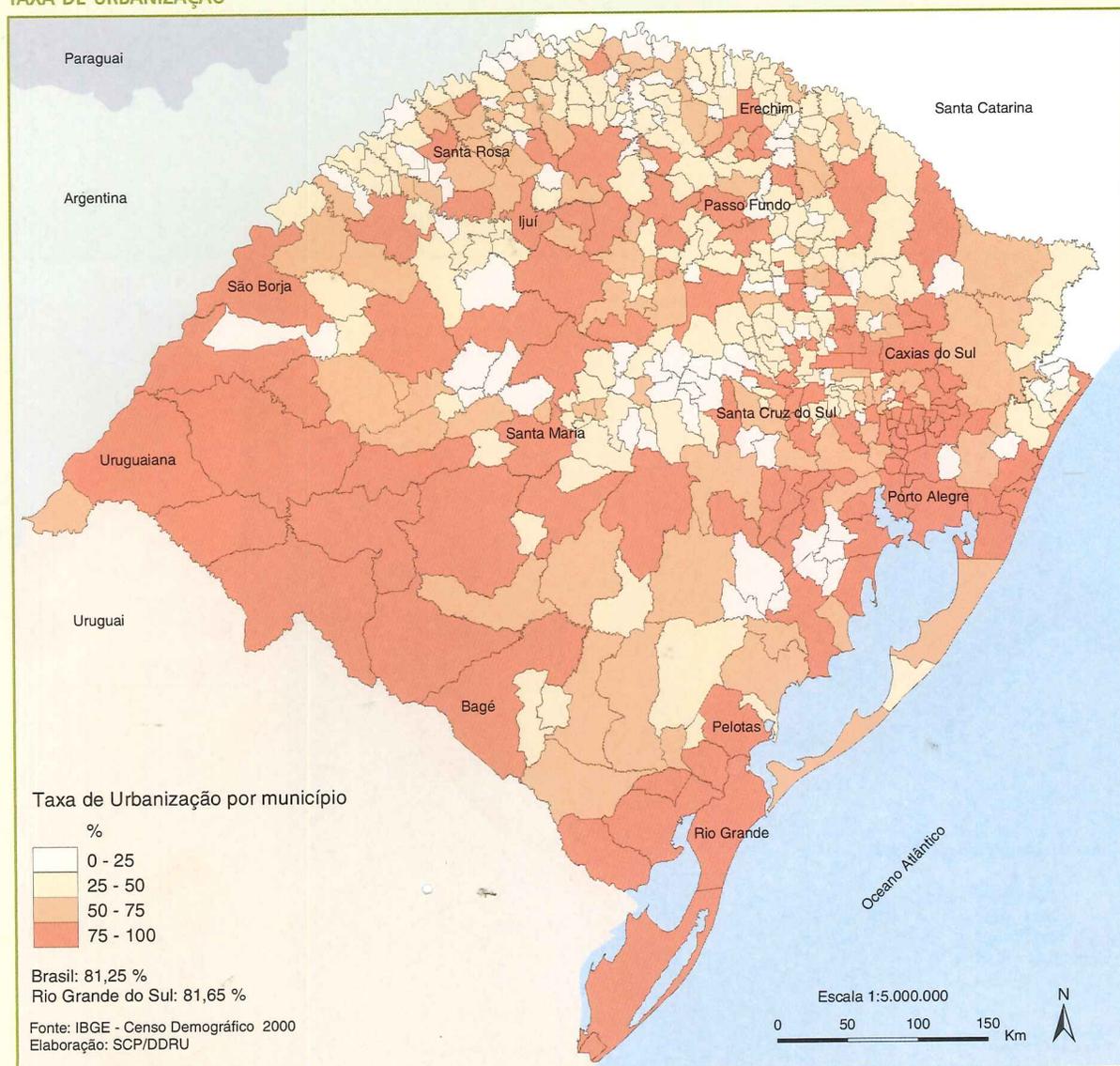
Na faixa de 10 mil a 50 mil habitantes encontram-se 121 municípios, dos quais apenas 16 possuem taxa de urbanização inferior a 50%.

EVOLUÇÃO DA POPULAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL POR CONDIÇÃO DE DOMICÍLIO - 1940 A 2000



Fonte: Censo Demográfico

TAXA DE URBANIZAÇÃO



Entre 50 mil e 100 mil habitantes situam-se 25 municípios com elevada urbanização. À exceção de Canguçu com 34,39% e Venâncio Aires com 59,11%, todos os demais apresentam taxas superiores a 77%, destacando-se Esteio e Guaíba com 99,89% e 97,51%, respectivamente.

A totalidade dos municípios com mais de 100 mil habitantes apresentam alta urbanização, com destaque para Cachoeirinha e Canoas com 100%. Bagé possui a menor taxa na faixa, com 81,92%.

Entre as regiões do Estado, seis apresentam taxas de urbanização acima da média estadual: Vale dos Sinos com 97,85%, Metropolitano Delta do Jacuí com 95,54%, Fronteira Oeste com 89,27%, Paranhana-Encosta da Serra com 86,48%, Serra com 82,72% e Sul com 82,61%. Abaixo da média estão 17 regiões com índices que variam de 77,36% na região Central a 43,87% na Médio Alto Uruguai, única região onde a população é predominantemente rural.

MAIORES TAXAS DE URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL - 2000

Município	Taxa(%)
Rio Grande do Sul	81,65
Cachoeirinha	100,00
Canoas	100,00
Esteio	99,89
Alvorada	99,67
São Leopoldo	99,66
Capão da Canoa	99,46
Dois Irmãos	99,27
Sapucaia do Sul	99,24
Novo Hamburgo	98,22
Estância Velha	97,82
Guaíba	97,51
Imbé	97,25
Passo Fundo	97,21
Porto Alegre	97,07
Parobé	97,01
Charqueadas	96,84
Rio Grande	96,07
Campo Bom	95,96
Cidreira	95,81
Minas do Leão	95,72

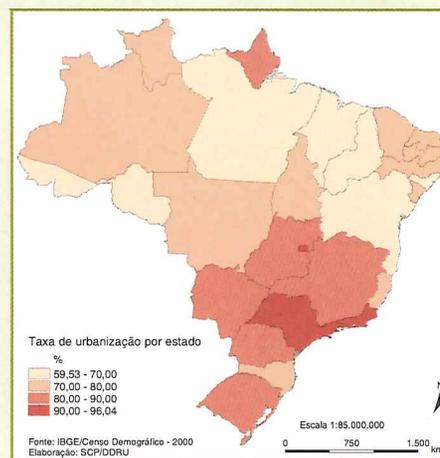
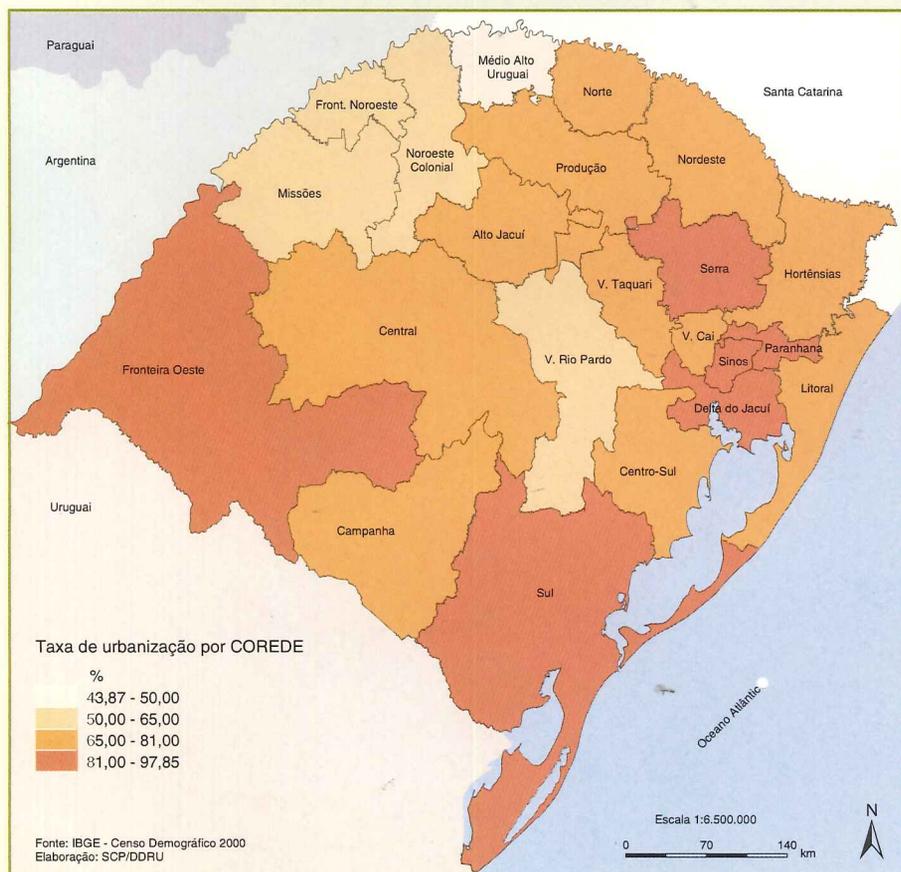
Fonte: IBGE, 2000.

MENORES TAXAS DE URBANIZAÇÃO NO RIO GRANDE DO SUL - 2000

Município	Taxa(%)
Rio Grande do Sul	81,65
Nova Ramada	0,00
Monte Alegre dos Campos	3,82
Chuívisca	4,18
Mampituba	5,92
Vale do Sol	6,82
Caraá	7,36
Três Forquilhas	8,24
Novo Cabrais	8,81
Barão do Triunfo	8,90
Nova Candelária	9,26
Benjamin Constant do Sul	9,39
Passa Sete	9,52
Florianópolis	9,57
Vila Lângaro	10,10
Gramado Xavier	10,42
Boa Vista do Sul	10,95
Esperança do Sul	11,26
Sinimbu	11,69
Toropi	12,36
Rio dos Índios	12,70

Fonte: IBGE, 2000.

TAXA DE URBANIZAÇÃO

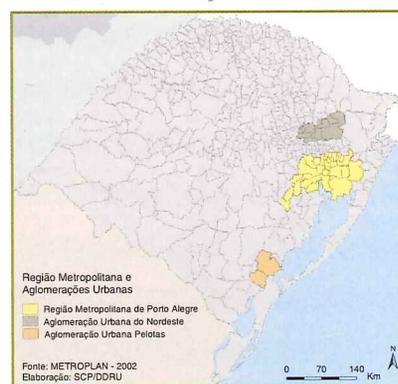


A Região Metropolitana de Porto Alegre é a área mais densa do Estado concentrando 37% da população, em 31 municípios. Nela encontram-se dez entre os 17 municípios do Estado com mais de 100 mil habitantes. A densidade demográfica da região é de 445,17 hab/km² integrando municípios como Esteio e Porto Alegre que apresentam as maiores densidades do Estado com 2.904,02 hab/km² e 2.744,58 hab/km², respectivamente. Alguns municípios que foram incorporados à RMPA, recentemente, apresentam densidades bem mais baixas, como Triunfo, Santo Antônio da Patrulha, Arroio dos Ratos, Capela de Santana e Nova Santa Rita, onde variam de 26,96 hab/km² a 72,15 hab/km².

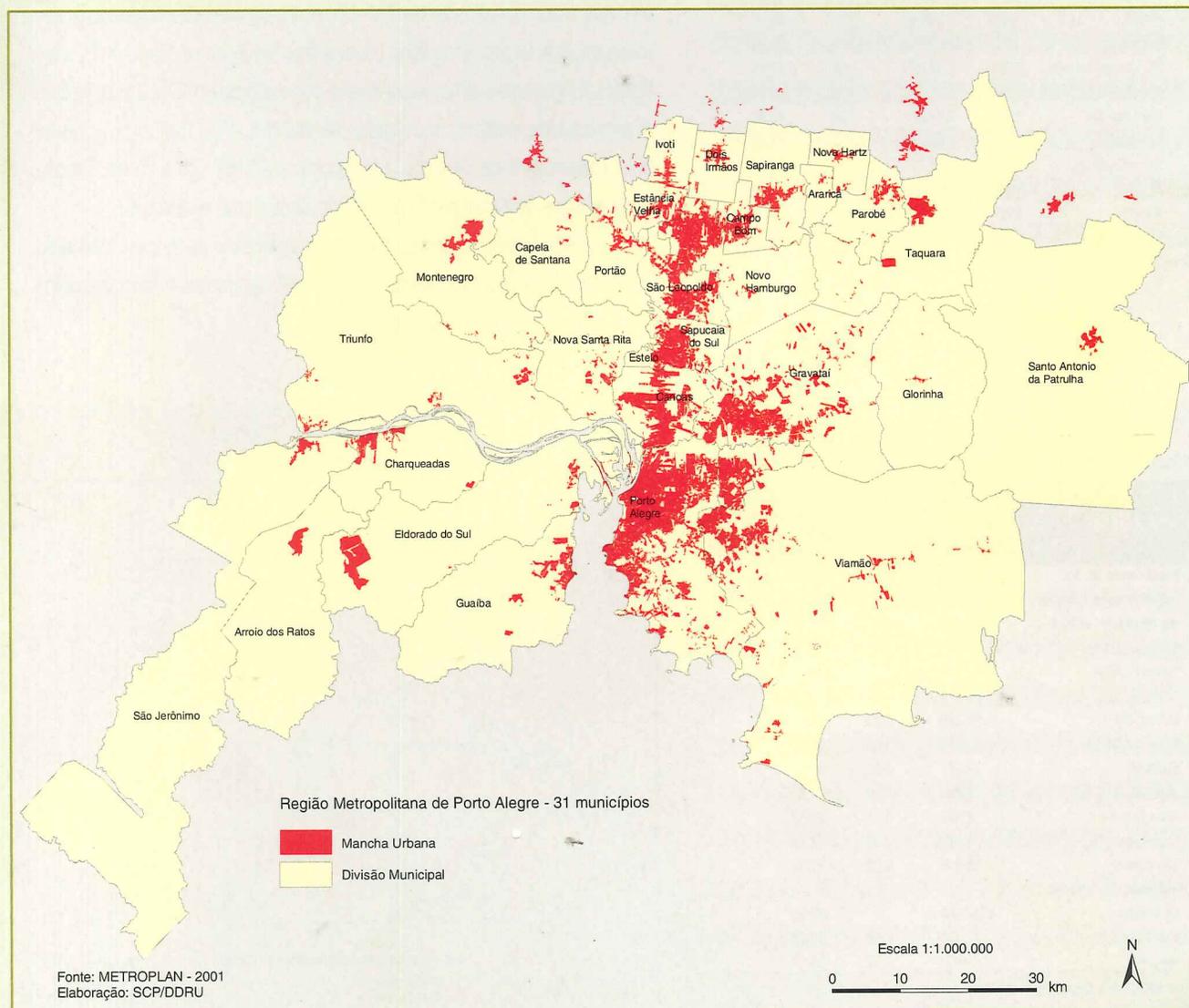
A RMPA foi criada por lei em 1973 e era composta, inicialmente, por 14 municípios. O crescimento demográfico resultante principalmente das migrações, a interligação das malhas urbanas e os processos emancipatórios em período relativamente recente, bem como a necessidade das municipalidades alocarem recursos para impulsionar o desenvolvimento local, fizeram com que novos municípios tenham se integrado à região, totalizando 31, em 2001.

Estes municípios apresentam grandes disparidades quanto ao PIB *per capita* e aos indicadores sociais, refletindo a distribuição desigual de agentes econômicos e de equipamentos urbanos como transporte, saúde, educação, habitação e saneamento. Seu território integra seis Conselhos Regionais de Desenvolvimento – Metropolitano-Delta do Jacuí, Vale dos Sinos, Paranhana-Encosta da Serra, Centro- Sul, Vale do Caí e Litoral.

RMPA E AGLOMERAÇÕES URBANAS



REGIÃO METROPOLITANA



REGIÃO METROPOLITANA DE PORTO ALEGRE - 2001

MUNICÍPIO	Ano de Inclusão na RMPA	Pop. Total	Taxa Cresc. %	Taxa Urban %
Rio Grande do Sul		10.187.798	1,23	81,65
RMPA		3.718.778		95,51
Alvorada	1973	183.968	2,94	99,67
Araricá	1998	4.032	3,51	86,63
Arroio dos Ratos	2000	13.335	1,36	93,95
Cachoeirinha	1973	107.564	2,25	100,00
Campo Bom	1973	54.018	1,36	95,96
Canoas	1973	306.093	1,45	100,00
Capela de Santana	2001	10.032	3,35	62,57
Charqueadas	1994	29.961	2,16	96,84
Dois Irmãos	1989	22.435	4,86	99,27
Eldorado do Sul	1989	27.268	4,96	70,57
Estância Velha	1973	35.132	2,50	97,82
Esteio	1973	80.048	1,43	99,89
Glorinha	1989	5.684	2,43	22,61
Gravataí	1973	232.629	2,85	91,19
Guaíba	1973	94.307	2,04	97,51
Ivoti	1989	15.318	3,60	89,99
Montenegro	1999	54.692	1,94	89,34
Nova Hartz	1989	15.071	4,94	85,46
Nova Santa Rita	1998	15.750	5,38	73,33
Novo Hamburgo	1973	236.193	1,56	98,22
Parobé	1989	44.776	3,84	97,01
Portão	1989	24.657	2,67	80,37
Porto Alegre	1973	1.360.590	0,94	97,07
Sto. Ant. da Patrulha	2000	37.035	0,76	63,41
São Jerônimo	1999	20.283	-0,19	76,97
São Leopoldo	1973	193.547	1,61	99,66
Sapiranga	1973	69.189	2,42	95,08
Sapucaia do Sul	1973	122.751	1,78	99,24
Taquara	1999	52.825	2,48	81,64
Triunfo	1989	22.166	2,41	58,14
Viamão	1973	227.429	2,61	93,05

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

A RMPA constitui-se em pólo de atração no Estado. Esta característica antes restrita a Porto Alegre e cidades mais populosas agora se verifica nas cidades da periferia da região, onde, atraídos pelos preços mais baixos da terra e pelas facilidades de emprego das áreas de expansão econômica, aportam migrantes de todo o Estado. Os municípios de Nova Santa Rita, Eldorado do Sul, Nova Hartz e Dois Irmãos apresentaram as taxas mais altas de crescimento, muito acima da média estadual, estando entre os municípios do Estado que mais cresceram na década. Por outro lado municípios como Canoas, Esteio, Novo Hamburgo, São Leopoldo e Porto Alegre tiveram crescimento próximo ou abaixo da média estadual, demonstrando inversão de tendência.

A Aglomeração Urbana do Nordeste é constituída de dez municípios com uma população de 605.749 habitantes. Foi instituída através de lei em 1994. Situa-se na região da Serra e é a segunda maior aglomeração urbana do Rio Grande do Sul, destacando-se pela concentração populacional e pelo dinamismo de sua estrutura econômica. Apresenta como pólo a cidade de Caxias do Sul, maior centro urbano da região e um dos mais populosos do Estado, que estende sua influência aos municípios de Bento Gonçalves, Farroupilha, São Marcos, Garibaldi, Carlos Barbosa, Flores da Cunha, Nova Pádua, Monte Belo do Sul e Santa Teresa. A proximidade entre os municípios da AUNE faz da região um grande pólo comercial e de serviços. Forma com a RMPA um eixo de direção norte-sul que se caracteriza pelo grande dinamismo econômico.

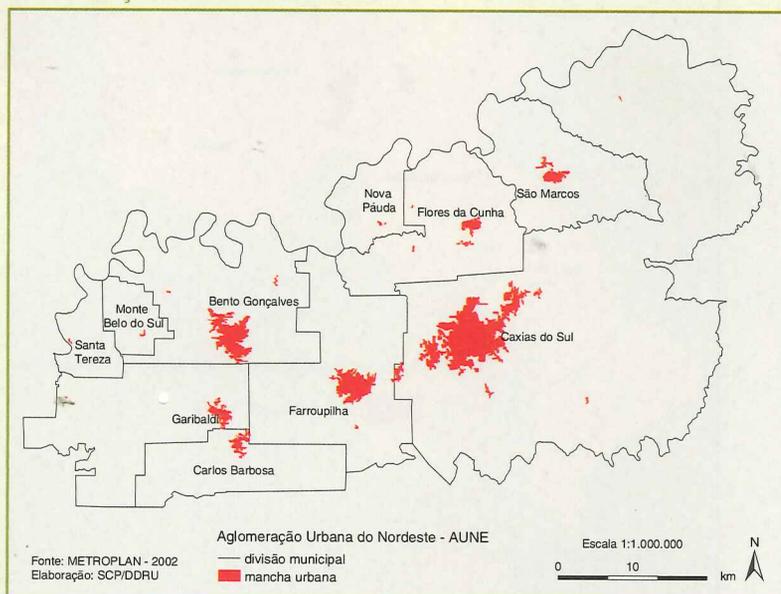
Ao sul do Estado situa-se a Aglomeração Urbana de Pelotas, instituída em 1990. Com uma população de 323.158 habitantes é formada pelos municípios de Pelotas e Capão do Leão.

AGLOMERAÇÕES URBANAS DO RIO GRANDE DO SUL - 2000

MUNICÍPIO	Pop. Total	Taxa Cresc. %	Taxa Urban %
Rio Grande do Sul	10.187.798	1,23	81,65
Aglomeração Urbana do Nordeste - AUNE	605.749		87,14
Bento Gonçalves	91.486	2,41	89,43
Carlos Barbosa	20.519	2,59	74,13
Caxias do Sul	360.419	2,45	92,50
Farroupilha	55.308	2,35	77,21
Flores da Cunha	23.678	3,40	60,09
Garibaldi	28.337	2,06	81,56
Monte Belo do Sul	2.880	-0,16	21,56
Nova Pádua	2.396	0,45	22,12
Santa Teresa	1.768	-1,85	31,17
São Marcos	18.958	2,02	82,78
Aglomeração Urbana de Pelotas	346.876		92,95
Capão do Leão	23.718	2,58	90,03
Pelotas	323.158	1,30	93,17

Fonte: IBGE, Censo Demográfico 2000.

AGLOMERAÇÃO URBANA DO NORDESTE



PORTO ALEGRE É EXCEÇÃO NA REGIÃO METROPOLITANA, APRESENTANDO TAXA DE CRESCIMENTO POPULACIONAL ABAIXO DA MÉDIA ESTADUAL

Quanto ao comportamento da taxa geométrica de crescimento anual constata-se que no Brasil e no Rio Grande do Sul ela tem apresentado uma queda constante a partir da década de 1960. No Estado, entre 1991 e 2000, foi de 1,23%, bem abaixo do período 1980-1991, quando foi de 1,48%.

Dentre os municípios gaúchos, 195 apresentam taxas negativas. Destes, 13, inferiores à -2%, indicando perda de população bastante acentuada. Por outro lado, 70 municípios têm taxas superiores a 2%, significando um alto crescimento.

Constatam-se, portanto duas tendências. Um conjunto de municípios que cresceu bem acima da média do Estado e outro que apresentou decréscimo de população. No primeiro grupo observa-se um expressivo crescimento em 51 municípios distribuídos nas regiões do Eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Deve-se salientar que na região Metropolitana-Delta do Jacuí, somente Porto Alegre, com 0,92%, tem taxa inferior a 2% e bem abaixo da média do Estado, mostrando-se menos atrativa aos migrantes que estão se dirigindo as cidades do

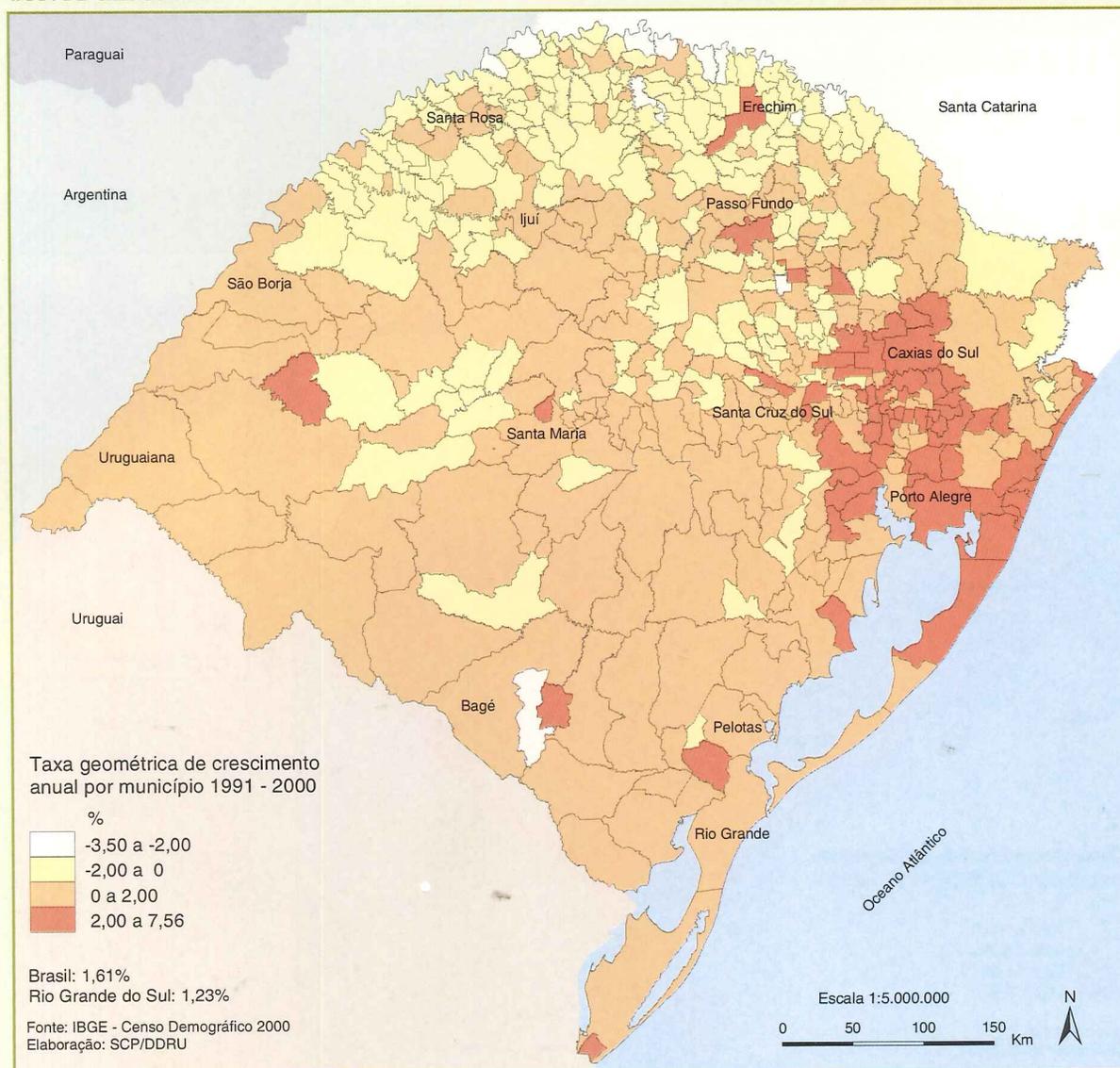
entorno da Região Metropolitana e para a AUNE. Os municípios da RMPA continuam a apresentar alto crescimento demográfico estando a maior parte deles acima da média estadual. Nova Santa Rita com 5,30%, Eldorado do Sul com 4,91% e Dois Irmãos com 4,80% são os que mais cresceram e estão entre os primeiros do Estado na última década.

MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL COM TAXA DE CRESCIMENTO MAIOR QUE 5% - 1991 A 2000

Município	População total	Taxa cresc. (%)
Rio Grande do Sul	10.187.798	1,23
Balneário Pinhal	4.127	7,56
Cidreira	17.455	6,71
Arroio do Sal	7.709	6,41
Imbé	8.487	5,89
Chuí	84.338	5,44
Nova Santa Rita	5.367	5,38
Capão da Canoa	10.266	5,16
Xangri-lá	2.137	5,05

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

TAXA DE CRESCIMENTO



Os municípios do Norte/Noroeste do Estado perdem população para as suas cidades pólo e também para a RMPA. Observa-se que quando os centros regionais são economicamente dinâmicos a população tende a migrar na própria região como é o caso de Erechim que cresceu em média 2,5%, enquanto 26 municípios do seu entorno tiveram perda de população, sendo que quatro deles com taxas de crescimento inferiores à -2%.

Analisando a totalidade dos municípios do Estado verifica-se que os quatro de maior crescimento, no período, estão no Litoral, região que vem apresentando esta tendência desde a década passada quando passou a ser pólo de atração. Em quinta posição encontra-se o município de Chuí, na região Sul, seguido de outros municípios também do Litoral e da Região Metropolitana de Porto Alegre.

Ao analisarmos as 22 regiões do Estado constata-se que sete apresentam crescimento acima da média estadual, estando seis delas situadas no eixo Porto Alegre-Caxias do Sul. Isto indica uma concentração populacional cada vez mais intensa nas regiões em torno deste eixo. A região do Paranhana-Encosta da Serra com 2,94%, seguida do Litoral com 2,83% são as que possuem as taxas

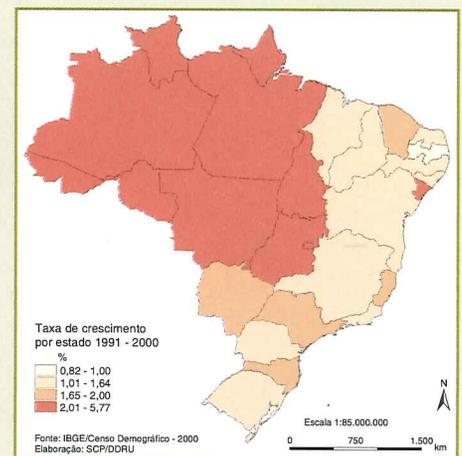
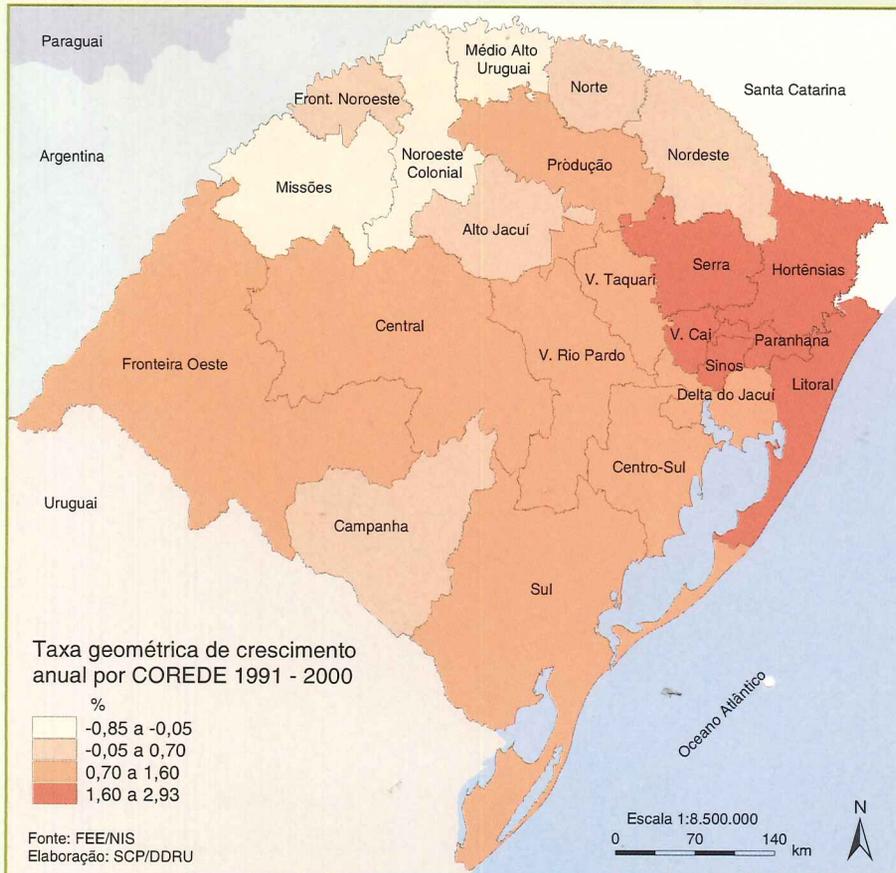
mais altas do Estado. Quinze cresceram a taxas inferiores a média ou apresentaram taxas negativas. As Missões, Fronteira Noroeste, Noroeste Colonial e Médio Alto Uruguai apontam para uma perda significativa de população com taxas entre -0,04% e -0,86%.

MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO SUL COM TAXA DE CRESCIMENTO MENOR QUE -2% - 1991 A 2000

Município	População total	taxa de cresc(%)
Rio Grande do Sul	10.187.798	1,23
Hulha Negra	5.359	-3,50
Alpestre	10.266	-3,08
Liberato Salzano	6.574	-3,05
União da Serra	1.908	-2,93
Engenho Velho	2.134	-2,83
Erval Grande	5.647	-2,80
Machadinho	5.728	-2,74
Itatiba do Sul	5.252	-2,62
Carlos Gomes	1.912	-2,35
Mariano Moro	2.474	-2,13
Tiradentes do Sul	7.497	-2,08
Derrubadas	3.715	-2,07
Rio dos Índios	4.702	-2,02

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2000.

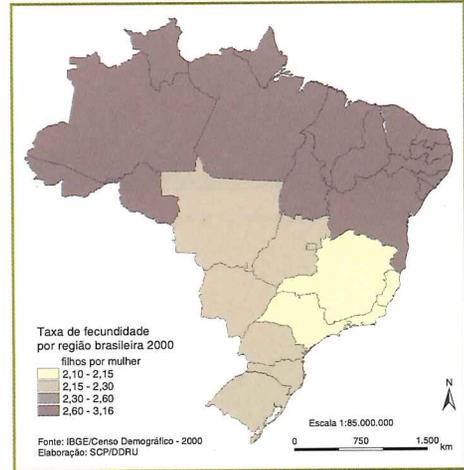
TAXA DE CRESCIMENTO



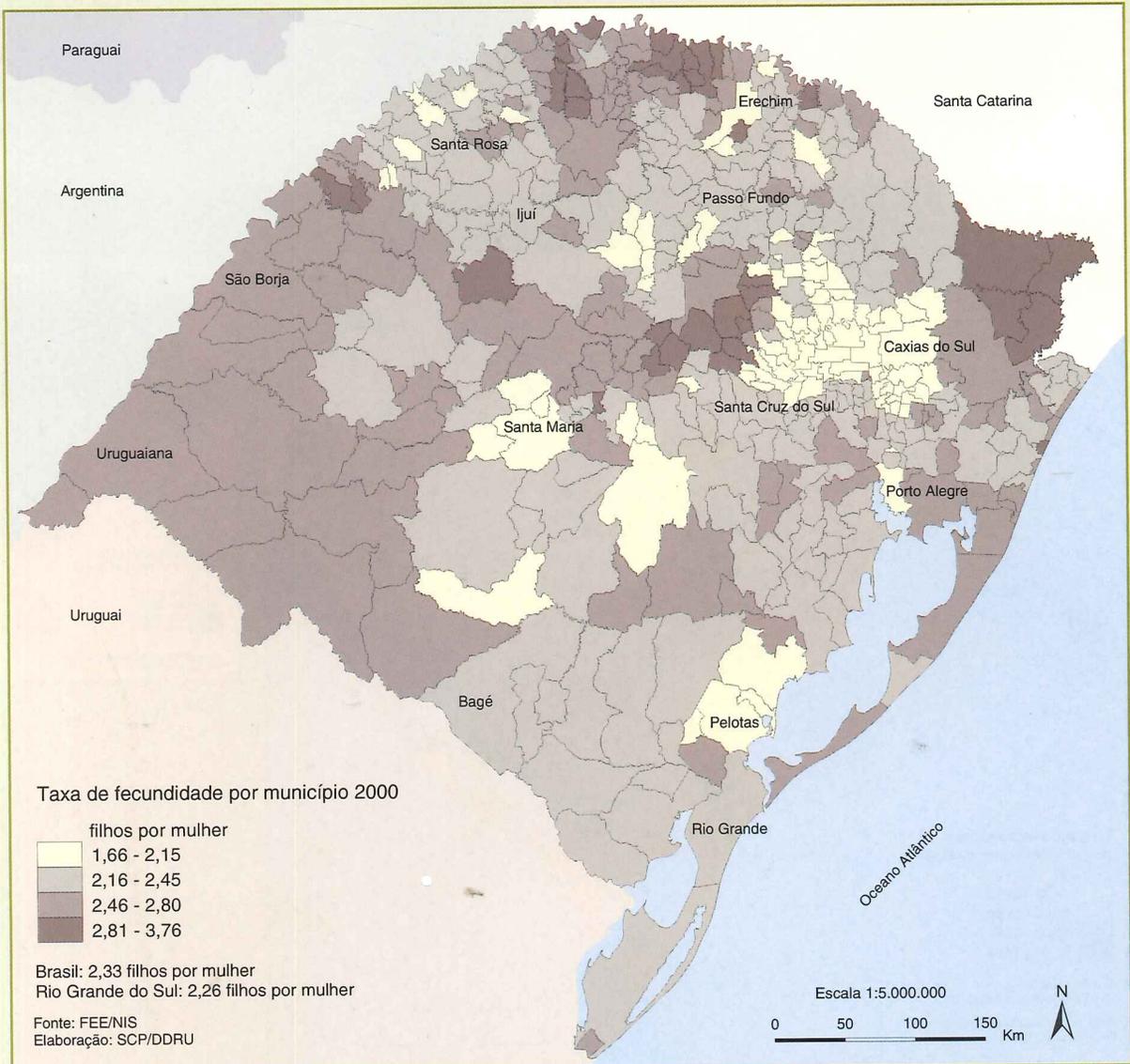
A fecundidade é entendida como o número médio de filhos que uma mulher teria ao longo de seu período reprodutivo. No Estado passou de 4,29 em 1970 para 2,26 no ano 2000, acompanhando a tendência brasileira de 5,76 em 1970 e 2,33 em 2000. Esta taxa vem decrescendo no Brasil e no Rio Grande do Sul, observando-se uma queda no percentual de população na faixa mais jovem. Em 2000 variou de 1,66 no município de Fagundes Varela a 3,76 em Redentora. Estes dois municípios estão situados na faixa de menos de 10 mil habitantes. Nos de 50 mil a 100 mil habitantes a taxa de fecundidade variou de 2,68 em São Borja a 1,96 em Bento Gonçalves, enquanto nos de mais de 100 mil habitantes ela foi de 2,61 em Alvorada a 1,87 em Porto Alegre. Verifica-se que a capital apresenta a menor taxa do grupo e uma das dez mais baixas do Estado. Não podemos afirmar, no entanto, que há uma relação direta entre o grau de urbanização e a fecundidade. No âmbito municipal no que se refere ao crescimento populacional, as migrações têm maior

importância que a fecundidade. Em nível estadual esta tem papel mais relevante uma vez que atualmente as migrações apresentam caráter intermunicipal.

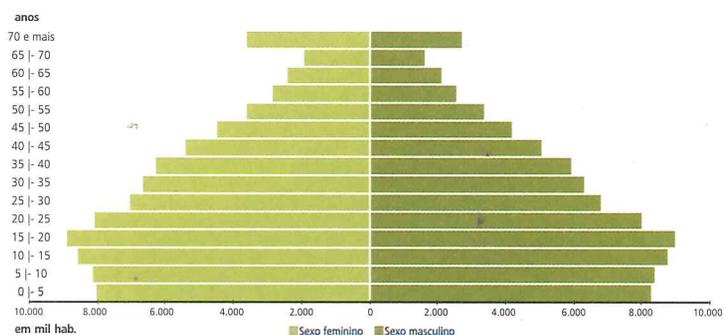
TAXA DE FECUNDIDADE



TAXA DE FECUNDIDADE

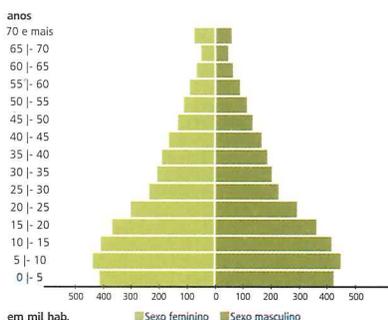


POPULAÇÃO BRASIL - 2000

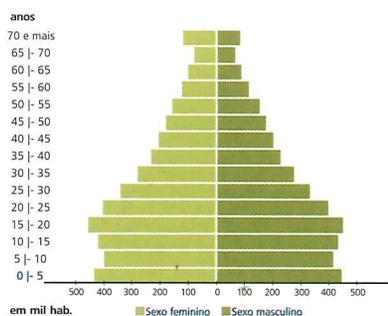


As pirâmides populacionais representam a estrutura etária por sexo e refletem a evolução da taxa de fecundidade, expectativa de vida e migrações. Como consequência da diminuição da fecundidade elas apresentam, nas últimas décadas, significativas alterações. Estas, porém, não têm se dado simultaneamente no Brasil e no Rio Grande do Sul. No Estado a queda da fecundidade ocorreu mais cedo marcando o início do processo de envelhecimento da população, que somada ao aumento da expectativa de vida, alterou a pirâmide etária gaúcha que tem apresentado estreitamento da base e ampliação do topo.

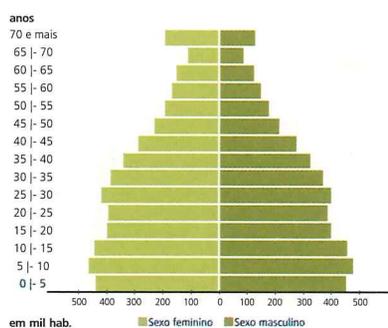
POPULAÇÃO RS - 1970



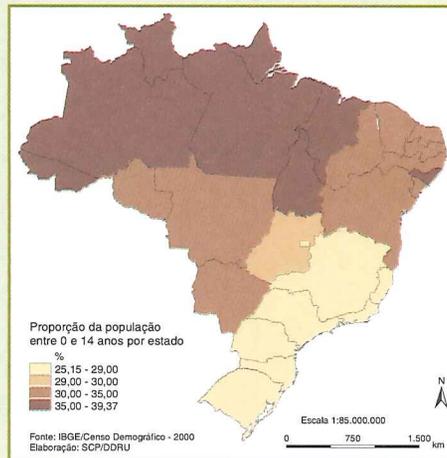
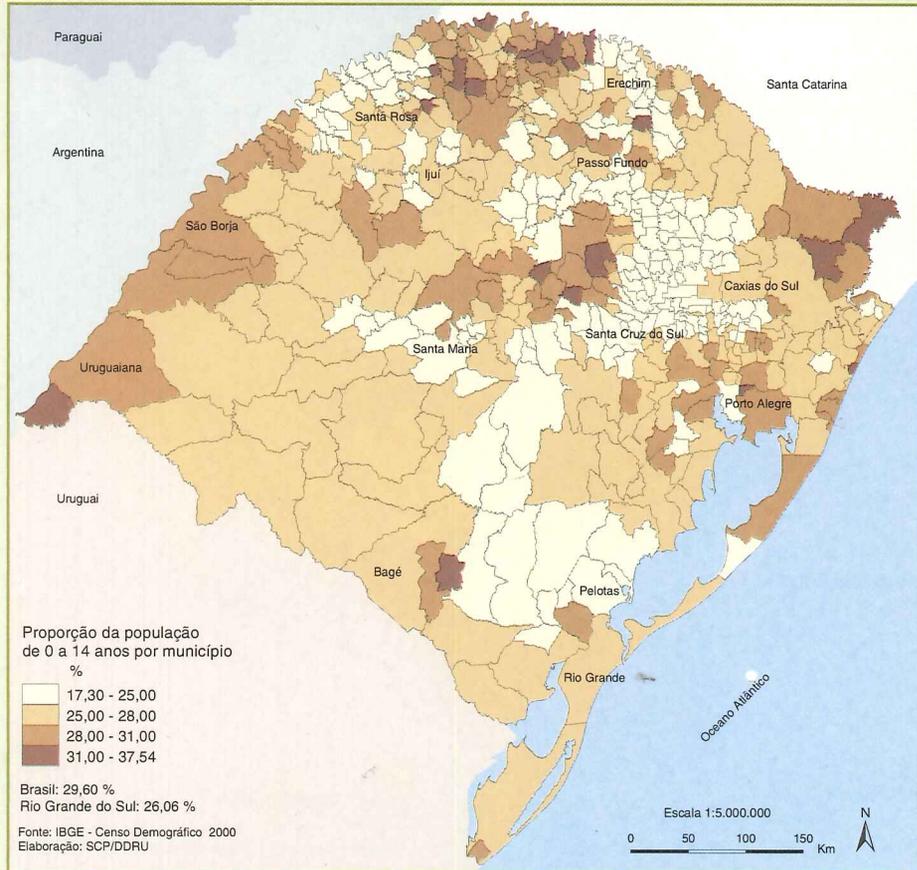
POPULAÇÃO RS - 1980



POPULAÇÃO RS - 1991



PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 0 E 14 ANOS



A FAIXA DA POPULAÇÃO ATIVA VEM CRESCENDO PROPORCIONALMENTE, FACE AO DECRÉSCIMO DO NÚMERO DE CRIANÇAS E JOVENS

Estas modificações ocasionaram a redução proporcional e em números absolutos da população na faixa de 0 a 14 anos. Enquanto no Brasil a proporção de crianças e jovens menores de 14 anos é de 29,6%, no Rio Grande do Sul é de 26,06%.

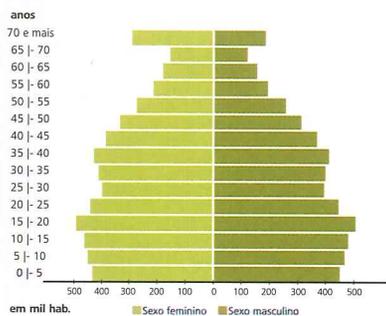
Além das variações da fecundidade, as migrações também influenciam na composição etária da população afetando o equilíbrio entre as faixas e causando diferenças consideráveis entre os municípios. Em 2000 a faixa de 0 a 14 anos variou de 17,30% em Imigrante no Vale do Taquari, a 37,54% em Redentora no Noroeste Colonial. Ao analisar esta proporção nos municípios mais populosos do Estado verifica-se que há um certo equilíbrio, de 23,05% em Porto Alegre a 27,24% em Canoas. Na RMPA destaca-

se Alvorada com 31,88%.

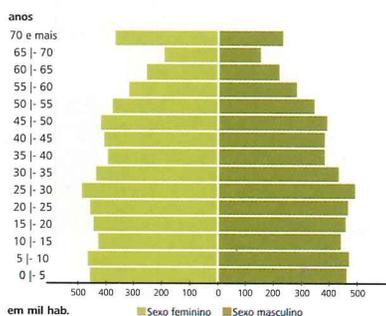
A população ativa de 15 a 64 anos apresenta maior concentração em Porto Alegre, nos municípios do Vale do Sinos, Caí e Taquari, na Serra, no entorno do município de Santa Cruz do Sul e em parte da região da Produção. Este conjunto de municípios, com proporções entre 67% e 71% da população nesta faixa, formam uma área quase contínua. A região de Erechim e Santa Rosa e o município de Santa Maria também apresentam estas proporções.

Com percentuais mais baixos estão alguns municípios da porção norte das regiões das Hortênsias e do Vale do Rio Pardo, do Médio Alto Uruguai e do Noroeste Colonial. O município de Redentora apresenta o menor percentual, com 55,06% e Charqueadas o maior com 71,02%.

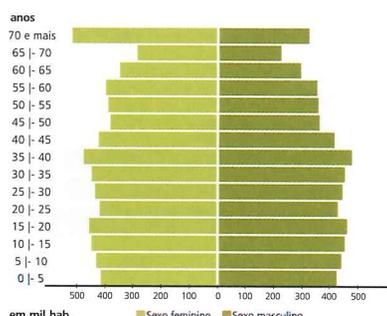
POPULAÇÃO RS - 2000



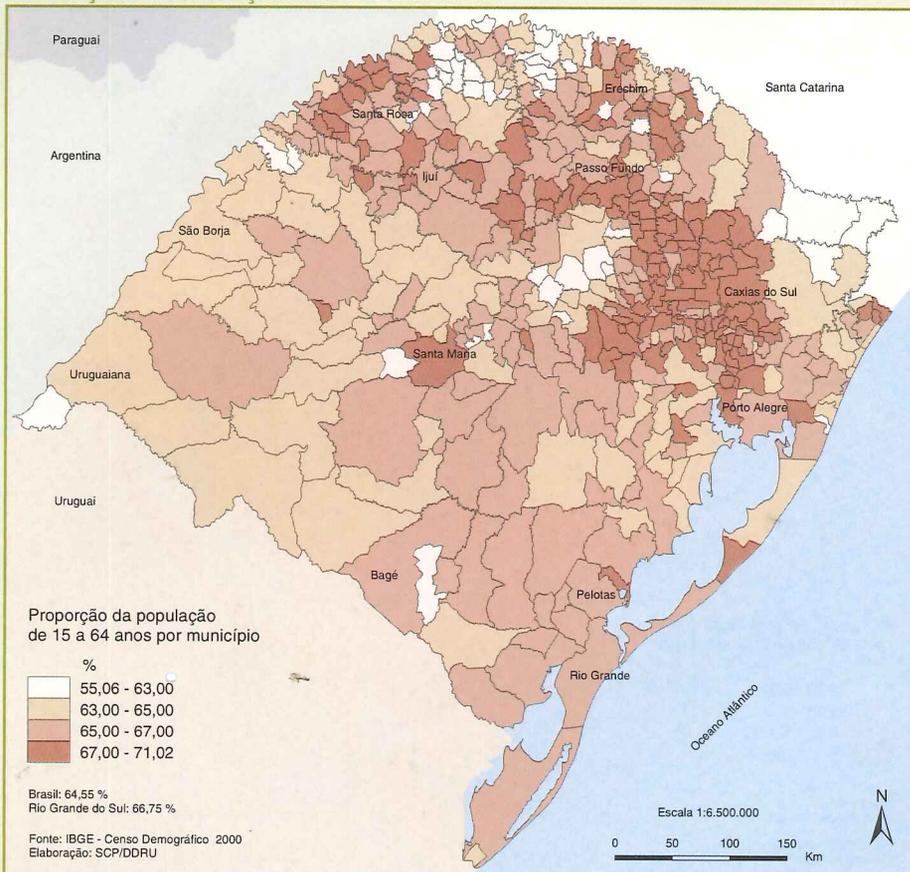
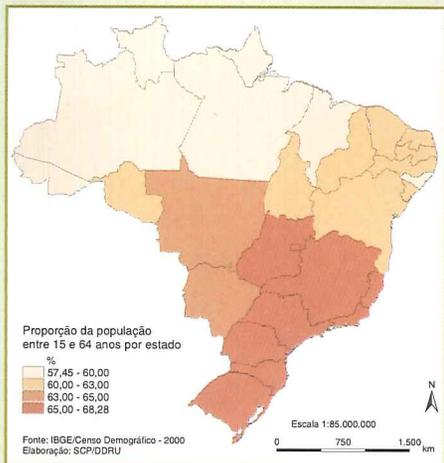
POPULAÇÃO RS 2010 - PROJEÇÃO



POPULAÇÃO RS 2020 - PROJEÇÃO

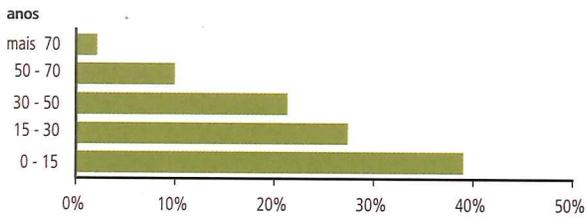


PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO ENTRE 15 E 64 ANOS



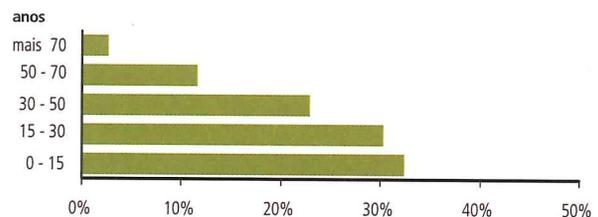
O Rio Grande do Sul é um dos Estados brasileiros que possui alta proporção de população de 65 anos e mais. Enquanto no Brasil ela representa 5,85%, no Estado é de 7,20%. Nos municípios gaúchos variam de 3,40% em Candiota na região da Campanha a 15,66% em Colinas no Vale do Taquari.

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL - 1970



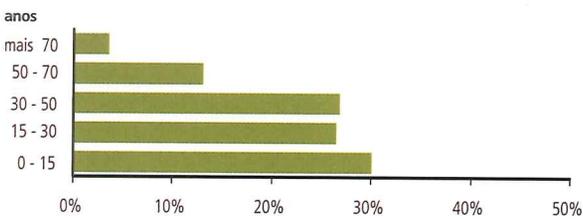
FORNTE: IBGE

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL - 1980



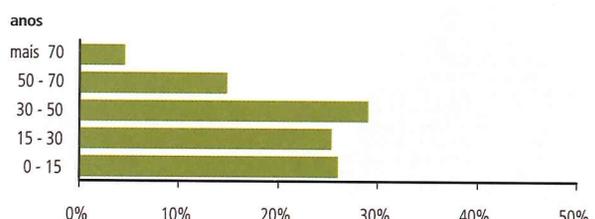
FORNTE: IBGE

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL - 1991



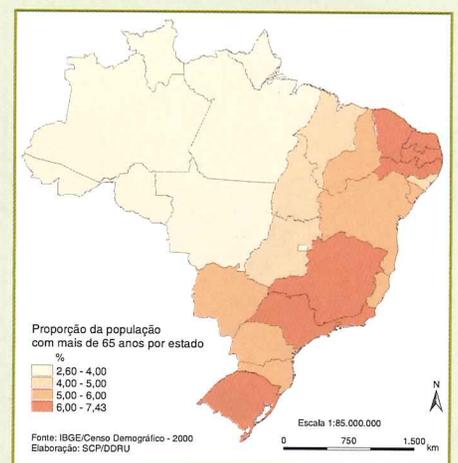
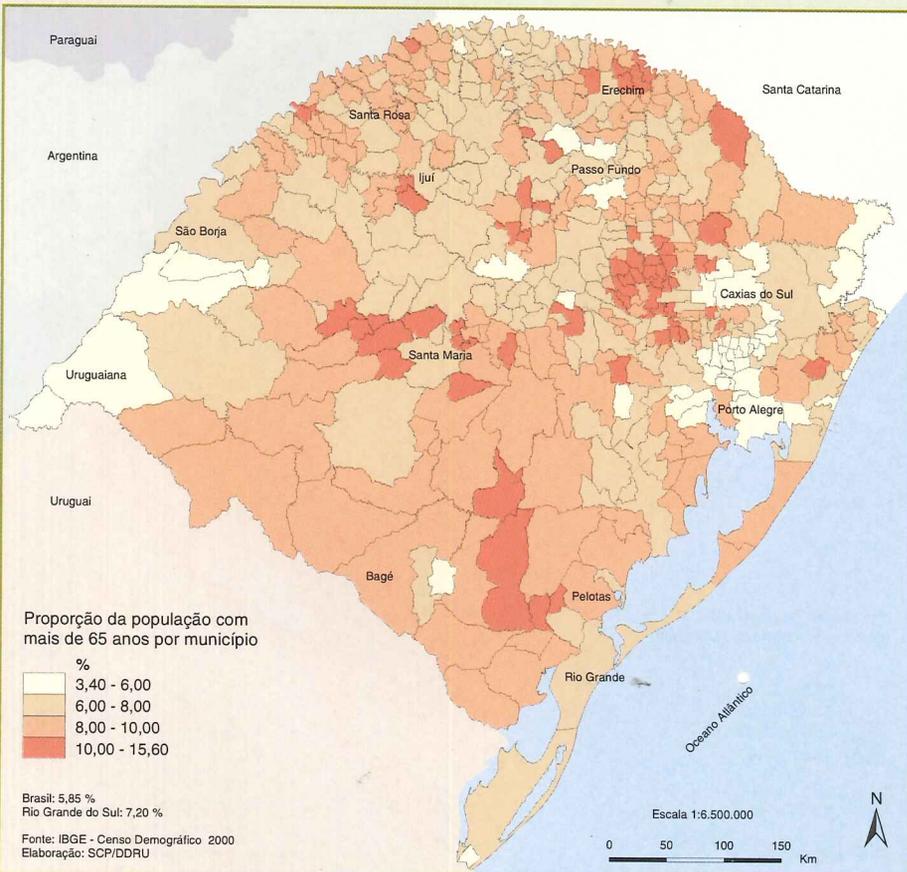
FORNTE: IBGE

PERCENTUAL DA POPULAÇÃO POR FAIXA ETÁRIA NO RIO GRANDE DO SUL - 2000



FORNTE: IBGE

PROPORÇÃO DA POPULAÇÃO COM MAIS DE 65 ANOS



AS MULHERES SÃO MAIORIA NA POPULAÇÃO GAÚCHA E ESTÃO, CADA VEZ MAIS, ASSUMINDO A CHEFIA DE SUAS FAMÍLIAS

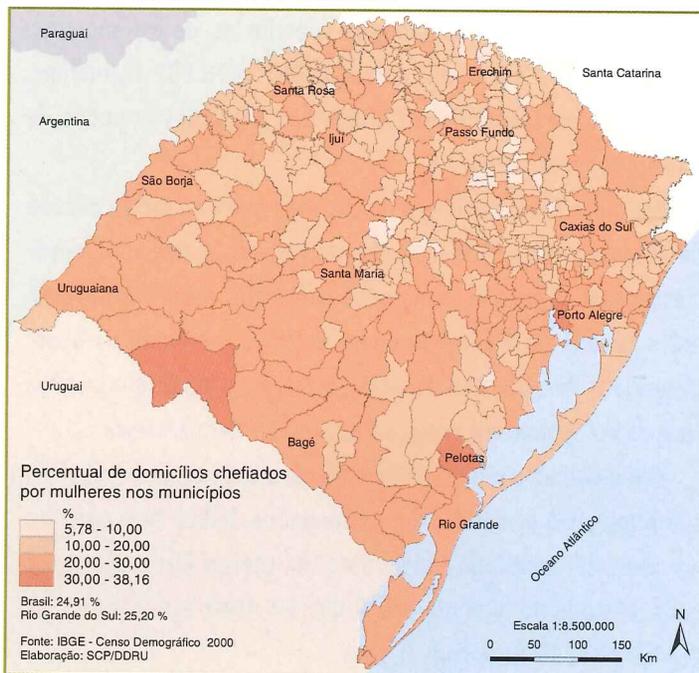
No Estado, como no Brasil, as mulheres são maioria da população. Os grandes centros como Porto Alegre, Pelotas e Santa Maria têm proporcionalmente os maiores contingentes do sexo feminino.

Nos pequenos municípios onde a população rural é maioria, há predominância do sexo masculino.

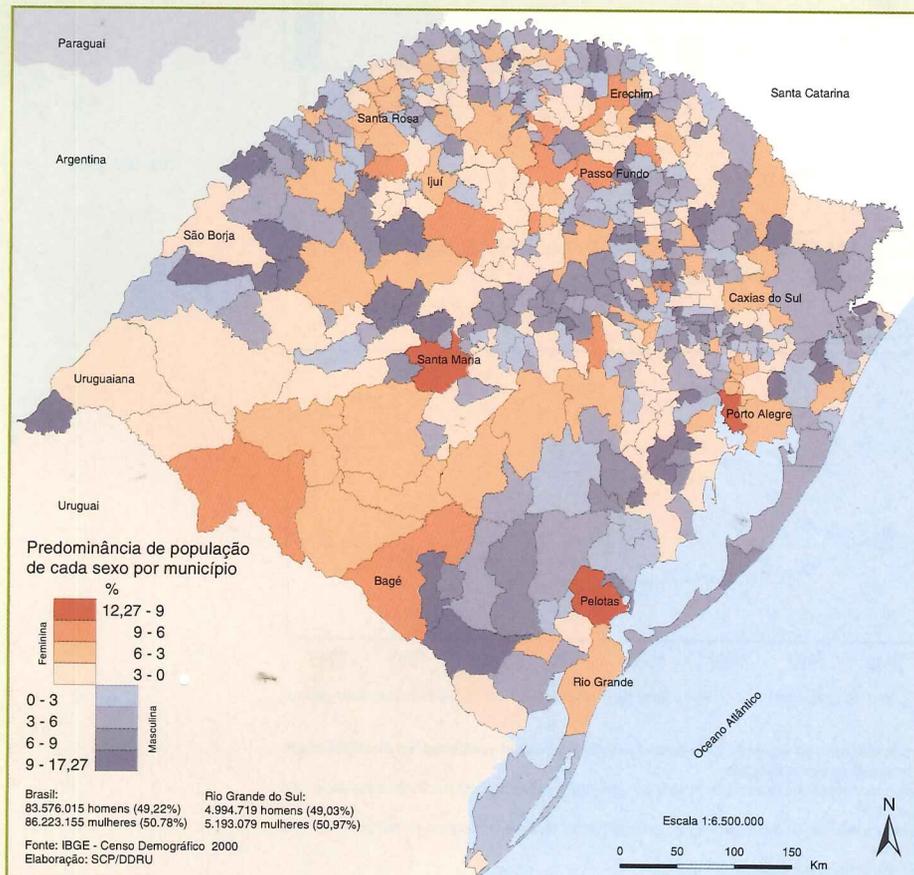
No período 1940-2000 observa-se o crescimento da participação feminina na população. Em 1940 para cada 100 mulheres existiam 100,4 homens. Em 2000 este número passou para 96,18, com expressivo predomínio de mulheres.

É também um fenômeno recente o aumento do número de mulheres que assumem o papel de provedoras de seus lares. Ele ocorre predominantemente no ambiente urbano. No Rio Grande do Sul os municípios de Santana do Livramento, Pelotas e Porto Alegre apresentam os maiores índices com 30,35%, 31,40% e 38,16%, respectivamente, muito acima da média brasileira e gaúcha. As regiões Fronteira Oeste e Campanha têm quase a totalidade de seus municípios com índices acima de 20%.

DOMICÍLIOS CHEFIADOS POR MULHERES



POPULAÇÃO POR GÊNERO

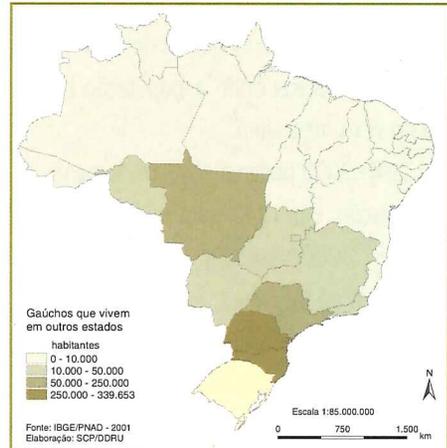


Na década de 90 o número de migrantes de outros Estados brasileiros era proporcionalmente superior ao de estrangeiros. Santa Catarina e Paraná, com 205.663 e 78.032 habitantes, respectivamente, totalizam 27,46% dos migrantes oriundos de 24 estados brasileiros.

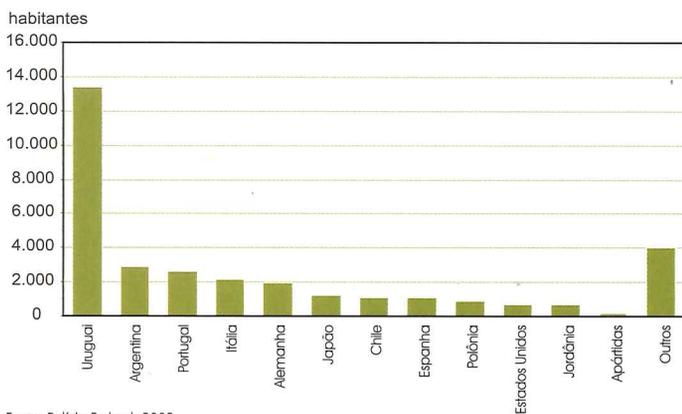
Por outro lado, o número de gaúchos que, a partir da década de 40, vivem em outras unidades da Federação teve um grande crescimento. A taxa de emigração aumentou significativamente até a década de 70, tendo como destinos preferenciais Santa Catarina e Paraná. Nas décadas seguintes o fluxo de gaúchos teve como destino predominante a região Centro-Oeste.

O Rio Grande do Sul no início do século XX tinha 11,76% da sua população composta por estrangeiros, índice bem superior ao do Brasil. Este fato é resultante do intenso fluxo migratório para o Estado no final do século XIX. Em 1991 esta taxa era de 0,44% e em 1999 apenas 0,31%.

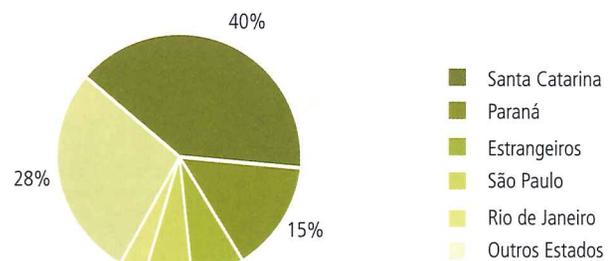
GAÚCHOS QUE VIVEM EM OUTROS ESTADOS DO BRASIL - 2001



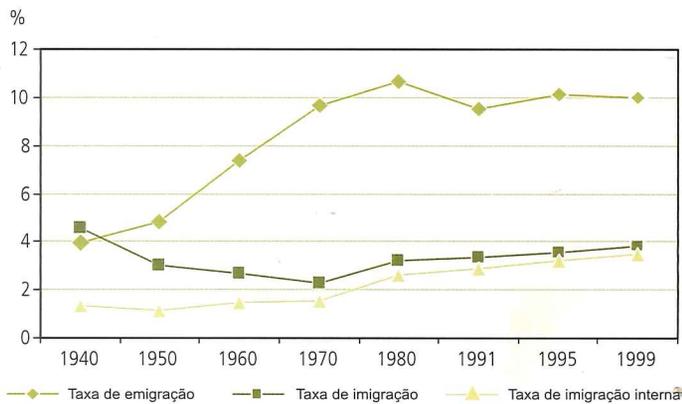
ESTRANGEIROS RESIDENTES NO RIO GRANDE DO SUL - 2002



POPULAÇÃO NÃO NASCIDA NO RIO GRANDE DO SUL QUE VIVE NO ESTADO - 2001



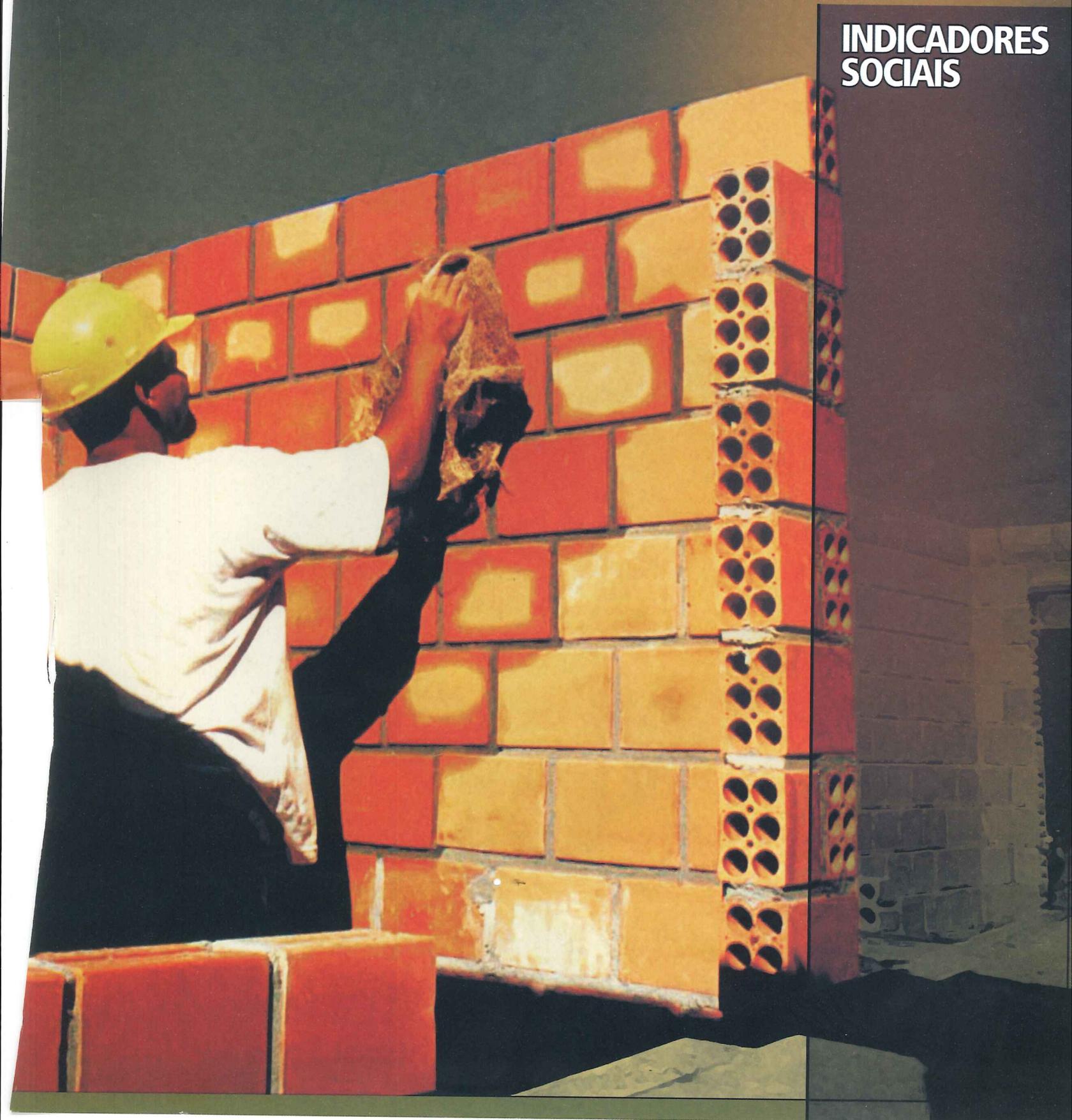
TAXAS DE EMIGRAÇÃO, IMIGRAÇÃO E IMIGRAÇÃO INTERNA NO RIO GRANDE DO SUL - 1940 A 1999



Emigração: naturais do Rio Grande do Sul residentes fora do Estado (exclusive os residentes fora do país) em relação ao total da população natural do Estado
Imigração: não naturais residentes no Rio Grande do Sul (incluídos os estrangeiros) em relação a população total natural do Estado
Imigração Interna: não naturais residentes no Rio Grande do Sul (exclusive estrangeiros em relação a população total do Estado)
 Fonte: FEE Um século de população do RS - 2001

INDICADO

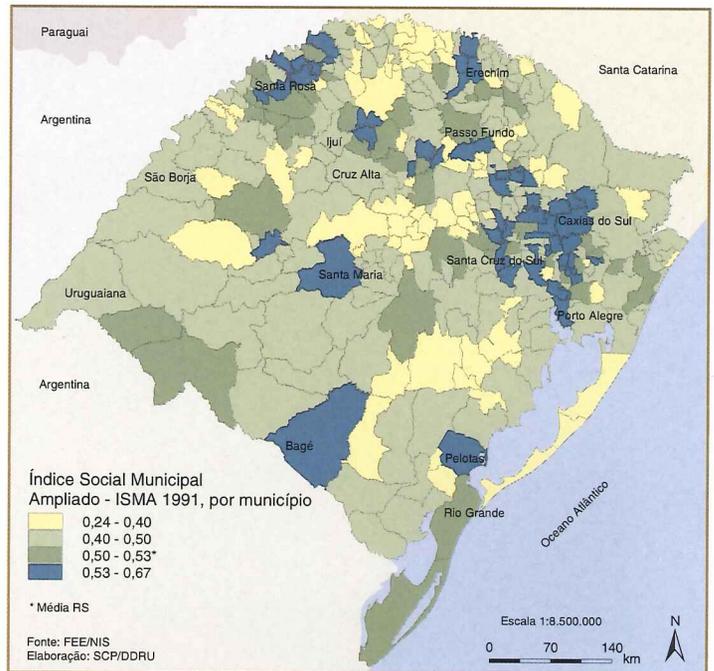
**INDICADORES
SOCIAIS**



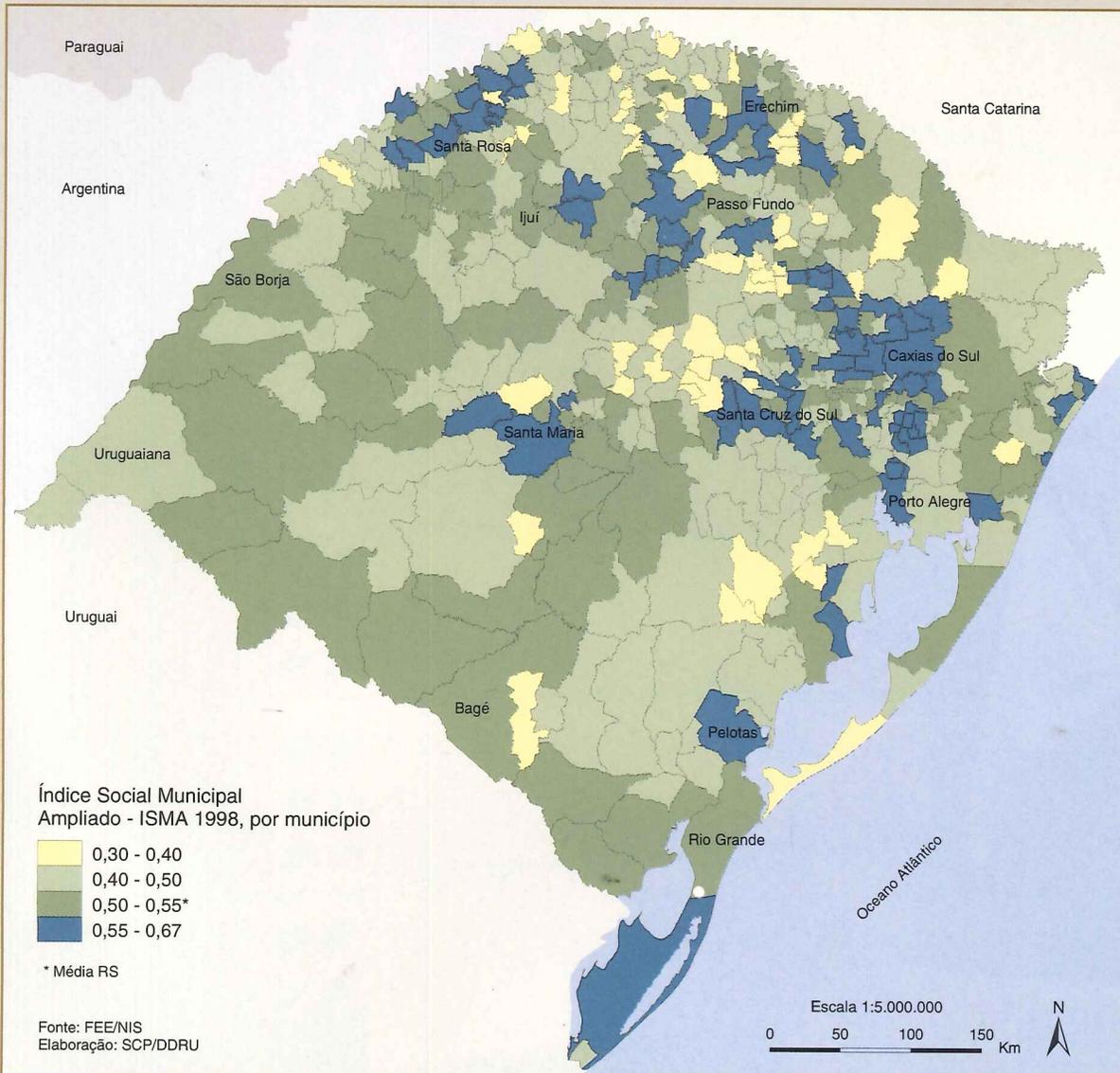
O Índice Social Municipal Ampliado (ISMA) criado pela Fundação de Economia e Estatística, procura elencar os municípios segundo suas condições sociais e econômicas. Para compor o estudo, levou-se em consideração a situação do município em relação a quatro blocos de indicadores: Condições de Domicílio e Saneamento, Educação, Saúde e Renda. O ISMA resulta da média destes índices de cada um dos blocos, variando de 0 a 1, sendo que quanto mais próximo de 1, melhor será sua condição no bloco de indicadores ou no ISMA.

A utilização de um conjunto de 14 indicadores, distribuídos em 4 blocos, permite uma avaliação mais abrangente das condições de vida, assim como da exclusão social nos municípios do Estado, servindo, dessa forma, como um instrumento valioso para orientar as definições das políticas públicas.

ISMA 1991



ISMA 1998



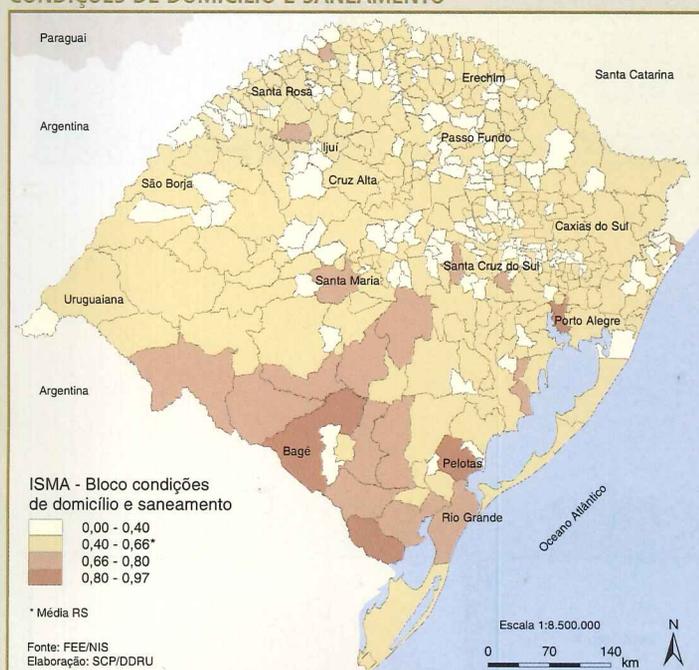
O bloco de *condições de domicílio e saneamento* é composto pelos seguintes indicadores: média de moradores por domicílio, domicílios urbanos abastecidos com água tratada e domicílios urbanos com coleta de esgoto cloacal.

No bloco *educação*, os indicadores utilizados foram: taxa de reprovação no ensino fundamental, taxa de evasão no ensino fundamental, taxa de atendimento no ensino médio e taxa de analfabetismo de pessoas de 15 anos e mais.

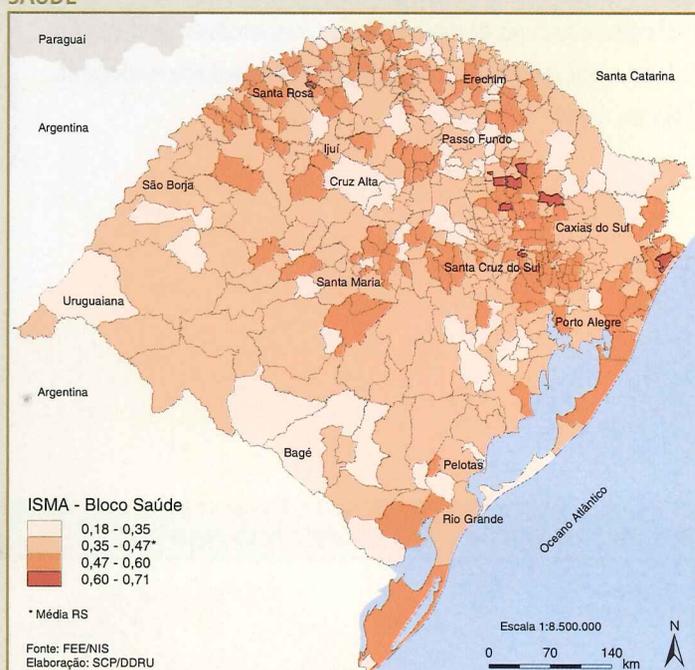
Os indicadores selecionados no bloco *saúde* foram: leitos hospitalares por 1.000 habitantes, número de médicos por 10.000 habitantes, percentual de crianças nascidas com baixo peso e taxa de mortalidade de menores de cinco anos.

O bloco *renda* é composto pelos seguintes indicadores: concentração de renda (índice de Gini), proporção da despesa social no orçamento municipal por funções (educação e cultura, habitação e urbanismo, saúde e saneamento e assistência e previdência) e o Produto Interno Bruto municipal *per capita*.

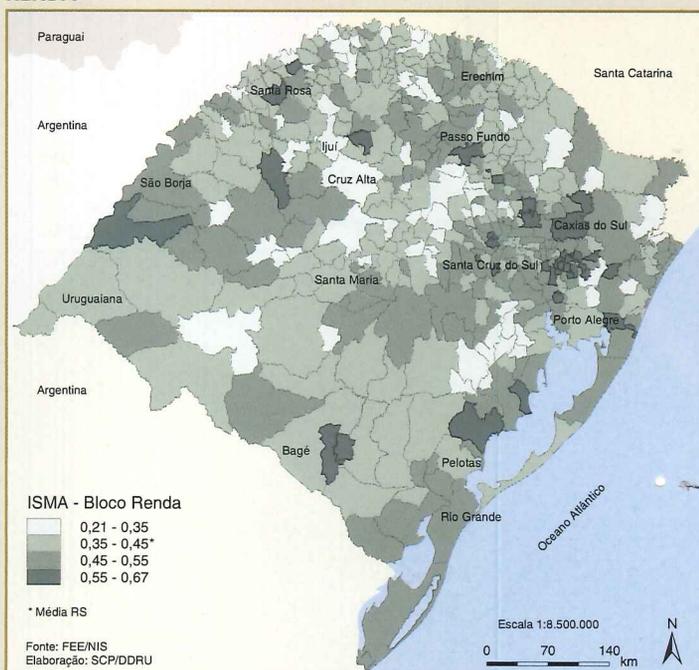
CONDIÇÕES DE DOMICÍLIO E SANEAMENTO



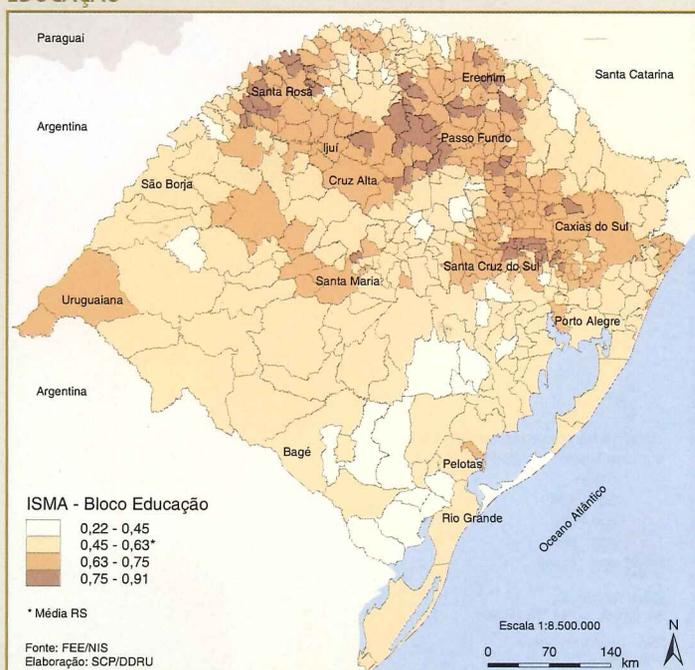
SAÚDE



RENDA



EDUCAÇÃO

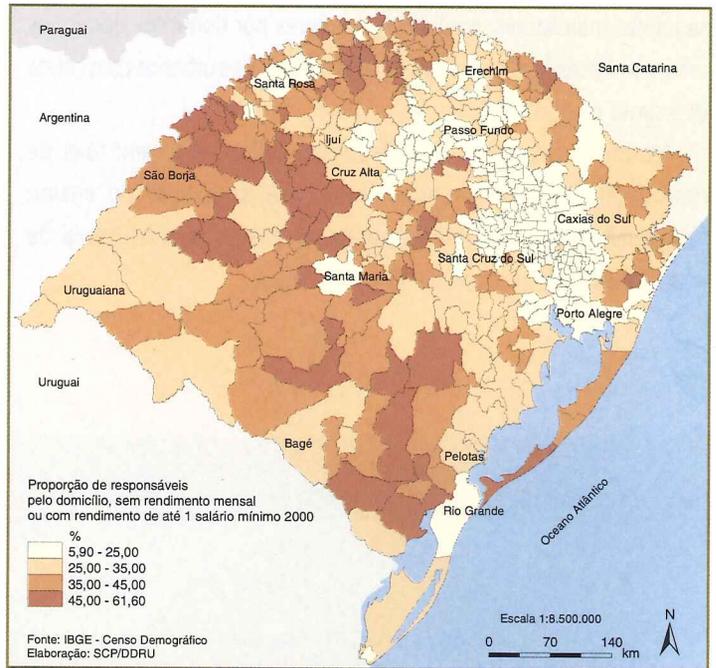


Considerando o rendimento médio mensal das pessoas com rendimento, responsáveis pelos domicílios, o Rio Grande do Sul é o quinto Estado brasileiro, com um rendimento médio de 799,85 reais, acima da média brasileira de 768,83 reais.

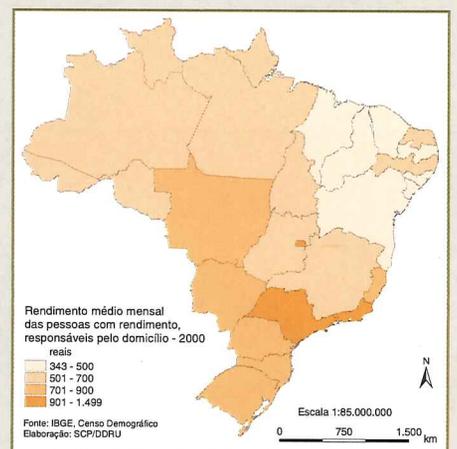
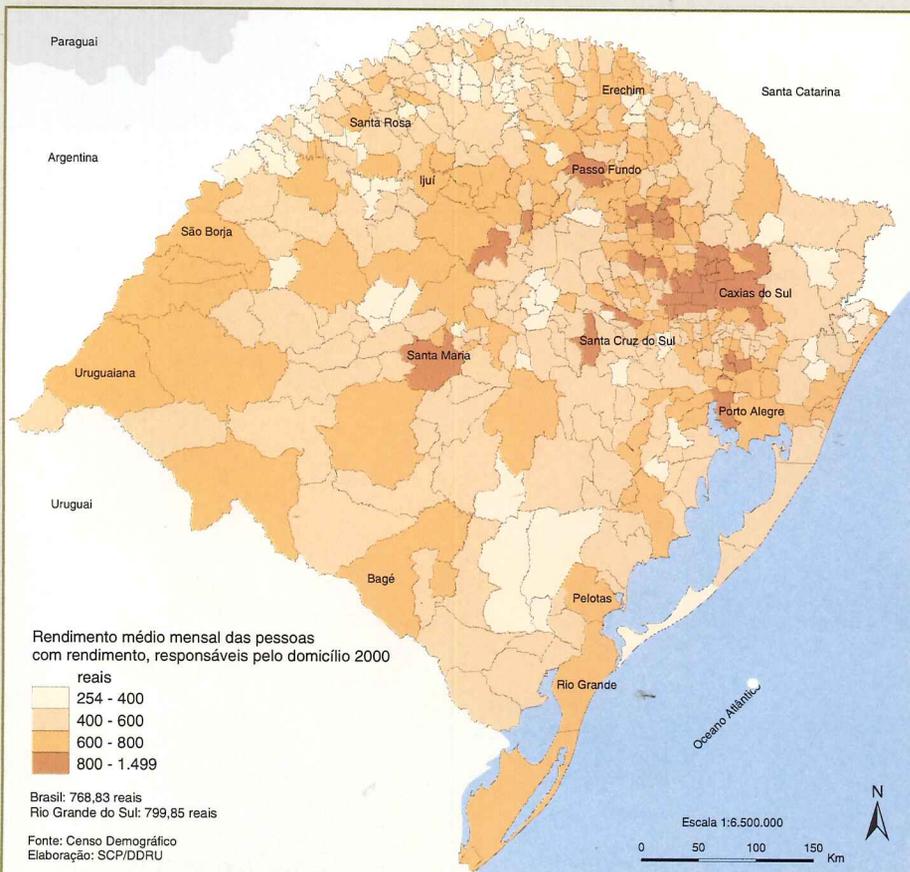
Em nível municipal, observa-se que a distribuição dos rendimentos médios constrói algumas áreas particulares, estando os maiores valores situados em torno da região Serra e da Região Metropolitana de Porto Alegre, enquanto que os menores valores estão situados no sul, centro e norte do Estado.

Analisando os dados municipais por classes de rendimento dos responsáveis de domicílio, a proporção de chefes de domicílio sem rendimento ou com rendimento até 1 salário mínimo é elevada em relação às demais faixas de rendimento em muitos municípios. Alguns deles chegam a ter mais da metade de seus responsáveis de domicílio nesta faixa, o que demonstra o grau de pobreza e perda de rendimento de algumas áreas.

CLASSES DE RENDIMENTO DE 0 A 1 SALÁRIO MÍNIMO



RENDIMENTO MÉDIO DO RESPONSÁVEL PELO DOMICÍLIO



O RIO GRANDE DO SUL POSSUI A MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA DO PAÍS

A evolução dos indicadores de saúde está estritamente relacionada ao desenvolvimento socioeconômico. A melhoria da renda familiar, as novas tecnologias e a aceleração do processo de urbanização modificaram consideravelmente o panorama da saúde, propiciando um maior acesso da população aos serviços de saúde e saneamento. Da mesma forma as recentes transformações no comportamento demográfico e nos indicadores sociais, com a queda da fecundidade, mortalidade e um aumento da esperança de vida ao nascer, também se refletem de forma intensa nas demandas por uma nova estrutura de saúde.

No Rio Grande do Sul a transição demográfica começou mais cedo em relação aos demais estados brasileiros e tornou-se mais

evidente nas últimas décadas, caracterizando-se pelo rápido aumento absoluto e relativo das populações adulta e idosa. A taxa de fecundidade que no Brasil era de 6,16 filhos por mulher em 1940 passou para 5,8 em 1970 e 2,3 no ano de 2000. No Estado a média de filhos por mulher era de 5,08 em 1940, 4,29 em 1970 e atualmente é 2,26 filhos por mulher.

A esperança de vida ao nascer, que no Brasil, em 1900, era de 33,7 anos, passou em 1960 para 55,9 anos. De 1960 para 1980, essa expectativa ampliou-se para 61,8 anos e em 2000 para 68,6 anos. No Rio Grande a expectativa de vida passa de 52,74 anos em 1903, para 66,7 anos em 1972, para 68,8 em 1980 e para 71,6 anos em 2000.

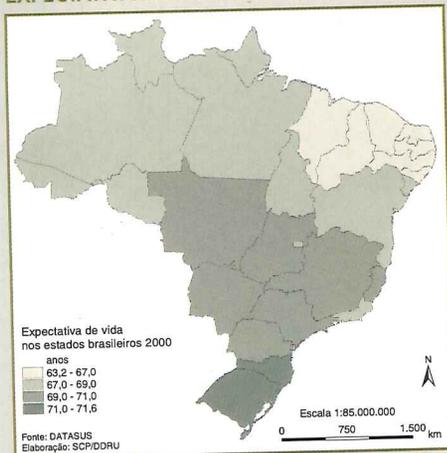
MUNICÍPIOS COM MAIOR EXPECTATIVA DE VIDA - 1998 A 2000

MUNICÍPIO	Ambos os Sexos	Feminino	Masculino
Garibaldi	76,7	81,1	72,4
Encantado	75,7	81,4	71,0
Marau	75,7	79,8	72,0
Rolante	75,3	77,2	73,5
Ibirubá	75,0	77,9	70,8
Sarandi	75,0	80,5	69,9
Carlos Barbosa	74,9	80,1	70,3
Frederico Westphalen	74,2	79,2	69,8
Nova Prata	74,2	78,5	70,1
Bento Gonçalves	74,1	78,0	70,4
Gramado	74,1	80,4	69,0
Panambi	74,1	78,7	70,0
Veranópolis	73,9	76,8	70,9
Teutônia	73,8	79,5	68,9
Farroupilha	73,7	77,5	70,2

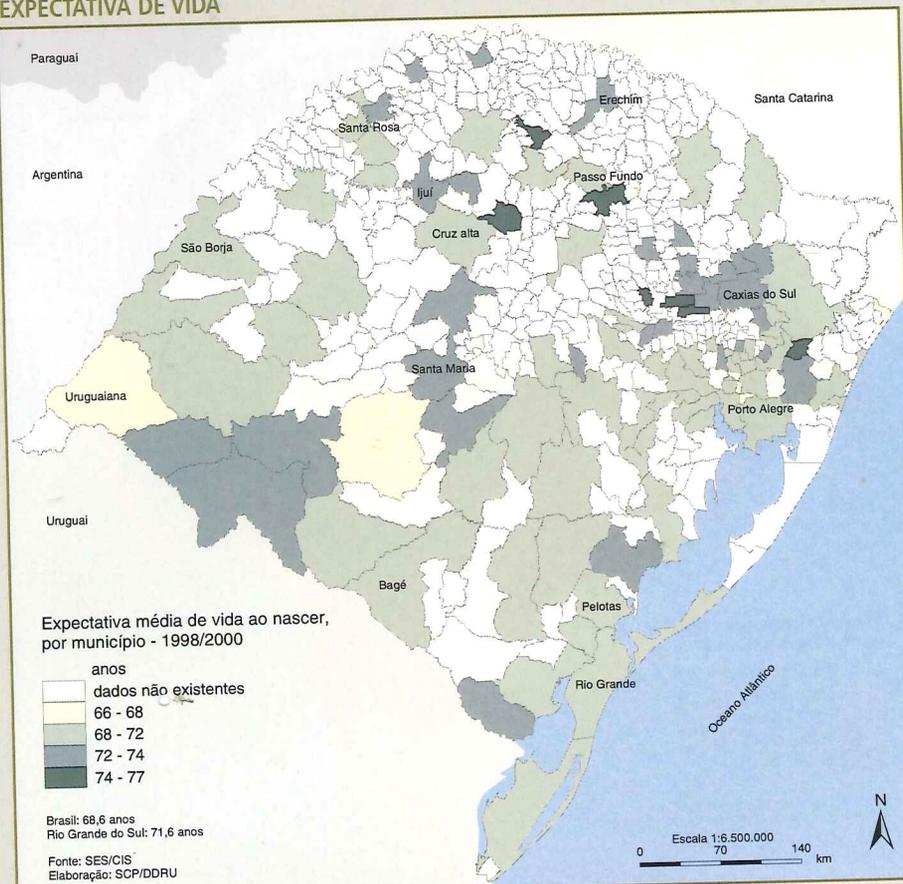
1. Secretaria Estadual da Saúde / Coordenadoria de Informações em Saúde RS

Fonte: CIS/SES¹
OBS.: Dados para os municípios com mais de 17.000 habitantes

EXPECTATIVA DE VIDA



EXPECTATIVA DE VIDA



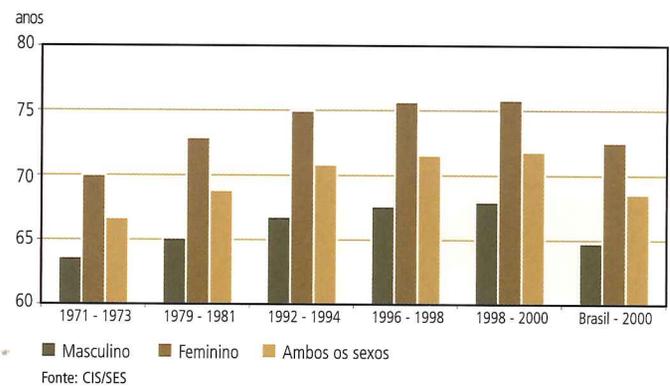
Em relação ao gênero, no Estado, a expectativa de vida passou de 63,6 anos nos homens em 1972, para 65,1 em 1980 e 67,5 anos em 2000, enquanto entre as mulheres era de 70 anos e aumentou para 72,9 e 75,9 respectivamente. No Brasil, bem como no Rio Grande do Sul, as mulheres têm maior esperança de vida ao nascer, diferença que está ao redor de oito anos e meio. Como resultado o número de mulheres idosas é superior ao número de homens principalmente nas faixas de idade mais avançadas.

A mortalidade infantil no Rio Grande do Sul apresentou um sensível decréscimo nos últimos 30 anos, de 48,4 para 15,1 por 1.000 nascidos vivos. Seus dois componentes principais, a mortalidade neonatal (0 a

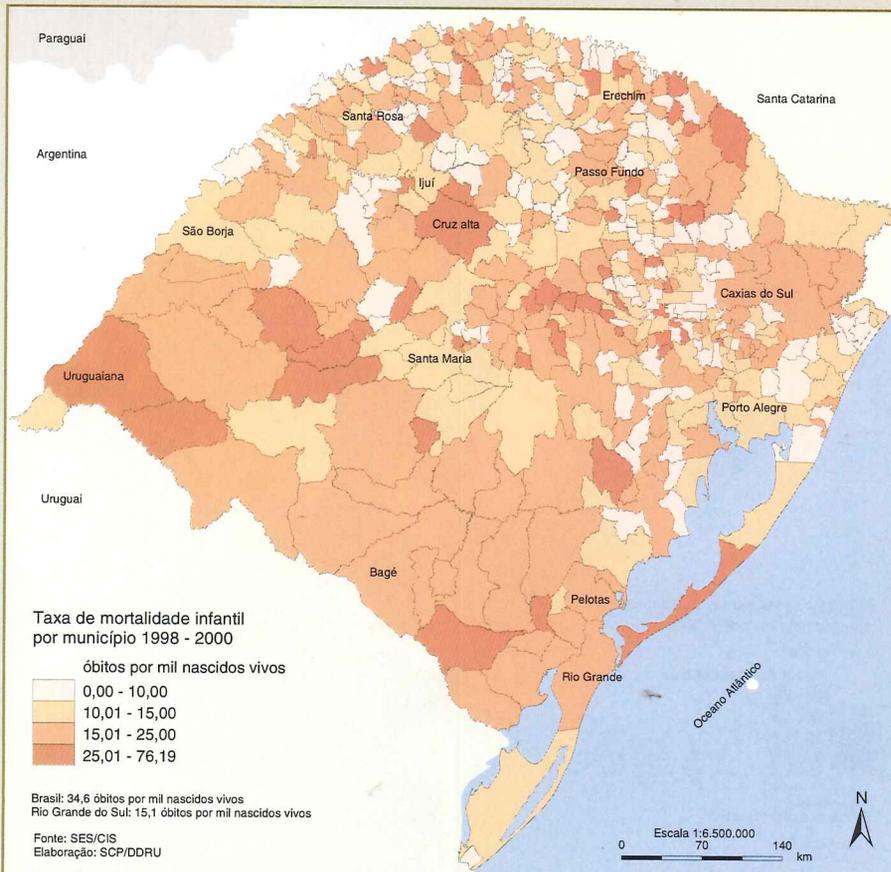
27 dias) e a pós-neonatal ou infantil tardia (28 a 364 dias), também diminuíram, respectivamente de 19,4 para 9,5 e de 28,7 para 5,6 por 1.000 nascidos vivos. No Brasil, em 1999 a mortalidade infantil foi de 34,6 por mil nascidos vivos, sendo o componente neonatal de 19,8 e o infantil tardio de 13,33 por mil nascidos vivos.

Observa-se que a partir de 1981 ocorre uma inversão e a mortalidade pós-neonatal passa a ser inferior à mortalidade neonatal. Isto se explica pela grande redução na mortalidade por doenças infecto-contagiosas principalmente a diminuição da mortalidade por diarreia. A redução da mortalidade infantil neonatal foi menos intensa e deveu-se, principalmente, a uma melhor atenção pré-natal.

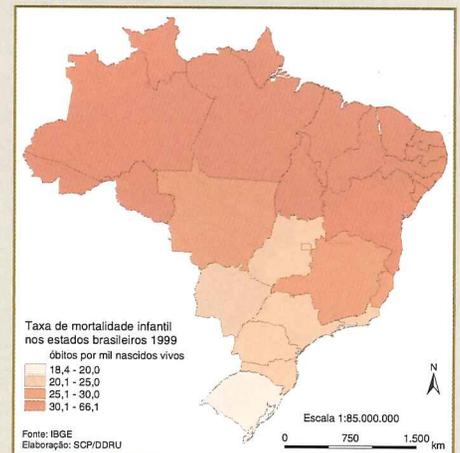
EXPECTATIVA MÉDIA DE VIDA, POR SEXO, NO RIO GRANDE DO SUL 1971 A 2000



MORTALIDADE INFANTIL - 1998 A 2000



MORTALIDADE INFANTIL



NO RIO GRANDE DO SUL HOUVE UMA REDUÇÃO SIGNIFICATIVA DA MORTALIDADE INFANTIL NOS GRUPOS DE CAUSA

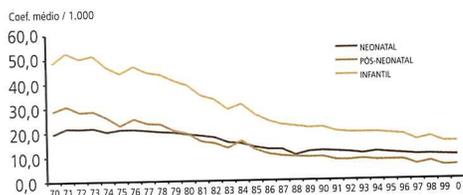
Comparando os principais diagnósticos na mortalidade infantil nos anos 1970 e 1999, salienta-se a importância proporcional das causas perinatais e anomalias congênicas em 1999. Observa-se a diminuição para as causas pós-neonatais, infecciosas e respiratórias, menor intensidade na diminuição, embora também decrescente, das causas perinatais e a inalteração na tendência da mortalidade por anomalias congênicas nos últimos trinta anos.

MORTALIDADE INFANTIL - PRINCIPAIS GRUPOS DE CAUSAS NO RIO GRANDE DO SUL - 1970 E 1999

GRUPOS DE CAUSAS	1970 (%)	1999 (%)
INFECCIOSAS	23,6	5,3
PERINATAIS	22,0	54,3
RESPIRATÓRIAS	20,7	9,0
MAL-DEFINIDAS	14,4	3,8
ENDÓCR/NUTRICIONAIS	5,9	1,9
CONGÊNITAS	4,9	18,4
CAUSAS EXTERNAS	0,5	4,1

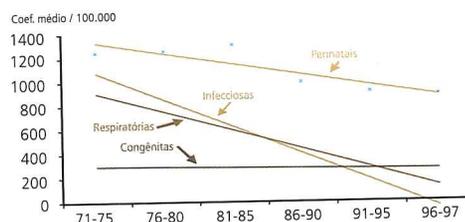
Fonte: SES/CIS

COEFICIENTE DE MORTALIDADE INFANTIL, PÓS-NEONATAL E INFANTIL TARDIA NO RIO GRANDE DO SUL - 1970 A 2000



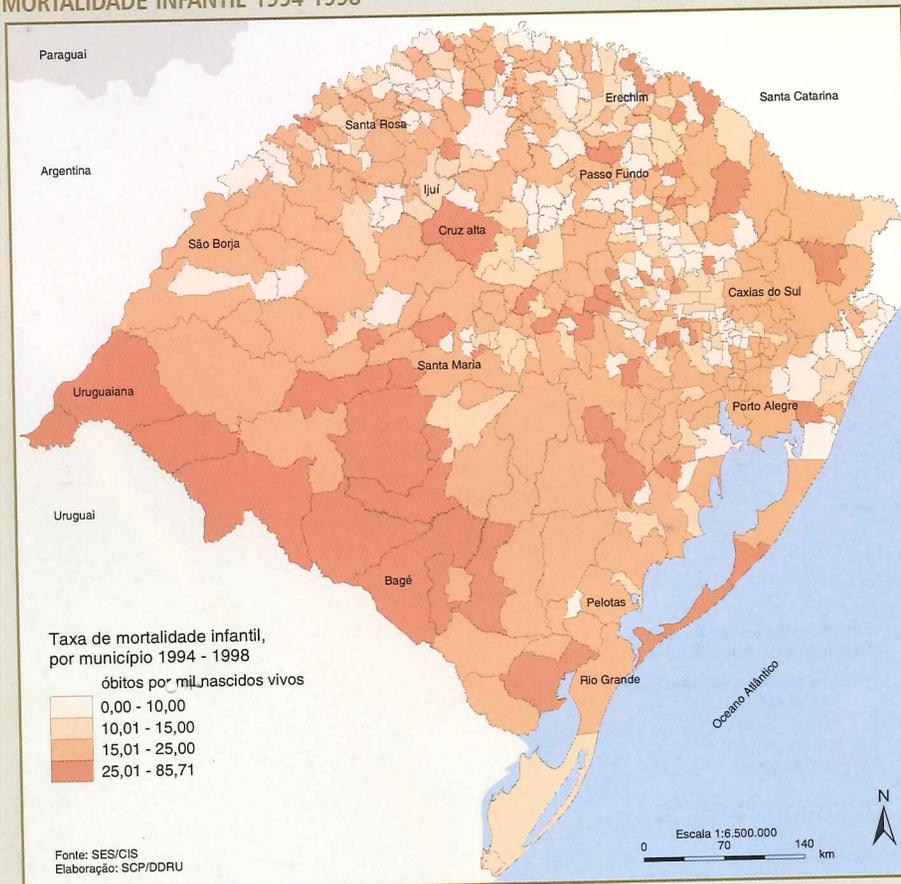
Fonte: SES/CIS

TENDÊNCIA LINEAR DA MORTALIDADE INFANTIL POR GRUPOS DE CAUSAS NO RIO GRANDE DO SUL - 1971 A 1997



Fonte: SES/CIS

MORTALIDADE INFANTIL 1994-1998



De forma geral, no Estado houve uma sensível diminuição da mortalidade infantil, porém não uniformemente, sendo mantidas disparidades regionais. A maioria das Coordenadorias Regionais de Saúde que compõem a região sul, apresentam coeficiente de mortalidade infantil acima da média do Estado.

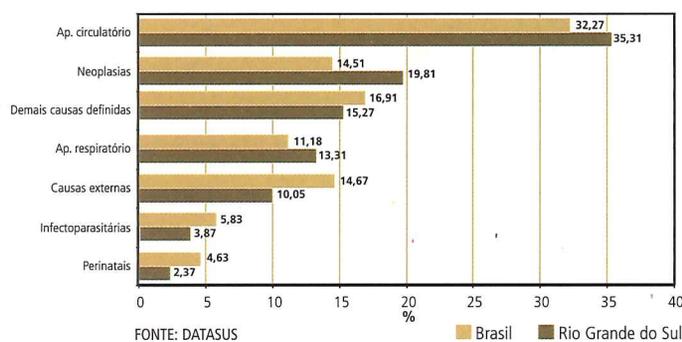
O Brasil tem experimentado uma transição epidemiológica, com alterações relevantes no quadro de morbimortalidade. Em menos de 40 anos o Brasil passou de um perfil de morbimortalidade típico de uma população jovem para um no qual as enfermidades crônicas são significativas, próprias das faixas etárias mais avançadas.

Essas modificações se fizeram sentir em nosso Estado de forma

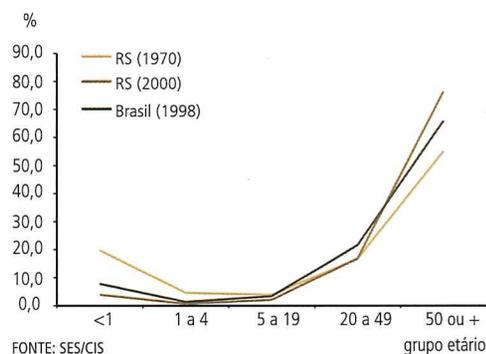
particular, uma vez que a proporção de idosos sempre foi superior a média brasileira. Em 1999, de acordo com os principais grupos de causas, 35,31% das mortes estavam relacionadas às doenças do aparelho circulatório, aparecendo em segundo lugar as neoplasias com 19,81% do total das mortes, em terceiro lugar as doenças do aparelho respiratório com 13,31% e em quarto lugar as causas externas (violências) com 10,05% do total das mortes.

No Brasil, aparecem em primeiro lugar também as doenças do aparelho circulatório com 32,27%, em segundo surgem as causas externas com 14,67%, em terceiro as neoplasias com 14,51 e em quarto lugar as doenças do aparelho respiratório.

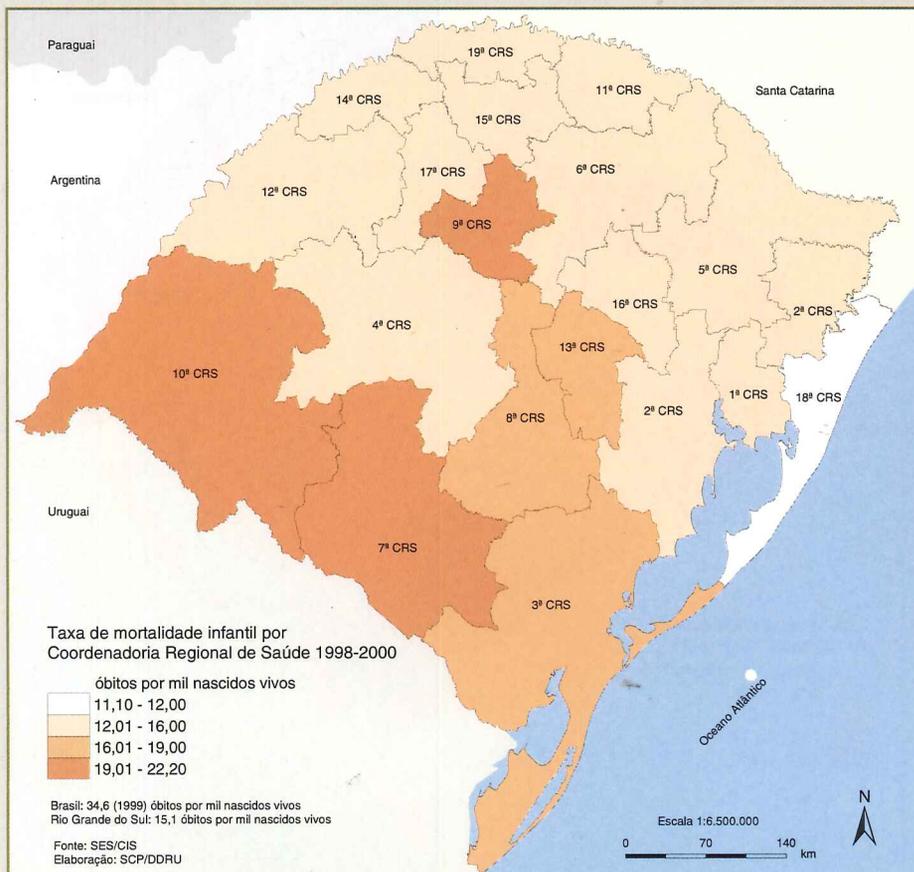
MORTALIDADE POR CAUSAS DEFINIDAS NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL - 1999



MORTALIDADE PROPORCIONAL POR GRUPO ETÁRIO NO BRASIL E RIO GRANDE DO SUL



MORTALIDADE INFANTIL POR CRS



NO RIO GRANDE DO SUL A PRINCIPAL CAUSA DE MORTE É O INFARTO AGUDO DO MIOCÁRDIO

A análise das principais causas de morte da população gaúcha confirma esta mudança no perfil de mortalidade ocorrida nos últimos 30 anos. Permanece em primeiro lugar o grupo das doenças do aparelho circulatório responsável por mais de 30% da mortalidade. A maior variação ocorre no grupo das causas mal-definidas que diminuiu de 16,1% para 4,3%, refletindo melhor diagnóstico. Como decorrência da melhoria do diagnóstico e, também, de um aumento na expectativa de vida ao nascer, aumentou a mortalidade por neoplasias de 11,7% para 19,3. O grupo de mortalidade por doenças infecto-contagiosas que vinha diminuindo consideravelmente, sofreu um aumento, principalmente a partir de 1996, quando a AIDS passa a ser incluída no grupo das infecto-contagiosas e não mais no grupo das endócrinas, nutricionais e imunológicas. Geralmente a proporção de mortes, por causas relacionadas ao aparelho circulatório, é mais elevada nas regiões desenvolvidas, enquanto os óbitos relacionados a doenças infecciosas e parasitárias são proporcionalmente maiores nas áreas mais pobres.

A principal causa de morte no Rio Grande do Sul é o infarto agudo do miocárdio, seguida das doenças pulmonares obstrutivas crônicas, sendo a terceira causa o acidente vascular cerebral.

Com relação aos principais grupos de mortalidade por sexo, predominam em ambos os sexos, os óbitos por doenças cardiovasculares, seguido pelas neoplasias. Entretanto, em terceiro lugar entre as mulheres predominam as doenças respiratórias e nos homens as violências (acidentes, homicídios e suicídios).

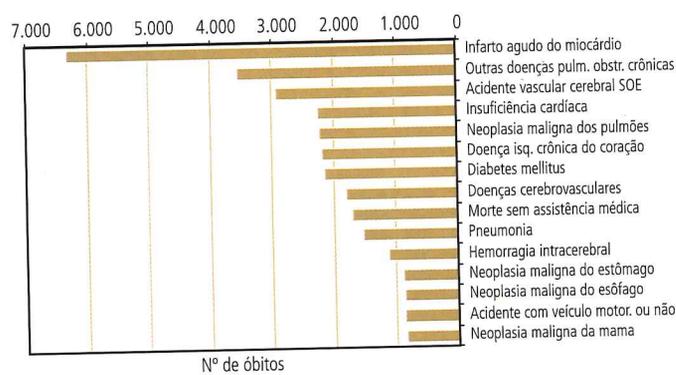
EVOLUÇÃO DA MORTALIDADE POR GRUPOS DE CAUSAS NO RIO GRANDE DO SUL - 1970 A 2000*

GRUPOS	1970	1980	1990	2000
CIRCULATÓRIO	30,1	34,0	35,0	33,7
NEOPLASIAS	11,7	14,0	16,0	19,3
RESPIRATÓRIAS	9,4	10,1	12,1	12,0
EXTERNAS	6,8	9,5	10,0	9,5
DIGESTIVO	2,9	3,7	4,3	5,1
ENDÓCRINAS	2,9	2,5	2,1	4,7
MAL DEFINIDAS	16,1	10,2	8,0	4,3
INFECCIOSAS	9,7	4,7	2,8	3,7

Fonte: SES/CIS

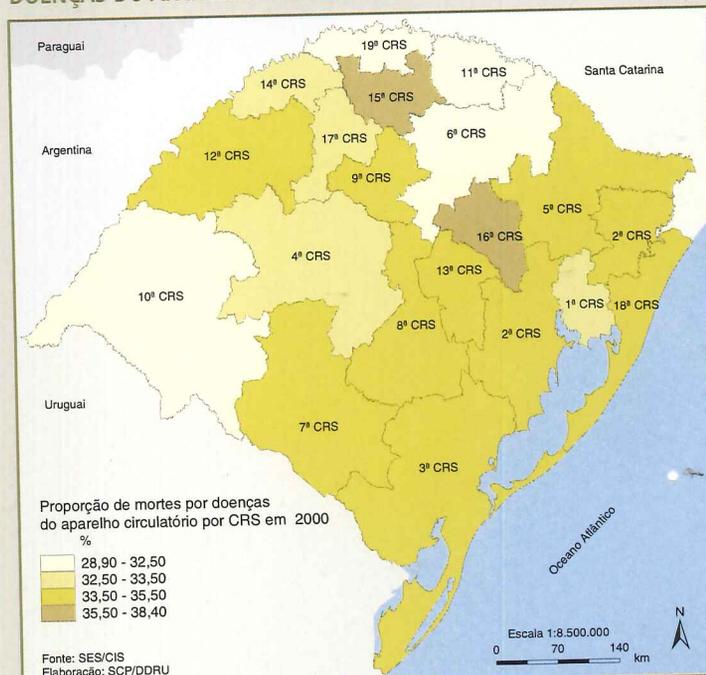
* Estão incluídas as mortes por causas mal definidas

MORTALIDADE PELA CID-BR, PRINCIPAIS CAUSAS NO RIO GRANDE DO SUL - 2000

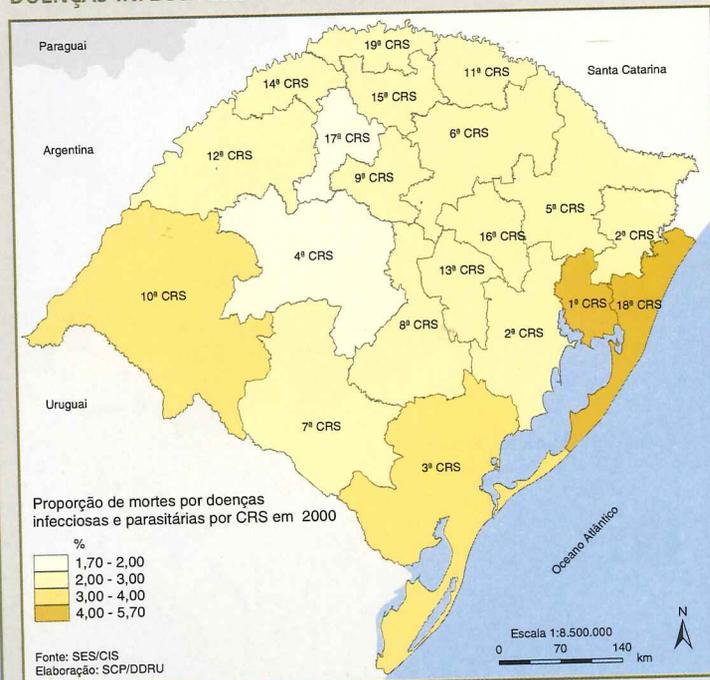


Fonte: SES/CIS

DOENÇAS DO APARELHO CIRCULATÓRIO



DOENÇAS INFECCIOSAS E PARASITÁRIAS



O número de casos de gravidez na adolescência tem aumentado significativamente, sendo que em 2000, 20,3% dos partos foram em mulheres com idade inferior a 19 anos. Outro aspecto associado a este problema é que 18 % das cesáreas são em partos de adolescentes e, segundo estimativas da OMS, um terço das mulheres que buscam atendimento hospitalar por complicações de abortos são adolescentes, o que aumenta o risco de mortalidade materna nesta faixa etária.

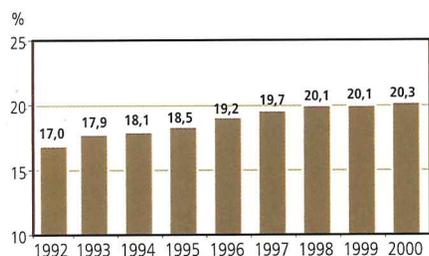
A proporção de partos cesários, que começara a declinar no Estado a partir de 1997, voltou a crescer, tendo atingido no Estado, em 2000, a proporção de 41% dos partos. No Brasil em 1999, 36,9% dos nascidos vivos nasceram por partos cesáreos.

COBERTURA VACINAL NO RIO GRANDE DO SUL - 1990 A 2000

VACINA /ANO	90 %	91 %	92 %	93 %	94 %	95 %	96 %	97 %	98 %	99 %	2000 %
Poliomielite	68.5	83.4	91.1	89.6	90.5	96.5	79.9	91.2	94.4	94.7	98.1
DPT	67.1	83.2	91.2	89.7	90.3	96.5	78.8	90.7	94.8	95.3	98.2
Sarampo	72.1	83.4	94.5	87.8	89.1	97.5	84.4	97.1	90.7	94.1	96.5
BCG	64.0	83.2	93.8	99.7	100.0	100.0	96.7	100.0	100.0	100.0	100.0
Hepatite B										100.0	95.5

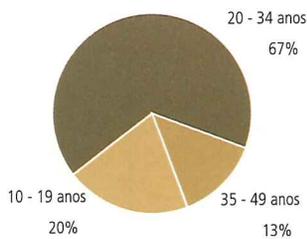
Fonte: SES/CIS

PERCENTUAL DE MÃES COM ATÉ 19 ANOS NO RIO GRANDE DO SUL - 1992 A 2000



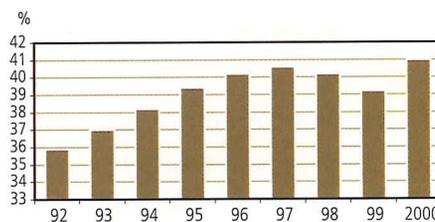
Fonte: SES/CIS

DISTRIBUIÇÃO DAS GESTAÇÕES NO RIO GRANDE DO SUL CONFORME A IDADE DA MÃE - 2000



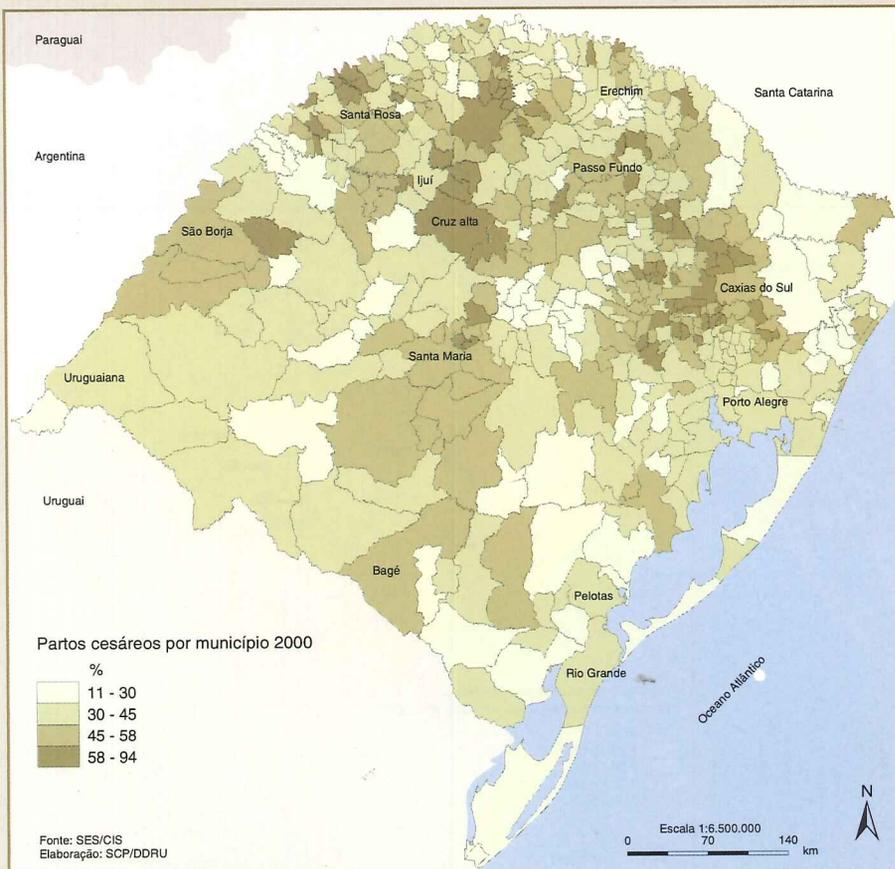
Fonte: SES/CIS

PROPORÇÃO DE PARTO CESÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL - 1992 A 2000



Fonte: SES/CIS

PARTOS POR CESÁREA



As 19 Coordenadorias Regionais de Saúde são responsáveis pelo planejamento, acompanhamento e gerenciamento das ações e serviços de saúde, em cooperação técnica, financeira e operacional com os gestores municipais e prestadores de serviços de saúde. Para organizar a atenção a saúde e garantir um atendimento universal, equânime e integral, o Estado foi organizado em 7 macrorregiões de saúde.

A rede hospitalar instalada no Rio Grande do Sul apresentou pequena variação no quantitativo de leitos e/ou hospitais, nos três últimos anos, observando-se uma tendência a aumentar o percentual

de leitos para o SUS em relação ao total de leitos cadastrados, bem como o aumento de leitos em UTI.

No Estado quando se considera somente os leitos contratados para o SUS, a Macrorregião Centro-Oeste tem o menor índice (1,95 leitos p/1000 hab.), enquanto o maior fica na região Norte (3,33 leitos por mil hab.).

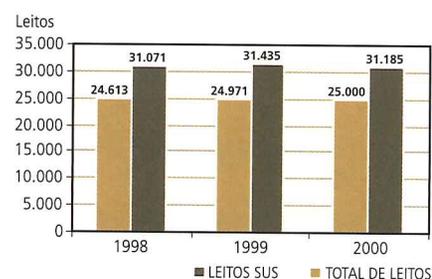
O índice estadual é de 3,09 leitos por mil hab, enquanto que o brasileiro é de 2,96 (inclui leitos não SUS). Considerando os leitos cadastrados pelo SUS atinge 2,48 leitos por mil habitantes, superior ao recomendado que é de 2,32 leitos por mil habitantes.

DISTRIBUIÇÃO DOS LEITOS HOSPITALARES, POR ESPECIALIDADE, POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE - 2000

Região	Cirurgia	Obstetrícia	Clínica	FPT	Psiquiatria	Tisiologia	Pediatria	Reab	Hosp Total Dia
Centro-Oeste	321	329	1.033	35	55	28	491	-	2.292
Serra	255	242	751	8	387	1	341	-	1.985
Vales	263	265	900	33	31	-	373	-	1.865
Metropolitana	2.302	1.025	3.199	105	992	59	1.505	-	9.267
Missioneira	467	440	1.381	40	61	8	704	2	3.103
Norte	579	477	1.458	54	92	-	775	-	3.435
Sul	432	336	1.237	30	504	11	473	-	3.053
Total	4.619	3.114	9.959	305	2.122	107	4.662	2	25.000

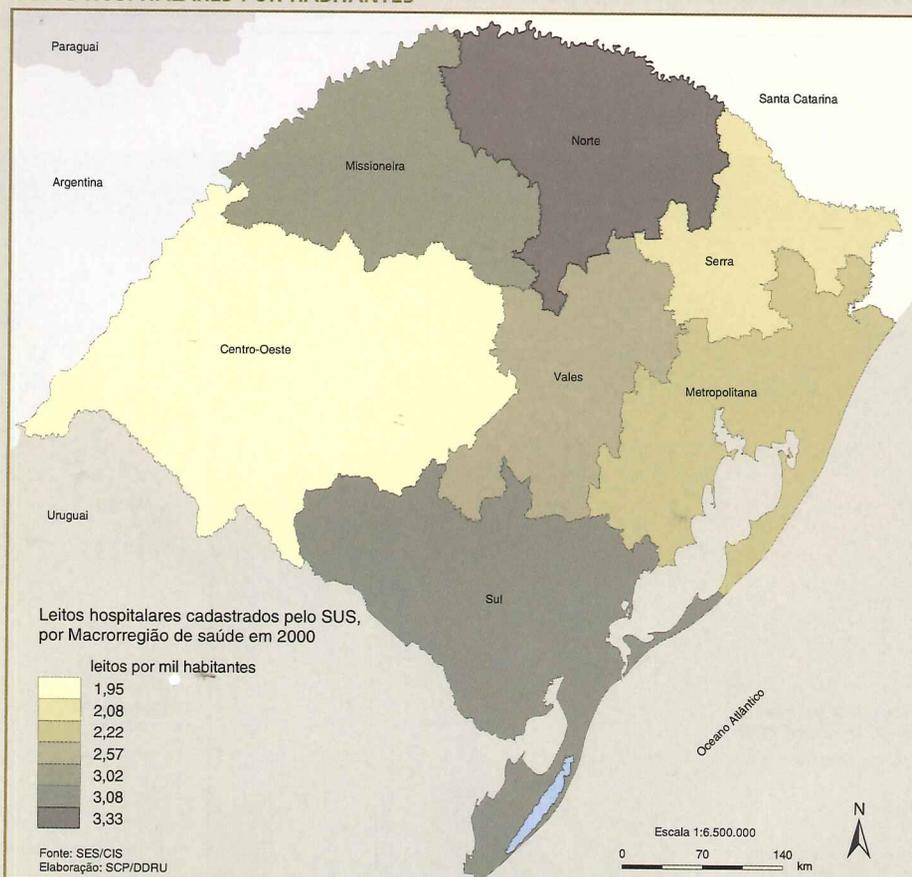
Fonte: Dados Cadastrais SIH/SUS e estimativa populacional IBGE.

EVOLUÇÃO DO TOTAL DE LEITOS E LEITOS CADASTRADOS PELO SUS NO RIO GRANDE DO SUL



Fonte: Dados Cadastrais SIH/SUS

LEITOS HOSPITALARES POR HABITANTES



Devido à grande concentração populacional, 41% da população do estado, a Macrorregião Metropolitana possui 37% dos leitos do SUS, utiliza 42% das Autorizações de Internação Hospitalares (AIHs) pagas no Estado e responde por 53% do total de valores faturados. Se considerados os valores gastos com diárias de UTI, o percentual sobe para 69% dos valores totais do Estado. A metropolitana também fica com o maior valor médio de AIH paga no Estado.

Na área ambulatorial ocorreu um importante processo de descentralização dos serviços, com desconcentração dos serviços de Porto Alegre para o interior, e conseqüente diminuição da demanda reprimida em várias áreas.

Os procedimentos de atenção básica significam 51,4% dos atendimentos, os de média complexidade 37,1% e os de alta complexidade respondem por 11,5%. Entretanto, a proporção nos

gastos dos recursos se dá de forma inversa: enquanto os atendimentos básicos correspondem a 15,1%, os de média complexidade gastam 37,4% e os de alta complexidade utilizam a maior fatia dos recursos, 47,5%.

Destaca-se um aumento médio de atendimentos na ordem de 10% ao ano na Terapia Renal Substitutiva e o crescimento dos serviços na área de Oncologia. A descentralização e organização dos serviços, através de uma lógica de cobertura regionalizada e hierarquizada, fez com que a partir de 2000, o Estado passasse a ter Centros de Alta Complexidade em todas as Macrorregiões, com importante diminuição da demanda reprimida e tempo de espera para o tratamento.

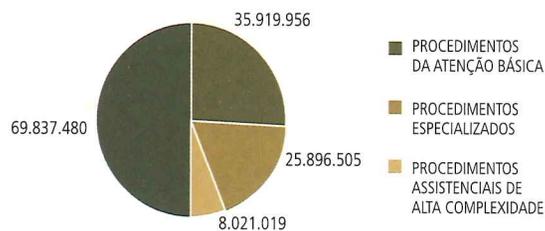
Numa análise do total de atendimentos ambulatoriais no Estado entre 1998 e 2000 constata-se que houve um crescimento físico de 34,1% e financeiro de 49,9%.

DISTRIBUIÇÃO DOS HOSPITAIS POR NÍVEL DE COMPLEXIDADE, POR MACRORREGIÃO DE SAÚDE - 2000

Região	Especializado	Macrorregional	Regional	Microrregional	Unidade Local	Outros*	Total
Centro-Oeste	-	2	4	9	7	16	38
da Serra	-	2	2	7	4	17	32
dos Vales	-	1	2	13	25	4	45
Metropolitana	7	7	8	18	10	23	73
Missioneira	-	2	5	15	38	19	79
Norte	-	3	2	20	26	29	80
Sul	-	4	4	6	12	6	32
Total	7	21	27	88	122	114	379

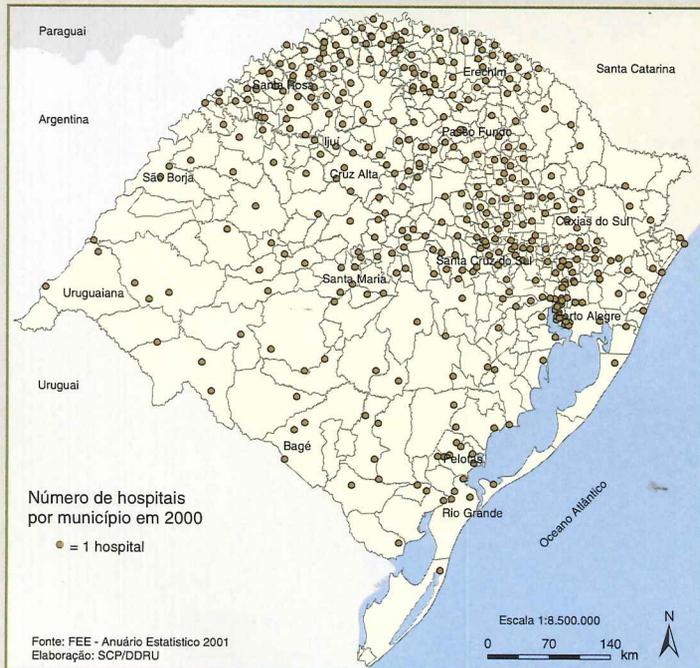
Fonte: Dados Cadastrais SIH/SUS
*Hospitais que se encontram em fase de avaliação

TOTAL DE ATENDIMENTOS AMBULATORIAIS POR GRUPO DE PROCEDIMENTO 2000

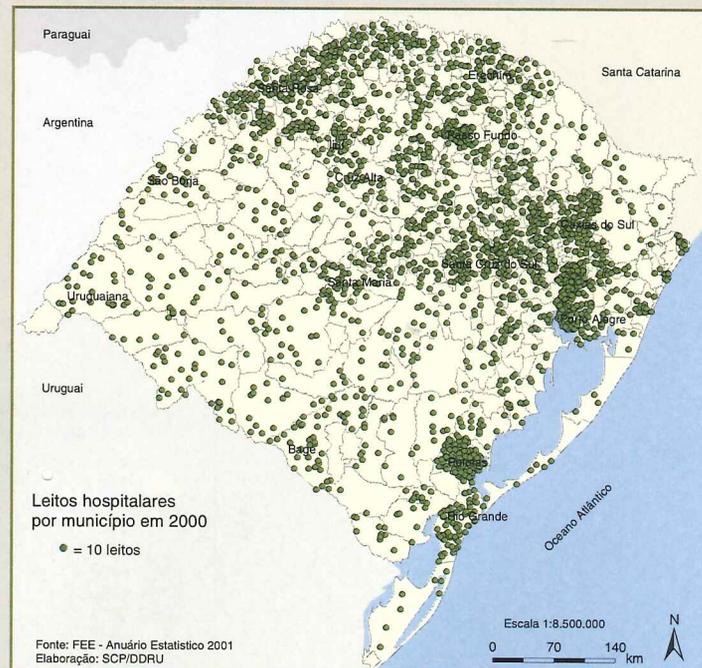


Fonte: SES/CIS

HOSPITAIS



LEITOS HOSPITALARES



Analisando o desempenho Educacional do Estado verificam-se grandes avanços mas, como em outras áreas, constatam-se algumas disparidades regionais. Observam-se variações no Ensino Fundamental e Médio quanto à escolarização líquida que identifica o percentual da população que está matriculada no nível de ensino adequado à sua faixa etária, à aprovação e evasão escolar, bem como à taxa de atendimento na Educação Infantil. Pode-se assim constatar o maior ou menor grau de eficiência do Sistema Educacional e sua capacidade de dar respostas às necessidades regionais. Algumas regiões como o Vale do Taquari, Fronteira Noroeste, Alto Jacuí, Norte, Produção, Noroeste Colonial e Serra destacam-se pela boa posição em relação às demais, apresentando valores acima da média na maioria dos indicadores.

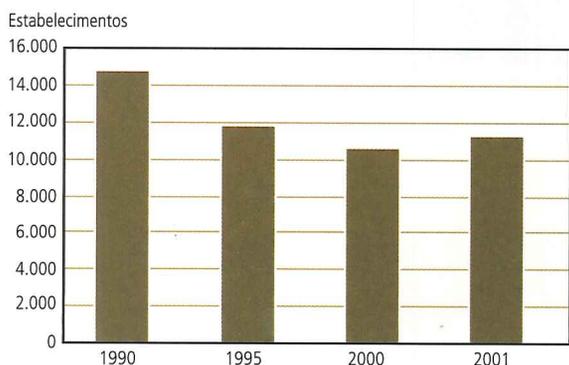
A rede escolar do Estado, abrangendo as quatro dependências administrativas, em 2001 totalizava 11.277 estabelecimentos de Educação Infantil e Ensinos Fundamental e Médio que atenderam uma clientela de 266.891 alunos na Educação Infantil, 1.824.167 no

Ensino Fundamental e 589.135 no Ensino Médio. Estes números incluem as modalidades de Ensino Médio Profissionalizante, Educação Profissional, Educação Especial e Educação de Jovens e Adultos. O número de estabelecimentos de ensino decresceu entre 1992 e 2000 em 23,77%. Esta queda acentuada ocorreu somente no Ensino Fundamental. Nos demais níveis o número de escolas vem aumentando, especialmente no Ensino Médio e Educação Infantil.

Os regentes de classe no mesmo ano somavam 147.816, com destaque para o Ensino Fundamental que contava com 100.739 professores.

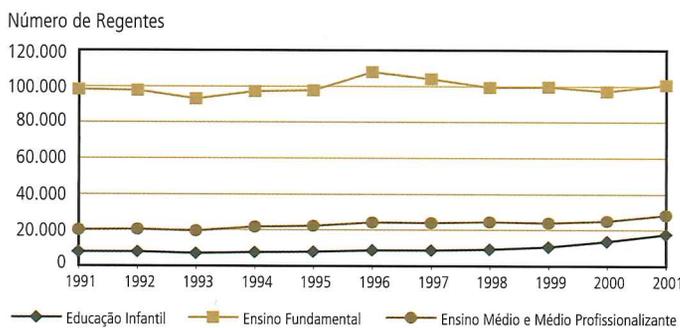
A população gaúcha na faixa de 0 a 6 anos era de 1.217.5047 habitantes em 2000. Destes 16,74% freqüentavam escolas de Educação Infantil, com variações regionais na taxa de atendimento, oscilando de 26,57% no Vale do Taquari a 11,70% no Centro Sul. Este atendimento ainda é precário considerando-se o número de mulheres que exercem atividade profissional fora de seus domicílios.

TOTAL DE ESTABELECIMENTOS DE ENSINO - 2001



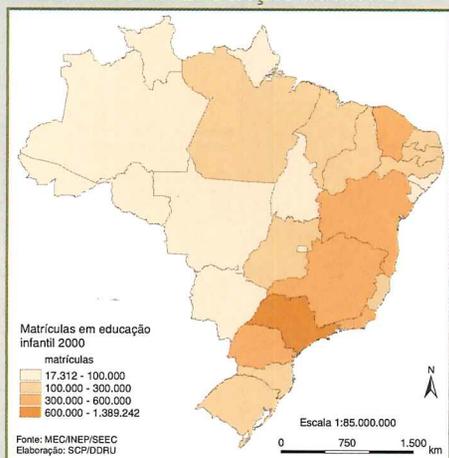
Fonte: SE-2001

TOTAL DE PROFESSORES EM REGÊNCIA DE CLASSE - 2001

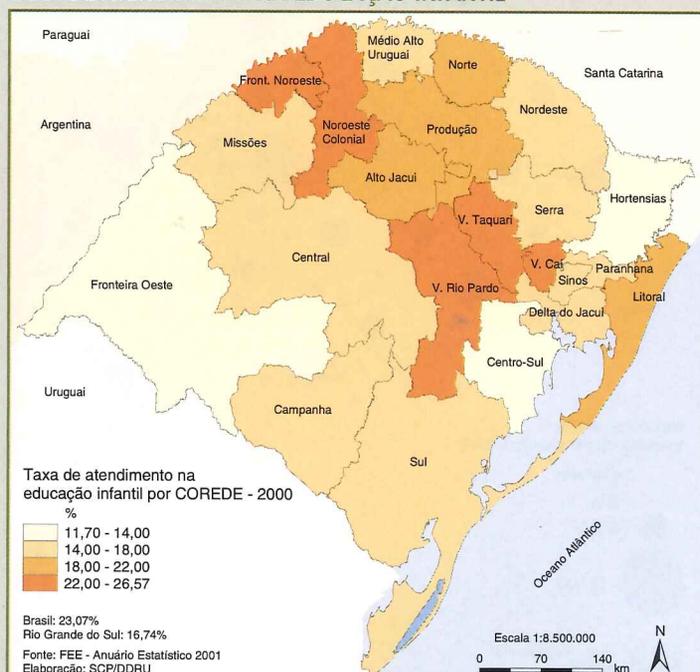


Fonte: SE-2001

MATRÍCULAS NA EDUCAÇÃO INFANTIL



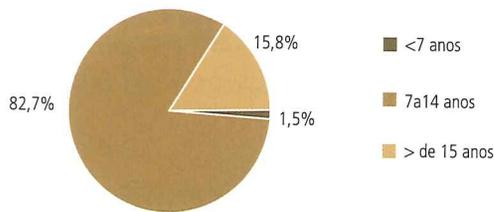
TAXA DE ATENDIMENTO NA EDUCAÇÃO INFANTIL



As matrículas do Ensino Fundamental vem diminuindo em números absolutos, face ao decréscimo da população na faixa de 7 a 14 anos. A taxa de escolarização líquida neste nível atinge 98%. Em 1991 esta faixa somava 1.487.060 habitantes e em 2000 1.437.180, com a conseqüente redução na demanda às matrículas. Mesmo assim, em 2000 a rede de ensino regular gaúcha matriculou 1.740.723 alunos, número bastante superior ao da faixa etária. Esta diferença é motivada pela significativa parcela de jovens entre 15 e 17 anos – faixa etária

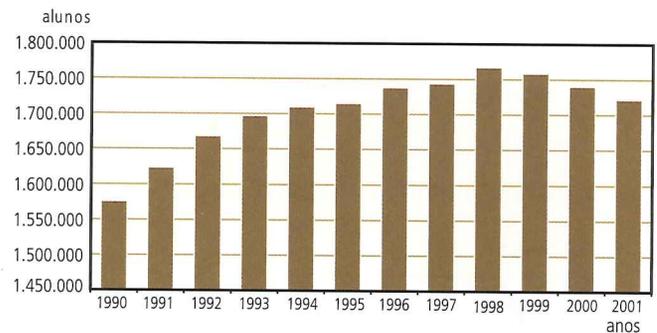
do Ensino Médio que ainda cursam o Ensino Fundamental, variando de 37,02% na região da Produção a 52,52% no Centro-Sul, evidenciando uma distorção na faixa normal de escolaridade causada, principalmente, pelas significativas taxas de reprovação e repetência do Ensino Fundamental. Em 2001 observa-se também o declínio do número de matrículas em relação ao ano anterior, tendo o ensino regular totalizado 1.721.726 alunos. Esta ocorrência deve-se a queda na taxa de crescimento populacional do Estado.

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL CONFORME FAIXA ETÁRIA 2001



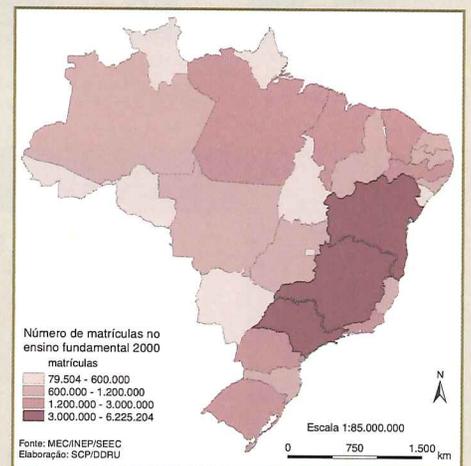
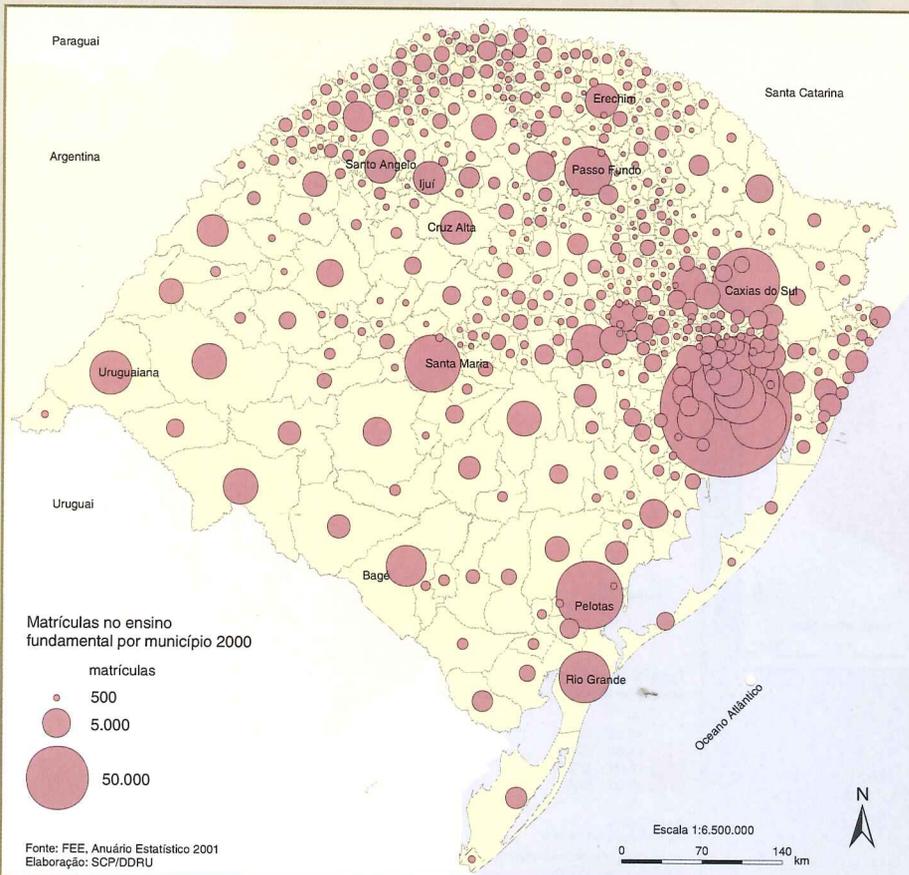
Fonte: SE-2001

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL 1990 A 2001

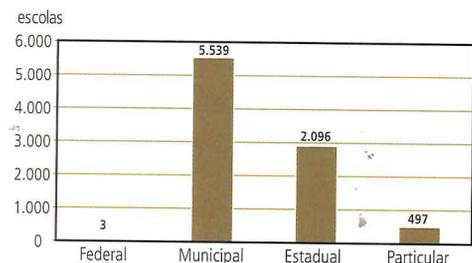


Fonte: SE-2001

MATRÍCULAS NO ENSINO FUNDAMENTAL



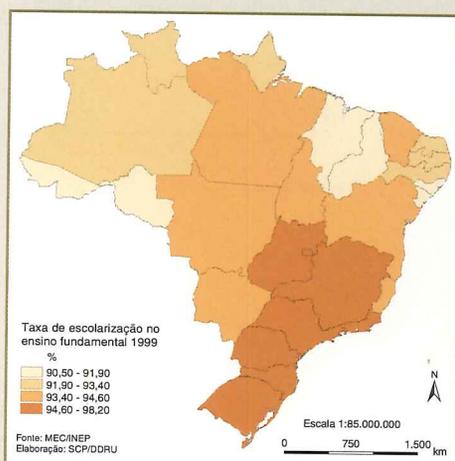
ESTABELECIMENTOS DO ENSINO FUNDAMENTAL CONFORME DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2001



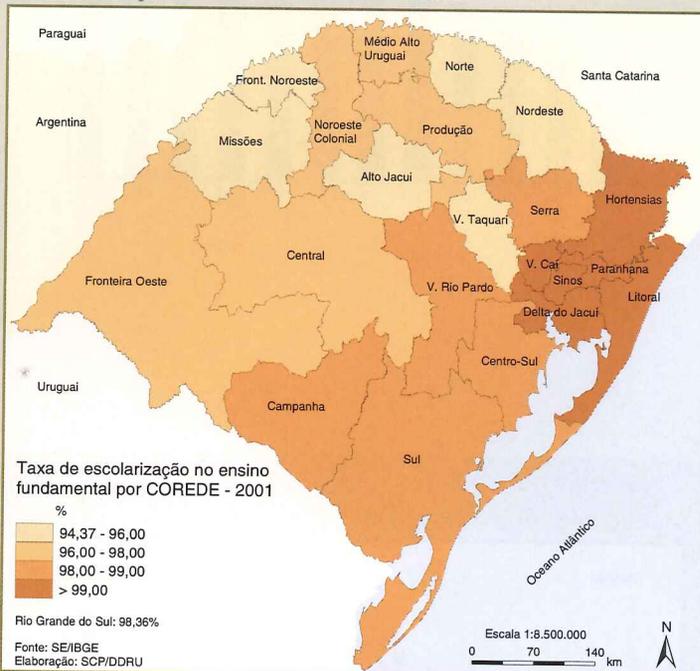
Fonte: SE-2001

Das 22 regiões do Rio Grande do Sul apenas o Litoral e o Paranhana-Encosta da Serra apresentaram previsão de pequeno crescimento no número de crianças e jovens. Isto é causado principalmente pelas migrações que tem levado ao aumento populacional destas regiões. As demais apresentam decréscimo, com queda acentuada das matrículas nas regiões Fronteira Noroeste, Médio Alto Uruguai, Noroeste Colonial e Produção.

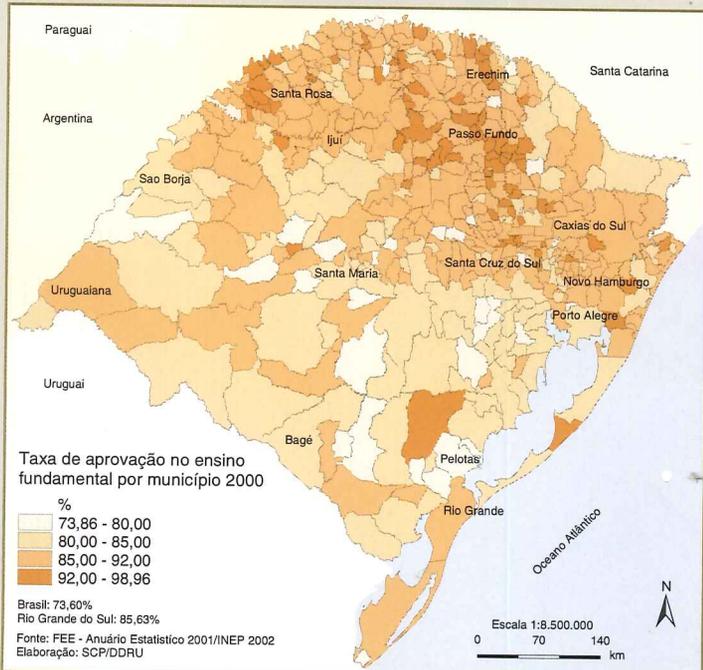
A rede Estadual de Ensino concentra as matrículas deste nível, tendo em 2000 superado as demais dependências administrativas em dezessete regiões. A rede Municipal teve predominância de matrículas nas regiões Centro Sul, Paranhana-Encosta da Serra, Sul, Vale dos Sinos e Litoral.



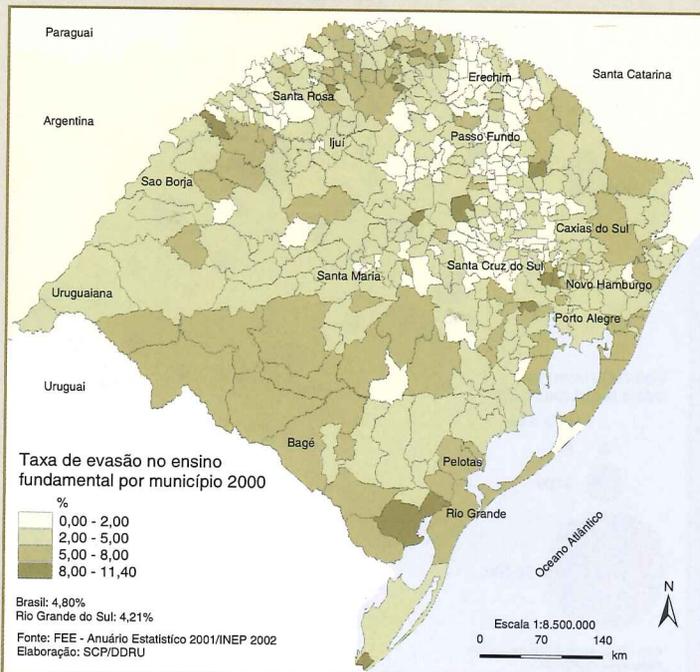
ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL



APROVAÇÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL



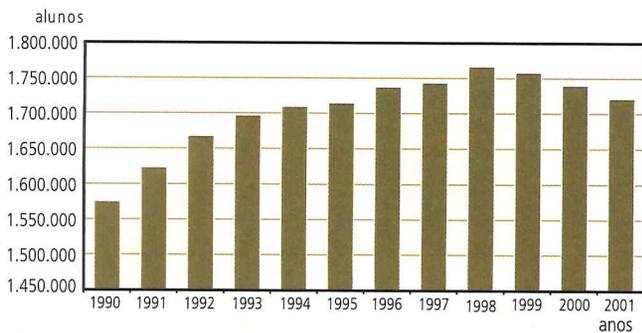
EVASÃO NO ENSINO FUNDAMENTAL



O Ensino Médio tem tido um aumento da demanda por matrículas, ao contrário do Ensino Fundamental. A democratização do Ensino com o crescimento do número de concluintes no Ensino Fundamental, bem como a necessidade de uma melhor qualificação para ingressar em um mercado de trabalho em constantes mudanças e cada vez mais competitivo tem motivado esta procura que resultou em 467.215 alunos

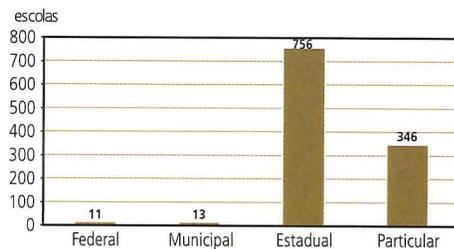
matriculados no ano 2001. Constatase, porém, que um percentual considerável de alunos entre 15 e 17 anos ainda estão matriculados no ensino Fundamental, tanto que a taxa de escolarização líquida do Ensino Médio do Estado é de 45,26% sendo que a do Brasil é de apenas 33,31%. Por outro lado é grande o número de alunos de faixas etárias mais altas que freqüentam este nível de ensino.

EVOLUÇÃO DAS MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO E MÉDIO PROFISSIONALIZANTE - 1990 A 2001



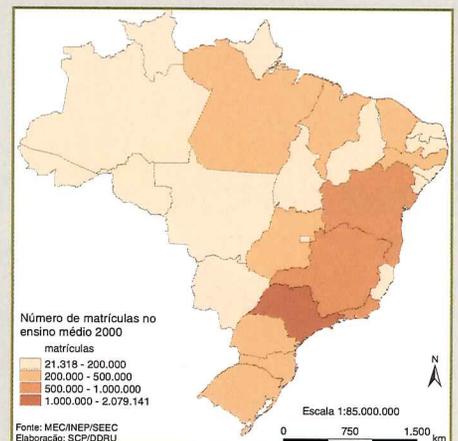
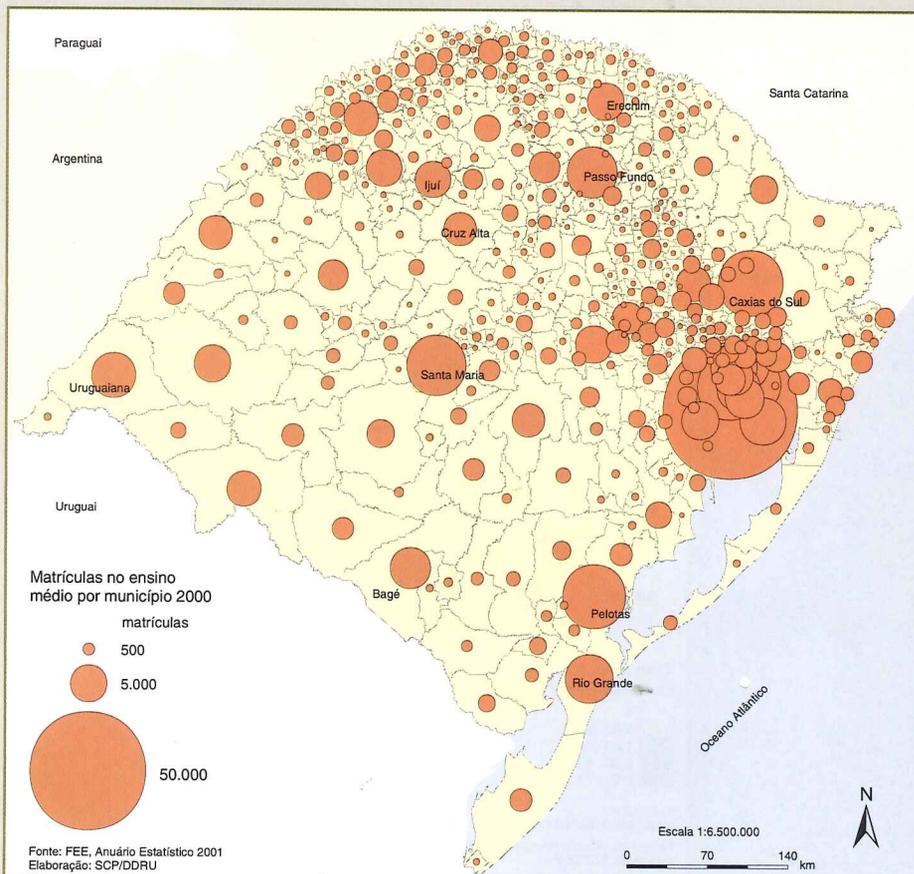
Fonte: SE-2001

ESTABELECIMENTOS DO ENSINO MÉDIO CONFORME DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2001



Fonte: SE-2001

MATRÍCULAS NO ENSINO MÉDIO

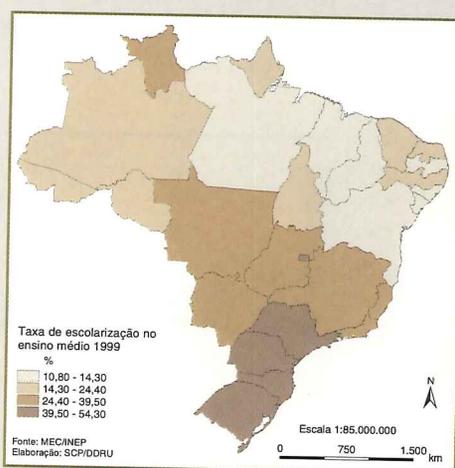


A TAXA DE ESCOLARIZAÇÃO DO ENSINO MÉDIO NO ESTADO É UMA DAS MAIS ALTAS DO BRASIL

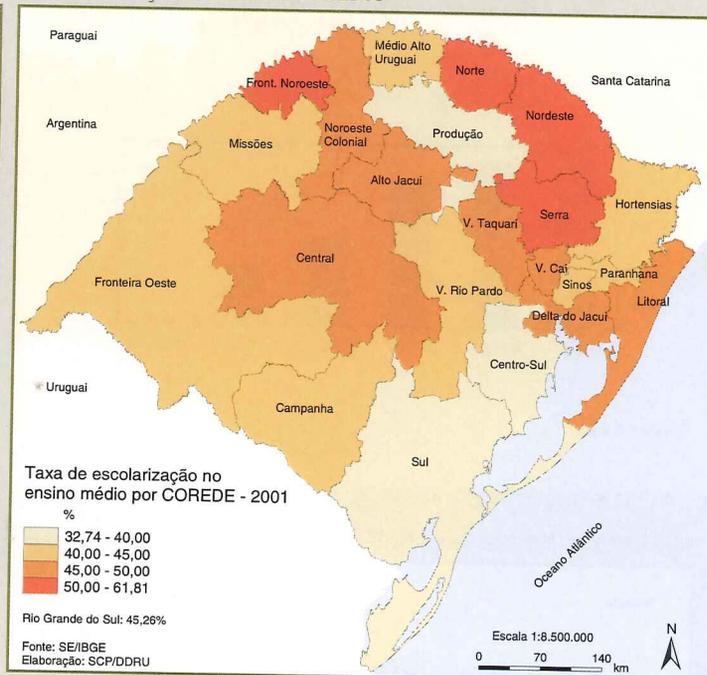
Embora grandes avanços tenham se verificado no crescimento das matrículas no Ensino Médio, constata-se ainda que uma parcela significativa está afastada dos bancos escolares.

A rede estadual é a que tem apresentado maior aumento do número de matrículas entre 1996 e 2000, período em que a oferta de vagas da Escola Pública Estadual cresceu 45%. As escolas particulares e federais ao contrário perderam alunos no período.

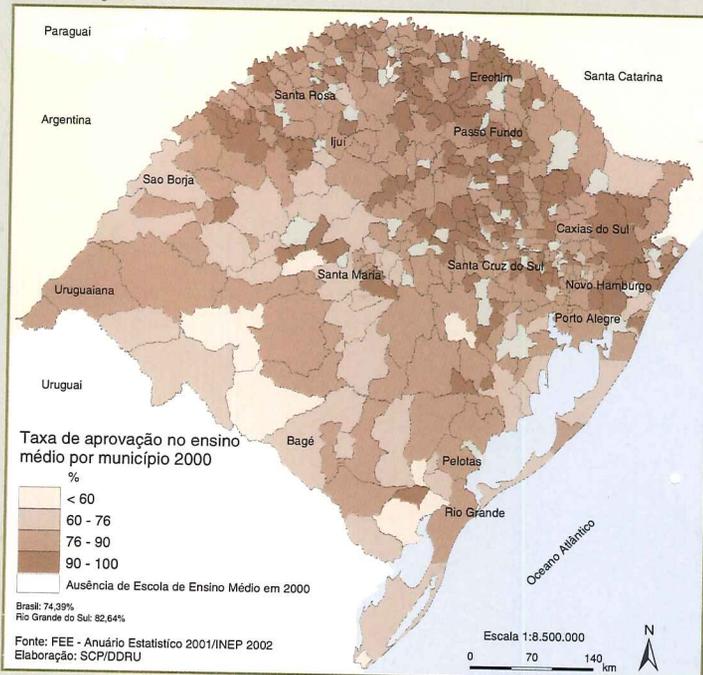
Analisando a dinâmica do Ensino Médio no Rio Grande do Sul, verifica-se que as regiões da Campanha e da Fronteira Oeste apresentaram em 2000 os maiores percentuais de reprovação, com 32,61% e 25,77%, enquanto os mais baixos ocorreram nas regiões Norte e Vale do Caí com 8,61% e 9,20%, respectivamente. A média estadual foi de 17,36%.



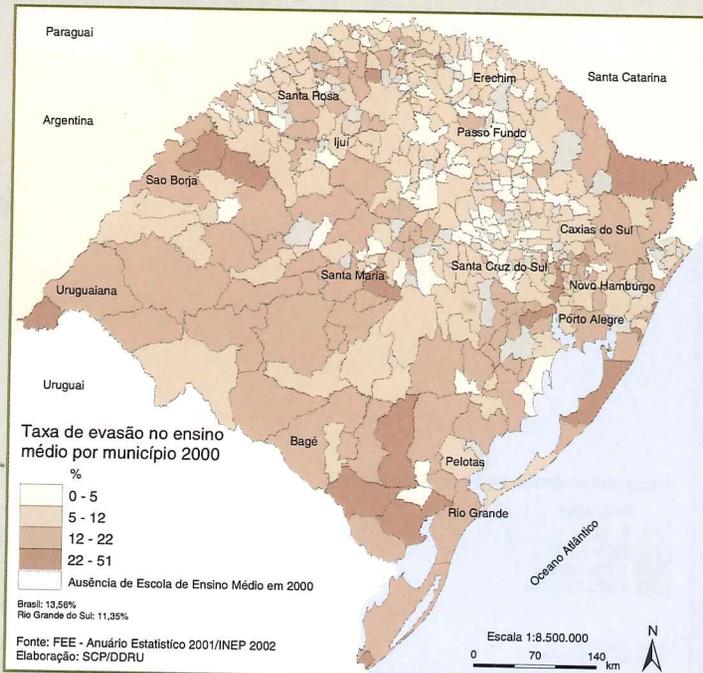
ESCOLARIZAÇÃO NO ENSINO MÉDIO



APROVAÇÃO NO ENSINO MÉDIO



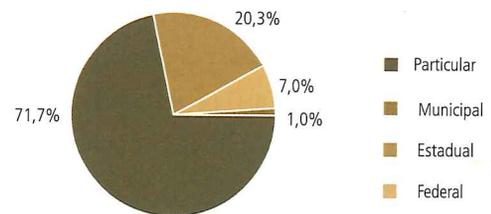
EVASÃO NO ENSINO MÉDIO



A Educação Profissional brasileira tem passado nos últimos anos por muitas transformações, buscando ampliar e qualificar o atendimento aos jovens e adultos em três modalidades: Ensino Básico, Ensino Técnico e Ensino Tecnológico. Atualmente, forma técnicos de nível superior e médio, qualifica e profissionaliza trabalhadores com qualquer nível de escolaridade, buscando atender as exigências crescentes do mercado de trabalho. Pode ser complementar e articulada com a educação Básica e desenvolvida em diferentes níveis.

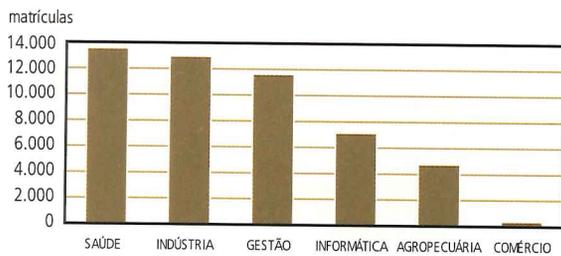
Em 2002 o Ensino Profissionalizante do Rio Grande do Sul totalizava 50.460 alunos, em 876 cursos ministrados em 149 municípios distribuídos nas quatro dependências administrativas, com destaque para a rede de ensino particular que detêm 72%.

MATRÍCULAS NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE POR DEPENDÊNCIA ADMINISTRATIVA - 2002



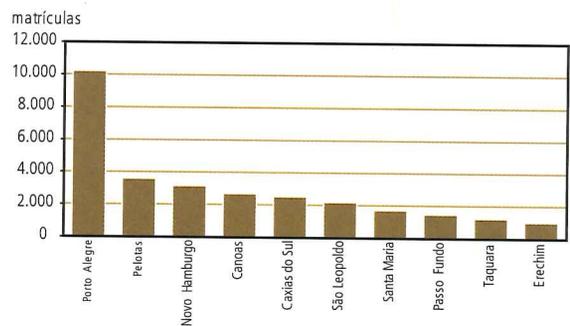
Fonte: SE 2002

MATRÍCULAS NOS CURSOS PROFISSIONALIZANTES POR ÁREA DE ENSINO - 2002



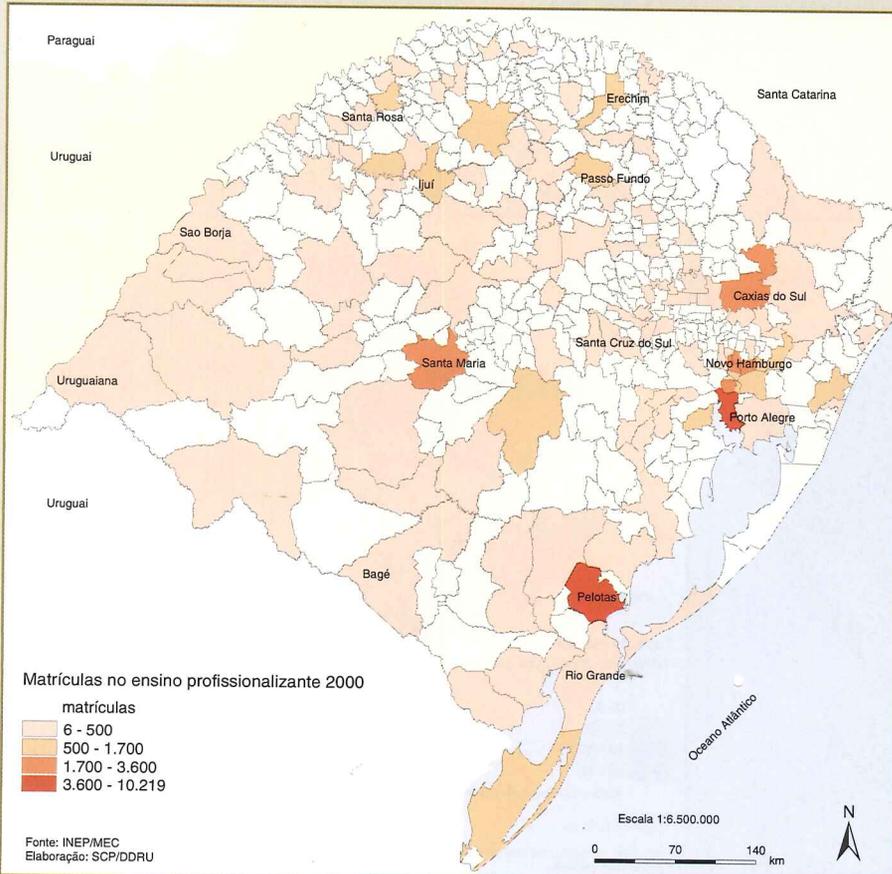
Fonte: SE 2002

MUNICÍPIOS COM MAIOR NÚMEROS DE MATRÍCULAS NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE - 2002



Fonte: SE 2002

MATRÍCULAS NO ENSINO PROFISSIONALIZANTE



O ÍNDICE DE ANALFABETOS DA POPULAÇÃO GAÚCHA É UM DOS MAIS BAIXOS DO BRASIL

As diversas modalidades de ensino objetivam o atendimento às necessidades específicas de grupos diferenciados da população.

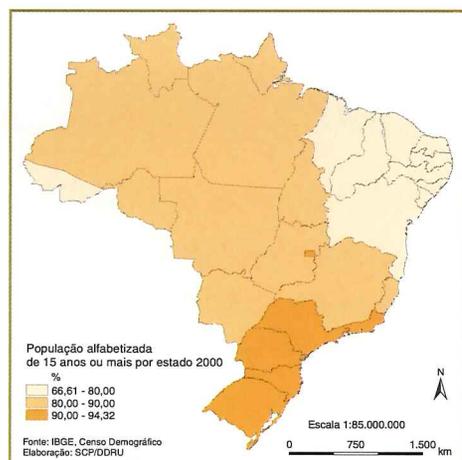
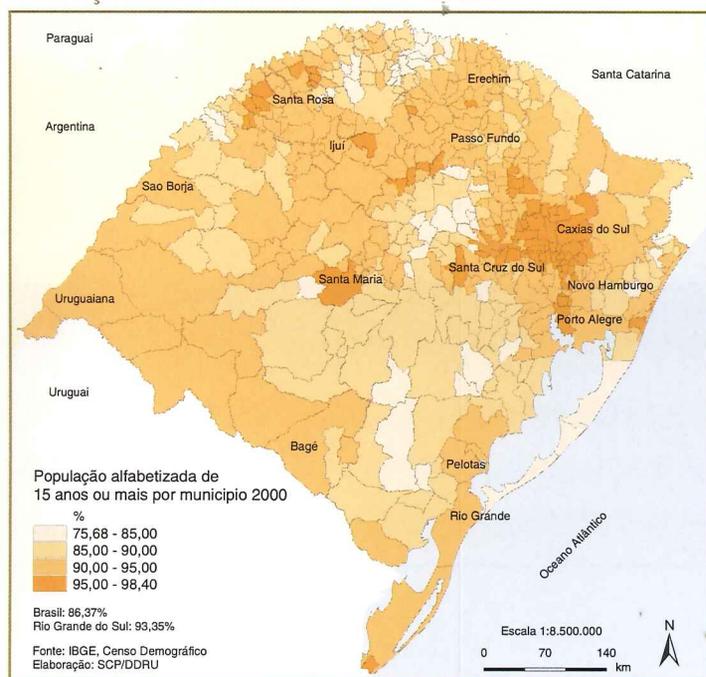
A rede de ensino do Estado oferece Educação para Jovens e Adultos – EJA – que atende a demanda fora da faixa de ensino regular. São classes de alfabetização – MOVA – RS e de Ensino Fundamental e Médio totalizando em 2001, 160.754 alunos.

O Estado atende alunos indígenas da etnia *Guarani* e *Kaingang*, tendo matriculado 6.367 alunos em 2002.

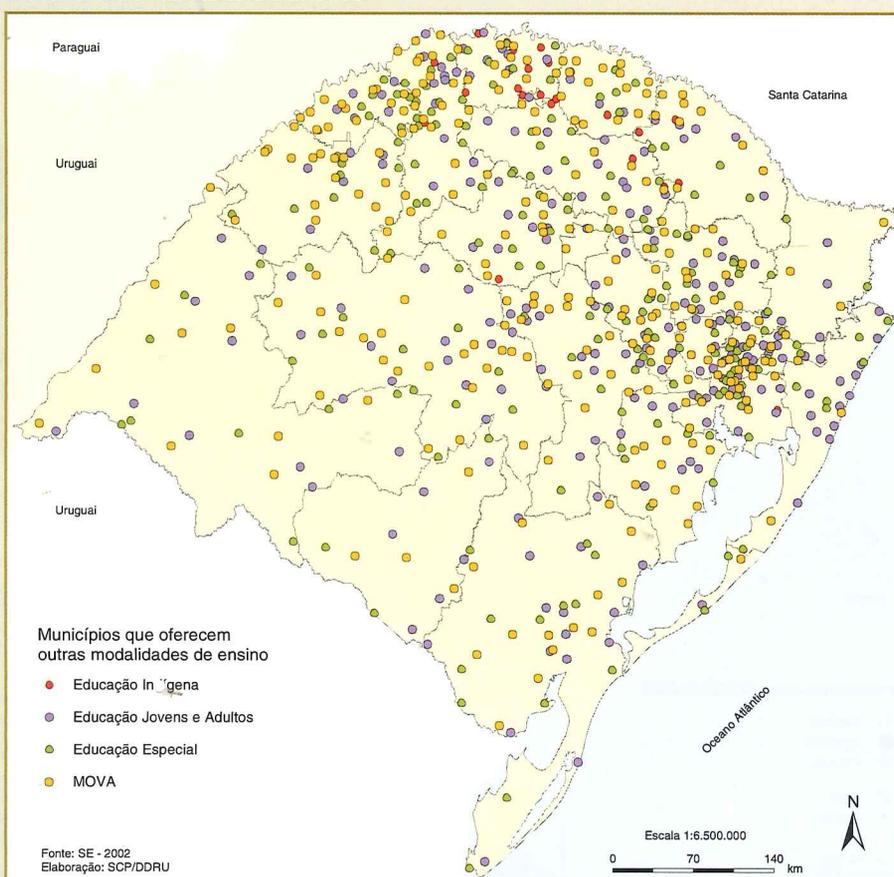
O Ensino Especial é dirigido àqueles que apresentam especificidades que interferem na aprendizagem, exigindo para tanto um tipo diferenciado de atendimento que tanto pode ser em escolas especialmente dotadas ou em classes regulares. Esta rede de estabelecimentos atendeu em 2001 o total de 16.248 alunos.

O Rio Grande do Sul está entre os cinco Estados brasileiros melhor situados quanto ao índice de alfabetização, atingindo 93,35% da população acima de 15 anos, bem acima da média brasileira que é de 86,37% e muito distante do Estado de Alagoas que apresenta a taxa de 66,61%, a mais baixa do país.

POPULAÇÃO ALFABETIZADA DE 15 ANOS OU MAIS

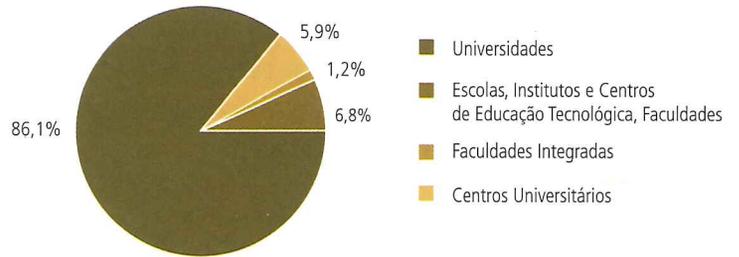


OUTRAS MODALIDADES DE ENSINO



No Ensino Superior do Rio Grande do Sul em 2000 estavam matriculados 238.263 alunos em cursos de graduação, apresentando um crescimento de 123,26% em relação a 1990. Verifica-se uma forte interiorização das Instituições de Ensino Superior tendo sido criada em 2001 a Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS – com a maioria dos seus cursos em funcionamento fora da capital. As Universidades já instaladas no Estado também expandiram-se com a criação de campi que abrangem quase totalidade das regiões. Em 2002 o Estado conta com 16 Universidades, 4 Centros Universitários, 2 Faculdades Integradas, 36 Faculdades e 2 Centros Tecnológicos.

MATRÍCULAS NO ENSINO SUPERIOR - 2000



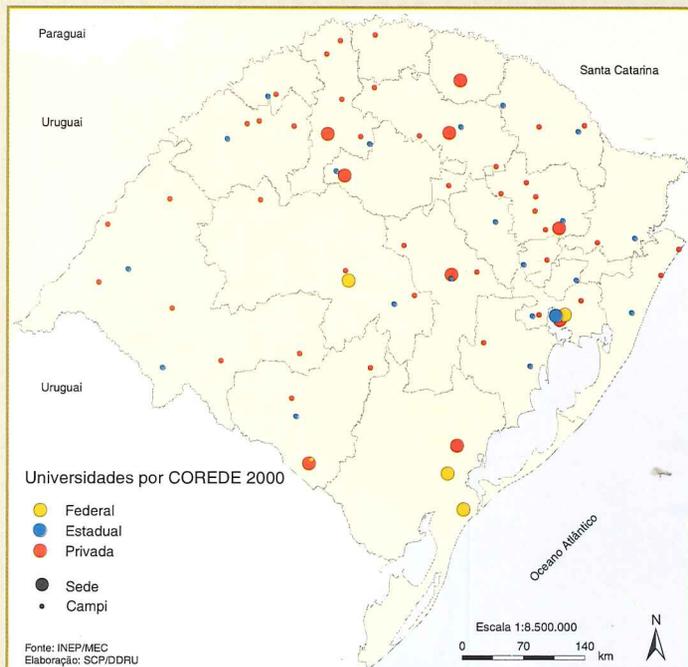
Fonte: CAPES/MEC

INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR NO RIO GRANDE DO SUL

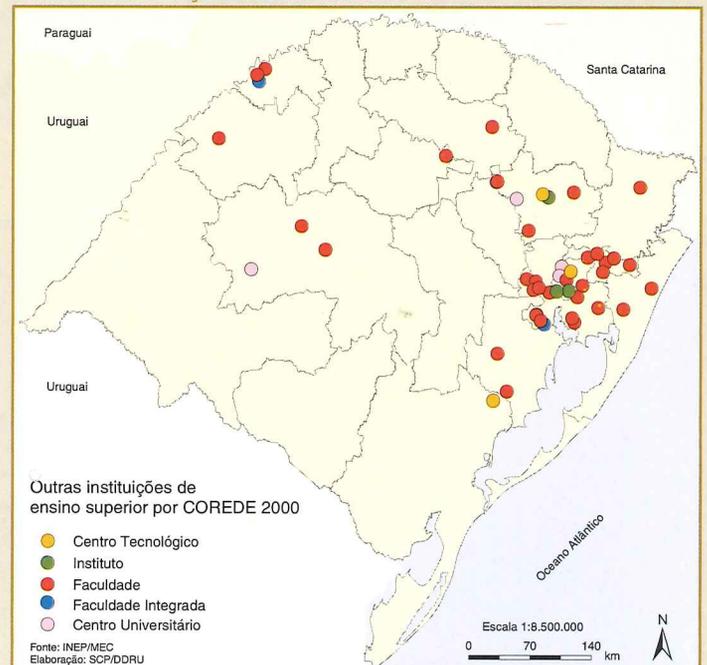
	1990			1995			2000			
	Federal	Particular	Total	Federal	Particular	Total	Federal	Particular	Estadual	Total
Universidade	4	9	13	4	11	15	4	11	1	16
Federação	-	1	1	-	1	1	-	-	-	-
Faculdades Integradas	-	5	5	-	3	3	-	2	-	2
Faculdades	1	29	30	1	24	25	1	36	-	37
Centro Universitário	-	-	-	1	-	-	-	4	-	4
Instituto Superior	-	-	-	-	-	-	-	3	-	3
Centro Tecnológico	-	-	-	-	-	-	2	-	-	2
TOTAL	5	44	49	6	39	44	7	56	1	64

Fonte: DINF/DEPLAN/SE - INEP

UNIVERSIDADES



OUTRAS INSTITUIÇÕES DE ENSINO SUPERIOR



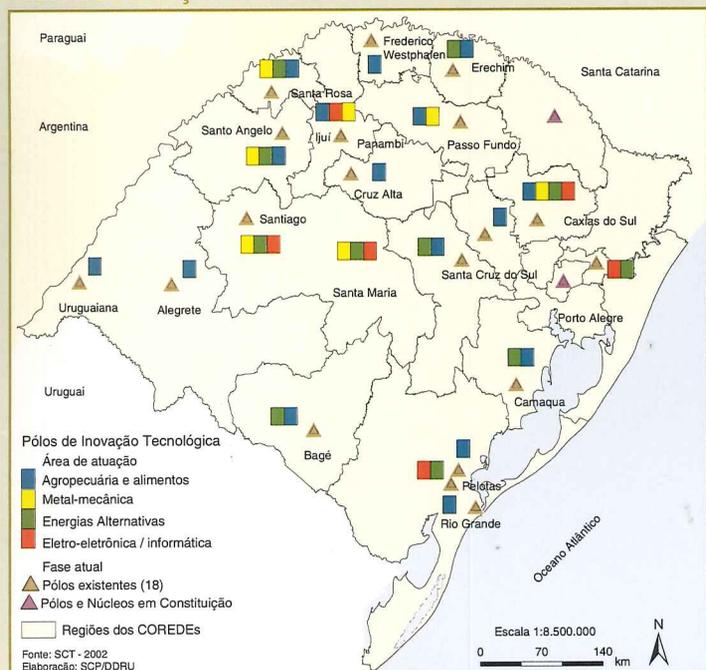
CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO TITULAM MESTRES E DOUTORES QUE QUALIFICAM O ENSINO E A PESQUISA NO ESTADO

Na área de pós-graduação, 12 Universidades e duas outras Instituições oferecem cursos em nível de Mestrado e/ou Doutorado. Em 2001 estas instituições matricularam 8.476 alunos e dos quais 2.434 obtiveram titulação.

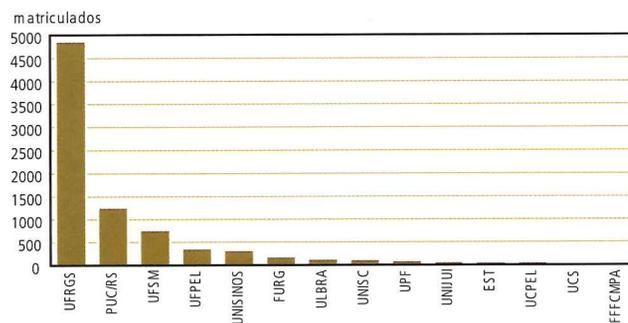
O Programa de Apoio aos Pólos Tecnológicos foi criado em 1989, numa parceria entre Governo do Estado, universidades e centros de

pesquisa, visando estimular a integração entre estes e o setor produtivo, objetivando o desenvolvimento de tecnologias adequadas às diferentes regiões do Estado. Cada pólo possui áreas de atuação específicas, onde se concentra a maior parte dos investimentos e projetos a serem desenvolvidos.

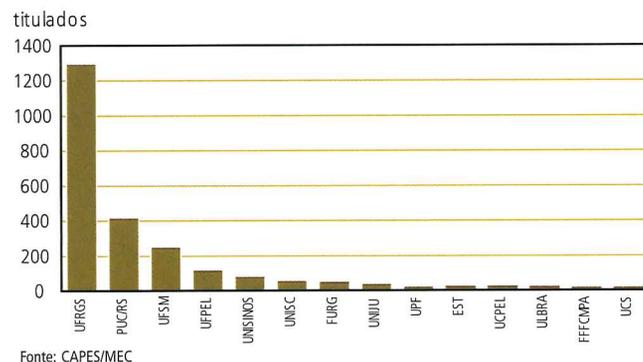
PÓLOS DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA



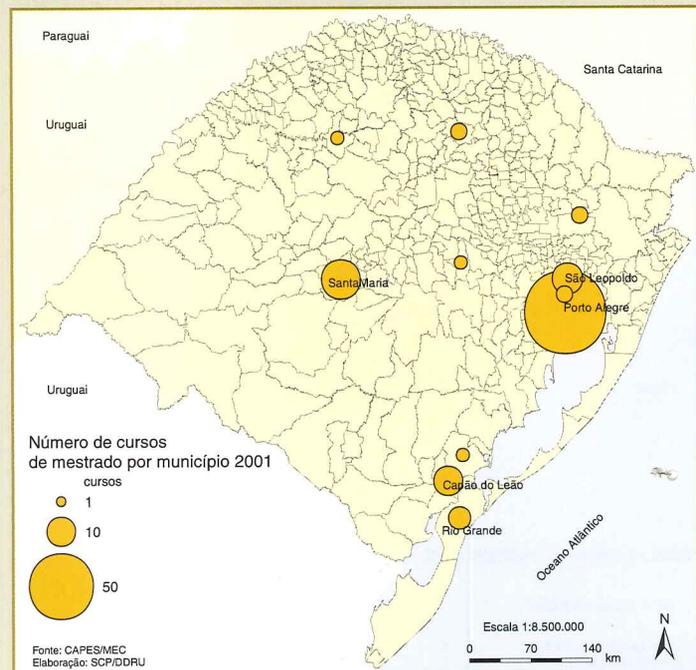
MATRICULADOS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2001



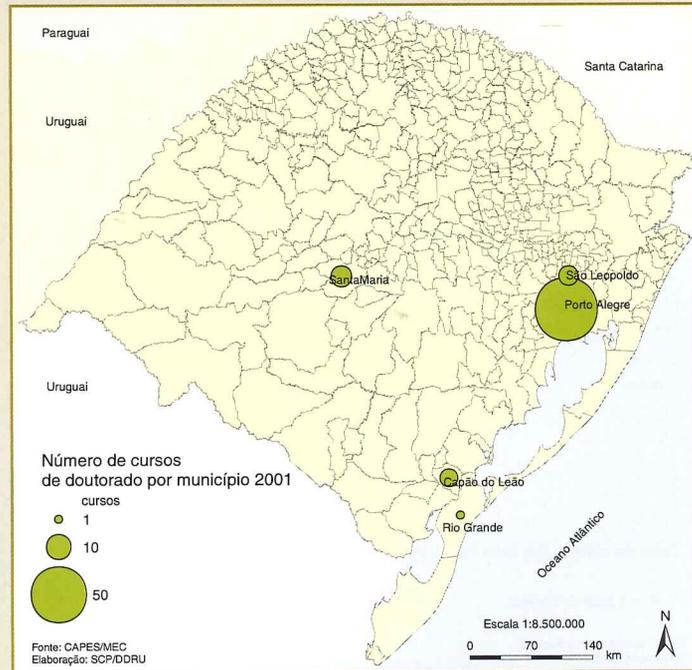
TITULADOS EM CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO - 2001



NÚMERO DE CURSOS DE MESTRADO



NÚMERO DE CURSOS DE DOUTORADO

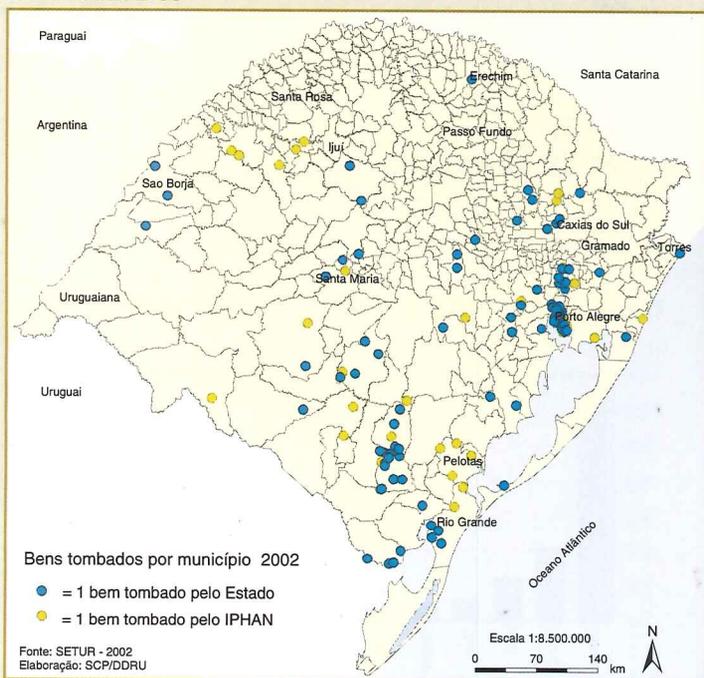


O Rio Grande do Sul pela singularidade e riqueza de sua história possui acervo de bens tombados pelos Institutos do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e Estadual.

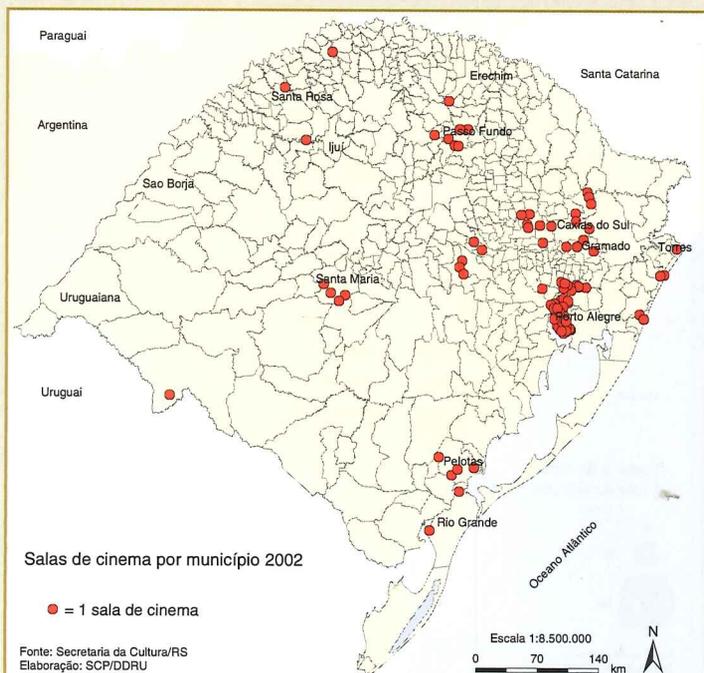
São 119 monumentos, museus, prédios e outros locais históricos, a maioria deles situados na capital e alguns na região do pampa gaúcho, área de ocupação mais antiga e palco da história do Estado.

Cinemas e teatros são opções de cultura e lazer. O Estado tem 118 salas de cinema e 85 salas para espetáculos teatrais. Os primeiros têm sua maior concentração na capital e região metropolitana, enquanto que as salas de teatro se distribuem também pelo interior do Estado.

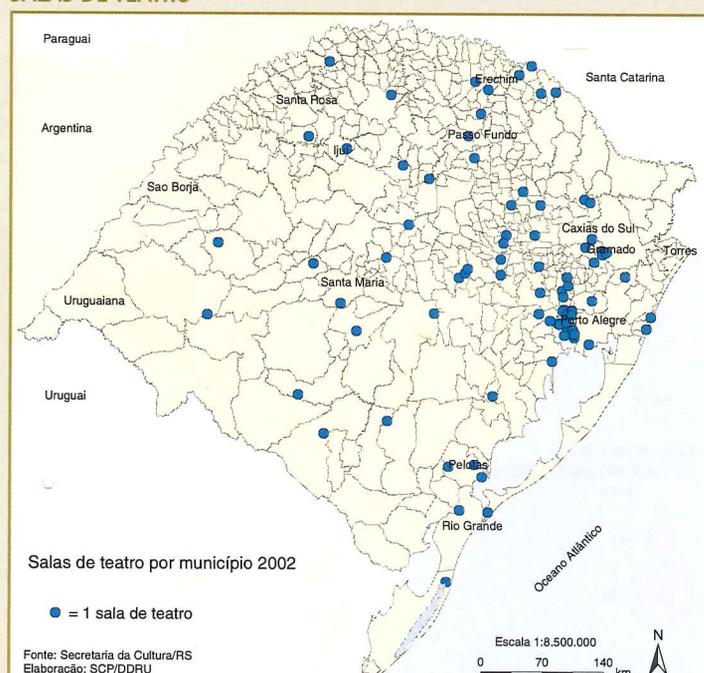
BENS TOMBADOS



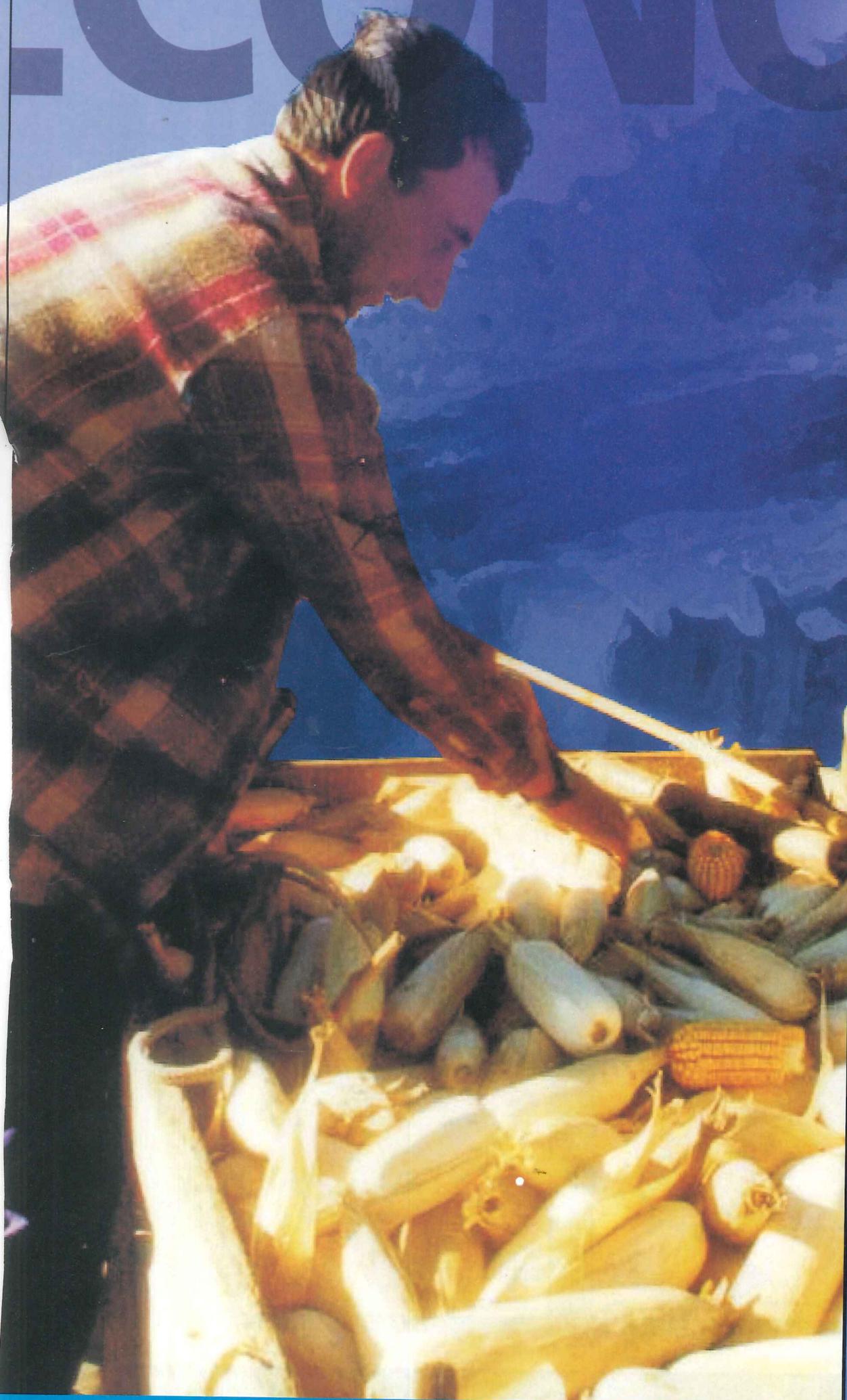
SALAS DE CINEMA



SALAS DE TEATRO



ECONOMIA



ECONOMIA

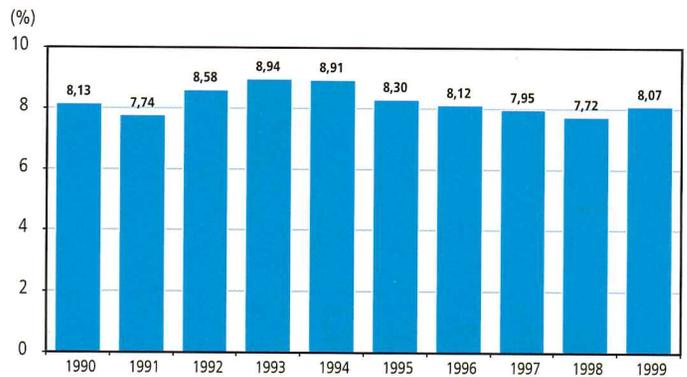
Com uma população de 10 milhões de habitantes, o Rio Grande do Sul é a quarta economia do Brasil pelo tamanho de seu Produto Interno Bruto (PIB), que atingiu em 2001 a cifra de R\$92,9 bilhões, correspondendo aproximadamente a 8% do PIB nacional, ficando atrás apenas dos estados de São Paulo (35%), Rio de Janeiro (11%) e Minas Gerais (10%).

Na relação entre o PIB e a população (PIB *per capita*) o Estado se mantém em uma posição privilegiada, com um valor estimado em R\$9.025 (2001¹), o que o coloca bem acima da média nacional que está situada em torno dos 6 mil reais².

A vocação exportadora de boa parte dos setores produtivos gaúchos sofreu um revés com a sobrevalorização do real frente ao dólar na primeira fase do Plano Real, o que provocou uma retração econômica significativa, devido às dificuldades encontradas por certos setores em fazer frente aos novos padrões de competitividade. Como exemplo, a Indústria de Transformação gaúcha, no período 95-98, teve somente um ano (1997) de crescimento positivo, sendo os demais de queda ou estagnação. A retomada da competitividade a partir da desvalorização cambial fez crescer as exportações gaúchas, colocando o estado junto com Minas Gerais, como segundo pólo exportador do país, após São Paulo.

Na comparação com os indicadores macroeconômicos dos países vizinhos, observa-se com mais precisão o tamanho de sua economia.

PARTICIPAÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO DO RIO GRANDE DO SUL NO BRASIL - 1990 A 1999



FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

ESTATÍSTICAS DO MERCOSUL (ANO BASE 2001)

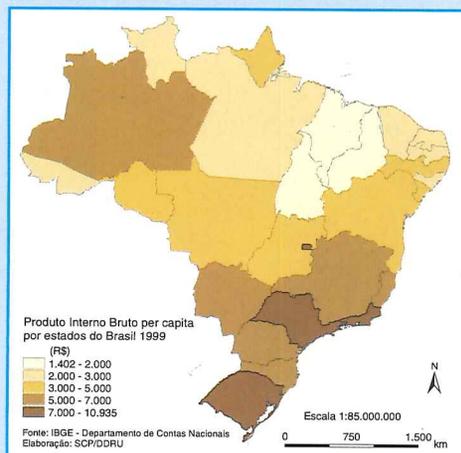
Indicadores	Brasil	Argentina	Paraguai	Uruguai	RS
ÁREA					
(em milhões de km ²)	8,5	2,8	0,4	0,17	0,28
POPULAÇÃO					
(em milhões de Habit.)	172	37	5,6	3,4	10,3
PIB TOTAL					
(em US\$ Bilhões)	503,9	263,9	7,1	19,1	39,5
PIB PER CAPITA					
(em US\$)	2.923	7.132	1.268	5.701	3.840
Exportações					
(em milhões de US\$ FOB)	58.223	26.655	989	2.052	6.345
Importações					
(em milhões de US\$ FOB)	55.581	20.311	2.008	3.061	4.050
Saldo comercial					
(em milhões de US\$ FOB)	2.642	6.344	(- 1.020)	(- 1.009)	2.295

* Dados preliminares. As estatísticas referentes ao RS, por serem de fontes diferentes das demais, servem apenas como uma aproximação comparativa.

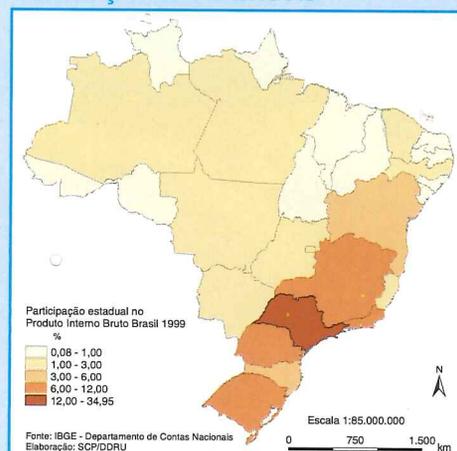
Fonte: Ministério de Relações Exteriores do Brasil (<http://www.mercosul.gov.br> - acessado em 08-2002)
Fundação de Economia e Estatística do RS
IPEADATA (2002)

1. Estimativas preliminares para o ano 2001 da Fundação de Economia e Estatística (FEE).
2. Pela cotação média do dólar da taxa de câmbio em 2001, o PIB per capita do Rio Grande do Sul equivaleria a aproximadamente US\$3.840, enquanto que o PIB do Brasil estaria em torno de US\$2.923.

PIB PER CAPITA

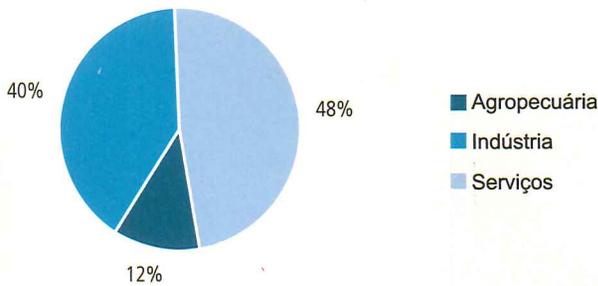


PARTICIPAÇÃO ESTADUAL NO PIB



As taxas de crescimento do PIB gaúcho durante a década de 90 demonstram a oscilação verificada nos períodos analisados, principalmente na estagnação durante o período 94/99. Observa-se que alguns setores tradicionais e que tem certa relevância na estrutura econômica, como a Administração Pública e Comércio, tiveram um desempenho insignificante dentro da década de 90, fruto da própria oscilação econômica e da restrição ao crédito durante o período, no caso do Comércio, e também da contenção de gastos e do paradigma da crise do Estado, em tempos de enxugamento e limitação dos gastos públicos, para o caso da Administração Pública.

ESTRUTURA DO PIB DO RIO GRANDE DO SUL - 2001*



Fonte: FEE/ Núcleo de Contabilidade Social
* Dados preliminares

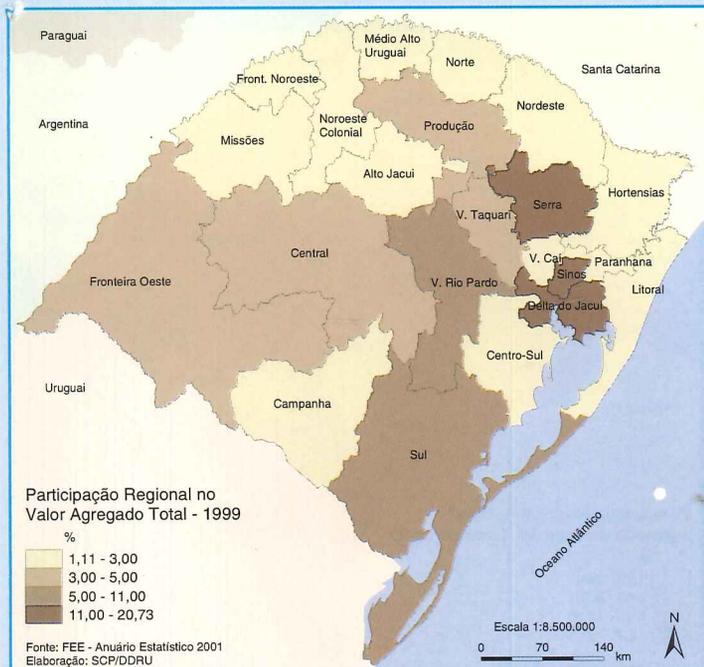
A participação setorial do PIB do Rio Grande do Sul, pelos dados preliminares de 2001, confirma a forte participação do setor de serviços no Estado, com o crescimento ocorrido durante as duas últimas décadas, bem como a importância de seu parque industrial. Apesar da participação relativamente baixa da Agropecuária dentro do PIB, há que ser lembrada a forte articulação que este setor tem dentro da Indústria, principalmente no setor de agroindústrias e produtos alimentares, o que lhe confere uma importância bem maior do que a retratada pela estatística. Pode-se dizer que no Rio Grande do Sul, a estrutura econômica é impulsionada por dois setores hegemônicos: a agropecuária e a indústria de transformação.

Pelos dados da estrutura do PIB estadual, a participação da Indústria de Transformação (mais de 33% do PIB), confirma a relevância do parque industrial gaúcho, com destaque para setores como mecânica e produtos alimentares. Esta relevância está também ratificada pelas taxas anuais de crescimento da indústria gaúcha em 1999 (2,2%), 2000 (8,8%) e 2001 (2,3%).

Pelo mapa da participação regional no PIB do Rio Grande do Sul, nota-se uma concentração espacial bem marcada, com a região de Porto Alegre (Delta do Jacuí), juntamente com o Vale do Rio dos Sinos, perfazendo mais de 35% do PIB estadual. Somando-se a região de Caxias do Sul (Serra) a esta participação, tem-se, apenas nestas 3 regiões, uma participação de quase 50% no PIB gaúcho³.

3. Dados do PIB Municipal 1999 da FEE

PARTICIPAÇÃO REGIONAL NO VALOR AGREGADO



Fonte: FEE - Anuário Estatístico 2001
Elaboração: SCP/DDRU

ESTRUTURA DO VALOR ADICIONADO BRUTO, A PREÇO BÁSICO CORRENTE, POR SETORES DE ATIVIDADE DO RIO GRANDE DO SUL - 1985 A 2001*

SETORES DE ATIVIDADE	1985	1990	1995	2001*
Agricultura, pecuária, silvicultura e exploração florestal	16,91	12,08	14,22	11,67
Indústria	41,02	44,01	36,69	40,49
Indústria extrativa mineral	0,28	0,14	0,09	0,11
Indústria de transformação	34,95	37,18	30,02	33,81
Eletricidade, gás e água	1,61	1,43	1,83	2,09
Construção	4,18	5,26	4,76	4,48
Serviços	42,07	43,92	49,08	47,84
Comércio, reparação de veículos e de objetos pessoais e de uso doméstico	10,61	10,95	11,94	10,49
Alojamento e alimentação	1,27	1,48	1,23	1,23
Transporte e armazenagem	3,28	2,49	1,59	1,48
Comunicações	0,47	0,59	0,56	1,89
Intermediação financeira	7,73	6,43	5,32	4,61
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	6,48	5,74	10,31	12,40
Administração pública, defesa e seguridade social	8,85	12,99	14,09	11,64
Saúde e educação mercantis	1,74	1,89	2,54	2,61
Outros serviços coletivos, sociais e pessoais	1,07	1,03	1,05	1,03
Serviços domésticos	0,58	0,34	0,45	0,45
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social
* Dados preliminares

No mapa da participação regional na Agropecuária gaúcha, observa-se uma distribuição mais equilibrada que nos outros setores da economia, resultado da própria vocação agropecuária do Estado, fazendo com que a produção primária seja destaque (e a base da economia) na maior parte das regiões. As regiões Central, Fronteira Oeste e Serra são as que tem a maior participação, perfazendo juntas mais de 25% da produção agropecuária gaúcha. O destaque nestas

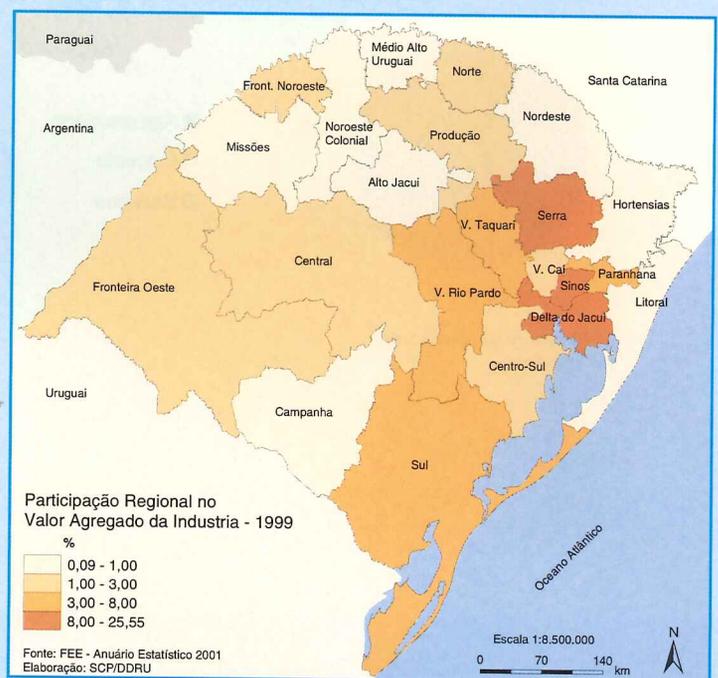
regiões situa-se em torno da produção pecuária, do arroz e da soja, nas duas primeiras regiões (Central e Fronteira Oeste), e na produção de hortifrutigranjeiros para o caso da Serra. A região Serra, por sinal, diferencia-se das outras duas por apresentar também uma forte concentração industrial em seu território, contrastando com um perfil agropecuário típico, como possuem a região Central e Fronteira Oeste.

TAXAS MÉDIAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO PIB SETORIAL, TOTAL E PER CAPITA DO RIO GRANDE DO SUL - 1991 A 2000

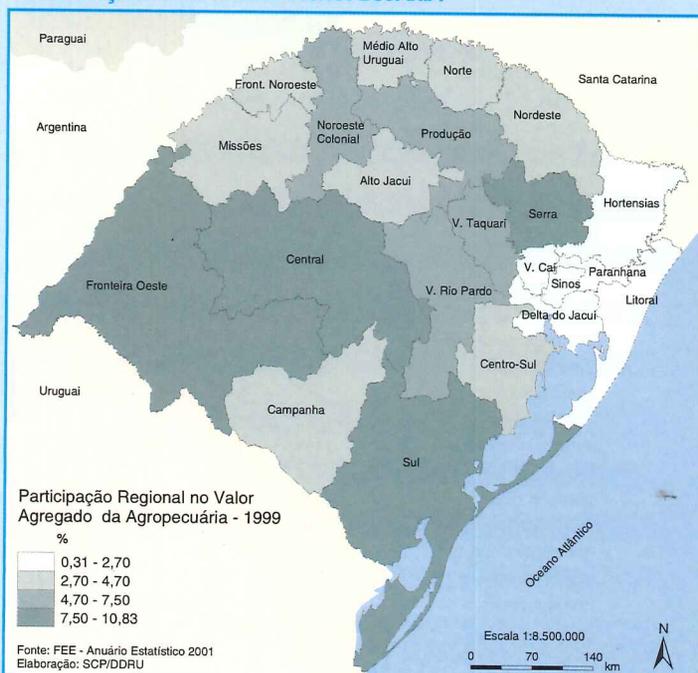
SETORES DE ATIVIDADE	1991/2000 (%)
Agropecuária	2,7
Indústria	3,6
Extrativa mineral	2,4
Indústria de transformação	3,5
Eletricidade, gás e água	4,5
Construção civil	2,2
Serviços	2,2
Comércio	1,6
Transporte e armazenagem	3,1
Comunicações	13,4
Administração pública	1,2
Demais serviços	2,5
PIB total	2,9
PIB per capita	1,7

Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

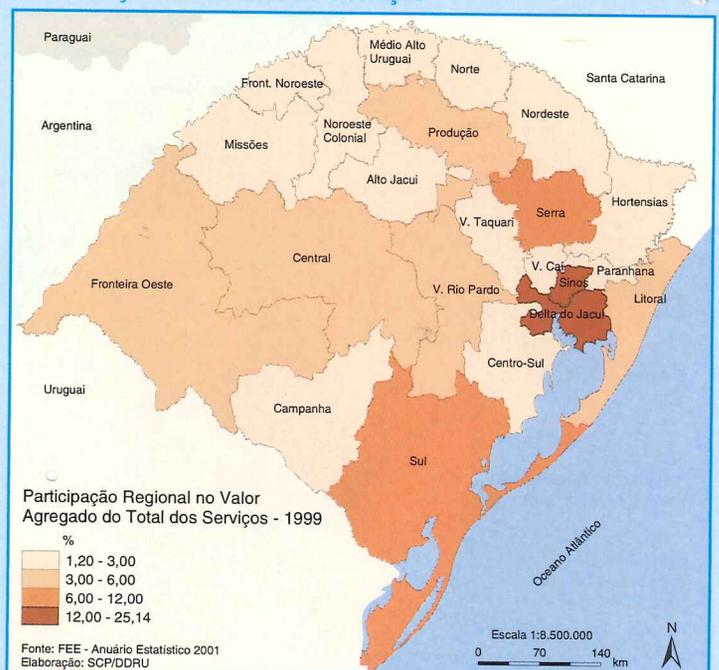
PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA INDÚSTRIA



PARTICIPAÇÃO REGIONAL NA AGROPECUÁRIA



PARTICIPAÇÃO REGIONAL NOS SERVIÇOS



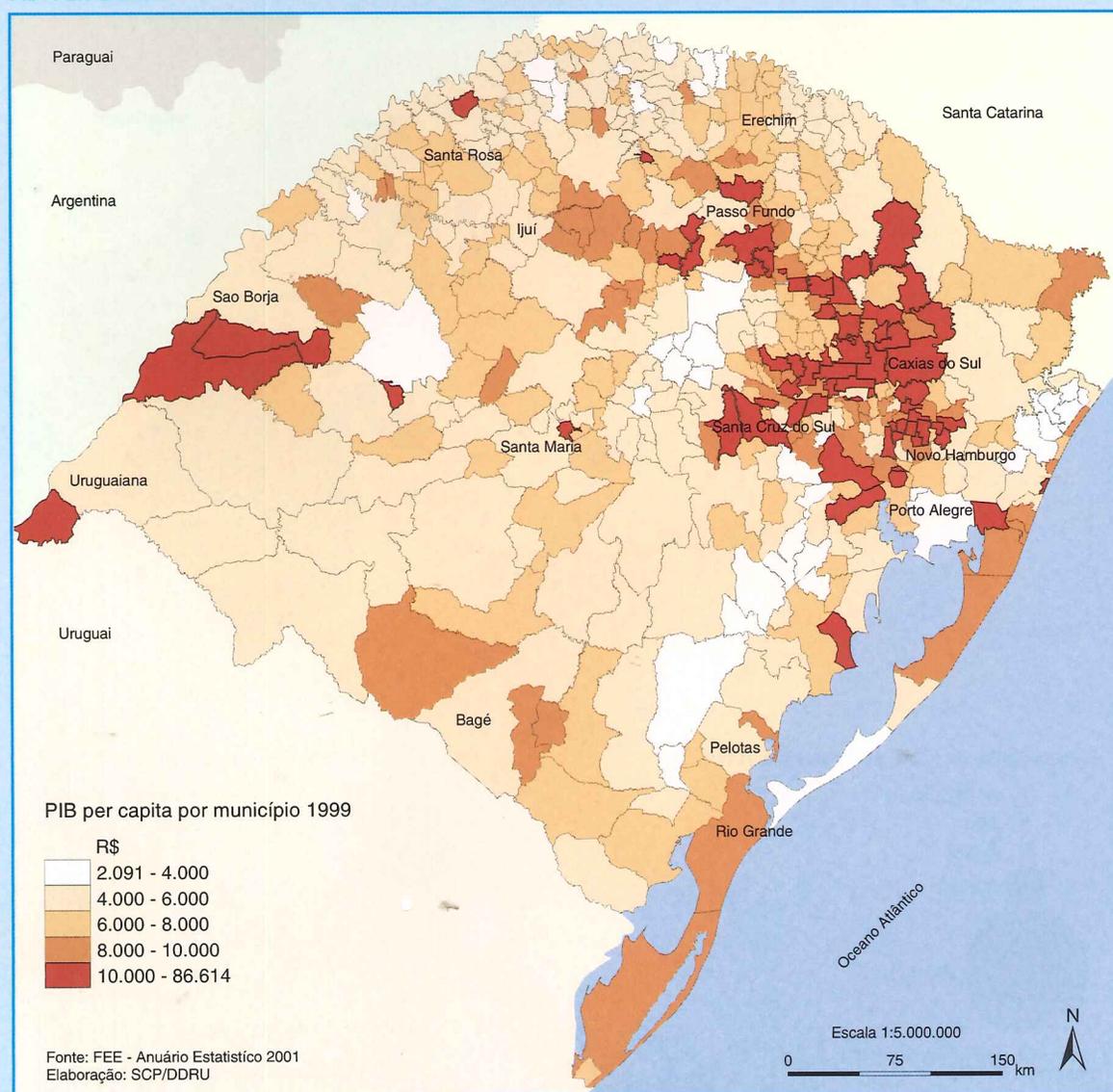
No mapa da participação regional no setor Industrial, nota-se a confirmação da grande concentração industrial localizada em torno do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, com orientação geral sul/norte, abrangendo áreas como o Vale do Rio dos Sinos, que inclusive é a região que possui a maior participação (25,5%), seguida pela região de Porto Alegre (Delta do Jacuí – 21,7%) e a de Caxias do Sul (Serra – 15,6%). Juntas, estas 3 áreas perfazem mais de 60% da produção industrial do Estado, com um perfil bem distribuído por vários segmentos, sendo pólo de praticamente todos os setores industriais relevantes, com exceção de alguns segmentos ligados a agroindústria que localizam-se em outras áreas do Estado.

No mapa da participação regional nos Serviços, encontra-se uma distribuição muito parecida com encontrada no mapa Industrial, com

destaque maior para a área da capital gaúcha (25,1%), que apresenta tendência de polarização espacial dos serviços, em substituição a sua base industrial que vem se deslocando para outros municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre (RMPA) e áreas próximas, e a especialização em determinados tipos de serviços oferecidos, principalmente os mais especializados.

A distribuição espacial do PIB *per capita* pelos municípios do estado denota uma certa concentração dos maiores valores em torno do eixo Porto Alegre – Caxias do Sul, espalhando-se também pelos vales do Taquari e Rio Pardo. No outro extremo, os menores valores distribuem-se por vários pontos do estado, sendo bem identificáveis no centro-sul, no litoral, no alto e médio Uruguai e no norte do Vale do Rio Pardo, entre outras áreas.

PIB PER CAPITA



Na distribuição da população ativa pelas atividades econômicas, traçando um comparativo do início e final da década de 90, observam-se algumas tendências claras, como a diminuição da ocupação nas atividades agrícolas e na indústria de transformação, que são os setores mais pujantes da economia gaúcha.

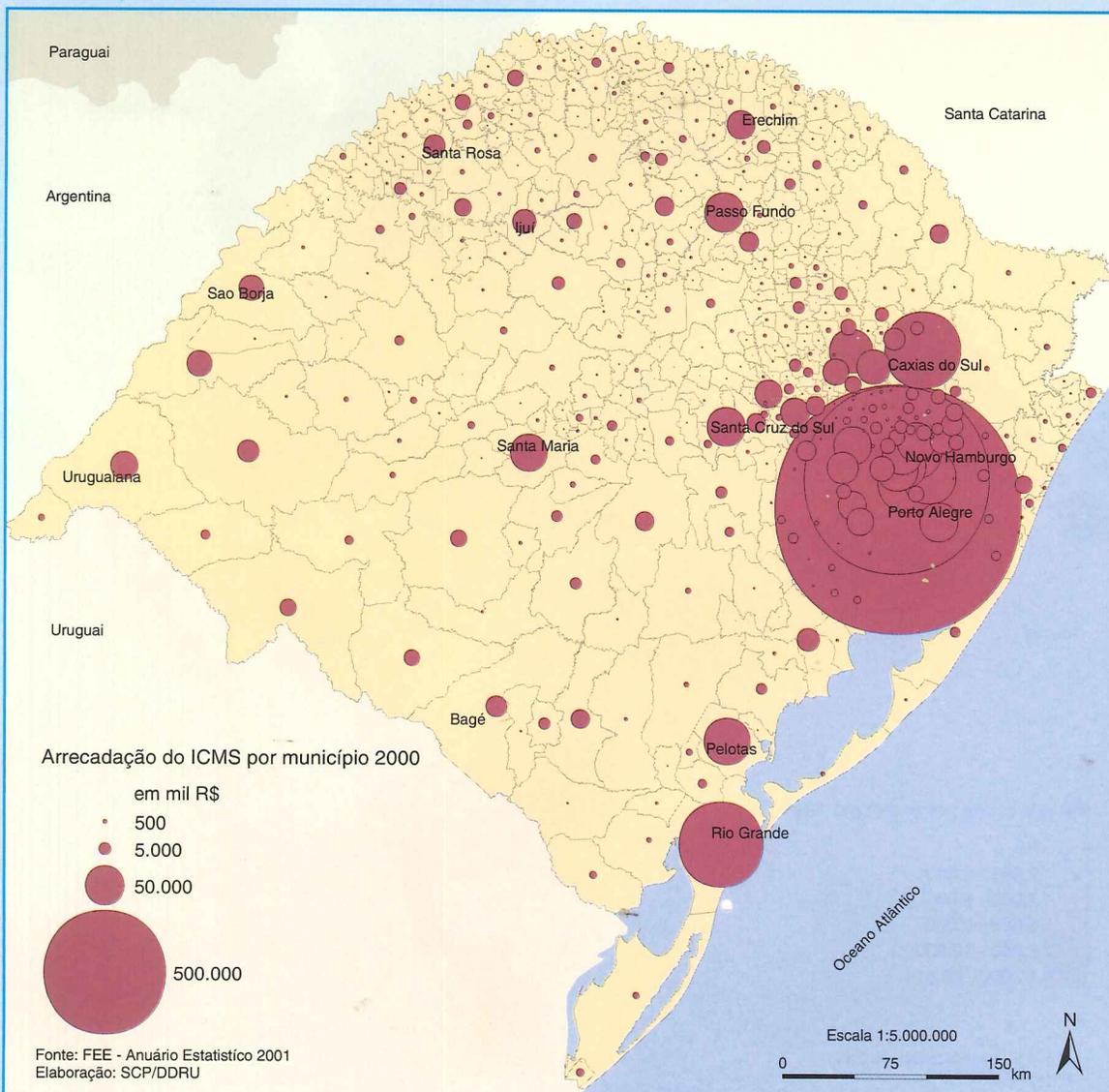
Os dados da arrecadação tributária tendem a acompanhar a distribuição e dinamismo das atividades econômicas, como se constata nos dados do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Em nível municipal, apresentam destaque, pela ordem, Porto Alegre, Canoas, Rio Grande e Caxias do Sul.

PESSOAS DE 10 ANOS E MAIS DE IDADE, OCUPADAS NA SEMANA DE REFERÊNCIA, SEGUNDO OS RAMOS DE ATIVIDADE DO TRABALHO PRINCIPAL NO BRASIL E NO RIO GRANDE DO SUL - 1992 E 1999

Ramos de atividade do trabalho principal	Brasil		Rio Grande do Sul	
	1992	1999	1992	1999
Atividades agrícolas	18.499.716	17.372.105	1.565.185	1.307.630
Indústria de transformação	8.376.998	8.278.798	824.688	793.784
Indústria da construção	4.022.723	4.743.095	246.570	278.034
Outras atividades industriais	910.014	783.068	46.410	41.586
Comércio de mercadorias	7.937.136	9.618.374	522.620	587.110
Prestação de serviços	11.564.087	13.849.433	760.514	850.701
Serviços auxiliares da atividade econômica	1.902.530	2.782.543	159.431	205.509
Transporte e comunicação	2.284.517	2.815.179	143.631	171.692
Social	5.461.385	6.774.080	389.525	482.233
Administração pública	2.992.228	3.315.247	208.227	214.777
Outras atividades mal definidas ou não declaradas	1.444.157	1.344.297	122.421	123.045
TOTAL	65.395.491	71.676.219	4.989.222	5.056.101

Fonte: FEE (Resumo estatístico do Rio Grande do Sul)/IBGE, PNAD 1992 e 1999.

ARRECAÇÃO ICMS



ESTRUTURA DO VALOR BRUTO DA PRODUÇÃO DA AGROPECUÁRIA DO RIO GRANDE DO SUL - 1985 A 1999

VBP - ESTRUTURA %	1985	1990	1995	1999
A - Lavoura (Grãos)	50,29	35,97	28,61	30,90
Airroz	15,63	11,55	12,31	15,32
Feijão	1,10	0,95	1,67	1,38
Milho	5,70	3,81	4,62	2,90
Soja	20,33	10,48	8,44	7,73
Trigo	7,53	9,19	1,58	3,57
B - LAVOURA(Demais)	7,20	11,54	18,37	13,93
Batata Inglesa	0,48	0,63	1,68	1,22
Cana de Açúcar	0,85	1,35	1,55	0,99
Cebola	0,38	0,35	0,67	0,56
Fumo	2,33	2,37	4,09	4,27
Mandioca	3,16	6,84	10,37	6,90
C - FRUTICULTURA	2,14	2,63	6,15	3,98
Banana	0,19	0,23	0,34	0,19
Laranja	0,71	0,88	0,88	0,51
Uva	0,95	1,04	2,85	2,30
Maçã	0,29	0,48	2,08	0,98
D - Outras	8,00	6,73	7,13	6,55
E - Total da Lavoura (A+B+C+D)	67,63	56,87	60,26	55,35
F - Produção animal	24,70	35,25	32,00	37,65
Bovinos	8,99	12,98	9,13	12,74
Suínos	5,43	8,37	9,75	11,20
Aves	4,38	6,95	7,40	7,79
Ovinos	1,01	1,00	0,69	1,02
Leite	4,88	5,96	5,02	4,89
G - Outros	2,82	2,63	2,23	2,56
H - Total da Produção Animal (F+G)	27,52	37,88	34,22	40,21
I - Soma da Lavoura e Produção Animal (E+H)	95,15	94,75	94,48	95,57
J - Demais itens do VBP da Agropecuária*	4,85	5,25	5,52	4,43
TOTAL DA AGROPECUÁRIA	100,00	100,00	100,00	100,00

FONTE: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

(*) Inclui Silvicultura, extração vegetal, produção particular do pessoal residente, indústria rural, energia elétrica, investimento no plantio de matas, serviços agrícolas e autônomos.

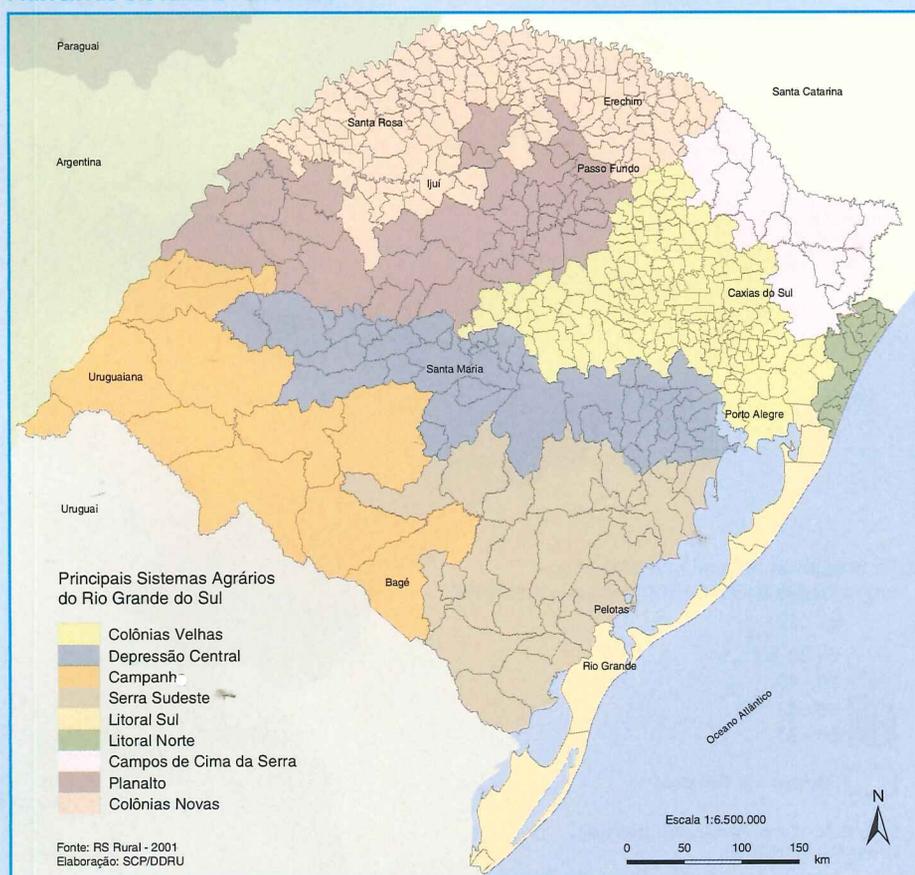
O Rio Grande do Sul, tradicionalmente, apresenta-se como um Estado que se destaca pela sua produção agrícola e pecuária. O setor agropecuário, apresentou em 2000, uma participação de 12% no Produto Interno Bruto do Estado. No entanto, sabe-se que esta participação é ainda maior se considerada a repercussão na cadeia produtiva que o setor movimenta.

Na estrutura do Valor Bruto da Produção Agropecuário destaca-se a lavoura que responde por 55,35% da produção, seguida pela produção animal com 40,21%. Dentre as diferentes lavouras a produção de grãos é a mais significativa, embora tenha decrescido historicamente passando de 50,29% em 1985, para 35,97% em 1990, 28,61% em 1995, retomando o crescimento em 1999 com 30,90%.

A produção animal apresenta também uma participação significativa em nossa agropecuária, recuperando em 1999 uma tendência histórica de queda de participação: 27,52% em 1985, 37,88% em 1990, 34,22% em 1995, atingindo em 40,21% no ano de 1999.

A produção gaúcha está assentada em vários sistemas de produção que possuem uma organização da produção diferenciada, principalmente como resultado da formação histórica, dos ecossistemas cultivados e das diferentes categorias sociais.

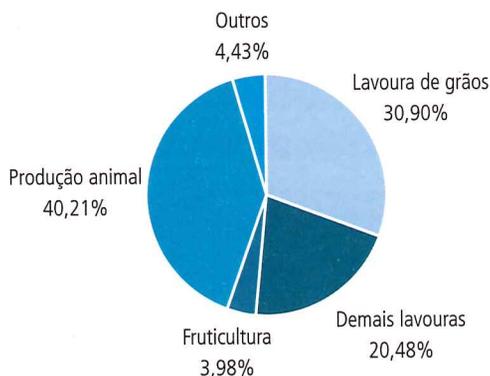
PRINCIPAIS SISTEMAS AGRÁRIOS



A estrutura fundiária do Estado se diferencia de acordo com a região, alternando predomínio de grandes e médias propriedades com médias e pequenas unidades de produção.

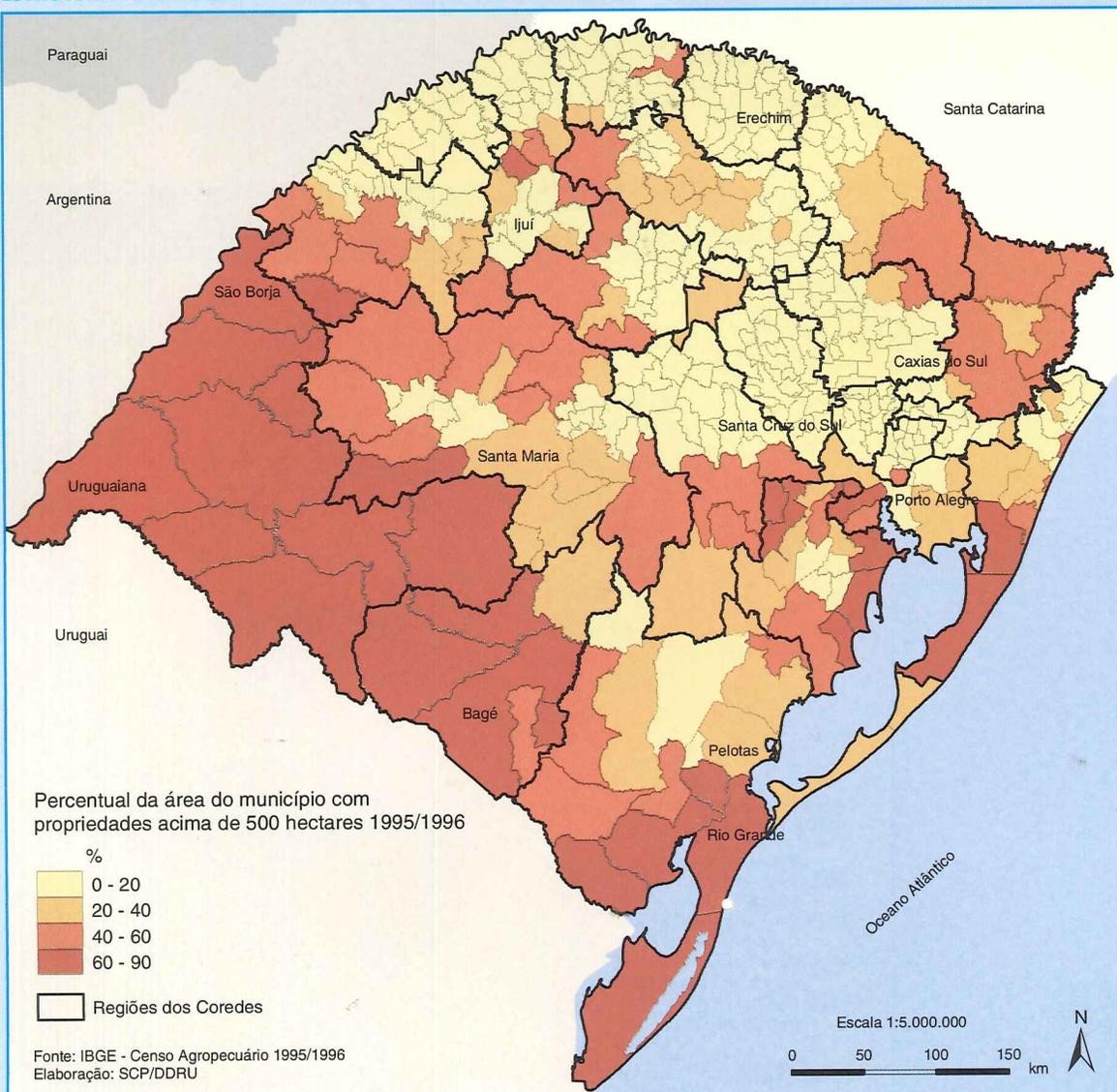
Do total dos estabelecimentos do Estado 85,71% possuem menos de 50 hectares, ocupando 24,36% da área utilizada pela agropecuária. As propriedades com mais de 500 hectares representam 1,83% dos estabelecimentos, ocupando 41,66% da área rural. As propriedades entre 50 e 500 ha representam 12,46% do número total de estabelecimentos ocupando 33,98% do total da área. Deve-se ressaltar que o limite entre minifúndio e latifúndio varia de acordo com a região e, normalmente, nas regiões da Campanha e da Fronteira Oeste, onde os solos são mais frágeis, necessita-se de áreas maiores para obter viabilidade na produção.

ESTRUTURA DO VALOR BRUTO DA AGROPECUÁRIA EM 1999



Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social.

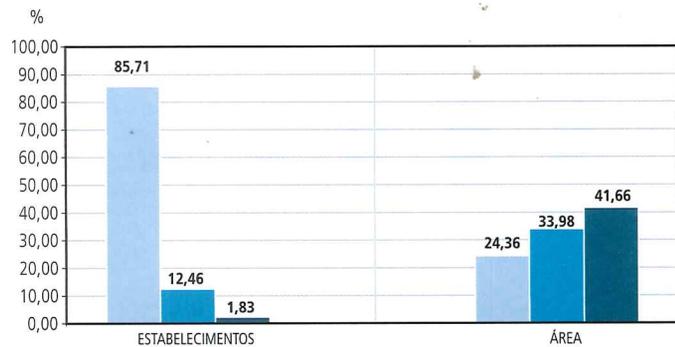
ESTRUTURA FUNDIÁRIA



A reforma agrária vem se constituindo em um importante mecanismo de inclusão social, desenvolvimento e construção de uma sociedade mais justa e igualitária, na busca de soluções para a concentração da terra, da riqueza e da renda. No Estado, busca garantir

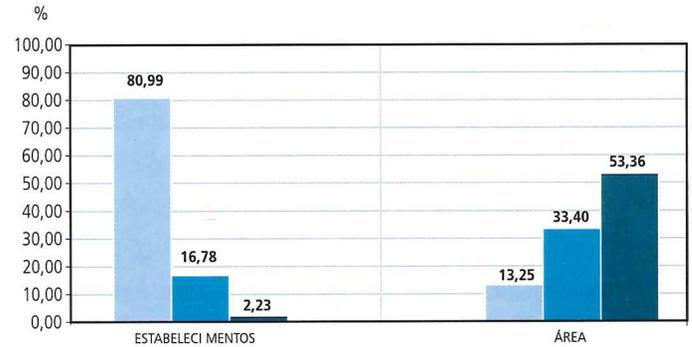
não só a terra, mas também infra-estrutura e crédito aos agricultores, criando uma política pública capaz de auxiliar às famílias, a maioria oriunda de uma realidade de exclusão social e miséria, a reiniciar sua vida no campo.

ESTRUTURA FUNDIÁRIA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL 1995 A 1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

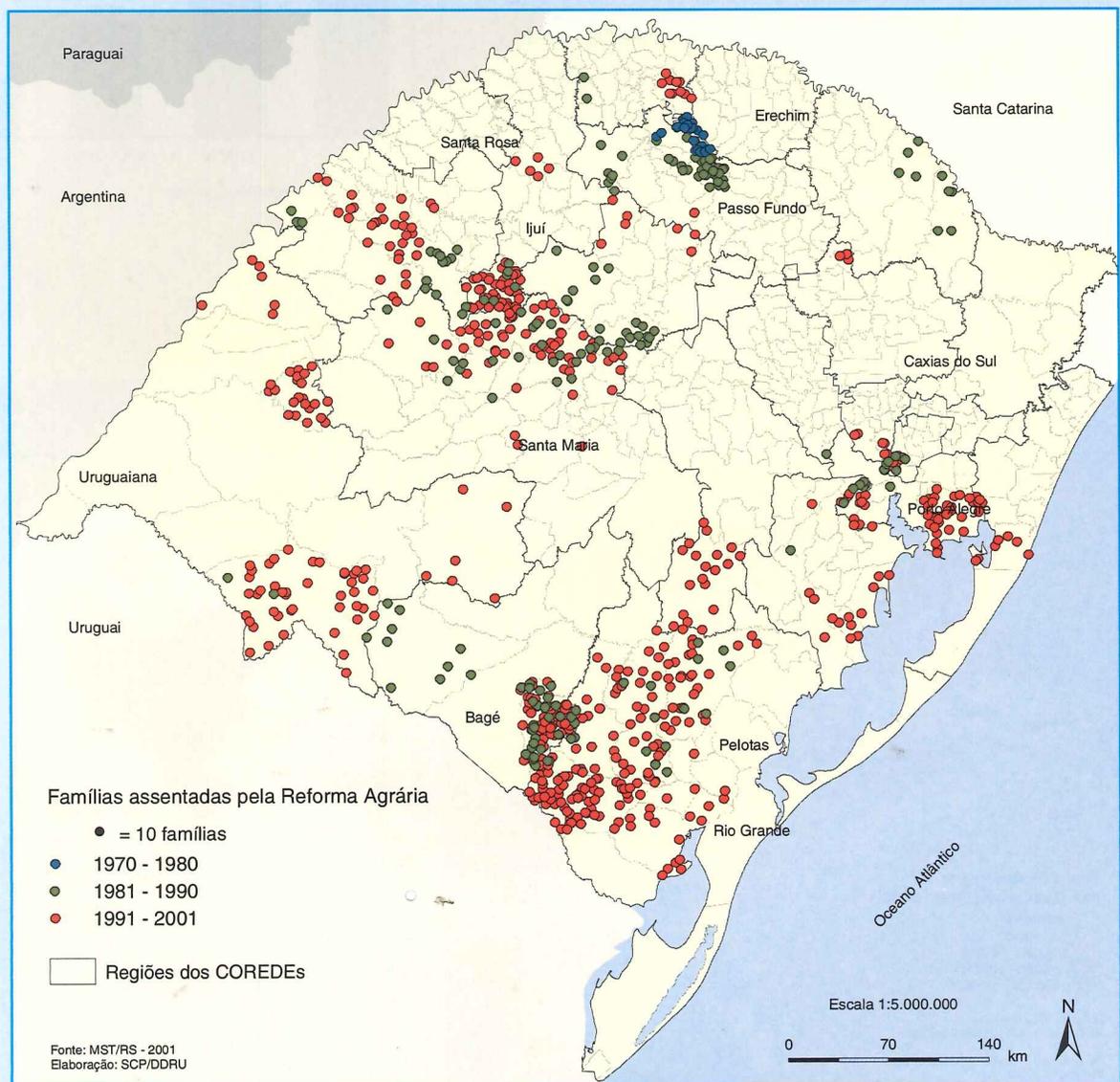
ESTRUTURA FUNDIÁRIA BRASILEIRA - 1995 A 1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

■ Até 50 hectares ■ 50 - 500 hectares ■ Mais de 500 hectares

ASSENTAMENTOS



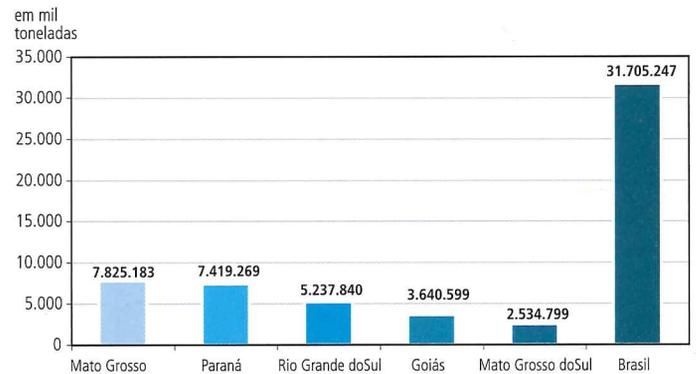
Considerando-se a produção média⁴ de 1998 até 2003, o Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor de soja do Brasil, com 16,52% do total produzido. Ao longo da última década essa participação tem oscilado, crescendo de forma mais lenta que o restante do país e perdendo espaço para os estados do Paraná e Mato Grosso.

Considerando a participação do soja no Valor Bruto de Produção Agropecuária, em 1999, a cultura representou 7,73% do total produzido. A região da Produção com 1.049.138 toneladas e com um valor de produção de R\$ 271.282 mil, é a maior do Estado, participando com cerca de 20% da produção e do seu valor. Também merecem destaque as regiões Noroeste Colonial com 896.392 toneladas, Alto Jacuí com 833.869 e das Missões com 537.311 toneladas. Junto estas quatro regiões representam 63,32% do total produzido.

No Estado, cinco municípios apresentam produção superior a 100.000 toneladas: Cruz Alta com 191.600 toneladas, Palmeira das Missões com 184.433 toneladas, Santa Bárbara do Sul com 131.040 toneladas, Tupanciretã com 121.567 toneladas e Carazinho com 101.328 toneladas. Estes municípios representam 13,94% da produção total do Estado. Destacam-se ainda os municípios de Ijuí, Jóia, Ibirubá, Chapada, Giruá, Passo Fundo, São Luiz Gonzaga, Espumoso, todos com produção acima de 60.000 toneladas.

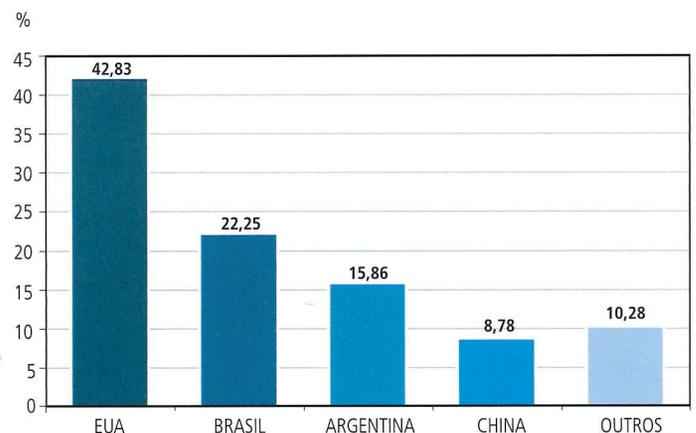
4. IBGE Produção Agrícola Municipal

PRODUÇÃO DE SOJA - BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES 1998 A 2000



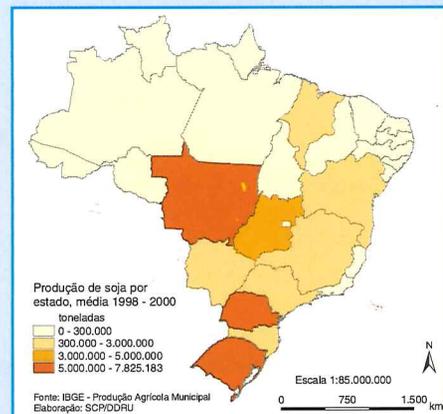
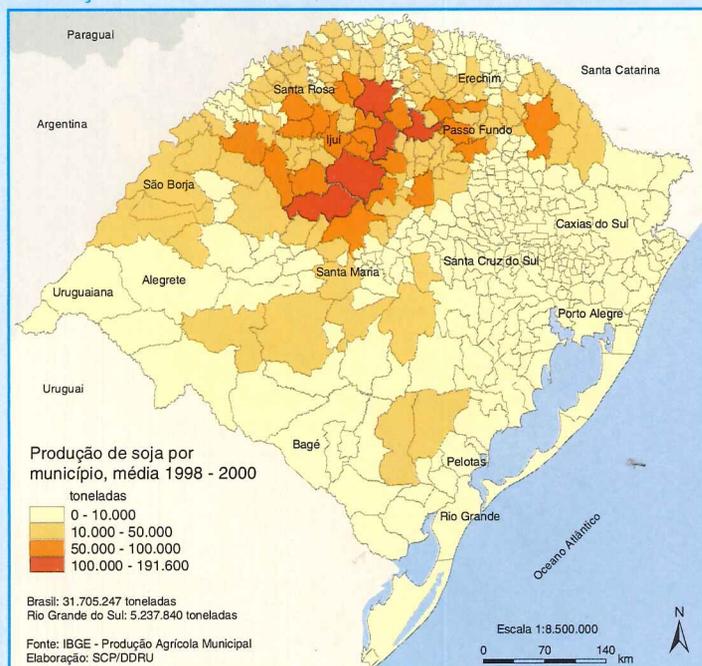
IBGE – Produção Agrícola Municipal

PARTICIPAÇÃO NA PRODUÇÃO MUNDIAL DE SOJA - 2000



IBGE – USDA Economic Research Service TS 2001

PRODUÇÃO DE SOJA

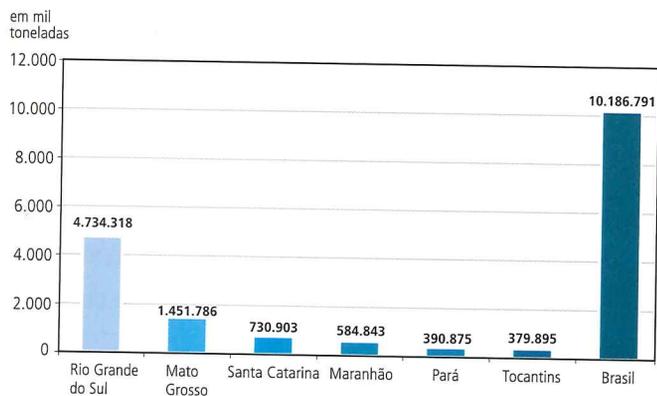


A China é o principal produtor mundial⁵ de arroz, com 187.909 mil toneladas em 2000, ou seja 31,75% da produção mundial. A produção brasileira corresponde a apenas 1,75% da produção mundial, 11.709.791 toneladas.

A produção média dos últimos três anos esteve em 10.186.791 toneladas, sendo que o Rio Grande do Sul é o maior produtor nacional com 46,48% do total produzido no país, 4.734.318 toneladas.

5. Dados de produção mundial
USDA - Economic Research Service TS 2001

ARROZ - PRODUÇÃO MÉDIA DO BRASIL E DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1998 A 2000

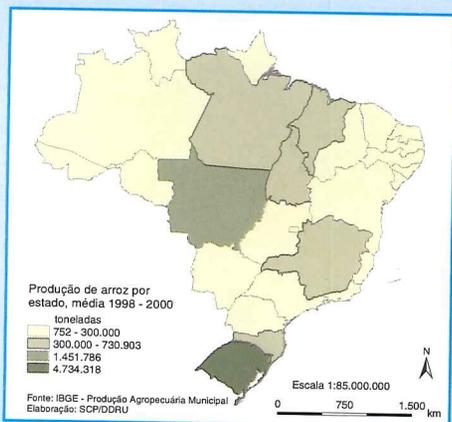


Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

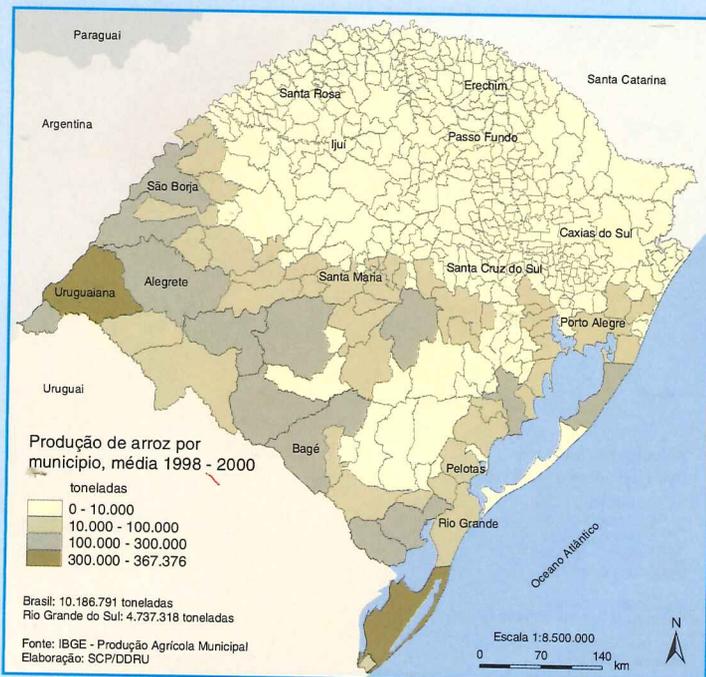
A lavoura de arroz tem se destacado principalmente pela modernização por que passou nos últimos tempos em aspectos como a introdução de novas variedades com maior potencial produtivo, manejo, sistemas produtivos e gerenciamento, que acrescentaram rentabilidade a esta lavoura. Dentre os demais produtos da lavoura do Estado a lavoura arrozeira representou 15,32% do Valor Bruto da Produção Agropecuária, cerca de R\$ 1,31 milhões.

Os municípios que mais se destacam na produção de arroz localizam-se nas regiões da Fronteira Oeste e Sul do Estado, principalmente junto ao rio Uruguai e na região das lagoas. Os 15 municípios com produção superior a 100.000 toneladas representam 59,36% do valor a produção no Estado e 59,58% do total da produção de arroz. Os maiores produtores são os municípios de Uruguiana com 367.376 toneladas e Santa Vitória do Palmar com 367.277 toneladas, que juntos representam 15,52% do total da produção gaúcha. Além destes destacam-se os municípios de Itaqui, Dom Pedrito, Alegrete, Arroio Grande, São Borja, Cachoeira do Sul, Mostardas, São Gabriel, Camaquã, Jaguarão, Barra do Quaraí, Bagé e Rosário, todos com produção acima de 100.000 toneladas.

Do ponto de vista regional, a Fronteira Oeste destaca-se como a maior região produtora com 1.595.368 toneladas, seguida das regiões Sul com 992.281 toneladas e da Central com 653.467 toneladas. Essas três regiões representam 68,46% do total da produção gaúcha.



PRODUÇÃO DE ARROZ



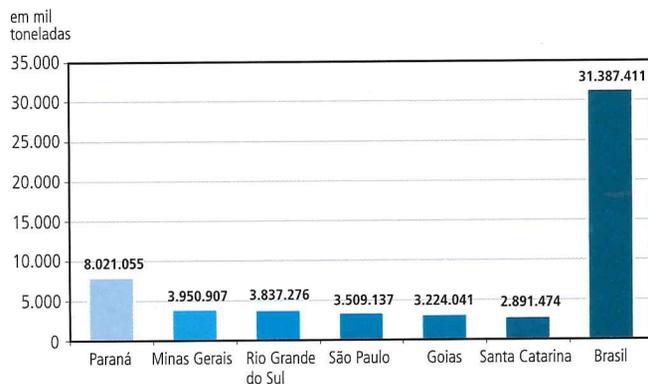
A produção mundial de milho em 2000 foi de 585.049 mil toneladas, sendo que os maiores produtores são os Estados Unidos com 241.485 mil toneladas e a China com 110.000 mil toneladas.

A produção de milho distribui-se pelos estados brasileiros com vários estados com produção significativa. O Rio Grande do Sul é o terceiro maior produtor brasileiro de milho com 3.837.276 toneladas (12,23%), atrás do Paraná que é o maior produtor nacional, com 25,56% da produção nacional e de Minas Gerais (12,59%).

Embora considerado um dos produtos mais tradicionais de nossa agricultura, apresenta baixa produtividade, sendo cultivado praticamente em todo o Estado. O milho destaca-se nas áreas de pequena propriedade, aparecendo normalmente integrado a atividades criatórias de aves e suínos. Por isso, os maiores produtores encontram-se em municípios com estrutura fundiária assentada na pequena propriedade, destacadamente localizados em todas as regiões do norte do Estado.

As regiões da Produção com 541.388 toneladas, Norte com 463.678 toneladas, Nordeste com 373.590 toneladas, Médio-Alto Uruguai com 317.971 toneladas, Serra com 290.173 toneladas, Vale do Rio Pardo com 269.791, Vale do Taquari com 263.192, Noroeste Colonial com 233.085, Sul com 204.695, Alto Jacuí com 201.566, Central com 197.047, Missões com 137.460 e Fronteira Noroeste com 132.298, são as maiores produtoras e juntas respondem por 94,49% da produção estadual.

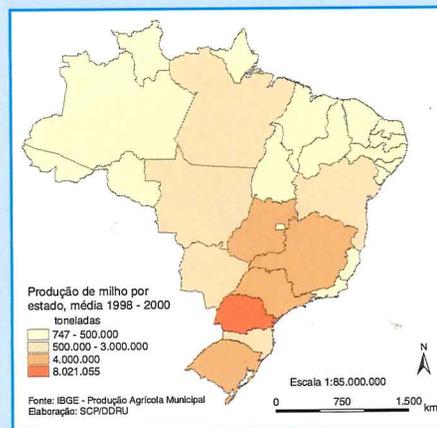
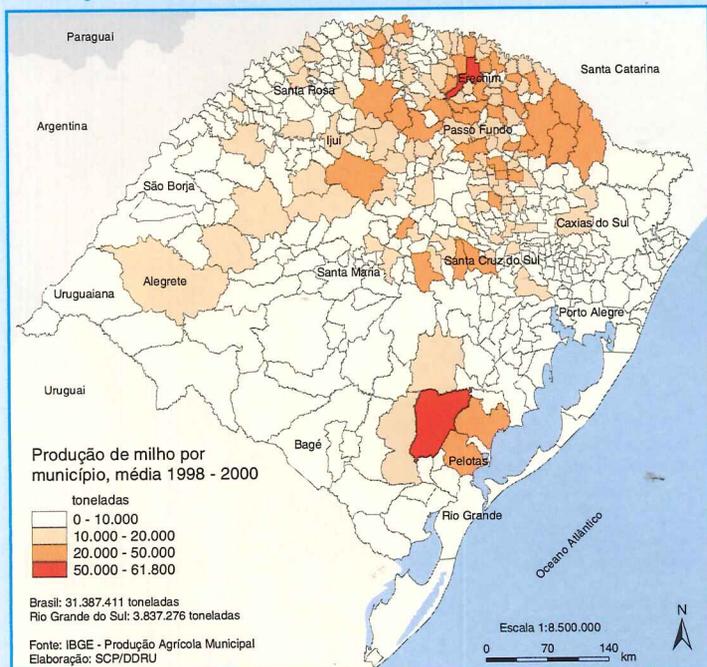
MILHO - PRODUÇÃO MÉDIA DO BRASIL E DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1998 A 2000



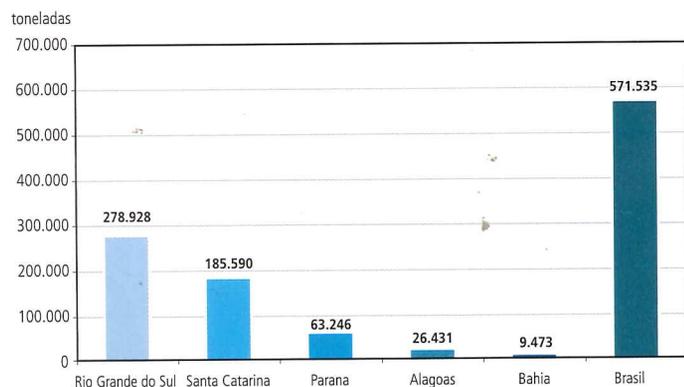
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

A produção municipal também está bem distribuída, destacando-se: Canguçu com 61.800 toneladas, Erechim com 53.520 toneladas, Venâncio Aires com 47.270 toneladas, Barão do Cotegipe com 46.000 toneladas, Sananduva com 44.480, Cruz Alta com 43.212 e São Lourenço do Sul com 42.707 toneladas. Estes municípios representam apenas 8,8% da produção do Estado e outros 125 municípios apresentam produção superior a 10.000 toneladas.

PRODUÇÃO DE MILHO

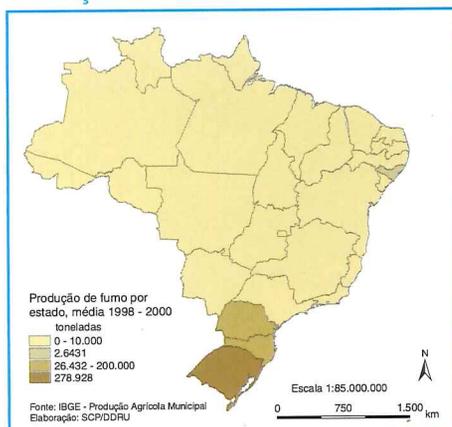


FUMO - PRODUÇÃO MÉDIA DO BRASIL E DOS PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1998 A 2000



IBGE - Produção Agrícola Municipal

PRODUÇÃO DE FUMO



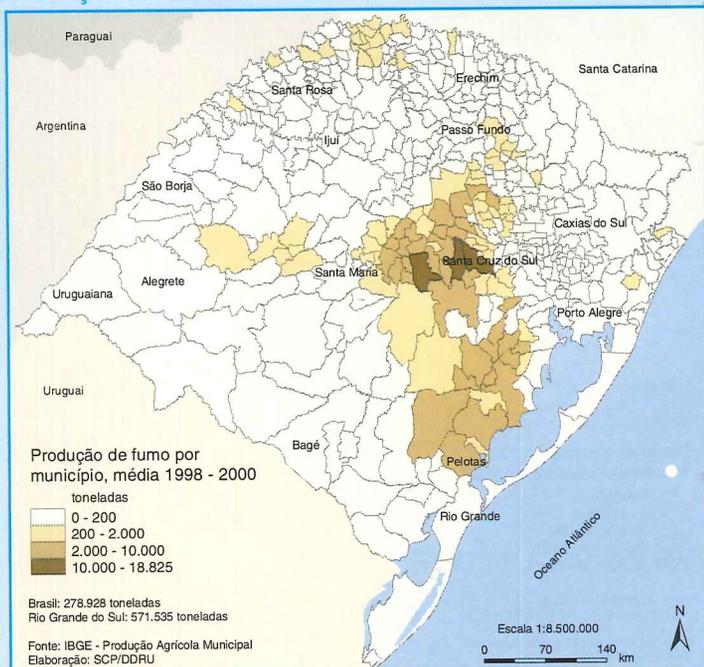
A produção brasileira de trigo vem diminuindo significativamente nas últimas décadas e, em 2000 representou apenas 8,57% do total produzido pelos países do MERCOSUL. O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor nacional com 33,27% do total produzido no país, ou seja, 716.186 toneladas.

No Estado, a produção de trigo, que teve seu auge na década de 70, vem decrescendo significativamente, tanto em área plantada, quanto em produção. As áreas que ainda cultivam trigo mantêm a associação com o cultivo do soja, concentrando-se principalmente no norte do Estado, nas regiões do Noroeste Colonial com 138.906 toneladas, Produção com 114.685 toneladas, Alto Jacuí com 102.140 toneladas e Missões com 100.089 toneladas. Essas regiões produzem 63,65% do total produzido no Estado, destacando-se os municípios de Palmeira das Missões e Cruz Alta, com 24.000 e 20.544 toneladas, respectivamente.

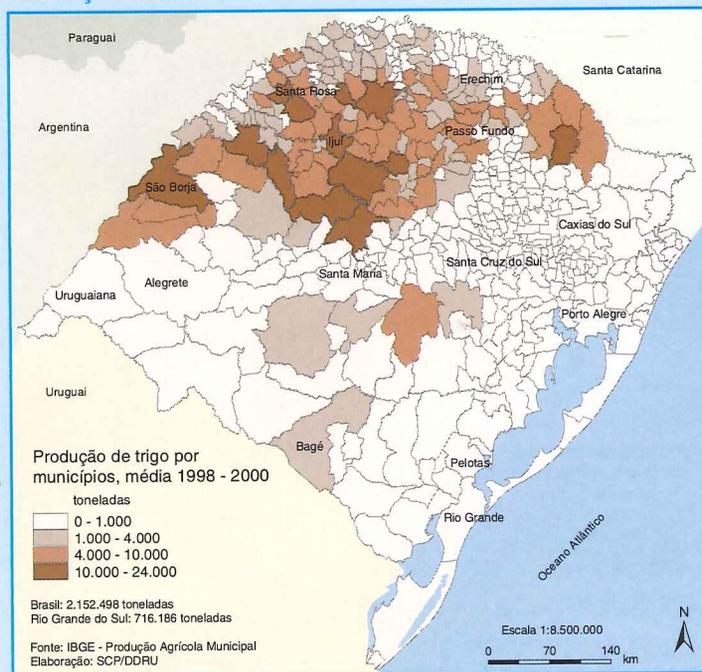
O Rio Grande do Sul é o Estado que apresenta maior produção de fumo em folha com 278.928 mil toneladas, representando 48,80% da produção nacional, destacando-se também por apresentar o maior rendimento desta cultura no país - 1.862kg/ha.

No Estado a cultura é típica de pequena propriedade e a maior produção está localizada no entorno das indústrias de transformação e beneficiamento. A região do Vale do Rio Pardo é a maior produtora do Estado com 135.084 toneladas, ou 48,43% da produção gaúcha, destacando-se quatro municípios: Venâncio Aires com 18.987 toneladas, Candelária com 16.283 toneladas e Santa Cruz do Sul com 12.498 toneladas. Outras quatro regiões possuem produção significativa: Centro-Sul com 41.917 toneladas, Central com 28.930 toneladas, Vale do Taquari com 23.918 toneladas e Sul com 23.622 toneladas.

PRODUÇÃO DE FUMO



PRODUÇÃO DE TRIGO



O Estado possui a oitava produção de feijão do país, com 141.197 toneladas, ou 5,24% da produção nacional que se concentra nas regiões do Médio-Alto Uruguai com 26.677 toneladas, Vale do Rio Pardo com 19.036 toneladas, Norte com 18.764 toneladas, Nordeste com 17.623 toneladas e Central com 13.287 toneladas. Estas regiões respondem por 67,56% da produção de feijão do Estado. Entretanto, conforme a característica da cultura a produção dilui-se entre os municípios produtores, sendo que nem todos estão localizados nas regiões que apresentam maior produção, caso do município de Canguçu que apresenta a maior produção do Estado com 4.423 toneladas. Destacam-se ainda os municípios de Arroio do Tigre com 4.049 toneladas, Vacaria com 3.930 toneladas, Vicente Dutra com 3.223 toneladas, Irai com 3.195 toneladas, Nova Palma com 3.046 e Alpestre com 3.016 toneladas toneladas.

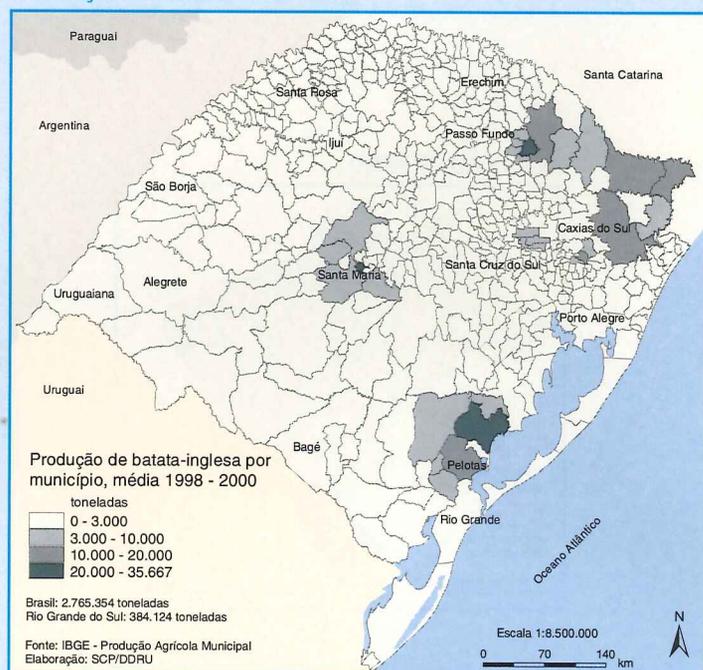
O Rio Grande do Sul é o quarto maior produtor nacional de batata-inglesa com 384.124 toneladas, 13,89% da produção nacional, perdendo para Minas Gerais (894.968 toneladas), São Paulo (649.950 toneladas) e Paraná (616.497 toneladas). Entre os municípios que possuem maior produção, destacam-se, São Lourenço do Sul, situado na Região Sul, que produz 35.667 toneladas; seguido por Ibiraiaras na Região Nordeste, com 29.744 toneladas; e por Silveira Martins, na região Central, que possui uma produção de 27.807 toneladas.

O Estado é o maior produtor nacional de batata doce com uma produção de 154.287 toneladas que representam 33% da produção nacional. Os municípios que possuem maior produção são Pelotas, com

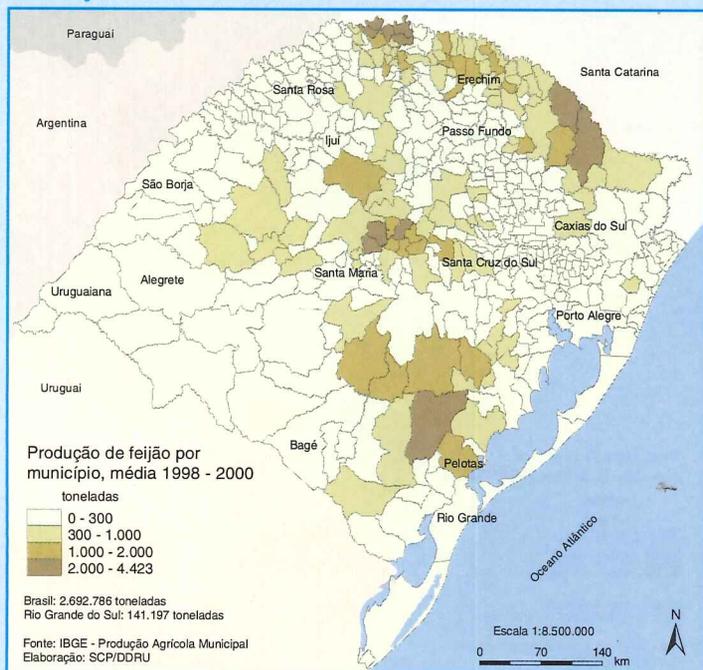
uma produção de 10.069 toneladas e Mariana Pimentel, com produção de 9.810 toneladas.

Na produção de mandioca, o Estado é o quarto maior produtor brasileiro, produzindo um total de 1.307.016 toneladas. Destacam-se os municípios de Rio Pardo com 34.000 toneladas, Venâncio Aires com 33.000 toneladas, São Pedro do Sul 23.880 toneladas, Candelária 21.333 toneladas, Santo Ângelo com 21.333 toneladas e Santa Maria com 20.880 toneladas.

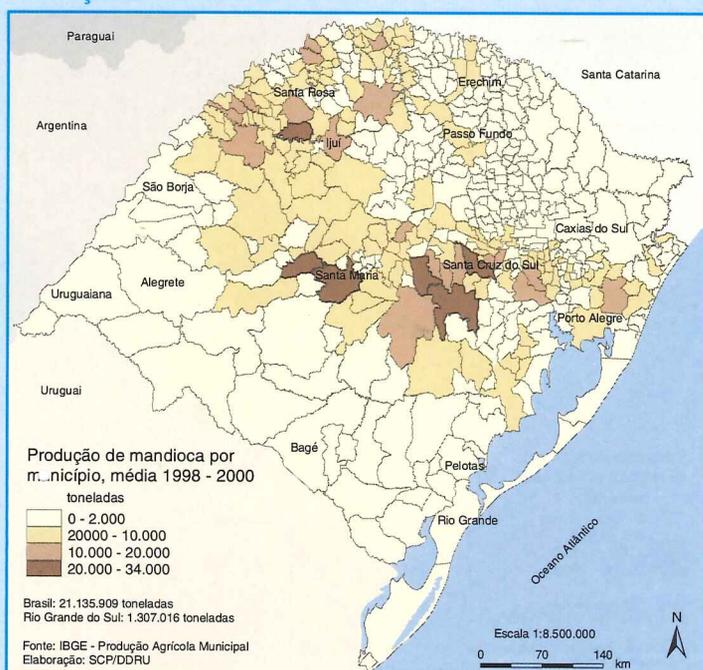
PRODUÇÃO DE BATATA-INGLESA



PRODUÇÃO DE FEIJÃO



PRODUÇÃO DE MANDIOCA



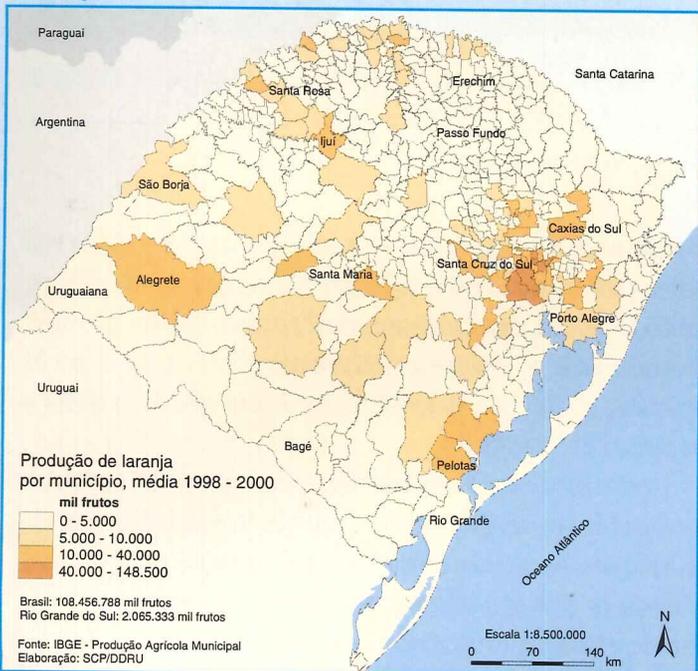
O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor nacional de maçã, sendo que sua produção é de 2.124.805 mil frutos, 44,23% da produção nacional. Destacam-se Vacaria, que responde por 39,91% da produção (848.058 mil frutos), juntamente com os municípios de Caxias do Sul, Bom Jesus, Muitos Capões e Monte Alegre dos Campos, todos com produção superior a 100.000 mil frutos.

O Estado é o maior produtor nacional de uva com 461.290 toneladas, mais da metade da produção nacional. A região da Serra é a maior produtora com 85,33% do total produzido, ou seja, 393.636 toneladas. Considerando a produção municipal, todos os municípios que possuem produção superior a 10.000 toneladas localizam-se na Serra gaúcha, destacando-se Bento Gonçalves com 81.467 toneladas (17,66% da produção estadual), Flores da Cunha com 61.573 toneladas, Farroupilha com 42.706 toneladas, Caxias do Sul com 39.250 toneladas, e Garibaldi com 39.150 toneladas. Deve-se destacar que, recentemente, municípios situados nas regiões da Fronteira Oeste (Santana do Livramento) e Campanha (Bagé), vem aumentando sua participação na produção de uva, como resultado do desenvolvimento da vitivinicultura nestas regiões.

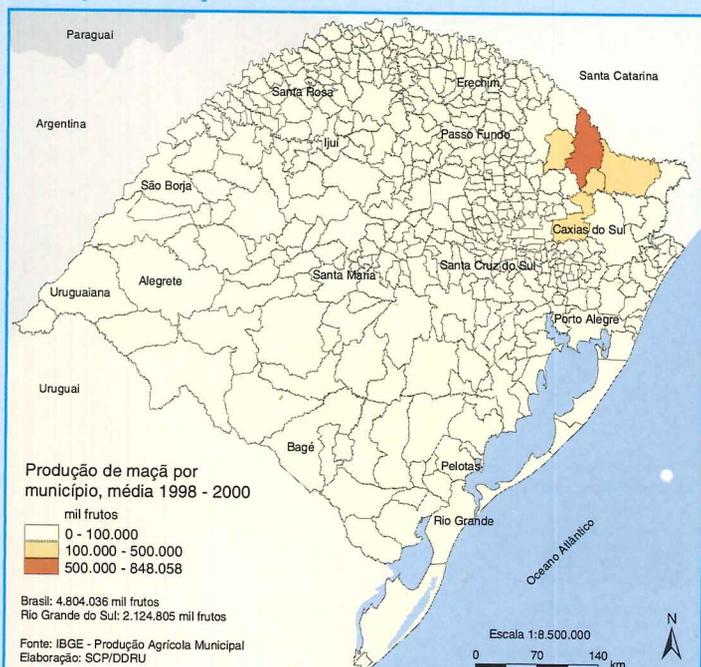
A produção de banana no Estado é de 8.562 mil cachos e está concentrada na região do Litoral do Estado com 87,24% da produção total. Os municípios de Mampituba, Três Cachoeiras e Morrinhos do Sul, contribuem com 68,13% da produção gaúcha.

O total da produção de laranja no Estado chegou a 2.065 mil frutos. A região do Vale do Caí é tradicionalmente a maior produtora concentrando 29,75% da produção estadual.

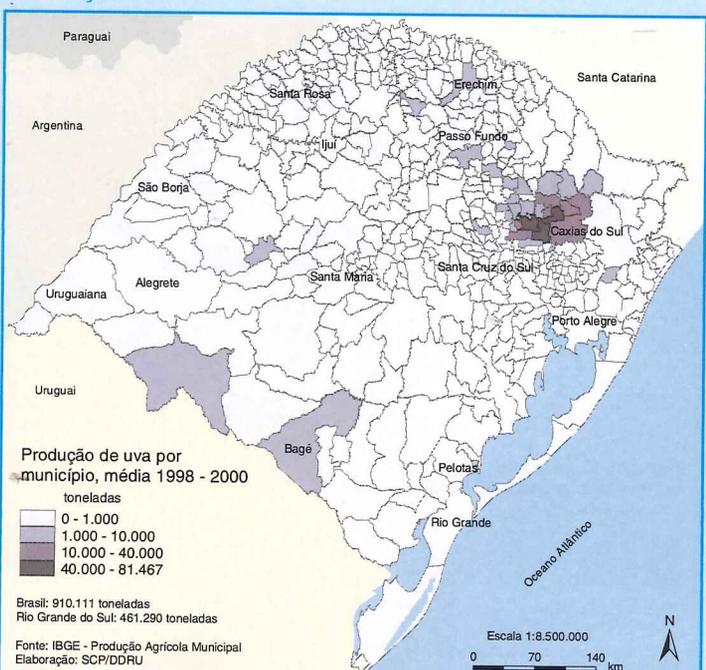
PRODUÇÃO DE LARANJA



PRODUÇÃO DE MAÇÃ



PRODUÇÃO DE UVA



Na estrutura econômica outros produtos tradicionais da lavoura podem ser destacados, pois representam a diversidade produtiva do Estado: a cana-de-açúcar, a batata doce, o amendoim, o sorgo, a melancia, o melão, o pêssego, o alho, a cebola, centeio, cevada, a tangerina, pêra e a noz. Além destes, também pode-se destacar a silvicultura com a acácia, o carvão vegetal, a folha de eucalipto, a lenha, a madeira em tora e para celulose e resina, e a extração vegetal, principalmente com a erva-mate.

Por outro lado algumas áreas já indicam alterações no quadro da produção tradicional incorporando novos produtos, principalmente na área dos hortifrutigrangeiros, e também na reestruturação de formas de produção de alguns produtos tradicionais. Pode-se destacar a produção do kiwi, morango, tomate, alcachofra, a produção de sementes e a produção de orgânicos.

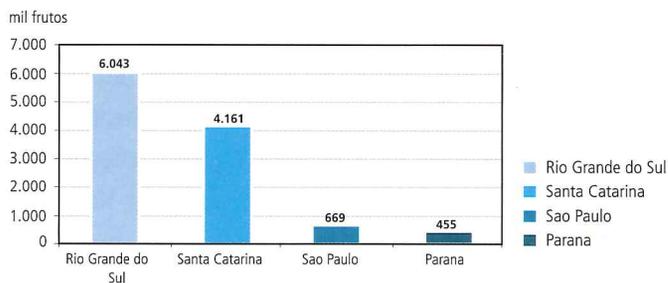
A cebola é produzida com maior volume na região Sul, que representa 63,04% das 174.945 toneladas produzidas no Estado. Em segundo lugar aparece a região da Serra com 17,90% do total produzido. Os municípios que possuem maior produção são São José do Norte com 34.733 toneladas e Tavares com 32.000 toneladas.

Embora possua uma produção bem inferior a São Paulo que centraliza a produção nacional com 161.667 toneladas, o Estado é o segundo maior produtor brasileiro de amendoim com 6.523 toneladas (3,49% da produção nacional), que é produzido principalmente nas regiões Central com 832 toneladas, Sul com 693 toneladas e Noroeste Colonial com 608 toneladas.

O Rio Grande do Sul é responsável por mais da metade da produção brasileira de kiwi, que concentra-se nas regiões de maior altitude da serra gaúcha. O município de Farroupilha é o maior produtor com 45,9% da produção do Estado, destacando-se também o município de Caxias do Sul com uma produção de 930 mil frutos.

Introduzida recentemente na agricultura gaúcha a produção de alcachofra já faz do Estado o segundo maior produtor nacional com 14%

KIWI - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1995 A 1996



FONTE: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

SILVICULTURA NO RIO GRANDE DO SUL PRODUÇÃO MÉDIA 1998 A 2000

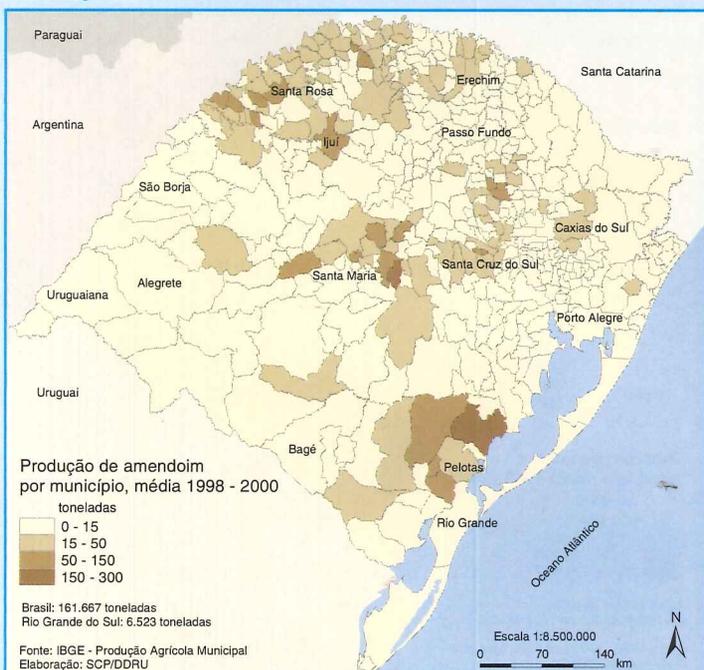
PRODUTOS SELECIONADOS	PRODUÇÃO (t)
LENHA	8.917.224*
MADEIRA EM TORA	4.377.035
ACÁCIA NEGRA (CASCA)	258.766
CARVÃO VEGETAL	39.388
RESINA	2.845
EUCALIPTO (FOLHA)	17

* m³
Fonte: IBGE - Produção Agrícola Municipal

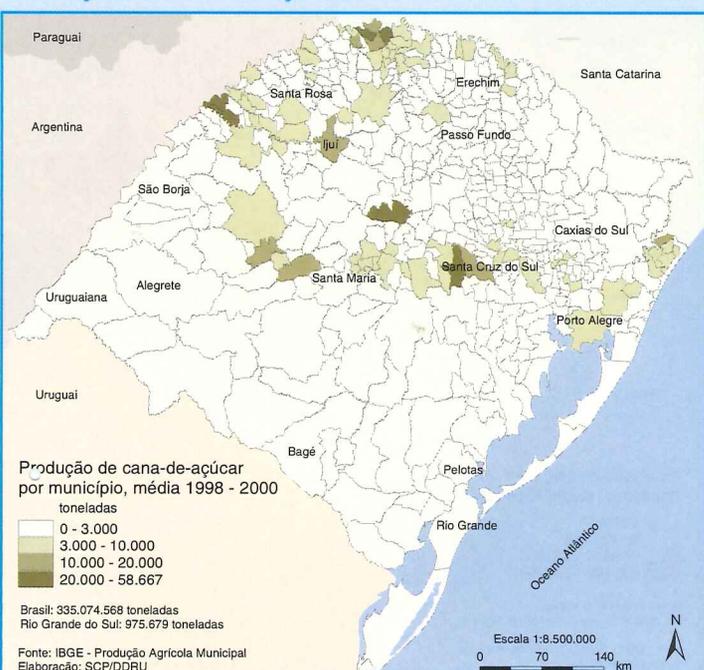
do total produzido, superado somente por São Paulo. Sua produção esta concentrada na região Norte do Estado, que responde por 82,33% da produção estadual, destacando-se os municípios de Getúlio Vargas com 69 toneladas, Barão do Cotegipe com 68 toneladas, Campinas do Sul com 56 toneladas, Erechim com 46 toneladas, Três Arroios com 34 toneladas e Jacutinga com 30 toneladas.

Apesar de ter uma produção pouco significativa, em nível nacional, a produção de cana-de-açúcar no Estado tem importância por estar associada às atividades desenvolvidas em áreas de pequena propriedade, relacionadas a criação de gado e ao processamento artesanal de subprodutos como o melado, a rapadura, o açúcar mascavo e a cachaça.

PRODUÇÃO DE AMENDOIM

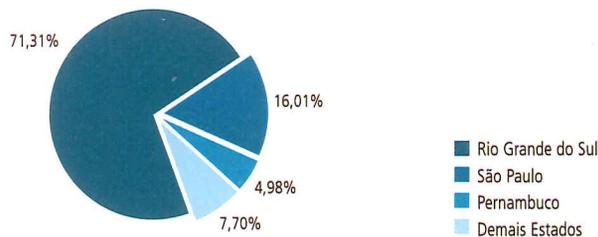


PRODUÇÃO DE CANA-DE-AÇÚCAR



O Rio Grande do Sul é, de acordo com o Censo Agropecuário de 95/96, o maior produtor nacional de sementes para plantio produzindo 71% da produção nacional. Os municípios da região da Campanha são os principais produtores, destacando-se Candiota, Hulha Negra, Bagé e Pinheiro Machado.

RIO GRANDE DO SUL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - SEMENTES DE HORTIGRANGEIROS VENDIDAS PARA PLANTIO - 1995 A 1996



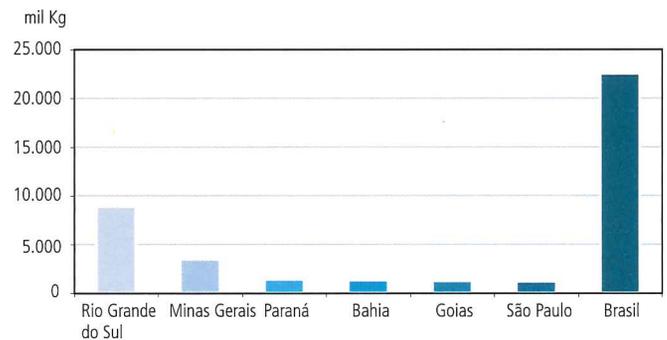
Fonte: IBGE - Censo Agropecuário 1995/1996

O Estado possui uma produção pouco significativa de tomate em termos nacionais, importando a maior parte do que é consumido. Entre os estados brasileiros é o décimo produtor com apenas 3,22% do total produzido no país. A região da Serra gaúcha é a maior produtora de tomate do Estado com 57,85% da produção gaúcha (56.437 toneladas), seguida pela região Sul com 12,16% do total produzido.

O Rio Grande do Sul é o segundo maior produtor nacional de morango e sua produção equivale a 25, 65% do total produzido no país ou 9.643,98 toneladas.

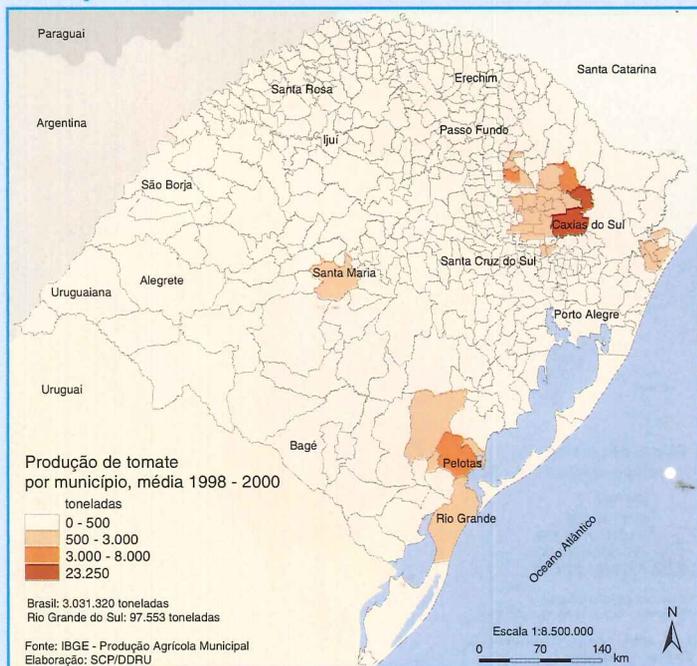
A produção de orgânicos vem crescendo no Estado, principalmente vinculada a pequenas unidades de produção, devido ao crescente consumo interno e a demanda de mercados como o da União Européia e do Japão. Deve-se destacar que a valorização superior ao preço pago pelo produto tradicional também tem colaborado para o desenvolvimento de projetos visando especialmente a produção de soja, açúcar, hortigranjeiros, frutas, frango, ovos e leite.

MEL DE ABELHA - BRASIL E PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES 1998 A 2000

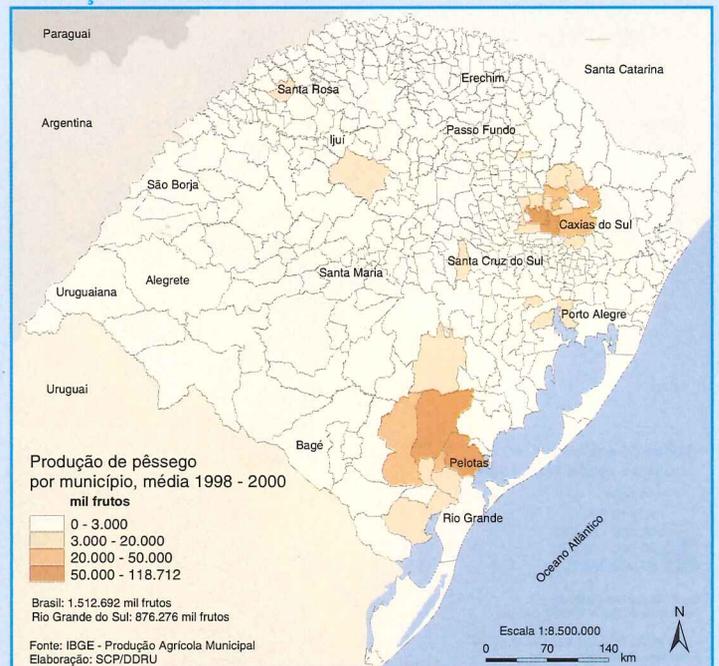


Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

PRODUÇÃO DE TOMATE



PRODUÇÃO DE PÊSSEGO



O Rio Grande do Sul tem uma participação de 13,44% do efetivo nacional de suínos, rebanho que está bem distribuído pelo território, com produção em todas as regiões do Estado. Os bovinos e os suínos, em 1999, foram os produtos da pecuária com maior participação no valor bruto da produção agropecuária com 12,74% e 11,20%,

respectivamente. Destacam-se os municípios de Itaqui com 66.251 cabeças, Santa Rosa com 58.297, Santo Cristo com 51.028 e Aratiba com 50.940 cabeças. Os demais municípios possuem rebanho inferior a 50.000 cabeças.

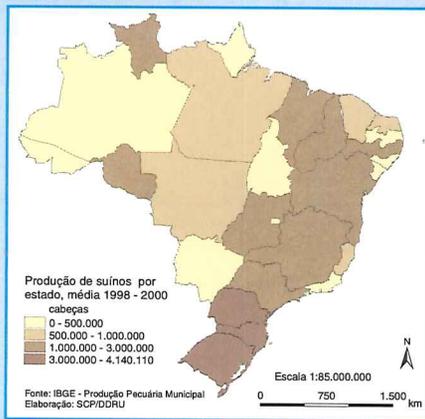
O rebanho gaúcho de bovinos corresponde a 8,24 % do efetivo nacional, apresentando maior concentração no oeste e sul do Estado, associado à presença dos campos ou integrado com a produção de arroz. Na produção animal, os bovinos são os que mais contribuem no Valor Bruto da Produção Agropecuária de nosso Estado, com 12,74%, em 1999. As quatro regiões que apresentam maior rebanho, correspondendo a 58,33% do rebanho gaúcho são: Fronteira Oeste (21,94%), Central (15,07%), Sul (11,95%) e Campanha (9,37%). Destacam-se os municípios de Santana do Livramento com 523.699 cabeças, Alegrete com 522.047, São Gabriel com 429.516 e Dom Pedrito com 411.843 cabeças.

EFETIVO DE SUÍNOS - PRINCIPAIS REGIÕES PRODUTORAS - 1998 A 2000

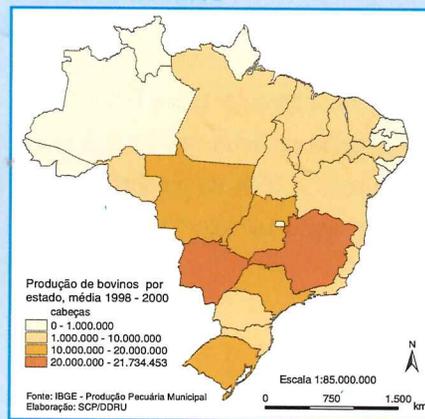
REGIÕES	SUÍNOS (cabeças)
NORTE	404.196
SERRA	379.532
VALE DO TAQUARI	371.038
PRODUÇÃO	367.908
MÉDIO ALTO URUGUAI	314.173
NOROESTE COLONIAL	300.994
RIO GRANDE DO SUL	4.109.598
BRASIL	30.802.558

Fonte: IBGE - Produção Pecuária Municipal

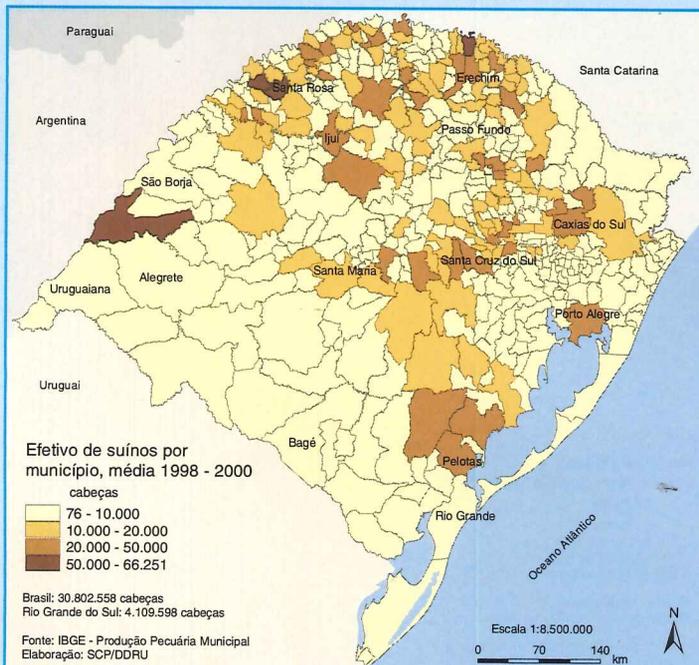
EFETIVO DE SUÍNOS



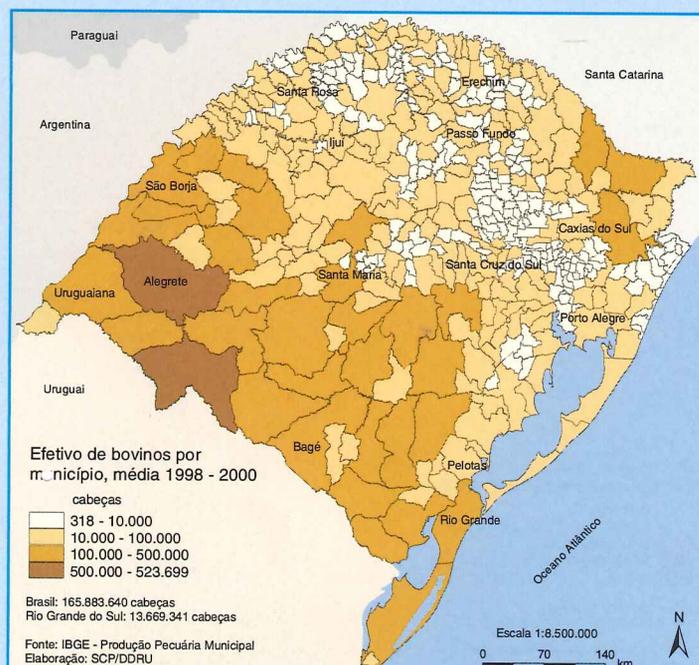
EFETIVO DE BOVINOS



EFETIVO DE SUÍNOS

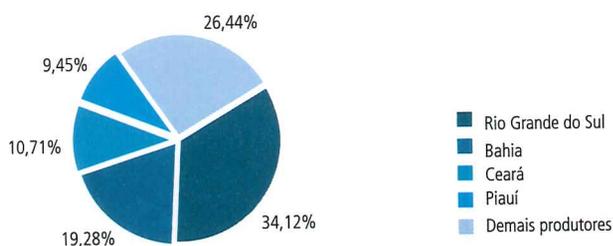


EFETIVO DE BOVINOS



O Rio Grande do Sul possui 34,12% do rebanho brasileiro de ovinos, tradicionalmente destinado à produção de lã. Atualmente, este rebanho vem sendo reconvertido para a produção de carne. O rebanho de 4.942.230 cabeças está distribuído principalmente pelo sul do Estado nas regiões da Fronteira Oeste (39,42%), Sul (17,33%), Central (12,29%), Campanha (13,78%) e normalmente está associado a criação de bovinos e a produção de arroz. Os municípios que possuem maior rebanho são Santana de Livramento com 500.433 cabeças, Alegrete com 334.025 cabeças e Uruguaiana com 291.213 cabeças.

EFETIVO DE OVINOS - PRINCIPAIS ESTADOS PRODUTORES - 1998 A 2000



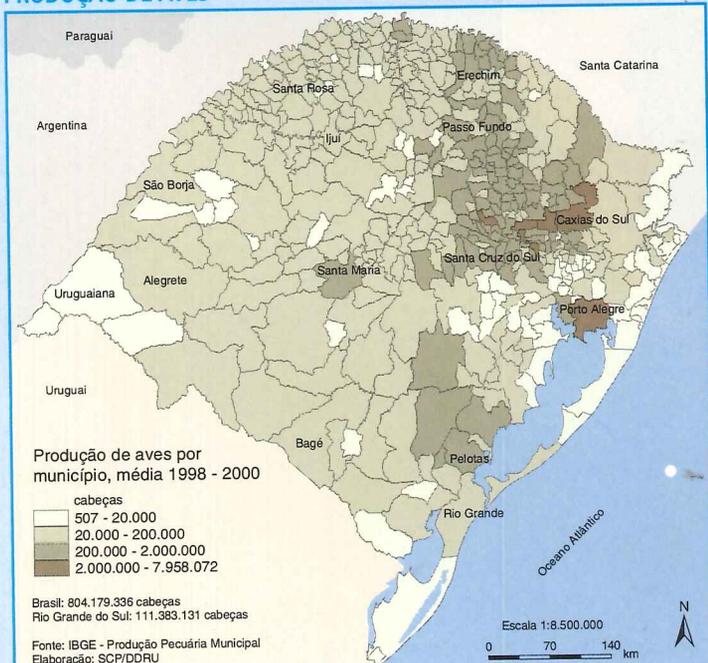
FONTE: IBGE - Produção Pecuária Municipal

O Rio Grande do Sul é o terceiro produtor nacional de leite com de 10,41% da produção nacional ou 1.997.079 mil litros, sendo que a produção é bem distribuída pelo território. Destacam-se os municípios de São Lourenço do Sul, Santo Cristo, Bagé, Canguçu, Teutônia, Ijuí, Estrela e Ibirubá, que possuem produção superior a 20.000 mil litros, representando 9,47% da produção estadual. No Estado, o leite participou, no ano de 1999, com 4,89% do VBPA, participação que apresenta pouca variabilidade nos últimos anos. Em 1985 a participação era de 4,88%, passando para 5,96% em 1990 e 5,02% em 1995.

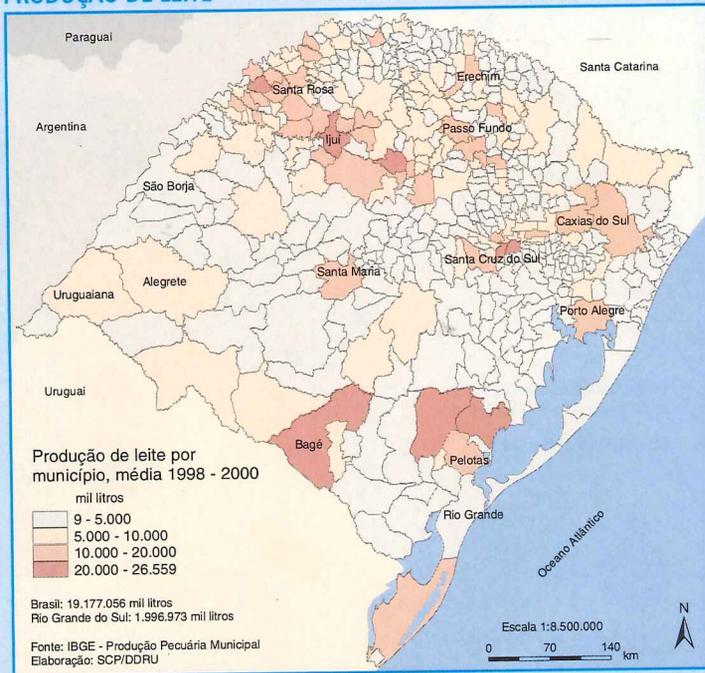
As aves, de forma geral, constituem-se em uma atividade bem estruturada representando, em 1999, 7,79% do VBPA de nosso Estado. Destaca-se a produção de frango e de ovos de galinha. Na criação destinada para o corte destacam-se as regiões da Serra e do Vale do Taquari que juntas respondem por 55,91% do efetivo de aves destinadas ao abate.

Na produção de ovos de galinha o Estado possui 10,78% da produção nacional, sendo que os municípios com maior produção são Viamão (32.140 mil dúzias), Farroupilha (17.280 mil dúzias), Salvador do Sul (15.439 mil dúzias), Caxias do Sul (12.813 mil dúzias) e Lajeado (10.224 mil dúzias).

PRODUÇÃO DE AVES



PRODUÇÃO DE LEITE



Os dados da estrutura do PIB estadual mostram que a indústria responde por cerca de um terço da economia gaúcha, sendo a maior fatia desta participação responsabilidade da indústria de transformação, já que a indústria extrativa mineral possui uma participação pouco expressiva dentro da economia gaúcha. O Estado apresenta uma indústria diversificada que se desenvolveu a partir das agroindústrias e de outros segmentos ligados ao setor primário. A matriz industrial estruturou-se sobre quatro complexos básicos: o agroindustrial, que inclui as indústrias de alimentos, bebidas e as que utilizam insumos agrícolas; o complexo coureiro-calçadista; o complexo químico; e o complexo metal-mecânico. A indústria de transformação gaúcha alcançou a segunda posição⁶ no parque nacional (depois de São Paulo), com uma participação percentual em torno de 11%. Esta consolidação guarda um estreito vínculo com os gêneros voltados à exportação, que foram os que alavancaram os índices de crescimento, como os setores de mecânica, material de transporte, química, mobiliário, e vestuário e calçados. Esse vínculo com o mercado exportador pode ser constatado nos índices de crescimento do setor industrial gaúcho após a desvalorização cambial do plano real, quando estes setores que vão apresentar o maior dinamismo, pela melhora da sua relação de competitividade com o exterior.

Os setores ligados ao mercado exportador possuem também um alto grau de concentração espacial de sua produção. O eixo Porto Alegre – Caxias do Sul polariza estes segmentos produtivos em sua grande parte. Apesar de bastante concentrada espacialmente, alguns setores, como o de produtos alimentares, apresentam um grau de dispersão maior pelo território gaúcho.

PARTICIPAÇÃO DOS GÊNEROS NA INDÚSTRIA DE TRANSFORMAÇÃO DO RIO GRANDE DO SUL - 2001*

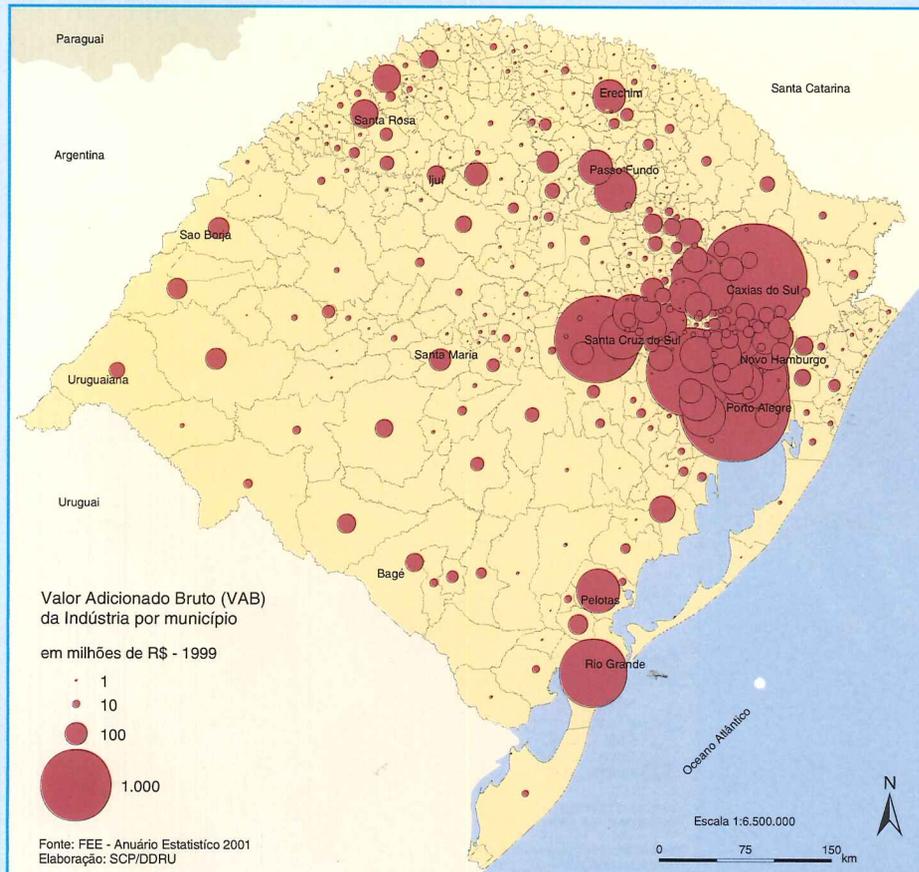
SETORES DE ATIVIDADE	ESTRUTURA (%)
Indústria de Transformação	100,00
Minerais não-metálicos	3,02
Metalúrgica	4,05
Mecânica	25,11
Material elétrico e de comunicações	0,31
Material de transporte	3,11
Madeira	1,95
Mobiliário	6,47
Papel e papelão	1,46
Borracha	1,48
Couros e peles	1,55
Química	10,82
Perfumaria, sabões e velas	0,82
Produtos de matérias plásticas	0,37
Têxtil	0,26
Vestuário, calçados e artefatos de tecido	3,04
Produtos alimentares	20,06
Bebidas	7,70
Fumo	5,60
Demais	2,83

Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social

* Dados preliminares

6. Dados do IBGE – Contas Regionais do Brasil 1998 (2000)

VAB INDUSTRIAL



Esta concentração espacial da produção de certos segmentos gerou na prática arranjos produtivos particulares, também denominados Sistemas Locais de Produção, que caracterizam-se por apresentarem uma forte articulação interna e uma espacialidade bem definida, como se observa, para o caso do Rio Grande do Sul, no setor coureiro-calçadista, no moveleiro e no de autopeças da região da Serra. Destacam-se também, pelo grau de articulação, os complexos de máquinas e implementos agrícolas e o conserveiro. Estes arranjos vem sendo tratados por políticas públicas específicas, destinadas a potencializar a produção e a competitividade destes segmentos.

Os dados do Valor Adicionado Bruto (VAB), de número de

estabelecimentos e de faturamento do total dos gêneros industriais, ratificam a existência de uma forte concentração industrial no Estado, constituída basicamente pelo eixo norte-sul Porto Alegre - Caxias do Sul, onde destacam-se, além dos dois pólos, cidades como Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Gravataí, Bento Gonçalves, Cachoeirinha, Farroupilha, Sapucaia do Sul, São Leopoldo, Guaíba, Campo Bom, Sapiranga e Esteio. Percebem-se também ramificações no sentido oeste, abrangendo áreas como Triunfo, Montenegro, Lajeado-Estrela, Teutônia, Venâncio Aires e Santa Cruz do Sul, no que parece estar se tornando um novo vértice industrial para o interior do Estado, complementar ao eixo metropolitano.

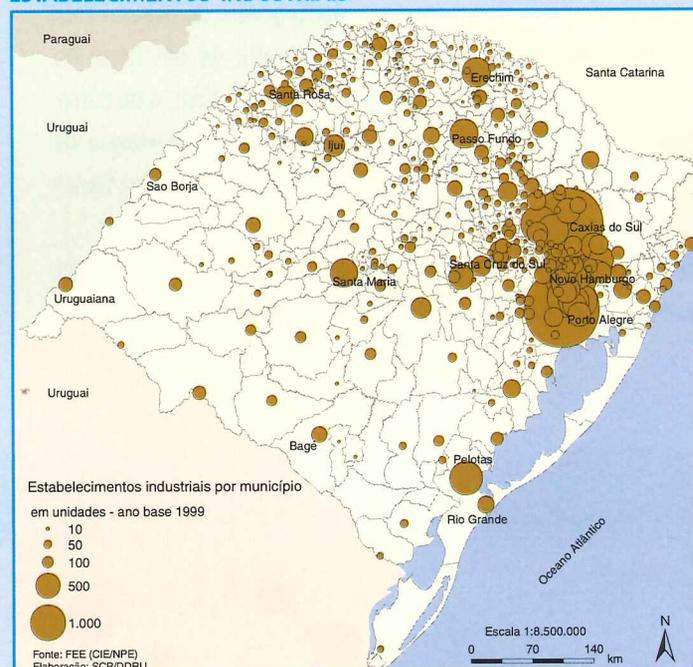
MUNICÍPIOS COM MAIOR PARTICIPAÇÃO NO VAB INDUSTRIAL - 1999

EM MILHÕES DE R\$

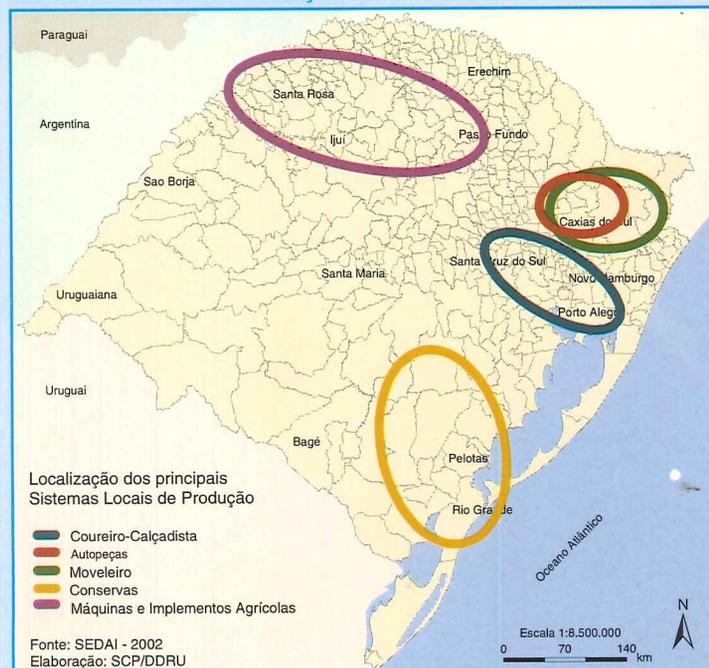
MUNICÍPIO	VAB INDUSTRIAL R\$
CANOAS	2.493
PORTO ALEGRE	2.462
CAXIAS DO SUL	2.235
TRIUNFO	1.524
SANTA CRUZ DO SUL	1.462
NOVO HAMBURGO	1.004
RIO GRANDE	916
GRAVATAÍ	639
BENTO GONÇALVES	553
CAMPO BOM	540
SAPUCAIA DO SUL	494
SAPIRANGA	470
SÃO LEOPOLDO	410
VENÂNCIO AIRES	406
PELOTAS	378

Fonte: FEE - Anuário Estatístico 2001

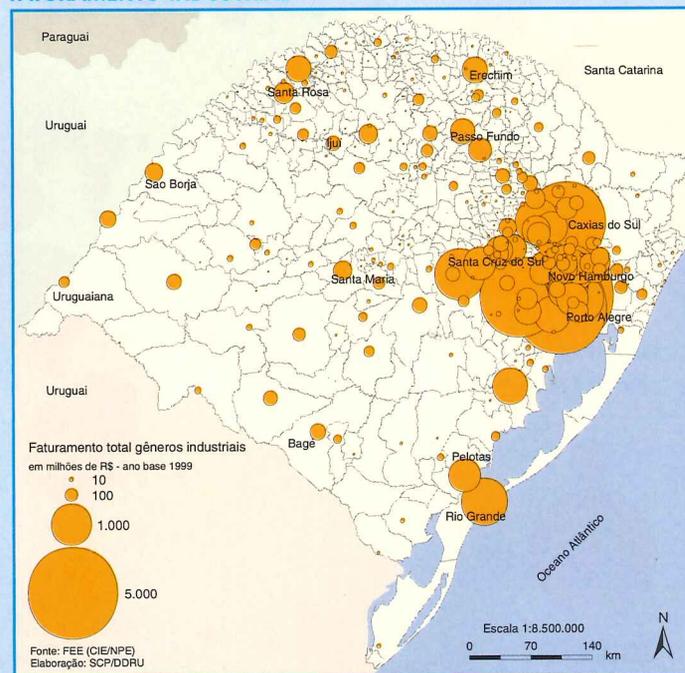
ESTABELECIMENTOS INDUSTRIAIS



SISTEMAS LOCAIS DE PRODUÇÃO



FATURAMENTO INDUSTRIAL



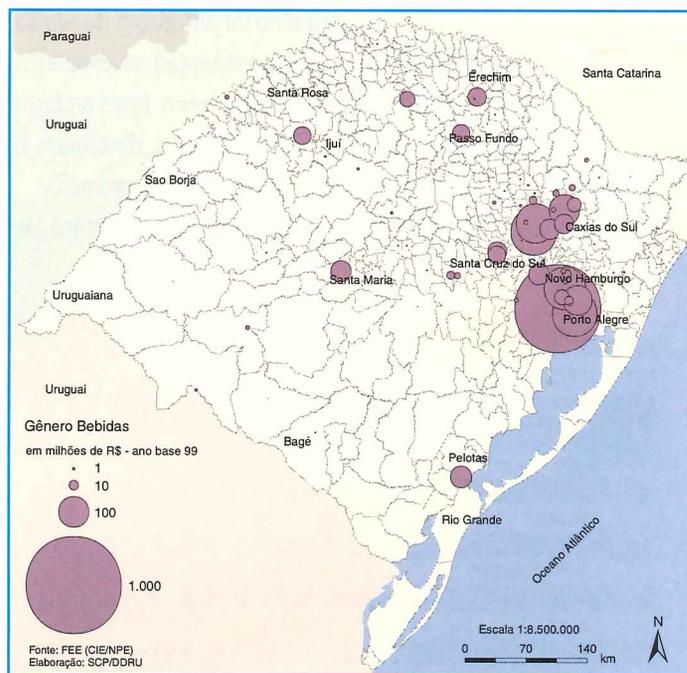
Nos mapas da distribuição espacial do faturamento industrial para os gêneros de indústria mais relevantes (gêneros com mais de 3% de participação no total de faturamento da indústria), fica nítido o grau de concentração existente no território gaúcho. A maior parte dos gêneros possui uma distribuição espacial bem definida, resultado de fatores diversos, como o processo de ocupação, as vantagens locacionais e das economias de aglomeração, a presença de empreendedores, arranjos institucionais e/ou empresariais, entre outros. Como exemplo, pode-se citar os gêneros fumo, bebidas e mobiliário. A produção alimentar é um dos setores que fogem um pouco a esta regra, tendo uma distribuição mais harmônica pelo território, própria da característica agrícola do Estado.

Em linhas gerais, os principais gêneros apresentam distribuições espaciais particulares de seu faturamento. O gênero de bebidas está concentrado na RMPA e na Serra, resultado, de um lado, da concentração populacional (abastecimento do mercado), e de outro, do segmento vitivinícola da região serrana, tendo destaque os municípios de Porto Alegre, Garibaldi, Viamão, Sapucaia do Sul, Bento Gonçalves, Flores da Cunha e Gravataí.

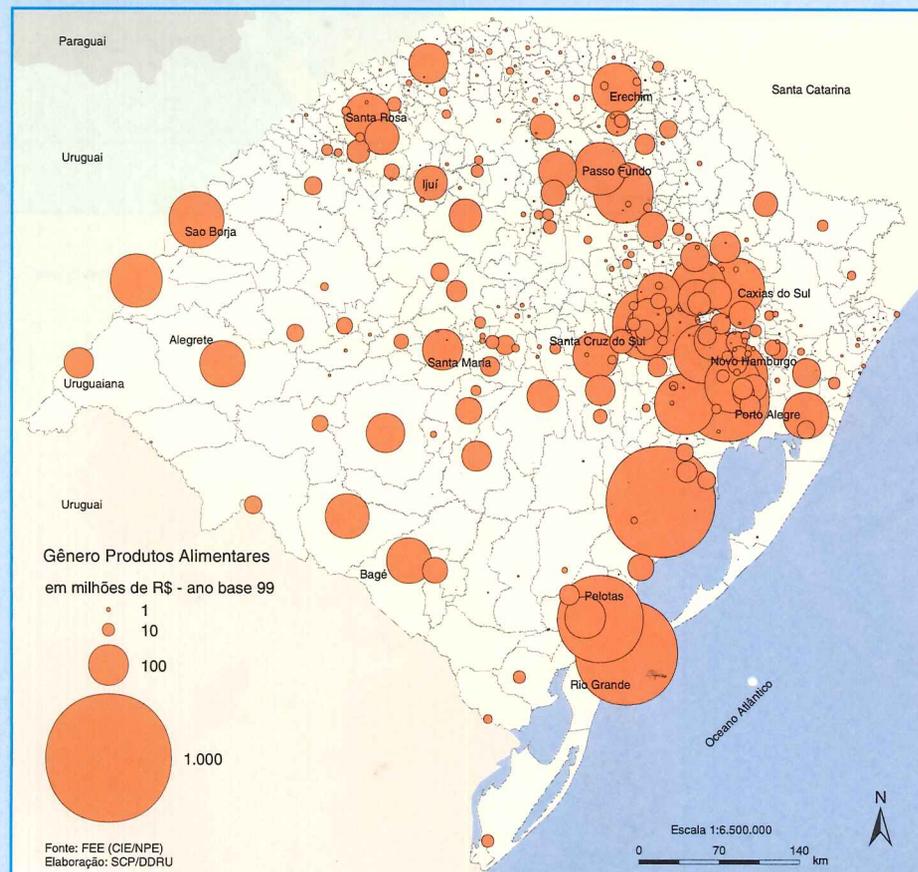
O gênero de produtos alimentares é o que apresenta uma maior dispersão, fruto da grande diversidade agroindustrial gaúcha.

Destacam-se os municípios de Camaquã, Rio Grande, Pelotas, Porto Alegre, Lajeado, Esteio, Teutônia, Eldorado do Sul, Marau, Caxias do Sul, Montenegro, entre outros.

FATURAMENTO GÊNERO BEBIDAS



FATURAMENTO GÊNERO PRODUTOS ALIMENTARES

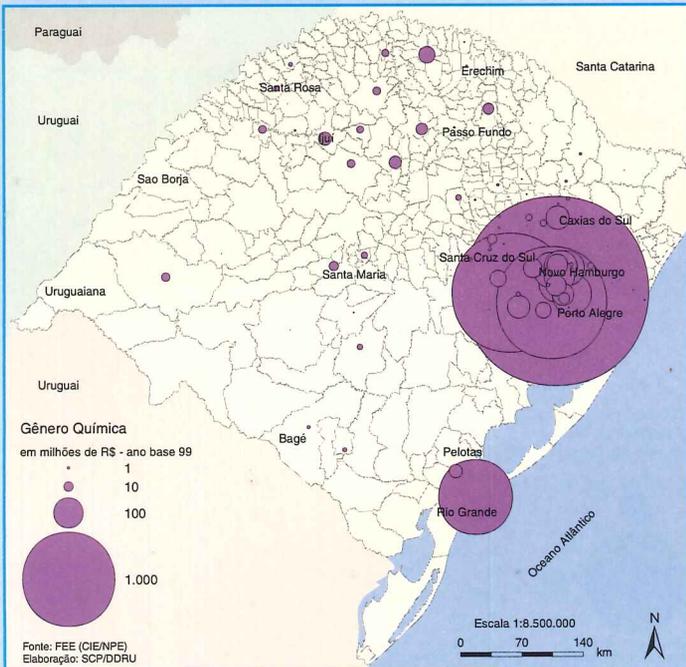


Os gêneros material de transporte e mecânica estão concentrados na RMPA e região Serra, com destaque para os municípios de Caxias do Sul, Canoas, Guaíba, Gravataí, e Porto Alegre, para o caso do material de transporte; e para Canoas, Caxias do Sul, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Porto Alegre, Gravataí e Cachoeirinha, para o caso do gênero mecânica, aparecendo também neste setor, os municípios de Horizontina e Panambi com importante participação, situados fora deste eixo.

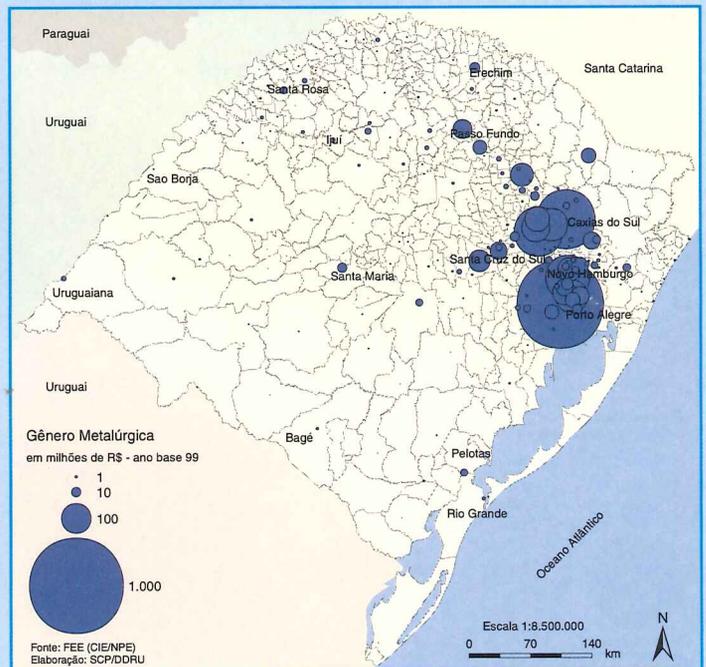
No gênero metalúrgica destacam-se os municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Carlos Barbosa, São Leopoldo, Cachoeirinha e Farroupilha.

O gênero química apresenta uma forte concentração dentro da RMPA, fruto da localização, nela, dos seus principais equipamentos, como a REFAP de Canoas e o Pólo Petroquímico de Triunfo. Porto Alegre e Rio Grande também aparecem com destaque.

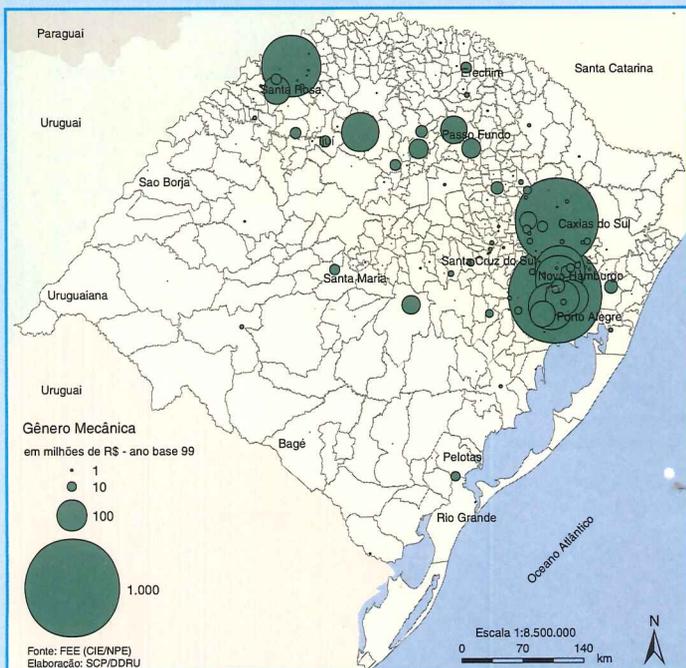
FATURAMENTO GÊNERO QUÍMICA



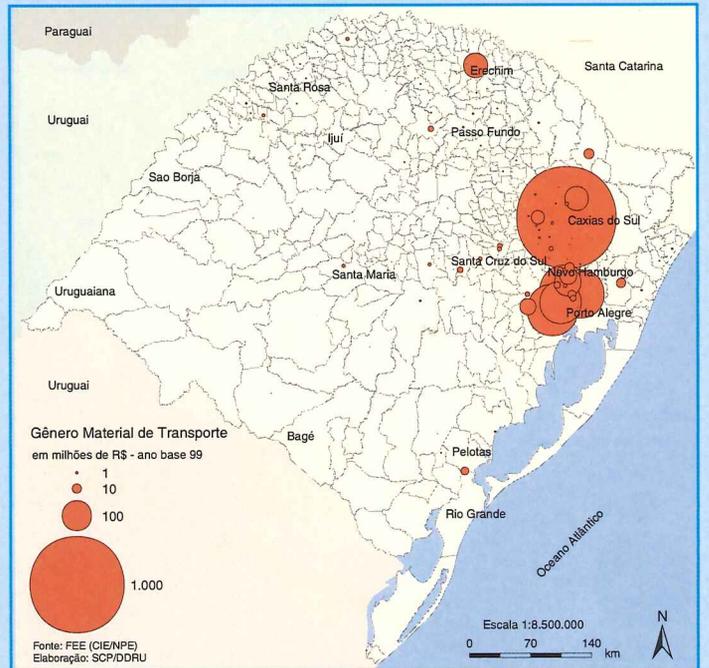
FATURAMENTO GÊNERO METALÚRGICA



FATURAMENTO GÊNERO MECÂNICA



FATURAMENTO GÊNERO MATERIAL DE TRANSPORTE



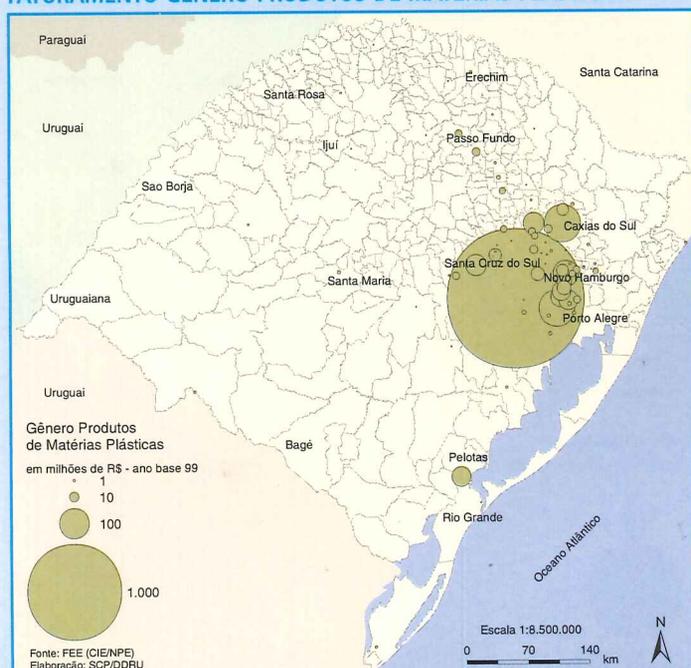
O gênero fumo está fortemente concentrado (mais de 90%) na área de colonização alemã do Vale do Rio Pardo, principalmente em Santa Cruz do Sul, destacando-se ainda os municípios de Venâncio Aires e Vera Cruz.

O gênero de vestuário, calçados e artefatos de tecido concentra-se fortemente em torno do Vale do Rio dos Sinos, com destaque para os municípios de Novo Hamburgo, Sapiranga, Parobé, Campo Bom, Dois Irmãos e Igrejinha.

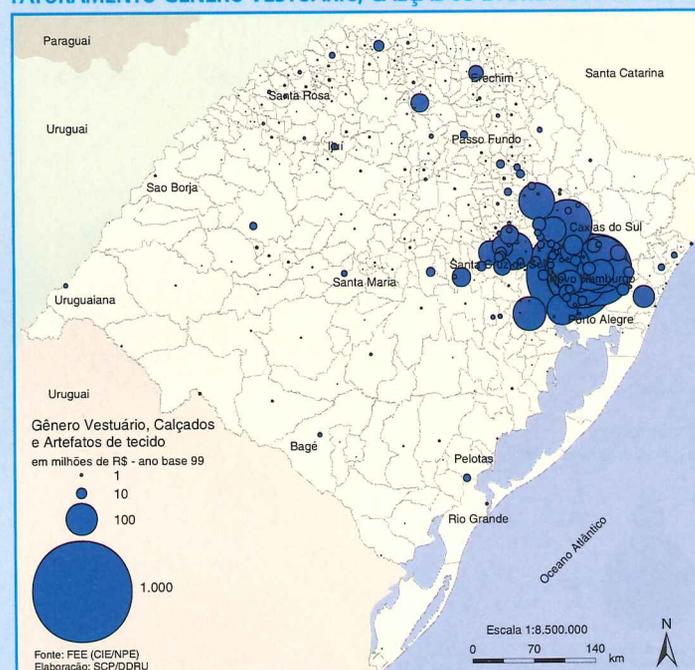
No gênero produtos de matérias plásticas a concentração maior está localizada em torno do Pólo Petroquímico de Triunfo, onde está localizada a maior parte da produção associada a este gênero. Destacam-se ainda, em um patamar de participação bem inferior a Triunfo, os municípios de Porto Alegre e Caxias do Sul.

O gênero mobiliário está fortemente concentrado na região Serra, com destaque para os municípios de Bento Gonçalves, Flores da Cunha, Caxias do Sul e Garibaldi, aparecendo ainda outras áreas como Restinga Seca, Dois Irmãos, Gramado e Lagoa Vermelha.

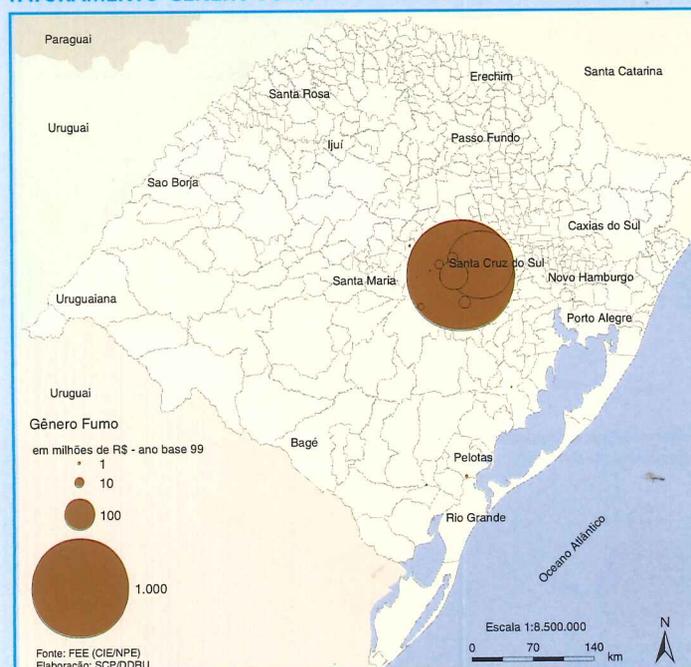
FATURAMENTO GÊNERO PRODUTOS DE MATÉRIAS PLÁSTICAS



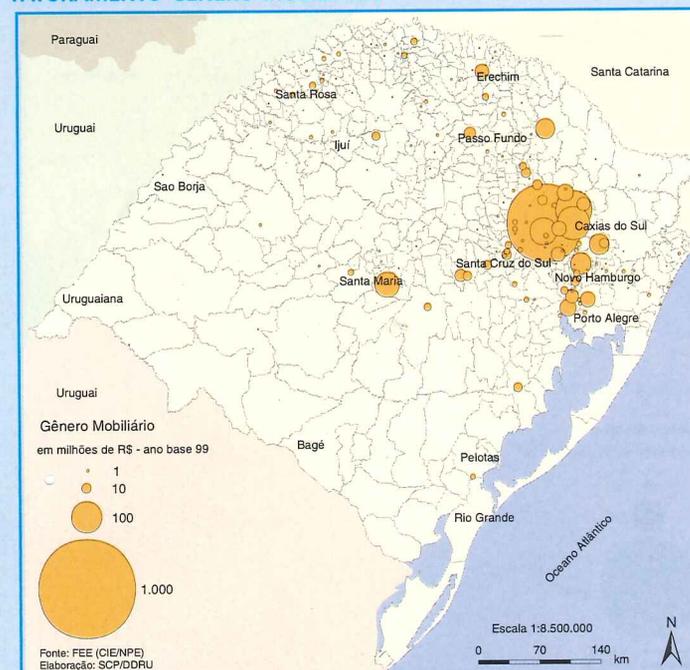
FATURAMENTO GÊNERO VESTUÁRIO, CALÇADOS E ARTEFATOS DE TECIDO



FATURAMENTO GÊNERO FUMO



FATURAMENTO GÊNERO MOBILIÁRIO



Outros gêneros, apesar de apresentarem uma participação menor no faturamento industrial (menos de 3%), também são relevantes para a economia gaúcha. Apresentaremos alguns deles a seguir.

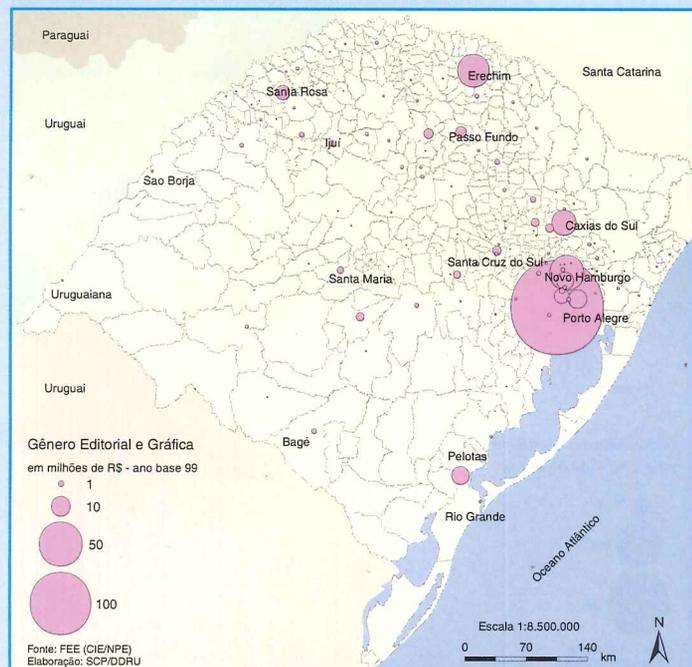
O gênero editorial e gráfico apresenta-se concentrado em Porto Alegre, destacando-se ainda cidades como Novo Hamburgo, Erechim e Caxias do Sul.

O gênero papel e papelão apresenta Guaíba como principal pólo produtor, seguido por Farroupilha, Porto Alegre e São Leopoldo.

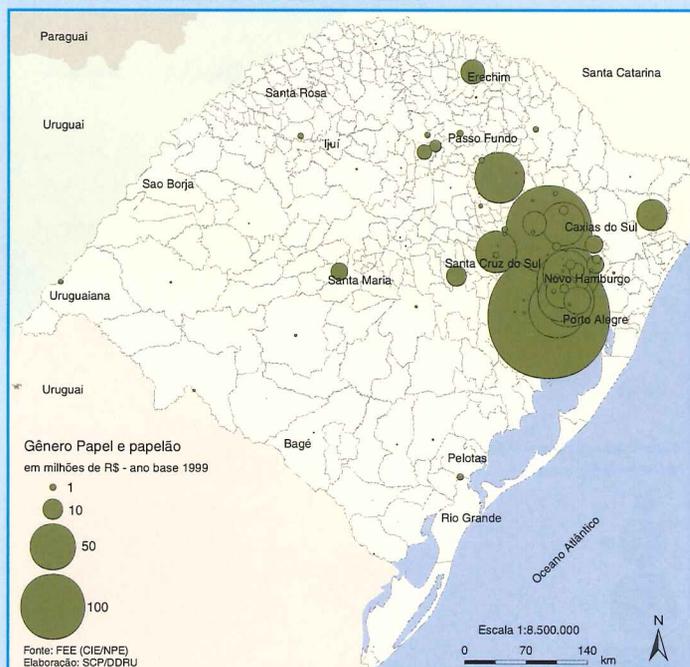
No gênero têxtil destaca-se o município de Sapucaia do Sul. Aparecem ainda cidades como Gravataí, Caxias do Sul e São Leopoldo.

No gênero madeira aparecem com destaque os municípios de Taquari, Rio Grande, Gravataí e Caxias do Sul.

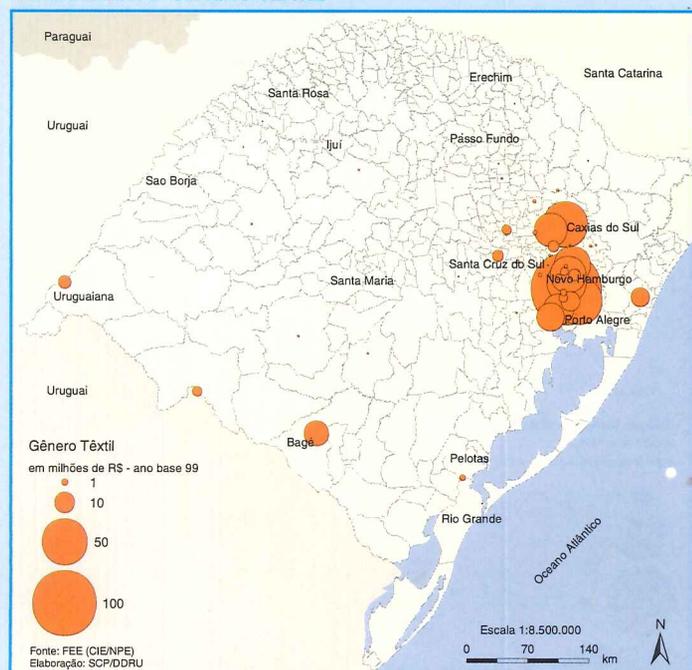
FATURAMENTO GÊNERO EDITORIAL E GRÁFICO



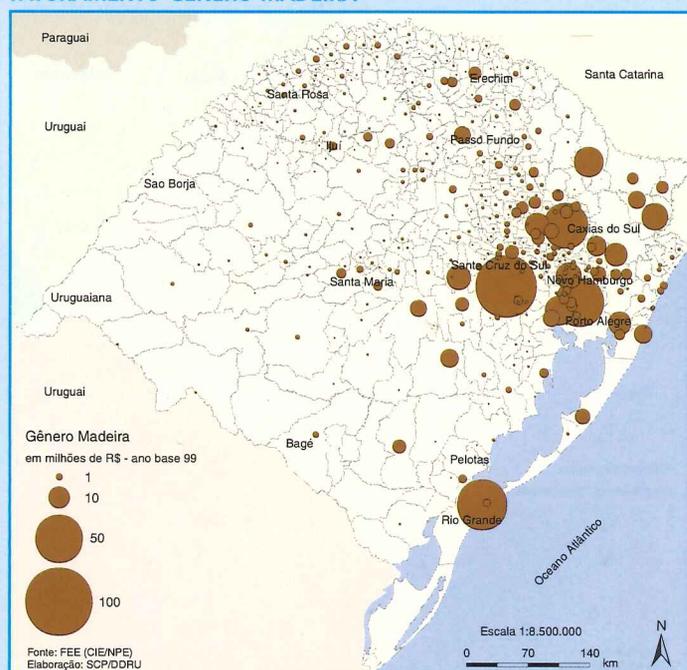
FATURAMENTO GÊNERO PAPEL E PAPELÃO



FATURAMENTO GÊNERO TÊXTIL



FATURAMENTO GÊNERO MADEIRA



O gênero couros, peles e similares têm maior representatividade na região do Vale do Rio dos Sinos, atrelado à indústria calçadista, como os municípios de Novo Hamburgo, Estância Velha, Campo Bom, Portão, entre outros, tendo, no entanto, presença forte em outras cidades do interior, como Nova Esperança do Sul e Teutônia.

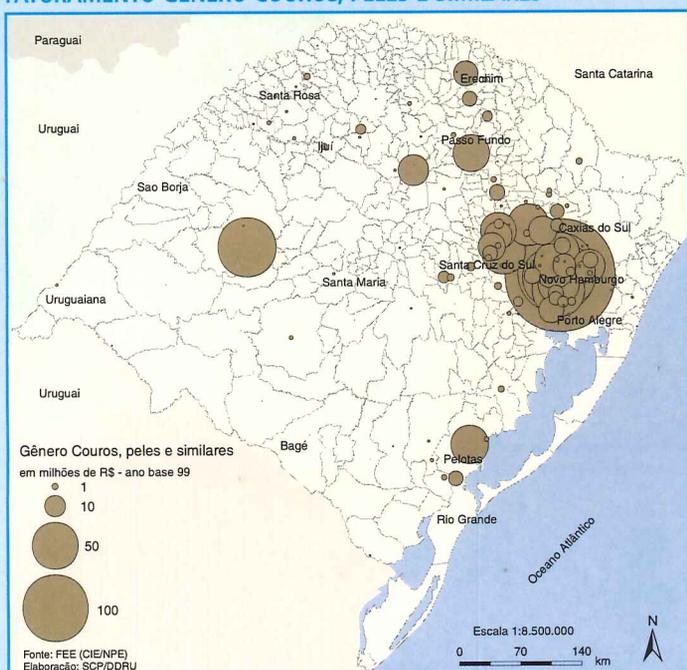
O gênero minerais não-metálicos apresenta-se distribuído por vários municípios, com destaque para Caxias do Sul, Esteio, Nova Santa Rita,

Porto Alegre, Campo Bom e Pinheiro Machado, entre outros.

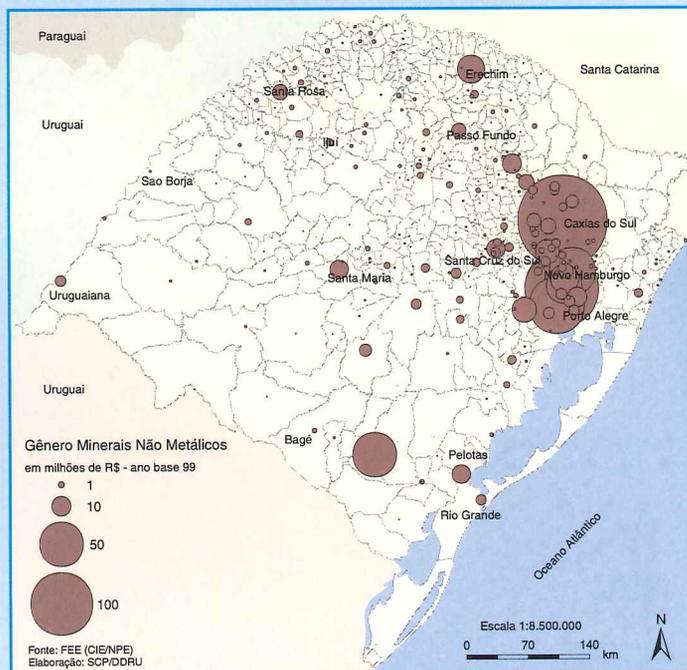
O gênero borracha apresenta seu maior faturamento em Triunfo, tendo destaque, também, os municípios de Nova Prata, São Leopoldo, Gravataí e Novo Hamburgo.

O gênero material elétrico e de comunicações apresenta-se concentrado entre a RMPA e a Serra, com destaque para Porto Alegre, Gravataí, Canoas e Caxias do Sul.

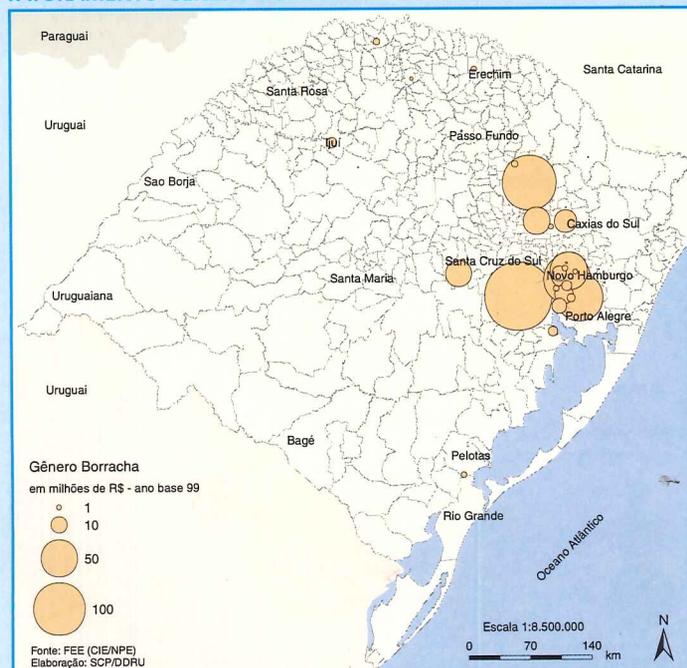
FATURAMENTO GÊNERO COUROS, PELES E SIMILARES



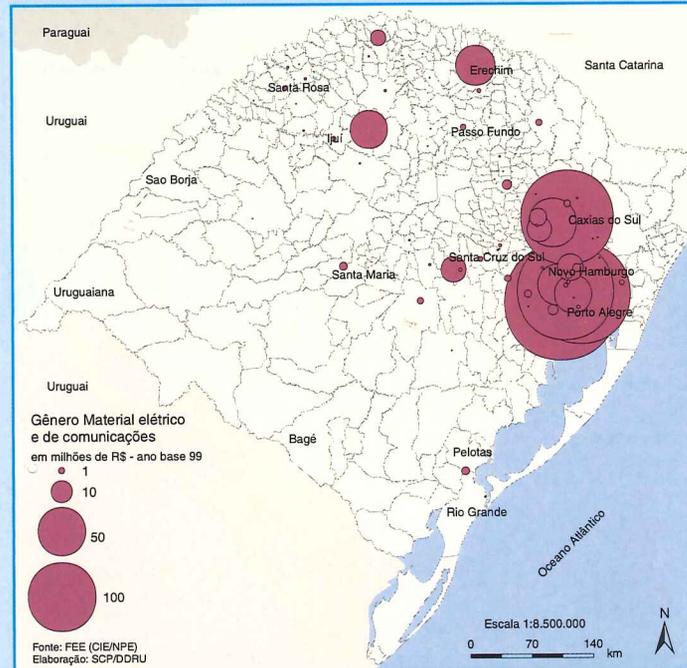
FATURAMENTO GÊNERO MINERAIS NÃO-METÁLICOS



FATURAMENTO GÊNERO BORRACHA



FATURAMENTO GÊNERO MATERIAL ELÉTRICO



O setor de Serviços, durante a década de 90 apresentou um crescimento um pouco abaixo da média nacional, tendo uma participação nacional em torno dos 7%. Pelos dados do Valor Agregado Bruto (VAB) do Setor de Serviços no Rio Grande do Sul, pode-se notar que os segmentos de Comércio e Administração Pública têm um forte peso nos Serviços, porém apresentaram queda durante a década de 90, como se pode observar na tabela, assim como o segmento de Intermediação financeira. Já o segmento de Atividades imobiliárias e serviços prestados à empresas cresceu bastante na sua

ESTRUTURA DO VAB DO SETOR DE SERVIÇOS DO RIO GRANDE DO SUL - 1990, 1994, 1997 E 2001*

SEGMENTOS DOS SERVIÇOS	1990	1994	1997	2001*
Comércio, reparação de veículos e objetos pessoais	24,93	22,93	20,99	21,93
Alojamento e alimentação	3,37	2,67	2,54	2,57
Transporte e armazenagem	5,66	4,79	3,67	3,10
Comunicações	1,34	1,71	1,65	3,95
Intermediação financeira	14,63	16,49	8,37	9,64
Atividades imobiliárias, aluguéis e serviços prestados às empresas	13,07	14,72	27,53	25,92
Administração pública, defesa e seguridade social	29,57	28,32	25,94	24,33
Saúde e educação	4,30	5,61	5,88	5,46
Outros serviços, coletivos, sociais e pessoais	2,35	1,80	2,46	2,15
Serviços domésticos	0,77	0,95	0,98	0,94
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: FEE/Núcleo de Contabilidade Social
* estimativas preliminares

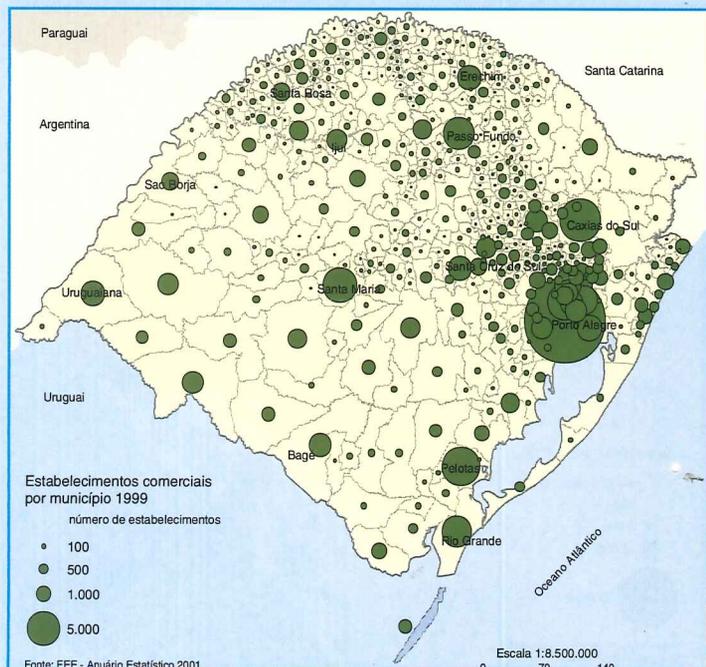
participação, tendo contribuído em muito para o crescimento positivo dos Serviços no Estado.

Os principais centros urbanos do Estado concentram tradicionalmente as funções de comércio e serviços mais especializados. Porto Alegre, como centro urbano de maior hierarquia, possui uma área de influência que abrange todo o Estado, extrapolando, em muitos casos, suas próprias fronteiras. Além de Porto Alegre, os principais municípios da Região Metropolitana também têm destaque nas atividades terciárias, como é o caso de Canoas, Novo Hamburgo, São Leopoldo, Gravataí, Cachoeirinha e Sapiranga.

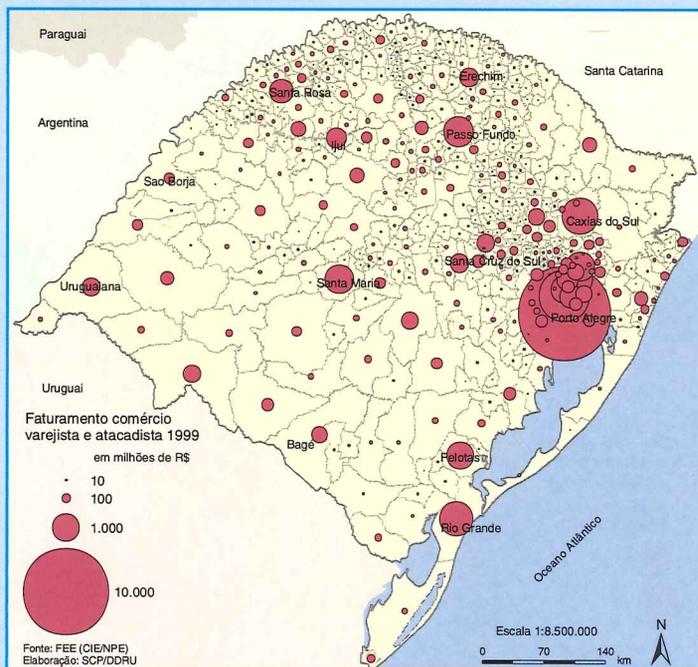
Destacam-se também os pólos de Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas e Rio Grande, que historicamente desempenham a função de centros polarizadores regionais. Além destas cidades, outros centros como Santa Rosa, Erechim, Santana do Livramento, Uruguai, Lajeado e Santa Cruz do Sul, também exercem importante atração no setor comercial.

Na prestação de serviços a polarização na RMPA é maior ainda, pela enorme gama de serviços especializados que ocorrem nela, exercendo influência sobre uma grande abrangência territorial, como é o caso dos serviços na área de saúde, educação, informática, intermediação financeira, entre outros.

ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS



FATURAMENTO DO COMÉRCIO



Os faturamentos de alguns setores, como o de serviços especializados e de informática (tecnologia da informação), cresceram fortemente nos últimos anos, mostrando a inserção das tecnologias de ponta no mercado gaúcho. Como consequência, o faturamento bruto do setor de tecnologia da informação em 2001 no Rio Grande do Sul girou em torno de US\$2,3 bilhões, tendo apresentado uma rápida evolução nos últimos cinco anos.

A distribuição espacial do setor financeiro (agências bancárias e aplicações) apresenta uma grande semelhança com a distribuição da população e do Produto Interno Bruto gaúcho, constatando-se a concentração das atividades econômicas em nível estadual. Assim, o número de agências e o volume de aplicações está diretamente relacionado com a distribuição da riqueza dentro do território gaúcho.

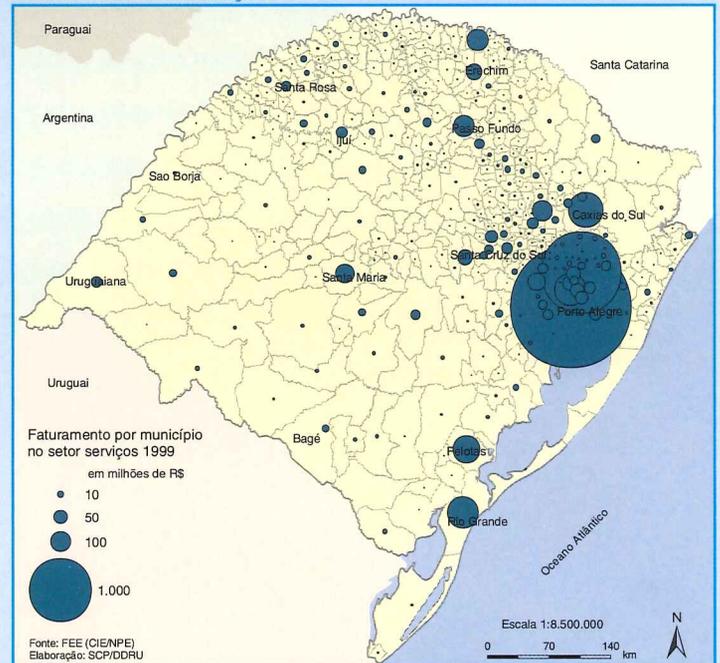
BRASIL		RIO GRANDE DO SUL		Participação do RS no faturamento nacional
Segmentos/Info Exame	Faturamento (em US\$ milhões)	Segmentos Perfil TI RS 2001	Faturamento (em US\$ milhões)	
Comunicação	32.150,90	Telecom	1.648,00	5,13%
Hardware	11.335,90	Fabricação de Hardware	258,80	2,28%
Software	2.444,40	Desenvolvimento de Sistemas aplicativos e SW básico	97,90	4,01%
Infraestrutura	8.373,30	Serviços operacionais e infraestrutura de TI	12,00	0,13%
Serviços operacionais	1.137,60			
Consultoria	927,70	Prestação de serviços*	55,40	5,97%
Distribuição	868,90	Distribuição e revenda de informática**	43,40	4,99%
Provedores	380,90	Internet (provedores e serviços)	111,00	19,90%
Serviços de Internet	177,00			
		Processamento de dados	81,70	Não aplicável
TOTAL BRASIL	57.796,60	TOTAL RS	2.308,20	3,99%

Fonte: Perfil TI 2001 ASSEPRO

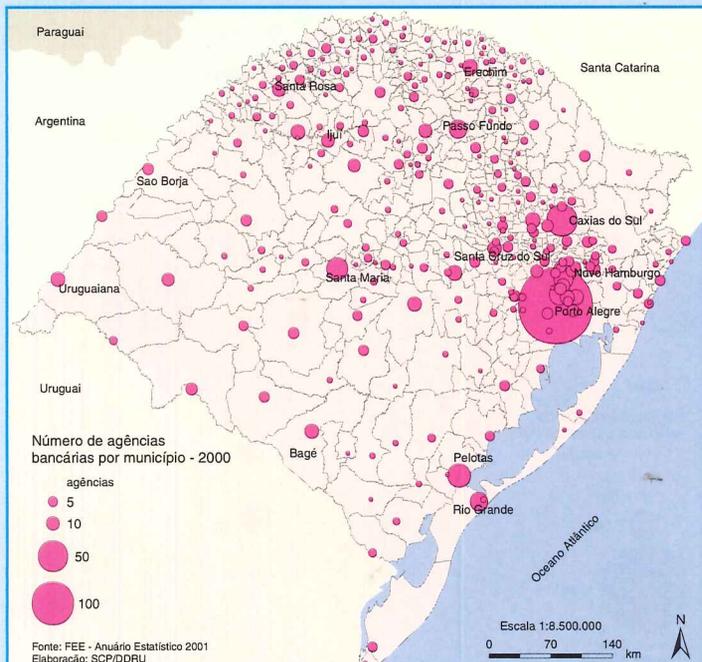
*Consultoria, assistência técnica, projetos de informática e treinamento

** O segmento gaúcho Distribuição e revenda difere do segmento utilizado pela Info Exame o qual está restrito à atividade de Distribuição

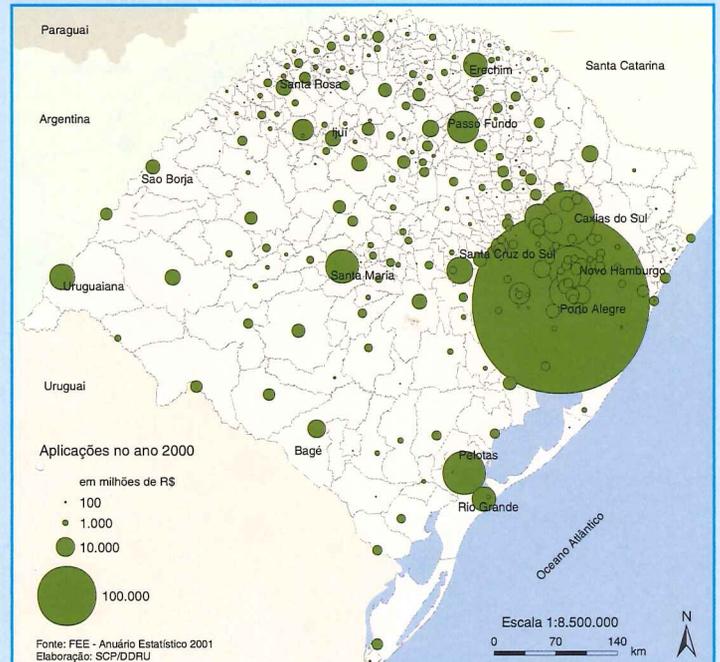
FATURAMENTO SERVIÇOS



AGÊNCIAS BANCÁRIAS



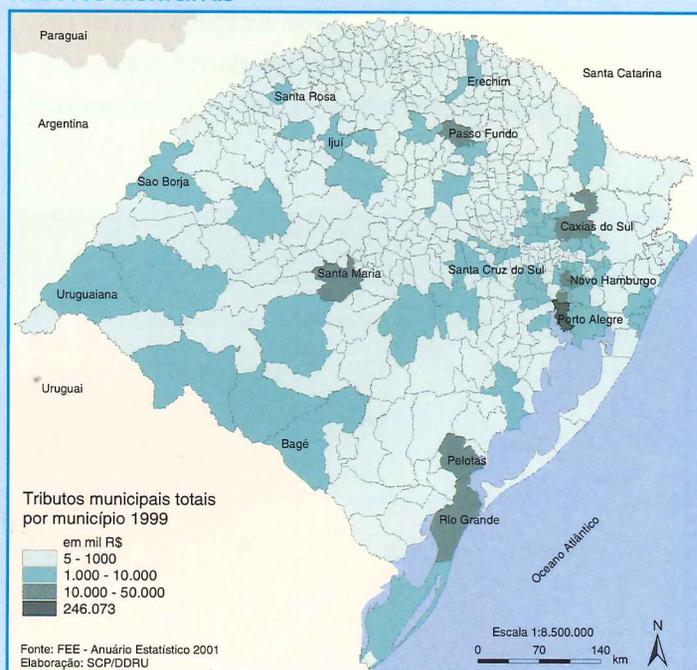
SISTEMA FINANCEIRO



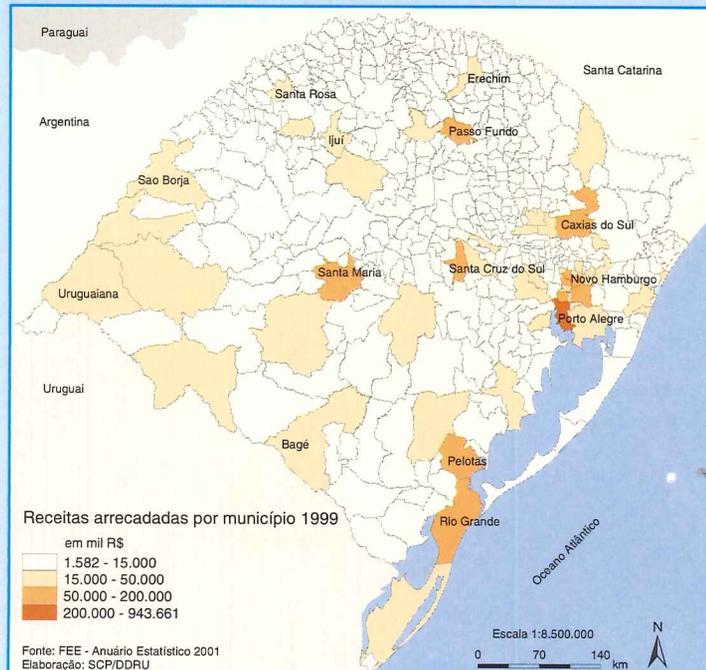
As receitas e despesas públicas são um indicador do volume e da capacidade de inversão dos poderes públicos municipais, o que traz uma influência direta também sobre a circulação financeira nestas localidades. A arrecadação, por ser de diversas fontes, varia muito em função da área do município, da população e das atividades econômicas. As despesas geralmente estarão indexadas às receitas recolhidas.

Na arrecadação de tributos municipais, estão incluídos impostos como o IPTU (Imposto Predial e Territorial Urbano), o ITBI (Imposto Sobre Transmissão de Bens Imóveis), o ISSQN (Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza) e o ISVVC (Imposto Sobre Venda a Varejo de Combustível), além de outros impostos, taxas e contribuições de melhoria, que os municípios têm competência para arrecadar.

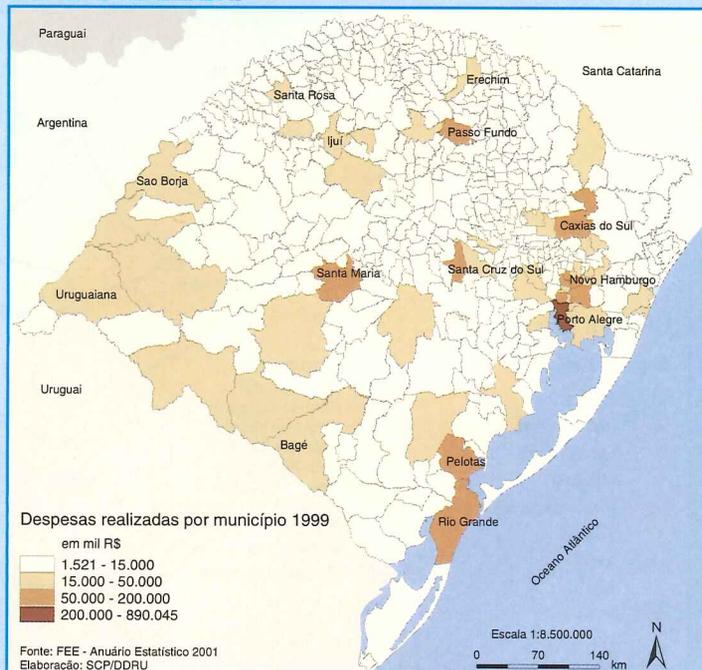
TRIBUTOS MUNICIPAIS



RECEITAS ARRECADADAS



DESPESAS REALIZADAS



O turismo no Rio Grande do Sul, seguindo uma tendência mundial, tem apresentado significativo crescimento. Constitui-se em setor econômico importante, abrangendo uma série de atividades ligadas ao comércio e aos serviços. O Estado é o terceiro no país em número de agências e guias turísticos cadastrados na EMBRATUR. Porto Alegre, pela sua importância como centro administrativo, econômico-financeiro e cultural, destaca-se pelo turismo de eventos e negócios, ocupando a sétima posição entre as cidades mais visitadas do Brasil.

Em consequência da sua formação histórica, diversidade de paisagens e culturas o Estado apresenta muitos atrativos aos visitantes do centro do País e do exterior. Sua localização estratégica em relação aos países do Mercosul o coloca como receptor de um grande número de turistas, especialmente do Uruguai e da Argentina.

O Estado tem nove regiões turísticas com características bastante distintas, apresentando atrações permanentes que vão da paisagem e do clima serrano, ao pampa, ao extenso litoral, às estâncias hidrominerais e

ao patrimônio histórico das Missões. A arquitetura, a gastronomia, os costumes e tradições próprios de portugueses, espanhóis, alemães, italianos e tantos outros grupos colonizadores são também características culturais que marcam as diferentes regiões.

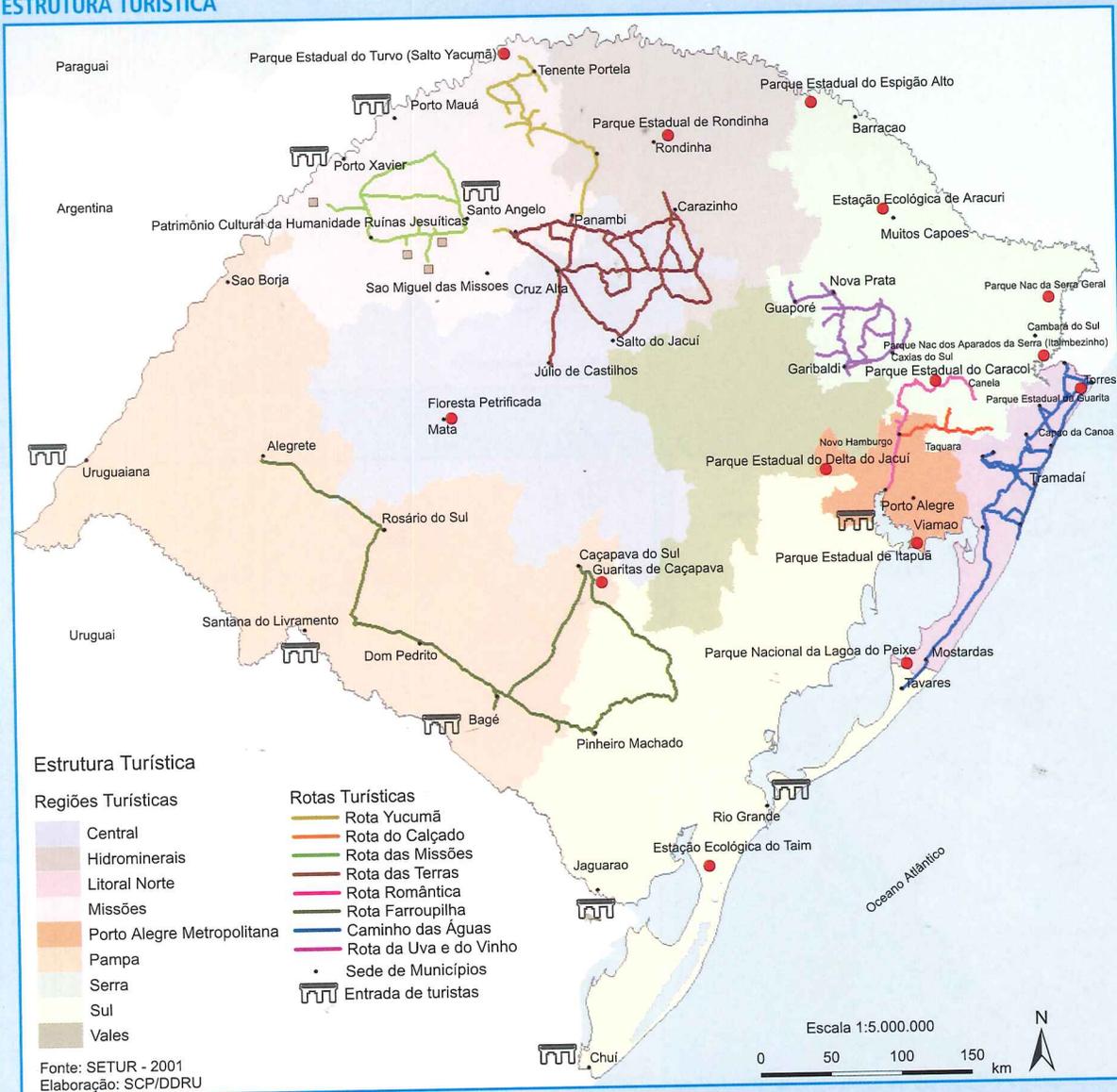
Para conhecê-las foram organizadas Rotas Turísticas que ligam locais e atrações importantes.

CIDADES MAIS VISITADAS NO BRASIL - 2000

Cidade	% de turistas
Rio de Janeiro	34,13
São Paulo	19,65
Florianópolis	18,69
Salvador	13,47
Foz do Iguaçu	12,94
Bal. Camboriú	6,60
Porto Alegre	5,90
Recife	5,75
Fortaleza	5,39
Búzios	4,00
Total	100,00

Fonte: COINF/DPF, EMBRATUR e FADE-2001

ESTRUTURA TURÍSTICA



OS TURISTAS QUE VISITAM A REGIÃO DA SERRA SÃO PROVENIENTES, EM SUA MAIORIA, DO CENTRO DO PAÍS

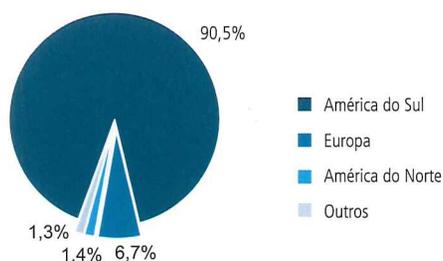
Por iniciativa dos órgãos que administram o turismo, seja em nível municipal ou estadual, foram ou estão sendo implantadas várias Rotas destacando-se a da Uva e do Vinho na Serra, das Missões e do Yucumã na região das Missões, das Terras na região Central, Farroupilha, abrangendo a região Sul e Pampa, Romântica que liga a região Metropolitana à Serra, do Calçado que abrange municípios da Metropolitana e Serra e o Caminho das Águas, no Litoral Norte.

Os turistas estrangeiros que visitam no Rio Grande do Sul são predominantemente da América do Sul. Em 2000 este grupo representou 90,5%, seguidos dos europeus, com 6,7%. A movimentação ocorre, principalmente no período de dezembro a abril, com maioria de argentinos e uruguaios, que permanecem em média 5,85 dias no Estado, e têm

como destino preferencial às praias de Torres e Capão da Canoa, no litoral norte, onde se hospedam em hotéis e em imóveis alugados. A entrada dos turistas destes dois países é feita em 92% dos casos por via terrestre e se dá através dos portões de entrada na fronteira do Estado. Há uma grande variabilidade no número de turistas nos diferentes anos, que está relacionada, principalmente, às flutuações do câmbio.

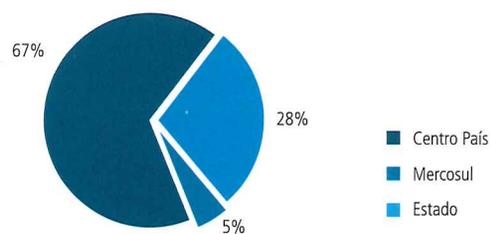
Na Região das Hortênsias, na área que abrange os municípios de Nova Petrópolis, Gramado, Canela, São Francisco de Paula e Cambará do Sul, a maioria dos turistas provêm do Centro do País, tendo seu número crescido significativamente no período 1994-1999. Utilizam a rede hoteleira que tem apresentado acentuado crescimento no número de estabelecimentos e na qualidade dos serviços.

ENTRADA DE TURISTAS ESTRANGEIROS NO RIO GRANDE DO SUL, CONFORME PROCEDÊNCIA - 2000



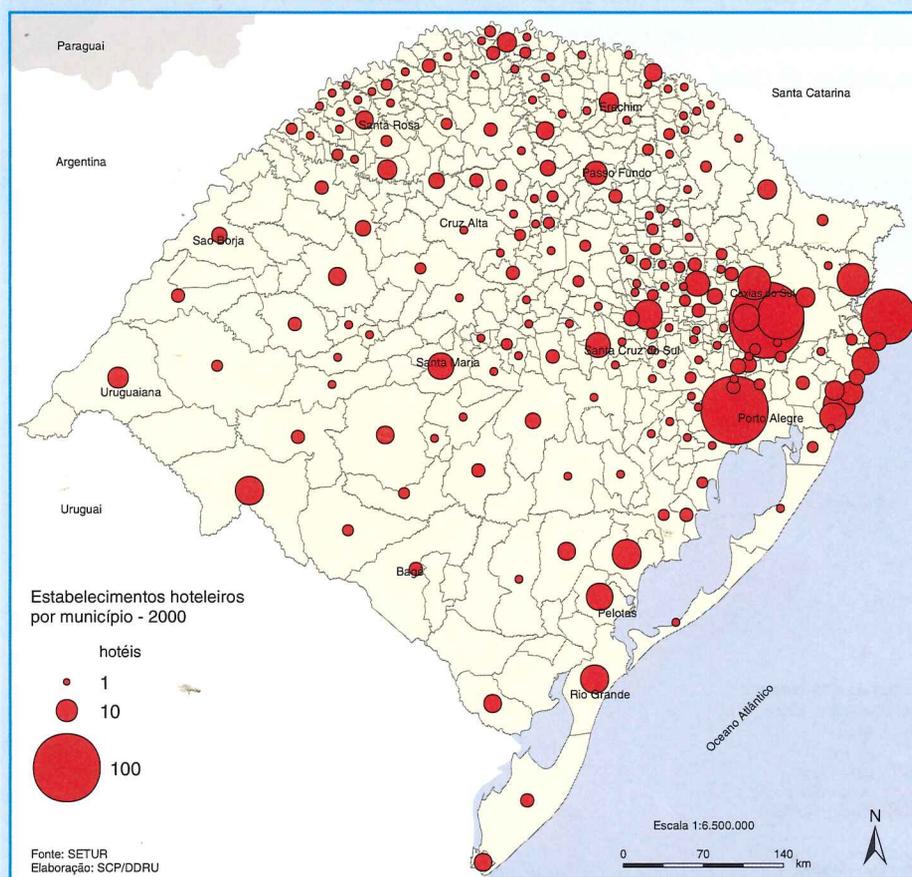
Fonte: COINF/DPF, EMBRATUR E FADE - 2001

PROCEDÊNCIA DE TURISTAS PARA A REGIÃO DAS HORTÊNSIAS - 2000



Fonte: SETUR - 2001

ESTABELECIMENTOS DA REDE HOTELEIRA



A rede hoteleira gaúcha é de boa qualidade e tem passado por transformações, principalmente, com a instalação de novos hotéis em Porto Alegre. Esta tendência estende-se também à região das Hortênsias. Por outro lado, a proliferação de hotelaria de pequeno porte nas modalidades de hotéis-fazenda e pousadas têm ampliado a oferta pela quantidade de leitos disponíveis bem como pela diversificação da clientela.

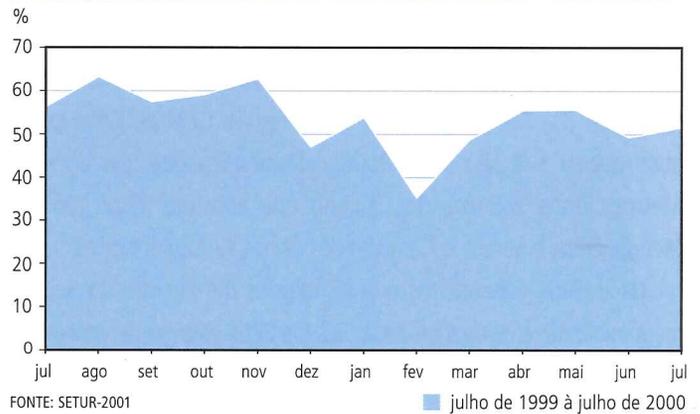
O maior percentual de estabelecimentos hoteleiros no Estado está na região das Hortênsias e a maior oferta de unidades habitacionais (Uhs) na região Metropolitana. O Litoral encontra-se na segunda posição tanto no número de estabelecimentos como no de Uhs. Quanto à qualidade, tendo como referência os equipamentos oferecidos, a região do Vale dos Sinos e a Metropolitana destacam-se com 100% e 90,6% das unidades, que oferecem TV, geladeira, telefone e ar condicionado e/ou calefação. No Litoral apenas 30% das Uhs são equipadas com estes itens e no Estado 67,5% estão nesta categoria.

Ao observarmos a taxa de ocupação dos hotéis verificamos que em Porto Alegre no período 1999-2000 as mais baixas ocorreram nos meses de verão, acentuadamente em fevereiro.

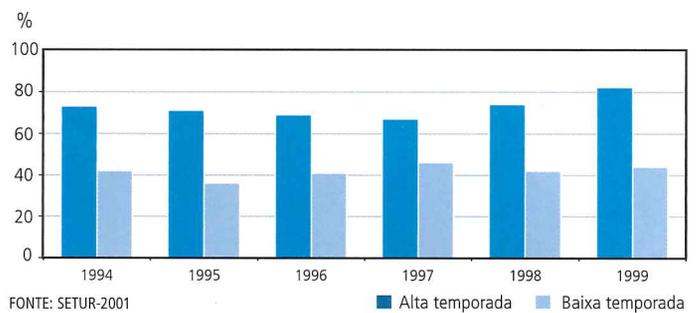
Na região das Hortênsias estes valores atingem 84% em janeiro, julho e dezembro a 44% nos demais meses. O Litoral tem sua alta temporada no período de dezembro a março, com aproximadamente 90% de sua capacidade ocupada.

O Rio Grande do Sul oferece também 149 campings como opção de lazer e hospedagem para turistas que privilegiam o contato com a natureza. Estão localizados em 93 municípios com maior concentração nos municípios do Litoral.

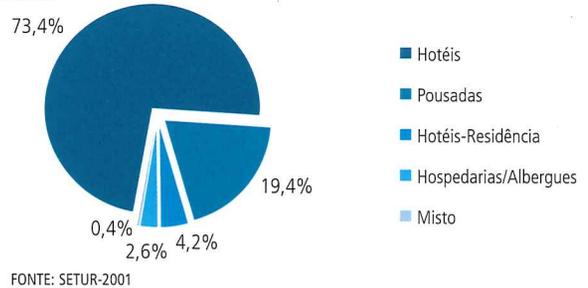
OCUPAÇÃO DA REDE HOTELEIRA DE PORTO ALEGRE - 1999 A 2000



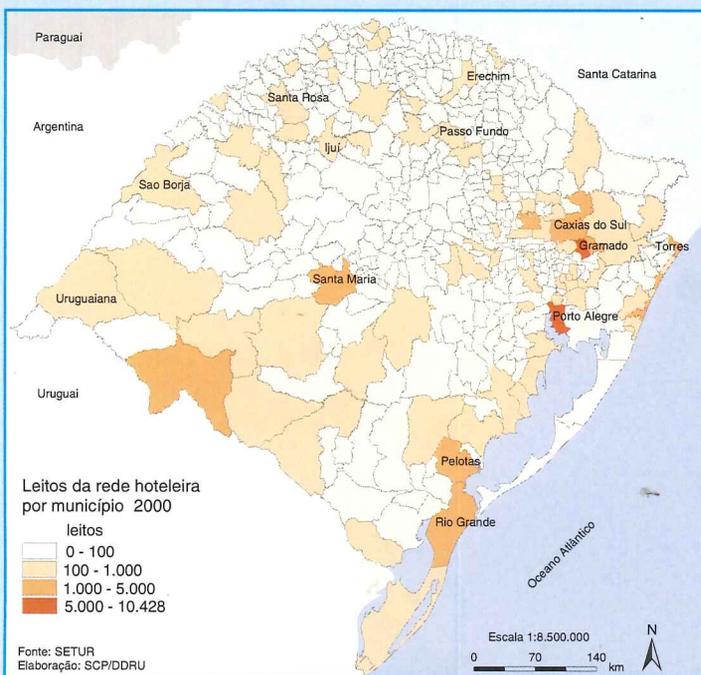
OCUPAÇÃO DOS ESTABELECIDAMENTOS HOTELEIROS DA REGIÃO DAS HORTÊNSIAS - 1994 A 1999



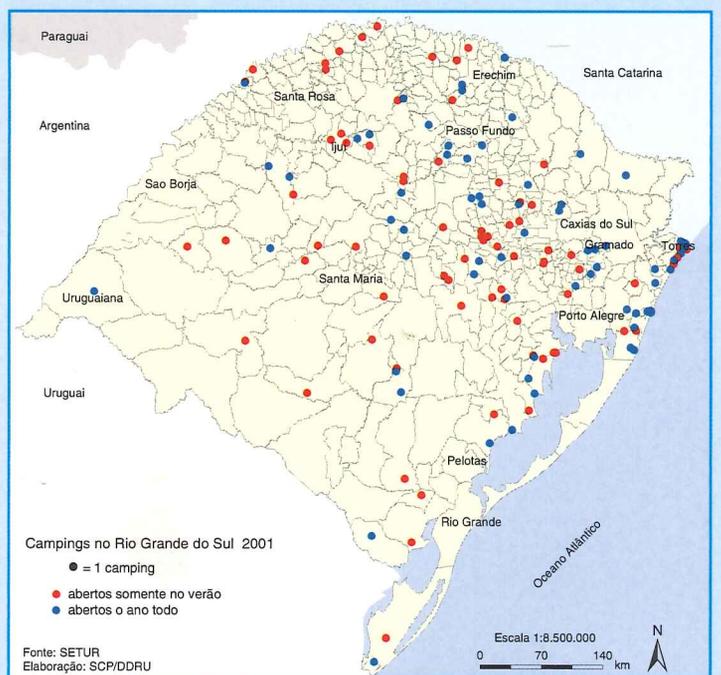
TIPOS DE ESTABELECIDAMENTOS HOTELEIROS NO RIO GRANDE DO SUL - 2000



LEITOS DA REDE HOTELEIRA



CAMPINGS



O RIO GRANDE DO SUL TEM APRESENTADO A AMPLIAÇÃO DO SALDO POSITIVO DA BALANÇA COMERCIAL

A balança comercial do Rio Grande do Sul apresentou algumas oscilações durante a década de 90, decorrentes dos planos econômicos que afetaram a relação de competitividade, principalmente no período de câmbio sobrevalorizado, somada ao próprio processo de abertura da economia acelerado a partir do início da década. A esta trajetória deve-se acrescentar a emergência do projeto de integração econômica do Cone Sul: a constituição do Mercado Comum do Sul (MERCOSUL).

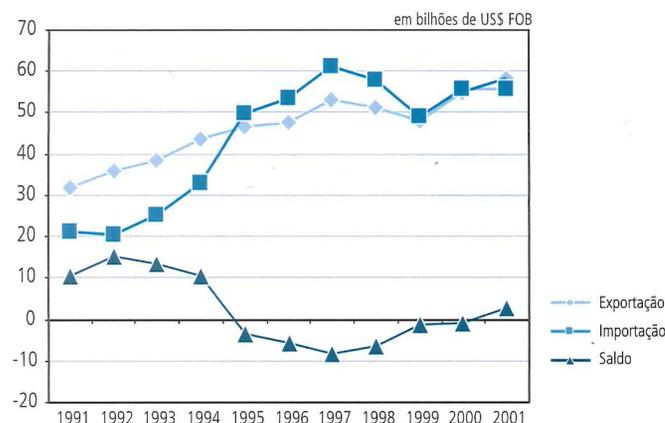
Do ponto de vista comercial, a proposta do MERCOSUL trouxe uma rápida transformação no comércio entre estes países, com crescimento em taxas elevadas das trocas entre os países integrantes, durante a década de 90. Este cenário passa a ser modificado a partir dos últimos anos da década de 90, quando as crises econômicas acirram os conflitos comerciais, principalmente entre Brasil e Argentina, que concentram a maior parte dos fluxos comerciais do MERCOSUL.

A importância do MERCOSUL para o Rio Grande do Sul é revelada pelo crescimento das exportações gaúchas para este destino durante a década de 90, crescendo a taxas muito maiores do que as exportações gaúchas para o restante do mundo, bem como pela ampliação da participação das exportações gaúchas nas exportações brasileiras para este bloco econômico.

Além da sua importância para a balança comercial gaúcha, a emergência da integração econômica trouxe uma mudança na estratégia do investimento das empresas deste mercado, que passaram a não mais pensar apenas nos mercados locais ou nacionais, mas dentro de um contexto regional de bloco econômico. Isto colocou o Estado dentro de uma posição geográfica privilegiada, estando localizado próximo aos mercados platinos, o que proporcionou investimentos relevantes em setores industriais interessados na ampliação de seus mercados, como os gêneros de máquinas agrícolas, automotivo, petroquímico e outros.

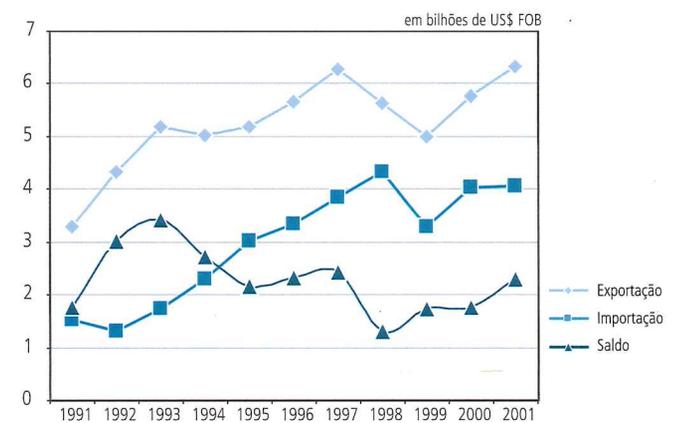
Outro aspecto que tem importância fundamental sobre o mercado externo gaúcho é a questão das barreiras impostas por mercados como União Européia e Estados Unidos, que restringem com medidas protecionistas a entrada de produtos da pauta de exportações gaúchas, afetando as vendas de produtos como calçados, fumo, carne bovina e de frango. Com isso, observa-se que as negociações entre os mercados estratégicos para o Estado, como as ocorridas na Organização Mundial de Comércio (OMC), dentro do MERCOSUL, e entre este e a Área de Livre Comércio das Américas (ALCA) e a União Européia, são de extrema relevância para a ampliação de sua cota de participação.

BRASIL - BALANÇA COMERCIAL - 1991 A 2001



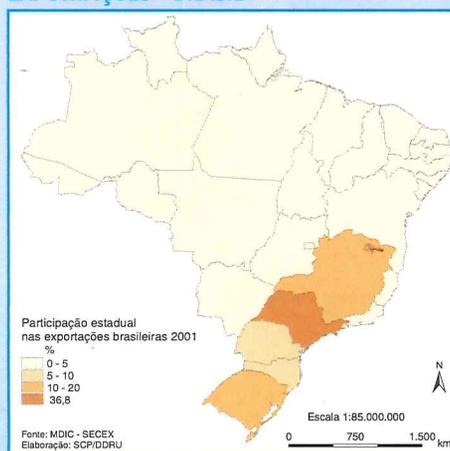
FONTE: MDIC

RIO GRANDE DO SUL - BALANÇA COMERCIAL - 1991 A 2001

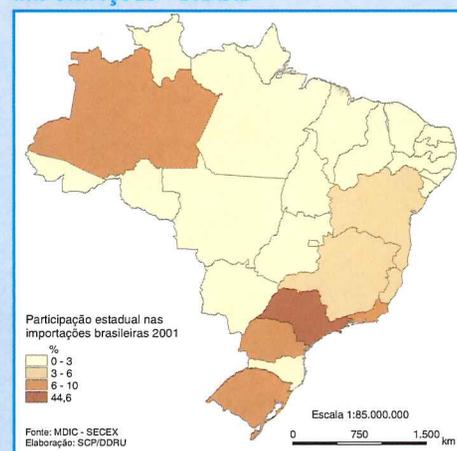


FONTE: MDIC

EXPORTAÇÕES - BRASIL



IMPORTAÇÕES - BRASIL



O destino das exportações gaúchas divide-se em três grandes eixos: o mercado latino-americano (ALADI) com destaque para o MERCOSUL, o NAFTA, e a União Européia. Individualmente, o maior mercado continua sendo os Estados Unidos, que responde por cerca de ¼ das exportações gaúchas (25,78% em 2001). A União Européia vem logo a seguir, absorvendo 20,72% das exportações gaúchas. No MERCOSUL, o maior parceiro comercial é a Argentina, apesar das oscilações no comércio entre este e o Brasil, devido às variações cambiais. Em 2001, o MERCOSUL respondeu por 13,19% das exportações gaúchas, sendo a maior fatia destinada a Argentina, que absorveu 9,04% das exportações gaúchas.

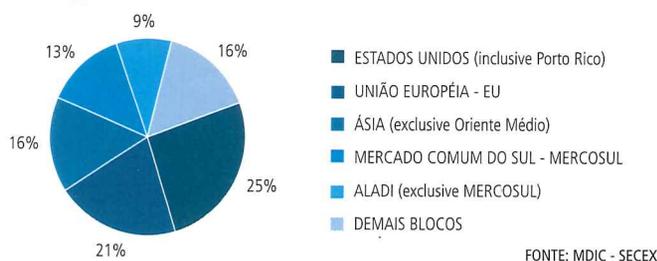
Nas importações realizadas pelo Estado em 2001, sobressaem-se as realizadas de dentro do MERCOSUL (30,01% do total das importações), principalmente da Argentina, que responde por cerca de ¼ das importações gaúchas. A União Européia vem logo a seguir, com cerca de 20% das importações gaúchas, seguida pelos países africanos (17,78%) e pelos Estados Unidos (13,02%).

EMPRESAS EXPORTADORAS COM VALOR ACIMA DE US\$ 50 MILHÕES - 2001

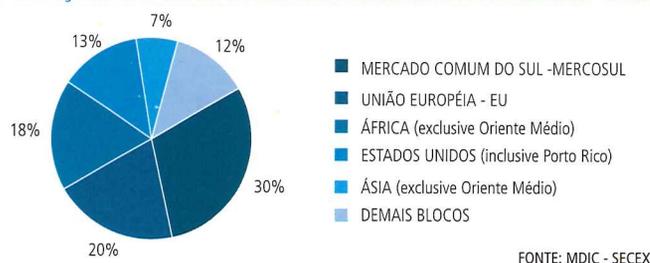
EMPRESA	CIDADE
AGCO DO BRASIL COMERCIO E INDUSTRIA LTDA	CANOAS
AVIPAL S/A AVICULTURA E AGROPECUARIA	ESTRELA
BIANCHINI SA INDUSTRIA COMERCIO E AGRICULTURA	RIO GRANDE
BUNGE ALIMENTOS S/A	RIO GRANDE
CALCADOS AZALEIA SA	PAROBE
CALCADOS MAIDE LTDA	DOIS IRMAOS
CARGILL AGRICOLA S A	PORTO ALEGRE
CEREOL DO BRASIL LTDA.	PELOTAS
COPESUL-CIA PETROQUIMICA DO SUL	TRIUNFO
CTA CONTINENTAL TOBACCOS ALLIANCE S/A	VENANCIO AIRES
DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA	VENANCIO AIRES
DIMON DO BRASIL TABACOS LTDA	VERA CRUZ
DISPORT DO BRASIL LTDA.	SAPIRANGA
FRANGOSUL S A AGRO AVICOLA INDUSTRIAL	MONTENEGRO
INTERNATIONAL ENGINES SOUTH AMERICA LTDA	CANOAS
IPIRANGA PETROQUIMICA SA	TRIUNFO
MARCOPELO SA	CAXIAS DO SUL
MERIDIONAL DE TABACOS LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
OPP QUIMICA S/A	TRIUNFO
PERDIGAO AGROINDUSTRIAL S/A	MARAU
PETROLEO BRASILEIRO S A PETROBRAS	CANOAS
REICHERT CALCADOS LTDA	CAMPO BOM
SCHMIDT IRMAOS CALCADOS LTDA	CAMPO BOM
SOUTH SERVICE TRADING SA	PORTO ALEGRE
SOUZA CRUZ S/A	SANTA CRUZ DO SUL
SPRINGER CARRIER LTDA	CANOAS
UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA	SANTA CRUZ DO SUL
UNIVERSAL LEAF TABACOS LTDA	VENANCIO AIRES

Fonte: Siscomex/SECEX/MDIC

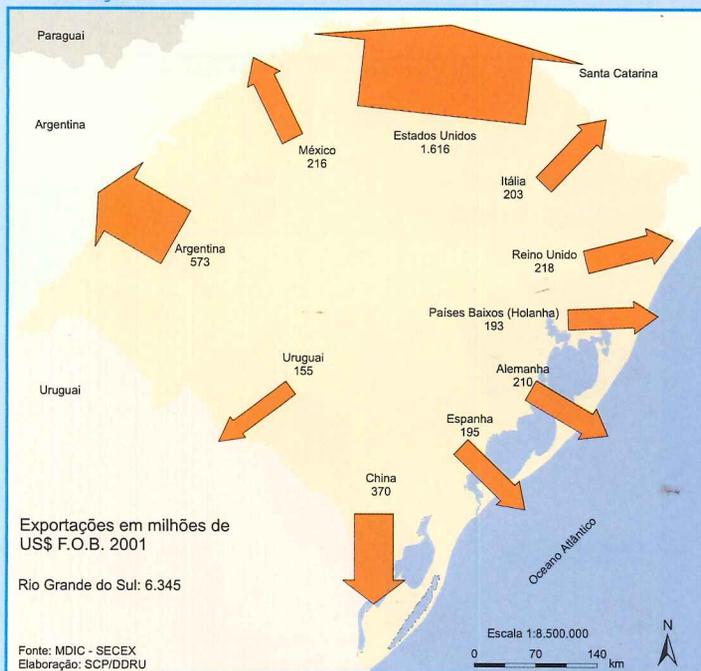
EXPORTAÇÕES GAÚCHAS POR BLOCOS ECONÔMICOS DE DESTINO - 2001



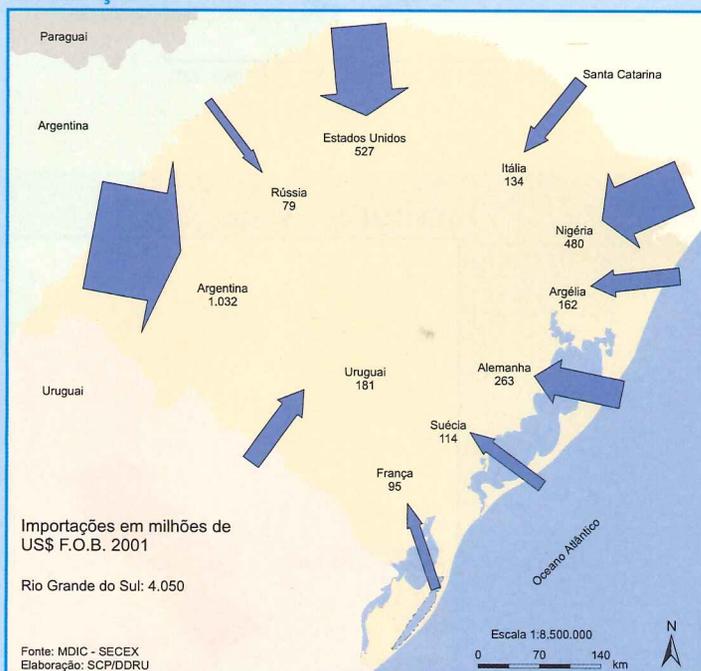
IMPORTAÇÕES GAÚCHAS POR BLOCOS ECONÔMICOS DE ORIGEM - 2001



EXPORTAÇÕES



IMPORTAÇÕES



Na participação dos produtos na pauta de exportações do Rio Grande do Sul, observa-se o predomínio assumido pelos produtos industrializados (semi ou manufaturados), como calçados, fumo, soja, máquinas e aparelhos mecânicos, o que demonstra que a composição da pauta de exportações gaúcha mudou bastante nos últimos anos, se levar-se em conta que os

produtos básicos respondiam por mais da metade da pauta de exportações no início da década de 80.

Os principais itens da pauta de importação estão vinculados a entrada de combustíveis, óleos e produtos químicos e minerais, máquinas e aparelhos elétricos e mecânicos, adubos e fertilizantes.

EXPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (POR CAPÍTULOS DA NCM – NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL) - 2001

CAPÍTULO NCM	EXPORTAÇÃO	%
64 - CALÇADOS, POLAINAS E ARTEFATOS SEMELHANTES, E SUAS PARTES	1.344.816.428	21,19%
24 - FUMO (TABACO) E SEUS SUCEDÂNEOS MANUFATURADOS	823.937.456	12,98%
12 - SEMENTES E FRUTOS OLEAGINOSOS, GRAOS, SEMENTES, ETC.	486.683.452	7,67%
02 - CARNES E MIÚDEZAS, COMESTÍVEIS	433.597.261	6,83%
84 - REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, ETC., MECANICOS	408.161.109	6,43%
23 - RESÍDUOS E DESPERDÍCIOS DAS INDÚSTRIAS ALIMENTARES, ETC.	314.429.378	4,96%
87 - VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, ETC. SUAS PARTES/ACCESÓRIOS	308.922.460	4,87%
41 - PELES, EXCETO A PELETERIA (PELES COM PELO), E COUROS	294.436.170	4,64%
39 - PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	245.632.157	3,87%
94 - MOVEIS, MOBILIÁRIO MÉDICO-CIRÚRGICO, COLCHÕES, ETC.	152.734.600	2,41%
15 - GORDURAS, ÓLEOS E CERAS ANIMAIS OU VEGETAIS, ETC.	149.482.175	2,36%
29 - PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS	111.185.275	1,75%
40 - BORRACHA E SUAS OBRAS	102.382.525	1,61%
10 - CEREAIS	94.350.075	1,49%
44 - MADEIRA, CARVAO VEGETAL E OBRAS DE MADEIRA	84.955.273	1,34%
47 - PASTAS DE MADEIRA OU MATERIAS FIBROSAS CELULOSICAS, ETC.	81.572.837	1,29%
82 - FERRAMENTAS, ARTEFATOS DE CUTELARIA, ETC. DE METAIS COMUNS	81.556.550	1,29%
85 - MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAL ELÉTRICOS, SUAS PARTES, ETC.	73.553.713	1,16%
OUTROS CAPÍTULOS (com participação menor que 1%)	752.969.950	11,87%

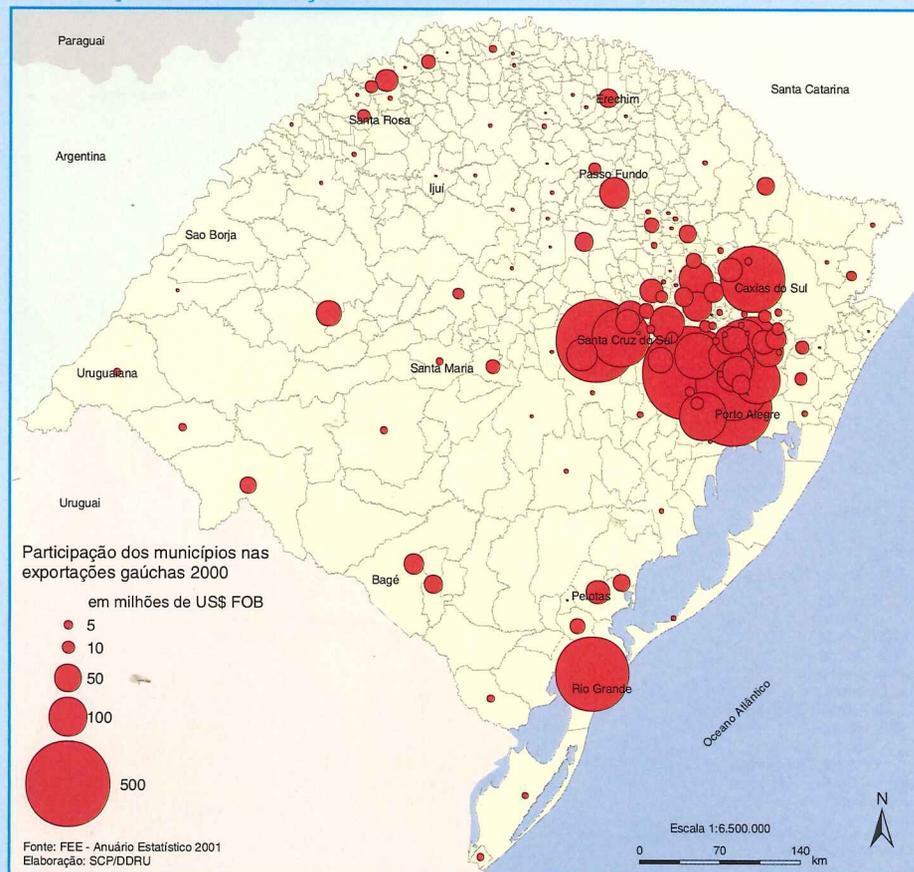
Fonte: Siscomex/SECEX/MDIC

IMPORTAÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (POR CAPÍTULOS DA NCM – NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL) - 2001

CAPÍTULO NCM	IMPORTAÇÃO	%
27 - COMBUSTÍVEIS MINERAIS, ÓLEOS MINERAIS, ETC. CERAS MINERAIS	1.225.997.847	30,28%
84 - REATORES NUCLEARES, CALDEIRAS, MÁQUINAS, ETC., MECANICOS	555.988.127	13,73%
85 - MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAL ELÉTRICOS, SUAS PARTES, ETC.	330.335.145	8,16%
31 - ADUBOS OU FERTILIZANTES	247.977.216	6,12%
29 - PRODUTOS QUÍMICOS ORGÂNICOS	246.650.359	6,09%
87 - VEÍCULOS AUTOMÓVEIS, TRATORES, ETC. SUAS PARTES/ACCESÓRIOS	184.794.937	4,56%
41 - PELES, EXCETO A PELETERIA (PELES COM PELO), E COUROS	156.524.359	3,87%
10 - CEREAIS	152.554.142	3,77%
39 - PLÁSTICOS E SUAS OBRAS	128.885.961	3,18%
40 - BORRACHA E SUAS OBRAS	91.870.478	2,27%
90 - INSTRUMENTOS E APARELHOS DE ÓPTICA, FOTOGRAFIA, ETC.	62.024.829	1,53%
28 - PRODUTOS QUÍMICOS INORGÂNICOS, ETC.	46.265.934	1,14%
38 - PRODUTOS DIVERSOS DAS INDÚSTRIAS QUÍMICAS	45.325.534	1,12%
OUTROS CAPÍTULOS (participação menor que 1%)	573.636.784	14,17%

Fonte: Siscomex/SECEX/MDIC

PARTICIPAÇÃO NAS EXPORTAÇÕES



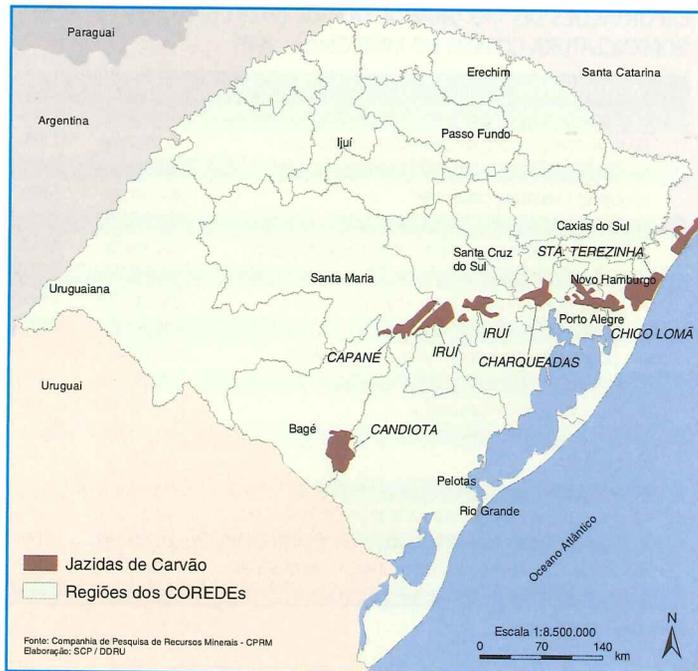
O Estado do Rio Grande do Sul apresenta variada configuração geológica, apresentando rochas que registram boa parte da história do planeta, com idades que vão de cerca de 2 bilhões a 500 milhões de anos, agrupadas no chamado Escudo Sul-Rio-grandense, que é a área que possui a maior presença de ocorrências de minerais com importância econômica. Na Depressão Periférica estão depositadas as rochas sedimentares do Carbonífero e Triássico (300-200 milhões de anos), que constituíram os grandes depósitos carboníferos gaúchos. No planalto basáltico, resultado de derrames fissurais de lava ocorridas no Cretáceo, a riqueza mineralógica não é tão grande, com exceção das áreas de presença de gemas como ametistas e ágatas. Na região litorânea estabeleceram-se os sedimentos mais recentes, que formam a Planície Costeira.

O Estado é grande produtor e exportador de pedras preciosas e ornamentais, destacando-se a ametista e a ágata, que têm qualidade gemológica superior e grande aceitação internacional. As rochas ornamentais (granitos e mármore) da mesma forma têm apresentado um aumento em sua demanda, com a produção concentrando-se no centro-sul do Estado.

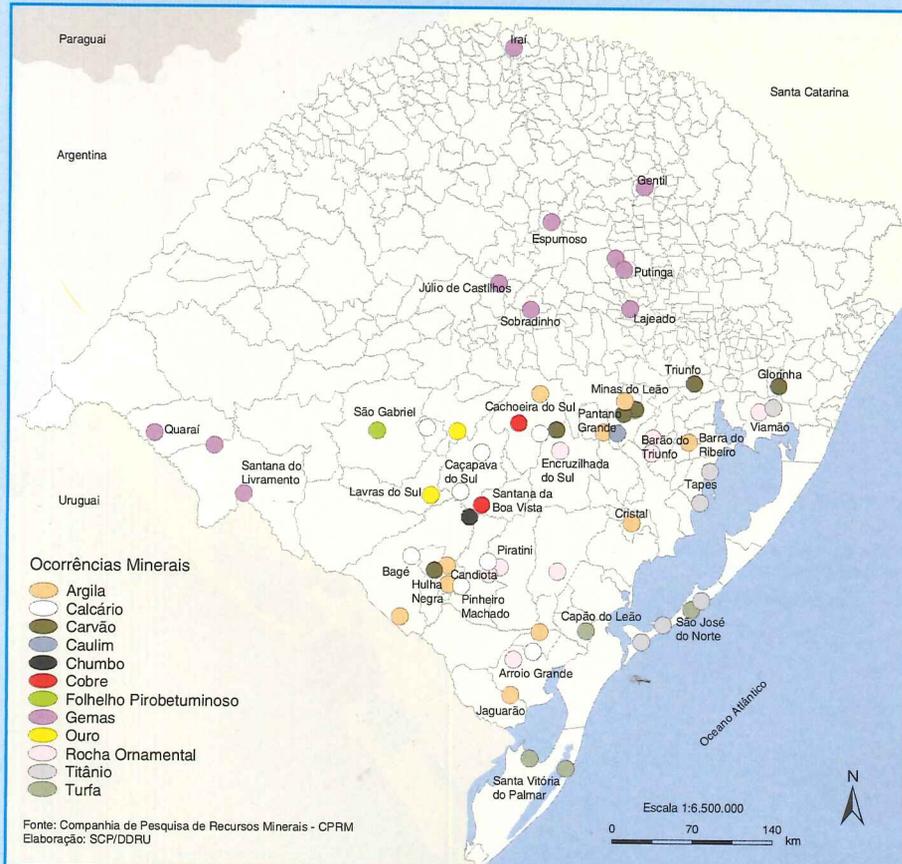
O carvão constitui o principal bem mineral, com recursos totais da ordem de 28 bilhões de toneladas, que correspondem a 88% dos recursos de carvão do país. Atualmente, as maiores perspectivas para seu uso estão na geração termoelétrica e na extração de frações de carvão coqueificável para uso metalúrgico. O Rio Grande do Sul é, juntamente com Santa Catarina,

o maior produtor de carvão mineral do Brasil, estando a produção anual em torno de 3,4 milhões de toneladas. Na região da Campanha, onde estão localizadas as maiores jazidas, as pesquisas realizadas para o aproveitamento da argila que ocorre junto a estas jazidas, mostraram um grande potencial de utilização econômica para fabricação de cerâmica.

JAZIDAS CARBONÍFERAS

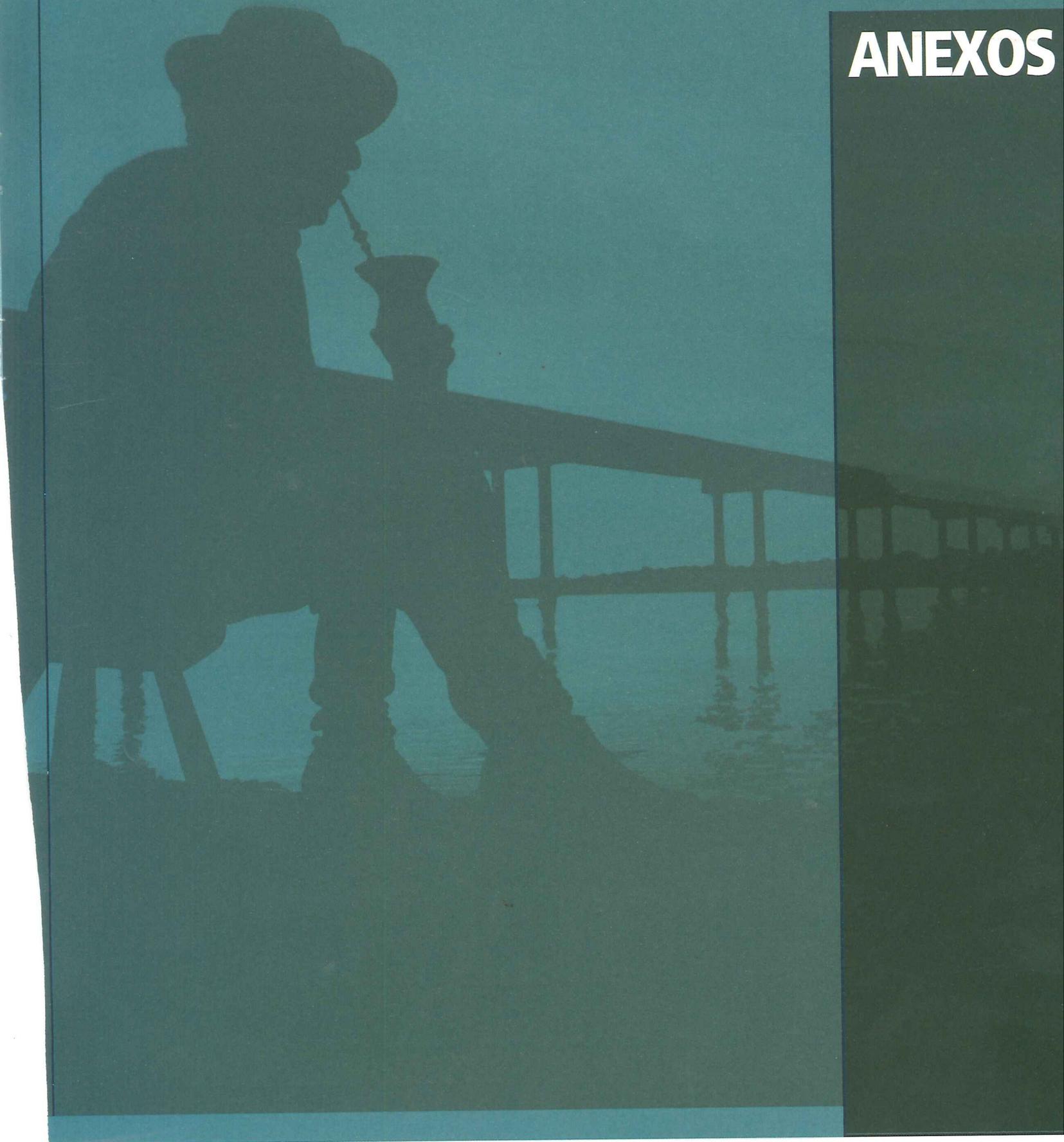


OCORRÊNCIAS MINERALÓGICAS



ANEXOS

ANEXOS



MUNICÍPIOS DO ESTADO POR NÚMERO DE LEI, DATA DE CRIAÇÃO E ORIGEM - 497 MUNICÍPIOS

Municípios	Lei	Origem	Municípios	Lei	Origem
Aceguá	10.766/1996	Bagé	Capão do Cipó	10.743/1996	Santiago/ São Miguel das Missões
Agua Santa	8.461/1987	Ciriaco / Passo Fundo / Tapejara	Capão do Leão	7.647/1982	Pelotas
Agudo	3.718/1959	Cachoeira do Sul / Sobradinho	Capela de Santana	8.456/1987	Canoas / Portão / São Sebastião do Cai
Ajuricaba	5.085/1965	Ijuí	Capitão	9.561/1992	Arroio do Meio / Nova Brésia
Alecrim	4.578/1963	Santo Cristo	Capivari do Sul	10.634/1995	Palmares do Sul
Alegrete	Dec.s/nº/1831	Cachoeira do Sul	Caraá	10.641/1995	Santo Antônio da Patrulha
Alegria	8.502/1987	Chiapeta /Três de Maio	Carazinho	4.709/1931	Passo Fundo
Almirante Tamandaré do Sul	10.737/1996	Carazinho	Carlos Barbosa	3.831/1959	Garibaldi / Montenegro / São Sebastião do Cai
Alpestre	4.688/1963	Iraí	Carlos Gomes	9.540/1992	Viadutos
Alto Alegre	8.428/1987	Espumoso	Casca	2.525/1954	Guaporé
Alto Feliz	9.623/1992	Feliz	Caseiros	8.612/1988	Ciriaco / Ibiacá / Ibiraiaras / Lagoa Vermelha
Alvorada	5.026/1965	Viamão	Catuípe	4.156/1961	Ijuí / Santo Ângelo
Amaral Ferrador	8.625/1988	Dom Feliciano / Encruzilhada do Sul	Caxias do Sul	257/1890	São Sebastião do Cai
Ametista do Sul	9.570/1992	Iraí / Planalto / Rodeio Bonito	Centenário	9.618/1992	Áurea
André da Rocha	8.629/1988	Lagoa Vermelha	Cerrito	10.656/1995	Pedro Osório
Anta Gorda	4.686/1963	Encantado	Cerro Branco	8.628/1988	Cachoeira do Sul
Antônio Prado	220/1899	Vacaria	Cerro Grande	8.564/1988	Palmeira das Missões
Arambaré	9.603/1992	Camaquã	Cerro Grande do Sul	8.619/1988	Tapes
Araricá	10.667/1995	Nova Hartz / Sapiranga	Cerro Largo	2.519/1954	São Luiz Gonzaga
Aratiba	2.710/1955	Erechim	Chapada	3.712/1959	Palmeira das Missões / Sarandi
Arroio do Meio	5.759/1934	Encantado / Lajeado	Charqueadas	7.645/1982	São Jerônimo
Arroio do Padre	10.738/1996	Pelotas	Charrua	9.617/1992	Getúlio Vargas / Tapejara
Arroio do Sal	8.573/1988	Torres	Chiapeta	5.155/1965	Catuípe
Arroio do Tigre	4.605A/1963	Espumoso / Sobradinho / Soledade	Chuí	10.666/1995	Santa Vitória do Palmar
Arroio dos Ratos	4.902/1964	São Jerônimo	Chuvisca	10.637/1995	Camaquã
Arroio Grande	843/1873	Jaguarão	Cidreira	8.606/1988	Palmares do Sul / Tramandaí
Arvorezinha	3.717/1959	Encantado / Soledade	Ciriaco	5.195/1965	Passo Fundo
Augusto Pestana	5.030/1965	Cruz Alta / Ijuí / Santo Ângelo	Colinas	9.562/1992	Estrela / Roca Sales
Áurea	8.419/1987	Gaurama / Viadutos	Colorado	4.318/1962	Carazinho / Santa Bárbara do Sul/ Tapera
Bagé	65/1846	Alegrete / Caçapava do Sul / Piratini	Condor	5.094/1965	Palmeira das Missões / Panambi
Balneário Pinhal	10.670/1995	Cidreira	Constantina	3.736/1959	Sarandi
Barão	8.635/1988	Bom Princípio / Carlos Barbosa / Salvador do Sul	Coqueiro Baixo	10.765/1996	Nova Brésia/ Relvado
Barão de Cotegipe	4.737/1964	Aratiba / Erechim / São Valentim	Coqueiros do Sul	9.565/1992	Carazinho
Barão do Triunfo	9.571/1992	São Jerônimo	Coronel Barros	9.575/1992	Augusto Pestana / Ijuí
Barra do Guarita	9.572/1992	Tenente Portela	Coronel Bicaco	4.649/1963	Campo Novo / Palmeira das Missões / Santo Augusto
Barra do Quaraí	10.655/1995	Uruguaiana	Coronel Pilar	10.744/1996	Garibaldi/ Roca Sales
Barra do Ribeiro	3.719/1959	Guaíba / Tapes	Cotiporã	7.652/1982	Veranópolis
Barra do Rio Azul	9.605/1992	Aratiba	Coxilha	9.558/1992	Passo Fundo / Sertão
Barra Funda	9.538/1992	Sarandi	Crissiumal	2.553/1954	Três Passos
Barracão	4.732/1964	Lagoa Vermelha / São José do Ouro	Cristal	8.583/1988	Camaquã / São Lourenço / Canguçu
Barros Cassal	4.598/1963	Soledade	Cristal do Sul	10.650/1995	Rodeio Bonito / Seberí
Benjamin Constant do Sul	10.645/1995	São Valentim	Cruz Alta	Res. s/nº/1833	Rio Pardo
Bento Gonçalves	474/1890	Montenegro	Cruzaltense	10.745/1996	Campinas do Sul
Boa Vista das Missões	9.539/1992	Palmeira das Missões / Seberí	Cruzeiro do Sul	4.615/1963	Lajeado
Boa Vista do Buricá	4.624/1963	Crissiumal / Humaitá /Três de Maio	David Canabarro	5.196/1965	Passo Fundo
Boa Vista do Cadeado	10.739/1996	Augusto Pestana/ Cruz Alta/ Ijuí	Derrubadas	9.576/1992	Tenente Portela
Boa Vista do Inca	10.740/1996	Cruz Alta/ Fortaleza dos Valos	Dezesseis de Novembro	8.555/1988	São Luiz Gonzaga
Boa Vista do Sul	10.633/1995	Barão / Garibaldi	Dilermando de Aguiar	10.633/1995	Santa Maria
Bom Jesus	2.000/1913	Vacaria	Dois Irmãos	3.823/1959	São Leopoldo
Bom Princípio	7.653/1982	Montenegro / São Sebastião do Cai	Dois Irmãos das Missões	9.619/1992	Ervail Seco
Bom Progresso	9.567/1992	Campo Novo / Humaitá /Três Passos	Dois Lajeados	8.435/1987	Guaporé
Bom Retiro do Sul	3.704/1959	Taquari	Dom Feliciano	4.635/1963	Camaquã / Encruzilhada do Sul / São Jerônimo
Boqueirão do Leão	8.458/1987	Barros Cassal / Lajeado / Santa Cruz do Sul / Venâncio Aires	Dom Pedrito	815/1872	Bagé
Bossoroca	5.058/1965	São Luiz Gonzaga	Dom Pedro de Alcântara	10.647/1995	Torres
Bozano	10.741/1996	Ijuí	Dona Francisca	4.993/1965	Faxinal do Soturno
Braga	5.154/1965	Campo Novo / Redentora	Doutor Maurício Cardoso	8.455/1987	Horizontina
Brochier	8.556/1988	Montenegro	Doutor Ricardo	10.639/1995	Anta Gorda / Encantado
Butiá	4.574/1963	São Jerônimo	Eldorado do Sul	8.649/1988	Guaíba
Caçapava do Sul	Dec. s/nº/1831	Cachoeira do Sul / Piratini / Rio Pardo	Encantado	2.133/1915	Lajeado / Soledade
Cacequi	715/1944	Rosário do Sul / São Gabriel / São Vicente do Sul	Encruzilhada do Sul	178/1849	Rio Pardo
Cachoeira do Sul	Alvará s/nº/1819	Rio Pardo	Engenho Velho	9.606/1992	Constantina
Cachoeirinha	5.090/1965	Gravatá	Entre-Ijuís	8.558/1988	Santo Ângelo
Cacique Doble	4.735/1964	Machadinho / São José do Ouro	Entre Rios do Sul	8.614/1988	São Valentim
Caibaté	5.025/1965	São Luiz Gonzaga	Erebango	8.557/1988	Getúlio Vargas
Caíçara	5.067/65	Frederico Westphalen	Erechim	2.342/1918	Passo Fundo
Camaquã	569/1864	Porto Alegre	Ernestina	8.554/1988	Passo Fundo / Vitor Graeff
Camargo	8.620/1988	Marau	Ervail Grande	3.715/1959	Erechim
Cambará do Sul	4.678/1963	São Francisco de Paula	Ervail Seco	4.673/1963	Palmeira das Missões / Seberí / Tenente Portela
Campestre da Serra	9.573/1992	Vacaria	Esmeralda	4.616/1963	Vacaria
Campina das Missões	4.580/1963	Giruá / Santa Rosa	Esperança do Sul	10.638/1995	Três Passos
Campinas do Sul	3.705/1959	Erechim	Espumoso	2.554/1954	Soledade
Campo Bom	3.707/1959	Novo Hamburgo / São Leopoldo	Estação	8.572/1988	Getúlio Vargas
Campo Novo	3.706/1959	Tenente Portela / Três Passos	Estância Velha	3.818/1959	São Sebastião do Cai / São Leopoldo
Campos Borges	8.563/1988	Espumoso	Esteio	2.520/1954	São Leopoldo
Candelária	3.493/1925	Rio Pardo	Estrela	1.044/1876	Taquari
Candido Godói	4.581/1963	Giruá / Santa Rosa	Estrela Velha	10.644/1995	Arroio do Tigre
Candiota	9.574/1992	Bagé / Pinheiro Machado	Eugênio de Castro	8.582/1988	Santo Ângelo
Canela	717/1944	Taquara	Fagundes Varela	8.460/1987	Veranópolis
Canguçu	340/1957	Piratini	Farrupilha	5.779/1934	Bento Gonçalves / Caxias do Sul/ Montenegro
Canoas	7.839/1939	Gravatá / São Sebastião do Cai	Faxinal do Soturno	3.711/1959	Cachoeira do Sul / Júlio de Castilho
Canudos do Vale	10.755/1996	Lajeado/ Progresso	Faxinalzinho	8.624/1988	São Valentim
Capão Bonito do Sul	10.742/1996	Lagoa Vermelha	Fazenda Vila Nova	10.642/1995	Bom Retiro do Sul
Capão da Canoa	7.638/1982	Osório	Feliz	3.726/1959	São Sebastião do Cai

Municípios	Lei	Origem
Flores da Cunha	3.320/1924	Caxias do Sul
Florianópolis	10.636/1995	Getúlio Vargas
Fontoura Xavier	4.974/1965	Soledade
Formigueiro	4.575/1963	São Sepé
Forquethina	10.756/1996	Lajeado
Fortaleza dos Valos	7.648/1982	Cruz Alta
Frederico Westphalen	2.523/1954	Iraí / Palmeira das Missões
Garibaldi	327/1900	Bento Gonçalves
Garruchos	9.609/1992	Santo Antônio das Missões / São Borja
Gaurama	2.530/1954	Erechim
General Câmara	1.285/1881	Taquari
Gentil	9.577/1992	Ciriaco / Marau / Passo Fundo
Getúlio Vargas	5.788/1934	Erechim / Passo Fundo
Giruá	2.601/1955	Santa Rosa / Santo Ângelo
Glorinha	8.590/1988	Gravatá
Gramado	2.522/1954	São Sebastião do Cai / Taquara
Gramado dos Loureiros	9.541/1992	Nonoai
Gramado Xavier	9.578/1992	Santa Cruz do Sul
Gravatá	1.247/1880	Porto Alegre
Guabiju	8.449/1987	Nova Prata
Guaíba	3.697/1926	Porto Alegre
Guaporé	664/1903	Lajeado / Passo Fundo
Guarani das Missões	3.699/1959	Giruá / Santo Ângelo / São Luiz Gonzaga
Harmonia	8.562/1988	Montenegro
Herval	1.326/1881	Jaguarão
Herveiras	1.064/1995	Sinimbu
Horizontina	2.556/1954	Santa Rosa
Hulha Negra	9.579/1992	Bagé
Humaitá	3.727/1959	Crissiumal / Três Passos
Ibarama	8.485/1987	Sobradinho
Ibiaçá	5.102/1965	Passo Fundo / Sananduva
Ibiraiaras	4.976/1965	Lagoa Vermelha
Ibirapuitã	8.486/1987	Marau / Soledade
Ibirubá	2.528/1954	Cruz Alta
Igrejinha	4.733/1964	Taquara
Ijuí	1.814/1912	Cruz Alta
Ilópolis	4.687/1963	Encantado
Imbé	8.600/1988	Tramandaí
Imigrante	8.605/1988	Estrela / Garibaldi
Independência	5.073/1965	Três de Maio
Inhacorá	9.568/1992	Catuípe / Chiapeta
Ipê	8.482/1987	Vacaria
Ipiranga do Sul	8.568/1988	Getúlio Vargas
Iraí	5.368/1933	Palmeira das Missões
Itaara	10.643/1995	Santa Maria
Itacurubi	8.613/1988	Santiago / São Borja
Itapuca	9.580/1992	Arvorezinha
Itaqui	419/1858	São Borja
Itati	10.746/1996	Terra de Areia
Itatiba do Sul	4.867/1964	Erechim
Ivorá	8.597/1988	Júlio de Castilhos
Ivoti	4.798/1964	Dois Irmãos / Estância Velha
Jaboticaba	8.426/1987	Palmeira das Missões
Jacuzinho	10.757/1996	Espumoso / Salto do Jacuí
Jacutinga	4.734/1964	Campinas do Sul / Erechim
Jaguarão	Dec. s/nº/1832	Piratini
Jaguari	2.627/1920	Júlio de Castilhos / Santiago / São Fco. Assis / São Vicente do Sul
Jaquirana	8.457/1987	São Fco. de Paula
Jari	10.653/1995	Tupanciretã
Jóia	7.656/1982	Santo Ângelo / Tupanciretã
Júlio de Castilhos	607/1891	São Martinho (município extinto em 1893)
Lagoa Bonita do Sul	10.758/1996	Sobradinho
Lagoa dos Três Cantos	9.632/1992	Não-Me-Toque / Tapera
Lagoa Vermelha	1.309/1881	Vacaria
Lagoão	8.569/1988	Soledade
Lajeado	57/1891	Estrela
Lajeado do Bugre	9.551/1992	Cerro Grande / Jaboticaba
Lavras do Sul	1.364/1882	Bagé / Caçapava do Sul
Liberato Salzano	4.736/1964	Constantina / Nonoai
Lindolfo Collor	9.630/1992	Ivoti
Linha Nova	9.631/1992	Feliz
Maçambará	10.646/1995	Itaqui
Machadinho	3.716/1959	Lagoa Vermelha
Mampituba	10.617/1995	Torres
Manoel Viana	9.542/1992	Alegrete / São Fco. de Assis
Maquiné	9.581/1992	Osório
Maratá	9.622/1992	Brochier / Montenegro / Salvador do Sul
Marau	2.550/1954	Guaporé / Passo Fundo
Marcelino Ramos	718/1944	Erechim / Lagoa Vermelha
Mariana Pimentel	9.611/1992	Barra do Ribeiro / Guaíba
Mariano Moro	4.978/1965	Erechim
Marques de Souza	10.665/1995	Lajeado
Mata	4.836/1964	São Vicente do Sul

Municípios	Lei	Origem
Mato Castelhano	9.645/1992	Passo Fundo
Mato Leitão	9.607/1992	Cruzeiro do Sul / Venâncio Aires
Mato Queimado	10.747/1996	Caibaté
Maximiliano de Almeida	4.266/1961	Machadinho / Marcelino Ramos
Minas do Leão	9.582/1992	Butiá
Miraguaí	5.152/1965	Campo Novo / Tenente Portela
Montauri	8.607/1988	Guaporé / Serafina Correa
Monte Alegre dos Campos	10.664/1995	Vacaria
Monte Belo do Sul	9.564/1992	Bento Gonçalves
Montenegro	885/1873	Triunfo
Mormaço	9.616/1992	Soledade
Morrinhos do Sul	9.602/1992	Torres
Morro Redondo	8.633/1988	Pelotas
Morro Reuter	9.583/1992	Dois Irmãos
Mostardas	4.691/1963	São José do Norte
Muçum	3.729/1959	Guaporé
Muitos Capões	10.651/1995	Esmeralda / Lagoa Vermelha / Vacaria
Muliterno	9.543/1992	Ciriaco / David Canabarro / Ibiraiaras
Não-Me-Toque	2.555/1954	Carazinho
Nicolau Vergueiro	9.544/1992	Marau
Nonoai	3.695/1959	Iraí / Sarandi
Nova Alvorada	8.632/1988	Arvorezinha
Nova Araçá	4.884/1964	Nova Prata
Nova Bassano	4.730/1964	Nova Prata
Nova Boa Vista	9.608/1992	Chapada / Sarandi
Nova Brésia	4.903/1964	Arroio do Meio / Encantado
Nova Candelária	10.635/1995	Boa Vista do Buricá
Nova Esperança do Sul	8.559/1988	Jaguari
Nova Hartz	8.429/1987	Parobé / Sapiranga
Nova Pádua	9.560/1992	Flores da Cunha
Nova Palma	3.933/1960	Júlio de Castilhos
Nova Petrópolis	2.518/1954	São Leopoldo / São Sebastião do Cai
Nova Prata	3.351/1924	Lagoa Vermelha / Veranópolis
Nova Ramada	10.652/1995	Ajuricaba
Nova Roma do Sul	8.423/1987	Antônio Prado
Nova Santa Rita	9.585/1992	Canoas
Novo Barreiro	9.563/1992	Palmeira das Missões
Novo Cabrais	10.658/1995	Cachoeira do Sul
Novo Hamburgo	3.818/1927	São Leopoldo
Novo Machado	9.555/1992	Tucunduva
Novo Tiradentes	9.628/1992	Rodeio Bonito
Novo Xingú	10.759/1996	Constantina
Osório	401/1857	Santo Antônio da Patrulha
Paim Filho	4.213/1961	Machadinho / Sananduva
Palmares do Sul	7.654/1982	Mostardas / Tramandaí / Osório / Viamão
Palmeira das Missões	928/1874	Cruz Alta / Passo Fundo
Palmitinho	5.087/1965	Frederico Westphalen
Panambi	2.524/1954	Cruz Alta / Palmeira das Missões
Pantano Grande	8.488/1987	Rio Pardo
Paráí	4.977/1965	Nova Prata
Paraíso do Sul	8.622/1988	Cachoeira do Sul
Pareci Novo	9.620/1992	Montenegro
Parobé	7.646/1982	Sapiranga / Taquara
Passa Sete	10.668/1995	Sobradinho
Passo do Sobrado	9.545/1992	Rio Pardo
Passo Fundo	340/1857	Cruz Alta
Paulo Bento	10.762/1996	Barão de Cotegipe/ Erechim/ Jacutinga/ Ponte Preta
Paverama	8.560/1988	Taquari
Pedras Altas	10.760/1996	Herval/ Pinheiro Machado
Pedro Osório	3.735/1959	Arroio Grande / Canguçu
Pejuçara	5.156/1965	Cruz Alta / Panambi
Pelotas	Dec.s/nº/1830	Rio Grande
Picada Café	9.546/1992	Ivoti / Nova Petrópolis / Santa Maria do Herval
Pinhal	8.577/1988	Palmeira das Missões / Rodeio Bonito / Seberi
Pinhal da Serra	10.748/1996	Esmeralda
Pinhal Grande	9.600/1992	Júlio de Castilhos / Nova Palma
Pinheiro do Vale	9.586/1992	Palmitinho
Pinheiro Machado	1.132/1878	Piratini
Pinto Bandeira	10.749/1996	Bento Gonçalves
Pirapó	8.425/1987	São Luiz Gonzaga / São Nicolau
Piratini	Dec.s/nº/1830	Rio Grande
Planalto	4.692/1963	Iraí / Nonoai
Poço das Antas	8.630/1988	Salvador do Sul
Pontão	9.604/1992	Carazinho / Passo Fundo / Ronda Alta / Sarandi
Ponte Preta	9.537/1992	Barão de Cotegipe / Jacutinga
Portão	4.579/1963	Canoas / Estância Velha / São Leopoldo / São Sebastião do Cai
Porto Alegre	Provisão s/nº/1809	-
Porto Lucena	2.665/1955	Santa Rosa
Porto Mauá	9.587/1992	Tucunduva / Tuparendi
Porto Vera Cruz	9.588/1992	Alecirim / Porto Lucena / Santo Cristo
Porto Xavier	5.214/1966	Cerro Largo
Pouso Novo	8.581/1988	Arroio do Meio
Presidente Lucena	9.626/1992	Ivoti

Municípios	Lei	Origem	Municípios	Lei	Origem
Progresso	8.424/1987	Lajeado	São Valério do Sul	9.624/1992	Santo Augusto
Protásio Alves	8.580/1988	Nova Prata	São Vendelino	8.579/1988	Bom Princípio
Putinga	4.689/1963	Encantado	São Vicente do Sul	1.032/1876	Itaqui / São Gabriel
Quaraí	972/1875	Alegrete	Sapiranga	2.529/1954	São Leopoldo / Taquara
Quatro Irmãos	10.761/1996	Erechim/ Jacutinga	Sapucaia do Sul	4.203/1961	São Leopoldo
Quevedos	9.589/1992	Júlio de Castilho	Sarandi	7.840/1939	Passo Fundo
Quinze de Novembro	8.454/1987	Cruz Alta / Ibirubá	Seberi	3.696/1959	Palmeira das Missões
Redentora	4.726/1964	Campo Novo / Tenente Portela	Sede Nova	8.601/1988	Campo Novo / Humaitá / São Martinho
Relvado	8.604/1988	Encantado	Segredo	8.591/1988	Sobradinho / Soledade
Restinga Seca	3.730/1959	Cachoeira do Sul	Selbach	5.036/1965	Tapera
Rio dos Índios	9.547/1992	Nonoai	Senador Salgado Filho	10.662/1995	Giruá
Rio Grande	Provisão s/nº/1809	-	Sentinela do Sul	9.584/1992	Cerro Grande do Sul / Tapes
Rio Pardo	Provisão s/nº/1810	-	Serafina Correa	3.932/1960	Casca / Guaporé
Riozinho	8.603/1988	Rolante	Sério	9.594/1992	Lajeado
Roca Sales	2.551/1954	Estrela	Sertão	4.597/1963	Passo Fundo
Rodeio Bonito	4.667/1963	Irai / Palmeira das Missões / Seberi	Sertão Santana	9.595/1992	Guaiiba / São Jerônimo / Tapes
Rolador	10.750/1996	São Luiz Gonzaga	Sete de Setembro	10.659/1995	Giruá / Guarani das Missões
Rolante	2.527/1954	Santo Antônio da Patrulha	Severiano de Almeida	4.685/1963	Erechim / Marcelino Ramos / Viadutos
Ronda Alta	4.690/1963	Nonoai / Sarandi	Silveira Martins	8.481/1987	Faxinal do Soturno / Santa Maria
Rondinha	4.832/1964	Constantina / Sarandi	Sinimbu	9.614/1992	Santa Cruz do Sul
Roque Gonzales	5.134/1965	Cerro Largo	Sobradinho	3.924/1927	Soledade
Rosário do Sul	1.020/1876	Alegrete / São Gabriel	Soledade	962/1875	Passo Fundo
Sagrada Família	9.548/1992	Palmeira das Missões	Tabaí	10.660/1995	Taquari
Saldanha Marinho	8.593/1988	Colorado / Santa Bárbara do Sul	Tapejara	2.667/1955	Getúlio Vargas / Passo Fundo
Salto do Jacuí	7.567/1982	Arroio do Tigre / Cruz Alta / Espumoso	Tapera	2.552/1954	Carazinho
Salvador das Missões	9.549/1992	Cerro Largo	Tapes	402/1857	Porto Alegre
Salvador do Sul	4.577/1963	Montenegro	Taquara	1.568/1886	Santa Cristina do Pinhal (extinto em 1892)
Sananduva	2.521/1954	Lagoa Vermelha	Taquari	160/1849	Triunfo
Santa Bárbara do Sul	3.703/1959	Carazinho / Cruz Alta / Ibirubá	Taquaruçu do Sul	8.599/1988	Frederico Westphalen
Santa Cecília do Sul	10.763/1996	Água Santa/ Caseiros/ Ibiaçá/ Tapejara	Tavares	7.655/1982	Mostardas
Santa Clara do Sul	9.621/1992	Lajeado	Tenente Portela	2.673/1955	Três Passos
Santa Cruz do Sul	1.079/1877	Rio Pardo	Terra de Areia	8.561/1988	Capão da Canoa / Osório
Santa Margarida do Sul	10.751/1996	São Gabriel	Teutônia	7.542/1981	Estrela
Santa Maria	400/1857	Cachoeira do Sul / Cruz Alta	Tio Hugo	10.764/1996	Ernestina/ Ibirapuitã/ Victor Graeff
Santa Maria do Herval	8.634/1988	Dois Irmãos	Tiradentes do Sul	9.625/1992	Três Passos
Santa Rosa	4.823/1931	Santo Ângelo	Toropi	10.669/1995	São Pedro do Sul
Santa Tereza	9.627/1992	Bento Gonçalves / Garibaldi / Roca Sales	Torres	1.152/1878	Osório
Santa Vitória do Palmar	808/1872	Rio Grande	Tramandaí	5.037/1965	Osório
Santana da Boa Vista	5.029/1965	Caçapava do Sul	Travesseiro	9.596/1992	Arroio do Meio / Nova Bréscia
Santana do Livramento	351/1857	Alegrete	Três Arroios	8.422/1987	Erechim / Gaurama / Mariano Moro / Severiano de Almeida
Santiago	1.427/1884	Itaqui / São Borja	Três Cachoeiras	8.578/1988	Torres
Santo Ângelo	835/1873	Cruz Alta / São Borja	Três Coroas	3.741/1959	Taquara
Santo Antônio da Patrulha	Provisão s/nº / 1809	-	Três de Maio	2.526/1954	Santa Rosa / Santo Ângelo / Três Passos
Santo Antônio das Missões	5.059/1965	São Borja	Três Forquilhas	9.597/1992	Torres
Santo Antônio do Palma	9.591/1992	Casca	Três Palmeiras	8.631/1988	Constantina / Ronda Alta
Santo Antônio do Planalto	9.550/1992	Carazinho / Não-Me-Toque	Três Passos	716/1944	Palmeira das Missões
Santo Augusto	3.721/1959	Três Passos	Trindade do Sul	8.487/1987	Liberato Salzano / Nonoai
Santo Cristo	2.602/1955	Santa Rosa	Triunfo	Dec.s/nº 1831	Porto Alegre / Rio Pardo
Santo Expedito do Sul	9.590/1992	Cacique Doble / São José do Ouro	Tucunduva	3.821/1959	Horizontina / Santa Rosa
São Borja	Res. s/nº/1833	Rio Pardo	Tunas	8.447/1987	Arroio do Tigre / Soledade
São Domingos do Sul	8.436/1987	Casca	Tupancí do Sul	9.629/1992	São José do Ouro
São Francisco de Assis	1.427/1884	Itaqui / São Vicente do Sul	Tupanciretã	4.200/1928	Cruz Alta / Júlio de Castilhos / Santo Ângelo
São Francisco de Paula	563/1902	Taquara	Tupandi	8.602/1988	Bom Princípio / Salvador do Sul
São Gabriel	8/1846	Caçapava do Sul / Cachoeira do Sul / São Borja	Tuparendi	3.820/1959	Santa Rosa
São Jerônimo	457/1860	Triunfo	Turuçu	10.649/1995	Pelotas / São Lourenço do Sul
São João da Urtiga	8.448/1987	Paim Filho / Sananduva	Ubiretama	10.654/1995	Campina das Missões / Giruá
São João do Polêsine	9.601/1992	Faxinal do Soturno	União da Serra	9.598/1992	Guaporé
São Jorge	8.427/1987	Nova Prata	Unistalda	10.648/1995	Santiago
São José das Missões	9.552/1992	Palmeira das Missões	Uruguaiana	58/1846	Alegrete
São José do Herval	8.595/1988	Fontoura Xavier	Vacaria	1.115/1878	Santo Antônio da Patrulha
São José do Hortêncio	8.576/1988	São Sebastião do Cai	Vale do Sol	9.599/1992	Candelária / Santa Cruz do Sul
São José do Inhacorá	9.592/1992	Três de Maio	Vale Real	9.615/1992	Feliz
São José do Norte	Dec.s/nº/1831	Rio Grande	Vale Verde	10.657/1995	General Câmara
São José do Ouro	3.822/1959	Lagoa Vermelha	Vanini	8.459/1987	Casca / David Canabarro
São José do Sul	10.752/1996	Maratá/ Montenegro/ Salvador do Sul	Venâncio Aires	371/1891	General Câmara
São José dos Ausentes	9.559/1992	Bom Jesus	Vera Cruz	3.697/1959	Santa Cruz do Sul
São Leopoldo	4/1846	Porto Alegre	Veranópolis	124/1898	Lagoa Vermelha
São Lourenço do Sul	1.449/1884	Pelotas	Vespasiano Correa	10.663/1995	Muçum
São Luiz Gonzaga	1.238/1880	Santo Ângelo / São Borja	Viadutos	3.728/1959	Gaurama / Marcelino Ramos
São Marcos	4.576/1963	Caxias do Sul	Viamão	1.247/1980	Porto Alegre
São Martinho	4.618/1963	Campo Novo / Humaitá / Santo Augusto / Três de Maio	Vicente Dutra	5.032/1965	Frederico Westphalen
São Martinho da Serra	9.593/1992	Santa Maria	Victor Graeff	5.072/1965	Não-Me-Toque / Passo Fundo
São Miguel das Missões	8.584/1988	Santo Ângelo / São Luiz Gonzaga	Vila Flores	8.627/1988	Veranópolis
São Nicolau	5.104/1965	São Luiz Gonzaga	Vila Lângaro	10.661/1995	Tapejara
São Paulo das Missões	5.205/1965	Cerro Largo	Vila Maria	8.598/1988	Casca / Marau
São Pedro da Serra	9.613/1992	Salvador do Sul	Vila Nova do Sul	9.610/1992	São Gabriel / São Sepé
São Pedro das Missões	10.753/1996	Palmeira das Missões	Vista Alegre	8.596/1988	Frederico Westphalen / Palmitinho
São Pedro do Butiá	9.553/1992	Cerro Largo	Vista Alegre do Prata	8.611/1988	Nova Prata
São Pedro do Sul	3.624/1926	Santa Maria	Vista Gaúcha	8.608/1988	Tenente Portela
São Sebastião do Cai	995/1875	São Leopoldo	Vitória das Missões	9.569/1992	Santo Ângelo
São Sepé	1.029/1876	Caçapava do Sul / Cachoeira do Sul	Westfália	10.754/1996	Imigrante / Teutônia
São Valentim	3.724/1959	Erechim	Xangri-lá	9.612/1992	Capão da Canoa
São Valentim do Sul	9.554/1992	Dois Lajeados			

BIBLIOGRAFIA

- ALONSO, J.A.F., BENETTI, M.D. e BANDEIRA, P.S. *Crescimento econômico da região sul do RS: causas e perspectivas*. Fundação de Economia e Estatística, Porto Alegre, 1994.
- ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO RIO GRANDE DO SUL. Comissão dos Assuntos Municipais. *Evolução municipal do RS 1809-1996*, Porto Alegre, 2002.
- CALANDRO, M.L. Desempenho da produção industrial – jan. – abr./01. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 29, n. 2, ago. 2001.
- CALANDRO, M. L. e CAMPOS, S. H. O desempenho da indústria em 2001: uma trajetória de desaceleração. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 29, n.4, mar. 2002.
- COMPANHIA NACIONAL DE ABASTECIMENTO. Conjuntura Agropecuária. Brasília, ano 1, nº.1, 2.000.
- DUCATTI, J. *Mosaico de imagens LANDSAT-TM e macrozoneamento do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, dez 2001. (mimeo)
- FABRÍCIO FILHO, J. A. e outros. Áreas de proteção ambiental do Rio Grande do Sul: situação atual das unidades de conservação. In: *Anais do V Congresso Florestal Estadual*. Porto Alegre, 1984. pp. 623-645.
- FELIZARDO, J.N. (org). *Evolução Administrativa do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Instituto Gaúcho de Reforma Agrária, (s.d.).
- FERLA, A. A. et all. *Financiamento e Regionalização da Saúde: a experiência gaúcha*. Revista Divulgação em Saúde para Debate. CEBS, nº. 24 dez. 2001.
- FERLA, A. A. e MARTINS Jr, F. Gestão Solidária da Saúde: a experiência de gestão estadual do Sul no Rio Grande do Sul. *Revista Divulgação em Saúde para Debate*. CEBS, nº. 23 dez. 2001.
- FLIGENSPAN, F. B. (coord.). *Economia gaúcha e reestruturação nos anos 90*. Porto Alegre: FEE, 2000.
- FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA. *Anuário estatístico do RS 1998*. Porto Alegre: FEE, 2000. (CD-Rom)
- _____. *Anuário estatístico do RS 2001*. Porto Alegre: FEE, 2001. (CD-Rom)
- _____. *Um século de população do Rio Grande do Sul 1900-2000*. Porto Alegre: FEE, 2001. (CD-Rom)
- _____. *PIB municipal 1999*. Disponível: <http://www.fee.tche.br>. Acessado em 12 de março 2002.
- _____. *CAE 1996-99 - estatísticas econômico-fiscais do RS*. Porto Alegre: FEE, 2001. (CD-Rom)
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL. *Plano Diretor de Controle e Administração Ambiental da Região Hidrográfica do Gualba*. Vol.II – Mapas. 1998.
- FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL. *Rio Grande do Sul – 92: Perfil Ambiental e Estratégias*. Porto Alegre: FEPAM, 1992.
- _____. *Estabelecimento de critérios e identificação de áreas e ações prioritárias*. Porto Alegre: FEPAM, 1995.
- _____. *Principais informações do inventário florestal contínuo do Estado*. Porto Alegre: FEPAM. (s.d.)
- GARCIA, Á. A. A balança comercial do RS em 2000. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.28, n.4, mar. 2001.
- _____. O comércio exterior do RS em 2001. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.29, n.4, mar. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Atlas Nacional do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.
- _____. *Sinopse preliminar do Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2001
- _____. *Censo Demográfico 2000*. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.
- INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICA APLICADA. *Base de dados macroeconômicos IPEADATA*. Brasília: IPEA. Disponível: <http://www.ipeadata.gov.br>. Acessado em 20 de junho de 2002.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS (INEP/MEC). *Censo da educação superior*. Disponível: <http://www.inep.gov.br>. Acessado em 5 de julho 2002.
- _____. *Indicadores da educação básica*. Disponível: <http://www.inep.gov.br>. Acessado em 5 de julho 2002.
- _____. *Notícias – Censo escolar*. Disponível: <http://www.inep.gov.br>. Acessado em 29 de agosto de 2002.
- JARDIM, M. L. T. *Evolução da população do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: FEE, 2002. (mimeo)
- LIMA, R. S. A indústria gaúcha em 2000: crônica de uma recuperação anunciada. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.28, n.4, p. 111-132, mar. 2001.
- MAIA NETO, A. A. et al. Visão global da economia gaúcha. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.28, n.4, mar. 2001.
- _____. A economia gaúcha em 2001: terceiro ano consecutivo de crescimento. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v. 29, n.4, mar. 2002.
- MINISTÉRIO DA SAÚDE. Política Nacional do Idoso. Portaria 1395/GM – 10 de dezembro de 1999. Disponível: <http://www.ufrgs.br/3idade/portaria1395gm.html>. Acessado em 04 de novembro de 2002.

- MINISTÉRIO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL. Dados do MERCOSUL. Brasília: MRE. Disponível: <http://www.mercosul.gov.br>. Acessado em 12 de agosto de 2002.
- MINISTÉRIO DO ESPORTE E TURISMO. Anuário estatístico da EMBRATUR. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo, vol. 28, 2001.
- _____. Estudo da demanda turística internacional 2000. Brasília: Instituto Brasileiro de Turismo, 2001.
- MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO, INDÚSTRIA E COMÉRCIO EXTERIOR. Secretaria do Comércio Exterior. *Balança comercial por estados*. Disponível: <http://www.mdic.gov.br>. Acessado em 23 de maio 2002.
- MESQUITA, Z. Emancipações no RS: alguns elementos para reflexão. *Indicadores Econômicos FEE*, Porto Alegre, v.20, n.3, p. 169-184, 1992.
- MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Lista dos assentamentos do Rio Grande do Sul. em: <http://empresa.protoweb.com.br/mstrs/assentamentos.asp>. Acessado em 29 de agosto de 2002.
- PESAVENTO, S. J. *História do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1982. (Série Revisão)
- SANCHES, S. As condições sociais básicas das famílias chefiadas por mulheres. Disponível em: <http://www.fee.tche.br>. Acessado em 25 de agosto de 2002.
- SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO. *Baía de todas as águas*. Porto Alegre: SCP/Programa Pró-Guaíba, 1998.
- _____. *Atlas Sócio-Econômico do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SCP, 1998.
- SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE. Principais Causas de Mortalidade no rio Grande do Sul. Disponível: <http://www.saúde.rs.gov.br>. Acessado em 05 de agosto 2001.
- _____. Plano Diretor de Regionalização da Saúde. Disponível: <http://www.saúde.rs.gov.br>. Acessado em 5 de novembro 2002.
- SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES. *Relatório de prestação de contas 2000*. Porto Alegre: SEMC, 2001.
- _____. *Balço energético consolidado do Estado do Rio Grande do Sul 1999/2000*. Porto Alegre: SEMC, 2002. (CD-Rom)
- _____. Rio Grande do Sul: atlas eólico. Porto Alegre: SEMC, 2002. Disponível: <http://www.semc.rs.gov.br>
- SILVA NETO, B. e FRANTZ, T. R. Análise dos Sistemas Agrários do Estado do Rio Grande do Sul e recomendações políticas. IN: RS-Rural: Estudo Especial – Avaliação e Caracterização Sócio-Econômica dos Sistemas Agrários do Rio Grande do Sul. Ijuí, UNIJUÍ, 2001.
- SUERTEGARAY, D.M.A. *Deserto Grande do Sul – controvérsias*. Porto Alegre: EDUFRGS, 1998.
- SUERTEGARAY, D. M. A. e outros (org.). *Atlas da arenização: sudoeste do Rio Grande do Sul*. Porto Alegre: SCP, 2001.
- TOMÁS, J. M. E RODRIGUES, L. Uma abordagem ao turismo na Madeira. Disponível: <http://www.planeta.clix.pt/paralelo33/progeo/turis>. Acessado em 12 de dezembro 2000.
- UNITED STATES OF AGRICULTURE. Grain: World markets and Trade. USDA, Foreign Agricultural Service, Circular Series, 2001. Disponível: <http://www.fas.usda.gov>
- _____. Brazil Organic: Organic Farming in Brazil 1999. USDA, Foreign Agricultural Service, 1999. Disponível: <http://www.fas.usda.gov>
- VIEIRA, E. F. e RANGEL, S. S. Rio Grande do Sul: geografia da população. Porto Alegre: Editora SAGRA, 1985.

LISTA DE SITES CONSULTADOS:

http://www.fepam.rs.gov.br	http://www.inep.gov.br	http://www.educacao.rs.gov.br
http://www.sema.rs.gov.br	http://www.ipeadata.gov.br	http://www.sct.rs.gov.br
http://www.ibama.gov.br	http://www.saude.rs.gov.br	http://www.semc.rs.gov.br
http://www.proguaiba.rs.gov.br	http://www.mdic.gov.br	http://www.sedai.rs.gov.br
http://www.funai.gov.br	http://www.mercosul.gov.br	http://www.daer.rs.gov.br
http://www.ibge.gov.br	http://www.sops.rs.gov.br	http://www.agricultura.rs.gov.br
http://www.infraero.gov.br	http://www.capes.gov.br	http://www.anatel.gov.br
http://www.onu.org/pnuma	http://www.ceee.com.br	http://www.brasiltelecom.com.br
http://www.mma.gov.br	http://www.eletrosul.gov.br	http://www.telefoniacelular-rs.net.br
http://www.fee.tche.br	http://www.rge-rs.com.br	http://www.corsan.com.br
http://www.datasus.gov.br	http://www.gerasul.com.br	http://www.aessul.com.br

FICHA TÉCNICA

GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Olívio Dutra

VICE-GOVERNADOR DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Miguel Rossetto

SECRETÁRIO DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

José Henrique Paim Fernandes

DIRETOR GERAL DA SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Jackson De Toni

DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E URBANO

Tarson Núñez

COORDENADOR DA DIVISÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Herbert Klarmann

COORDENADOR DA DIVISÃO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

José Manosso

DIRETOR PRESIDENTE DA AGÊNCIA GAÚCHA DE FOMENTO

Eduardo Maldonado Filho

AUTORES

Geógrafo Antonio Paulo Cargnin – Coordenador Do Projeto

Geógrafa Ana Maria de Aveline Bertê

Geógrafo Herbert Klarmann

Geógrafa Sílvia Maria Berwanger Profes

Geógrafa Suzana Beatriz de Oliveira

ESTAGIÁRIOS

Gisele Banda de Magalhães (Arquitetura)

Anderson de Jesus Nunes (Convênio Geografia Ufrgs)

CARTOGRAFIA DIGITAL

Laboratório Geoprocessamento DDRU - SIG Pró-Guaíba

Antonio Paulo Cargnin

Gisele Banda de Magalhães

COLABORARAM COM A SELEÇÃO DE INDICADORES E TEXTOS

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

Alcindo Antônio Ferla

Lígia Maria Correa Geyer

Maria Elisa Mello Freitas

Maristela Correa Rodrigues de Lima

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Departamento de Planejamento

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Programa Pró-Guaíba

Assessoria Técnica

Assessoria de Comunicação

SG Pró-GB

CENTRO ESTADUAL DE PESQUISA EM METEOROLOGIA E SENSORIAMENTO REMOTO

Laurindo Antônio Guasselli

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Centro de Informações Estatísticas

Maria de Lourdes Teixeira Jardim

INSTITUIÇÕES E ÓRGÃOS FORNECEDORES DE DADOS

SECRETARIA DA COORDENAÇÃO E PLANEJAMENTO

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 5º andar – Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3228-1400

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO E DOS ASSUNTOS INTERNACIONAIS

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 16º andar - Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3288-1000

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO

Av. Borges de Medeiros, 1501 - Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3288-4700

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 6º andar - Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3288-5800

SECRETARIA DOS TRANSPORTES

Av. Borges de Medeiros, 1555 – Porto Alegre - Fone: (51) 3221-0622

SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE

Rua Carlos Chagas, 55 – 9º andar – Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3288-8100

SECRETARIA DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 7º andar - Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3225-4335

SECRETARIA DE ENERGIA, MINAS E COMUNICAÇÕES

Av. Borges de Medeiros, 1501 – 7º andar – Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3288-5300

SECRETARIA DO TURISMO, ESPORTE E LAZER

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10º andar - Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3288-5400

SECRETARIA DA AGRICULTURA E ABASTECIMENTO

Av. Getúlio Vargas, 1384 – Porto Alegre/RS - Fone (51) 3288-6200

COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA - CEEE

Rua Joaquim Porto Vila Nova, 201 – Porto Alegre/RS - Fone: (51) 3334-2507

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PROTEÇÃO AMBIENTAL - FEPAM

Rua Carlos Chagas, 55 – 9º andar – Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3225-1588

FUNDAÇÃO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA SIEGFRIED HEUSER - FEE

Rua Duque de Caxias, 1691 – Porto Alegre/RS - Fone (51) 3216-9000

FUNDAÇÃO ESTADUAL DE PLANEJAMENTO METROPOLITANO E REGIONAL – METROPLAN

Rua Carlos Chagas, 55 – 3º andar – Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3288-6000

CENTRO ESTADUAL DE PESQUISA EM METEOROLOGIA E SENSORIAMENTO REMOTO

Av. Bento Gonçalves, 9500 - Campus do Vale UFRGS – Porto Alegre – Fone: (51) 3319-1355

POLÍCIA FEDERAL

Av. Paraná, 991- Porto Alegre/RS – Fone: (51) 3358-9000